



A. SOUSA
ARAÚJO

CERVÃES
E O BOM DESPACHO



O Autor da presente monografia, embora de Parada de Gatim, tem muitos familiares em Cervães. Sua mãe nascera no lugar de Lacciras.

CERVÃES E O BOM DESPACHO

OUTRAS OBRAS DO AUTOR:

Subsídios para a História da Pastoral Bracarense no séc XVI, 1972.

Senhora do Amparo e S. Brás — Apontamentos monográficos, 1972.

Génese dum «Livro de usos e costumes» do séc. XVIII — seu conteúdo e alcance pastoral, 1973.

Arcediado do Neiva — Notas de Toponímia e de História civil e religiosa, 1973.

Subsídio para o Estudo das Irmandades ou Confrarias de Portugal — A Irmandade dos Fiéis de Deus de Entre Cávado e Neiva, uma associação de Clérigos do séc. XV?, 1974.

Presenças Franciscanas no Vale do Cávado, 1976.

Visitas pastorais na Arquidiocese de Braga — Assiduidade dos visitantes nos sécs. XVI-XIX, 1977.

ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO

CERVÃES E O BOM DESPACHO

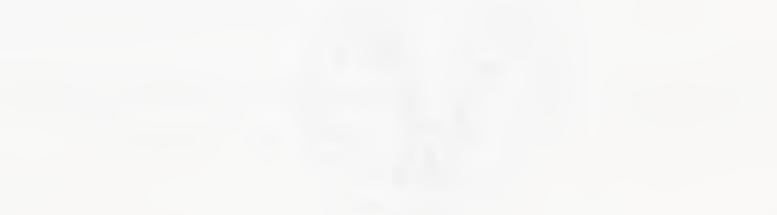
Elementos para a história civil e religiosa
da região



BRAGA

1977

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DE BARRIOS



Edição do Pároco da Paróquia do Salvador de *Cervães*,
Vila Verde — Braga



A meus pais, que ao Bom Despacho de pequenino me levaram.

À Glória e ao Quim para que ao Mino e à Beta este livro ensinem a ler.



A todo o bom Povo de Cervães.

A todos quantos para esta obra de alguma forma contribuíram, designadamente o R. P. José Bacelar e Oliveira, S. J., Reitor da Universidade Católica Portuguesa e o R. Pároco Domingos Correia Neiva Pinheiro.



A todos os que acreditam na intercessão de Nossa Senhora.

A quem gostar de saber o que é o Santuário do Bom Despacho.



DUAS PALAVRAS

Mais propenso a filosofias e matemáticas, nunca em mim medrou grandemente a vocação para literato. No entanto, nem por isso fugirei agora a redigir para o presente livro duas palavras, que nem por demasiado simples deixarão de ser menos sentidas e sinceras.

Quando aos 5 de Setembro do ano de 1948, na qualidade de pároco, tomei conta desta freguesia, logo considerei como trunfo admirável, em ordem à sua renovação espiritual e material, o Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho. Tinha sido ele em tempos de antanho centro de fervorosas jornadas de fé. A ele acorriam peregrinos de perto e de longe, atraídos pelo Bom Despacho que a Senhora do mesmo nome a tantos concedia através de numerosas graças, algumas das quais se poderiam antes tomar como autênticos milagres.

A Senhora do Bom Despacho fora assim nesses tempos idos a verdadeira Rainha do Vale do Cávado.

No entanto, em 1948, estava o seu santuário arruinado material e moralmente, o mesmo acontecendo, aliás, com as numerosas capelas da freguesia. Até mesmo a própria igreja paroquial e a residência se encontravam em estado lastimoso.

Confiei o caso à Senhora e pus esperanças nas virtudes de todo este povo, que felizmente as não tinha deixado desaparecer! A Senhora não faltou com a sua ajuda e o povo também não. A obra não está completa, é certo, mas existe a certeza de que está bem encaminhada.

O meu pequeno contributo para a edição deste livro faz parte do compromisso que com a Virgem assumi, para que Ela volte a ter no Bom Despacho o centro da devoção mariana de toda esta região.

A segunda razão de ser do meu interesse por esta publicação deve ver-se na obrigação de retribuir à paróquia a festa de homenagem que me proporcionou, em princípios de Setembro de 1975, aquando do meu regresso do Brasil. Com este livro quero fazer com que se recordem as virtudes do povo de Cervães, que não só do de agora, mas também do de épocas passadas. E assim nele se falará dos seus monumentos históricos que são ainda orgulho do presente e o não deixarão de ser igualmente das gerações futuras.

Para o Sr. P. António de Sousa Araújo, como autor que é do presente estudo, vai a minha homenagem e a da paróquia que represento, como reconhecimento por todos os trabalhos gratuitamente

efectuados, quer no campo da investigação, quer ainda no do ordenamento e da redacção do texto que se vai ler.

À Virgem do Bom Despacho pedimos uma bênção especial para que todos os nossos planos se possam concretizar!

Cervães, 28 de Abril de 1976

O Pároco, Domingos Correia Neiva Pinheiro

A SERVIR DE INTRODUÇÃO

Estando mais perto do seu povo, dos seus costumes, dos nomes e configurações dos seus sítios, para não falar já da maior parte dos seus documentos, o clero paroquial continua a reunir condições mais ideais para este tipo de trabalhos! Sabendo embora não ser a pessoa mais aconselhada para a elaboração de um estudo como o presente, acabou o Autor por aceder ao pedido, há anos feito, pelo actual Pároco de Cervães, P. Domingos Correia Neiva Pinheiro.

Não é este trabalho uma Monografia de Cervães. É apenas um ensaio monográfico duma obra da Paróquia, o *Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho*.

Fomos em cata da sua origem, procurando situá-lo, não só no seu contexto histórico, como também no seu enquadramento paroquial e até regional. Por esse motivo, poderão, às vezes, parecer divagações à roda do tema certos pontos focados.

Creemos que os elementos, que aí ficam, serão, muitos deles, úteis aos historiadores e monógrafos do futuro, porquanto se trata de material de primeira mão.

E que poderia sair obra mais perfeita, ninguém o duvide. Mas um ensaio é sempre um trabalho para ser completado e aperfeiçoado por quem puder e souber mais e melhor. Além disso, obras de índole cien-

tífica e histórica nunca se poderão dar por totalmente acabadas.

Porque o trabalho nos foi pedido, vai já para quatro anos, e porque não sabe o A. se surgirá porventura melhor oportunidade, lançou mãos à obra e ei-lo a oferecer o fruto de longos meses de pesquisa e de estudo.

Para se dar uma informação perfeita do que seja a terra da zona de Cervães, havia que estudar a fundo desde a sua geologia, o seu clima, a sua paisagem, até aos seus processos de cultivo das terras, os usos e costumes relativos às regas e às colheitas; o seu folclore, os rendimentos e fontes de receita; os prejuízos e lucros de toda uma população ainda muito virada para uma economia agrária.

Mas porque tais conhecimentos, por demasiado técnicos, só a especialistas interessariam, remetemos os curiosos para as interessantes achegas que sobre o assunto já conseguiu recolher, para uma área relativamente vizinha, o cervanense Aurélio de Oliveira, Assistente na Faculdade de Letras do Porto ⁽¹⁾.

E como os homens não são apenas produtores e consumidores, mas também seres sociais e religiosos, haveria que explorar estas características suas em contextos simultaneamente amplos e profundos.

O estudo da vida social mereceria desenvolvimento mais aturado, que não foi possível realizar. Outro tanto se diga da vida política, sem esquecer igualmente aspectos de funcionamento da máquina dita administrativa e judicial. O campo da vida cultural, tão extenso como é, exigiria, só de per si, toda uma história e todo um tratado.

⁽¹⁾ *A Abadia de Tibães e o seu Domínio (1630-1680)* — Estudo social e económico, Porto, 1974.

As casas de mais nomeada da freguesia, particularmente a de Gomariz e da Custariça talvez tenham muitos segredos que, uma vez descobertos, ajudariam igualmente a compreender muitos problemas de todo este povo.

Como nos faleceu tempo e ciência para semelhantes acrobacias e dado que nos impuséramos por norma delimitar as nossas considerações a alguns aspectos da vida religiosa da sua população, tivemos de pura e simplesmente deixar no olvido, e para outros entusiastas, semelhantes curiosidades.

Resta acrescentar que nada há no livro que seja fruto de pura fantasia. Cada afirmação foi sopesada, discutida e um tanto ou quanto burilada no que se refere à forma.

Para suprir a falta de pormenorizadas descrições escolheram-se as gravuras. Só se desejaria que fossem em maior quantidade e de melhor qualidade.

Por muito tempo hesitámos entre o dar à obra uma feição meramente popular e o dotá-la dum certo aparato erudito. Porque apreciamos as afirmações bem apoiadas em documentos à vista, quisemos agradecer a todos quantos reagem de igual maneira.

Desde já devemos sublinhar que não tivemos a preocupação de rebuscar todos os possíveis filões documentais, designadamente os referentes aos *Coutos* de Vilar de Areias, de Moure, ou de Manhente, todos pertencentes à Sé de Braga, ou às *Igrejas* de S. Romão da Ucha, de S. Julião da Laje, ou de S. Miguel de Gualtar, que muito poderão ajudar a desvendar a questão das velhas igrejas da freguesia de Cervães.

* * *

Dividimos o volume em duas partes. Na primeira, tratámos dum conjunto de elementos relacionados com a história civil e religiosa da freguesia de Cer-

vães. Na segunda, abordámos o assunto que mais nos interessava — *O Santuário de N. Senhora do Bom Despacho* — e para cuja compreensão procurámos fazer convergir todo o resto.

Para terminar, mais duas palavras, e estas, sobre as *fontes históricas*, em que se baseia a segunda parte do volume.

A fonte mais completa é, sem dúvida, o *manuscrito* que antigamente existira no Santuário e cujo rigor histórico pudemos em tudo comprovar, excepto no que se refere ao relato dos milagres. Para essa tarefa, prestaram valiosa ajuda diversos autores, entre os quais será justo salientar aqui Frei Agostinho de Santa Maria e António Carvalho da Costa.

Pena é não sabermos a data da redacção desse manuscrito; julgamos, no entanto, ter sido redigido antes do século XVIII, e certamente por um companheiro do próprio Ermitão, ou, em todo o caso, por algum companheiro do P. Manuel da Cruz, que àquella succedeu.

Apesar de perdido o original, segundo cremos, chegou até nós o texto, através de cópias, felizmente ainda obtidas a tempo. Não sabemos quantas haverá, além das que deram origem ao texto impresso.

São duas as edições impressas: data a primeira de 1883; remonta a segunda a 1898. A elas nos referiremos em momento oportuno.

Por isso, não tivemos a preocupação de fazer aqui uma reedição do texto. Preocupámo-nos, antes, com verificar-lhe a historicidade e utilizar de forma mais sistematizada todas as informações capazes de aclarar, confirmar e completar o conjunto de conhecimentos que sobre o Bom Despacho existem.

Uma lembrança especial devemos aqui deixar consignada para o P. J. J. da Silva Bacelar, o segundo deste nome.

Foi a partir dos seus *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho* que surgiu a ideia de se elaborar o presente trabalho. E quando já tínhamos dado por terminadas as nossas pesquisas chegou-nos às mãos um precioso livrinho que o mesmo Autor deixara inédito e que nos proporcionou magnífica ajuda, particularmente para a redacção do capítulo sobre os templos de Cervães. Intitulado *Apontamentos para a história da igreja de Cervães* e redigido em 1927, nele recolheu elementos, muitos dos quais hoje totalmente esquecidos, a respeito da igreja e das capelas da freguesia. Escusado será dizer que aproveitámos carinhosamente essas informações, correndo embora o risco de fazer engrossar um pouco mais o volume. Cervães e o seu povo, nomeadamente os vindouros, merecerão, contudo, esse pequeno incómodo.

E para terminar, cumpre ainda registar que este livro é fruto, não só do esforço do Autor, mas igualmente de todos os que para ele trabalharam, buscando ou fornecendo informações, esclarecimentos, sobretudo, acerca de acontecimentos dos últimos anos.

Oxalá que no futuro alguém possa utilizar estes elementos recolhidos e superar as deficiências que nestes vier a encontrar.

Lisboa e Parada de Gatim, 18 de Abril, dia da Páscoa do ano de 1976.

ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO

I PARTE

CERVÃES

**ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA
CIVIL E RELIGIOSA**

I

Cervães, seu nome, sua terra e suas gentes

1. *Sua localização geográfica.* A terra do norte de Portugal, de que aqui se fala, pertence, desde 1855, ao concelho de Vila Verde e, desde 1916, ao arcipresbiterado do mesmo nome, na Diocese de Braga. Situa-se na margem direita do rio Cávado e a obra de uma dúzia de quilómetros a noroeste de Braga e a outros tantos a nordeste de Barcelos. Ocupa no mapa as coordenadas 41°, 36', 40'' de latitude Norte e 8°, 31' 34'' de longitude W de Greenwich. Encastoadada entre os montes da Cobrosa, que a nascente, aproximadamente a delimitam de Oleiros e Cabanelas, e do Busto, que por alturas do lugar da Ermida se mostra, para os seus apenas 319 metros de cota, arrogante e corpolento, como que a desafiar a maresia do poente, essa terra dá pelo nome de Cervães.

A ela tinham acesso os antigos por algum troço da Estrada dita Real, que ia de Braga a Viana e que se a não atravessava de todo, nela tocava indubitavelmente pelo norte e na sua estrema com Atiães. Sim, porque, como no-lo atestam velhos tombos paroquiais dos séculos XVI e XVIII, a freguesia de Cervães estendia-se naqueles tempos até à actual cangosta do

Pinheiral, outrora merecedora das honras de estrada real ⁽¹⁾.

Mas é de crer que os restos de caminho lageado, a cada passo encontrados em Cervães, possam mesmo ter sido via medieval de relevo a ligar Braga a Viana, mais por estas bandas do sul. Demais essa antiga via poderia muito bem ter sido a do velho Couto do Mosteiro de Tibães, na margem esquerda do Cávado e cuja travessia se efectuava de barco entre a Senhora da Graça e Cabanelas. Nem a reconstrução, em Prado, em 1616, da actual ponte filipina, nem sequer a sua derrocada, em 1671, incomodaram ou beneficiaram grandemente as populações antigas de Cabanelas e Cervães, tanto estavam elas já habituadas a passar o rio frente a Santo Adrião de Padim da Graça ⁽²⁾.

Fosse porém como fosse essa história de caminhos, o certo é que Cervães não era terra isolada no meio de urzes ou penedias de outrora, nem tampouco o é nos dias progressivos de hoje. A Estrada Municipal 541, de recente reconstrução, em cubos de granito, liga-a pelo sul, em Cruto, com a E. N. 205, dando-lhe acesso às vilas e cidades da zona do Cávado,

⁽¹⁾ *Tombo de S. Mamede de Escariz*, de 1508. Consultamos a cópia de 1759, pp. 18-19; *Autos do Tombo da Igreja de Parada de Gatim*, de 1759. Recolhia o texto de Tombo antigo, ou de 1548. Várias vezes refere a «estrada real». Vide fls. 161 v.º, 165 v.º, 166 e v.º, por exemplo. Obtivemos estes elementos antes de 3 de Julho de 1975, data, em que, por motivos ainda não esclarecidos nem averiguados, um terrível incêndio (talvez propositadamente provocado) destruiu este Tombo, bem assim como toda a preciosa documentação dos séculos XVI-XX, pertencente ao Arquivo Paroquial e valendo centenas, se não mesmo alguns milhares de contos. Era pároco então encarregado da freguesia e do Arquivo o R. P. Manuel Gonçalves da Costa.

⁽²⁾ Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu Domínio (1630-1680). Estudo Social e Económico*, Porto, 1974. p. 144.

e pelo noroeste com a E. N. 306, que lhe proporciona saídas para as margens do rio Neiva e as zonas do litoral Norte ou de Viana do Castelo.

2. *Cervães* — *O seu nome*. De quando se chama esta terra com o nome de Cervães, não o sabemos. Nem sequer sabemos se é este o nome primitivo ou se outro tivera nas origens do seu povoamento.

Razões para lhe terem dado este designativo de *Cervães* conheciam-nas sobejamente os seus pais e padrinhos. Ficaram todavia em sua exclusiva posse os segredos do compadrio.

De resto, quando sobre os velhos tempos se torna falha a memória escrita, é-se impedido de ir muito além de, por vezes, habilidosas suposições. E assim não faltaria quem quisesse entroncar o topónimo *Cervães* nos tempos de remoto domínio feudal, em que alguns ricos senhores dominariam prepotentemente toda uma gleba laboriosa e resignada a viver na sua humilde situação de escrava ou de *serva*. Mas nem o modo de escrever o topónimo nem os dizeres das mais antigas gentes nos dão licença para aceitar semelhantes jeitos de pensar.

O actual morador da freguesia de *S. Romão da Ucha*, por exemplo, quando fala em *Gandra* ou *Gandrachã*, lembrar-se-á logo do nome de dois lugares da sua terra, sem pensar necessariamente no que tais palavras possam significar. Ele poderá desconhecer até que as charnecas pobres e aqueles terrenos incultos, onde só medraram as silvas, as urzes, os codeços e outros arbustos de fraca utilidade, tinham outrora, o nome de *gandras*. Poderá igualmente ignorar que gândara ou gandra pode ainda significar guiços ou gravetos. Isto é, aquele tipo de lenha miúda outrora recolhida pelos mais pobres, e não só, para cozinharem o bródio que lhes ia tendo mão no corpo.

Mais ainda, pode de todo não saber que o nome *Ucha*, sua terra, provém do latim *usta* (de *urior*) e significa *queimada*, tal como *Cádavo*, forma antiga de *Cávado*, significa também *chamuscado*, por atravessar em zona onde era uso queimar as urzes e ervas bravas, para eliminação da bicharada, limpeza das terras e fertilização do solo destinado a uma agricultura que poderia ser até assás intensa ⁽³⁾.

Os habitantes de *Oliveira* ou de *Parada de Gatim* ou de qualquer outra freguesia, ao falarem em *Boavista*, não poderão, em contrapartida, deixar de associar a semelhante topónimo um panorama belo e imponente, não sendo sequer de admitir como desagradável o que os seus olhos possam enxergar.

Em Cervães, como em tantas outras freguesias, são ainda hoje diversos os topónimos a condizer com o que no sítio se vê de concreto ou com o que nele facilmente se deixa adivinhar. São desse tipo nomes como Penedo, Cruz, Cruzinhas, Carvalhal, Ribeiro, Sobral, Ermida, Pedreira, Outeiro, Agro, Rego e outros. Se topónimos há cuja razão de ser se torna de certo modo facilmente explicável, desde que se atenda a todo um complicado processo histórico-social, outros há, igualmente, para os quais se não vislumbra, mesmo com rude esforço, qualquer explicação aceitável. No primeiro destes casos, encontramos um Paço, um Mosteiro, uma Vila Godim, Torre, um Castelo, um Bom Despacho ou S. Pedro de Montório, sem se esquecer talvez Espaço. No segundo caso, colocaremos Costariça, Cruto, Gêsto, Machinca, Resela (outrora Reselha e Visage.

Deixemos, contudo, de parte o aprofundamento das razões de ser de todos estes nomes, para tentarmos saber algo mais acerca do topónimo Cervães.

⁽³⁾ Arlindo Ribeiro da Cunha, *Topónimos Nortenhos*, in *Acção Católica*, XXVI (1941), p. 402.

Como já atrás sublinhámos, o nome de *Cervães* nada terá a ver com a existência de *servos* ou *escravos*, com *servidões* ou qualquer espécie de *escravatura*. O facto de terem existido em *Cervães*, na Idade Média, quintas não reguengueiras, pertencentes a alguns lavradores ou fidalgos, mas pagando foro ao Rei, de maneira nenhuma nos permite admitir que se pretenda ver os moradores de *Cervães* como *servos* seja lá de quem for. Se tal se pudesse admitir, teríamos igualmente de advogar que, nesse caso, deveriam ser muitas as terras portuguesas com o nome de *Cervães*. Ora, é o contrário o que precisamente acontece. Freguesias com o simples nome de *Cervães* apenas existe esta em todo o país. Outra há, mas denominada *Póvoa de Cervães* (Mangualde, Viseu). E na freguesia de *Cassurães*, do mesmo concelho e distrito, existe igualmente uma povoação ou lugar com o nome de *Cervães*.

Em face de tudo isto, há que buscar outra explicação, menos engenhosa e mais de acordo com a fauna da região, para se compreender a razão do topónimo *Cervães*.

Cervães, que, como veremos, é vocábulo que sempre ofereceu dificuldades a quem o escrevia, pode estar fundamente relacionado com a palavra latina *Cervus*, que quer dizer *veado* ou *cervo* e cuja fêmea era também chamada *cerva* ou mais propriamente *corça*.

J. Leite de Vasconcelos é de opinião de que a palavra *cervo* entrou na toponímia em formas como *Cerveira* («ninho de cerva»), *Cervas*, *Cerva-Monte*, *Cervos*, *Cervinhos* e *Cervelhos* (4).

Pode haver quem se recuse a admitir como aceitável aquela explicação. Basear-se-á no facto de

(4) *Etnografia Portuguesa*, II Lisboa, 1936, p. 127. O A. não cita neste passo o topónimo *Cervães*, certamente, por inadvertência.

não constar hoje que alguém tenha visto, por estes sítios, veados ou bichos com eles parecidos. Muitos porém mudariam de atitude, ao saberem que nestas zonas foi vulgar a existência de caça miúda, de raposas, de porcos bravos ou javalis, bem assim como de lobos, para cuja eliminação muito contribuíram as uchas e os fojos ou fijôs, de que restam vestígios na toponímia de algumas freguesias de ao redor.

As populações da região do Soajo, que bem os conheciam e com eles estavam mais afeitas, distinguíam os lobos em *asnaes* ⁽⁵⁾ e em *cervaes* ⁽⁶⁾. O lobo asnal era o lobo grande, que constituía permanente ameaça para os rebanhos. Quanto ao *lobo cerval*, tratava-se dum lobo mais pequeno do que aquele, muito parecido com os gatos, tendo como eles os pés fendidos, a língua áspera e orelhas do mesmo feitio. Era o lobo caçador do veado ou *cervo*, e daí o nome de cerval que lhe davam. Muitos o confundiram erradamente com o lince ⁽⁷⁾ e outros, com o ginete.

Tanto uma como outra explicação acerca do topónimo Cervães nos parece perfeitamente razoável, se igualmente atendermos à flora da região.

O topónimo *Cervães* é, em suma, um dos muitos topónimos ligados, não a um sistema social ou cultural, mas à existência de seres vivos (animais e vegetais) por sobre o seu solo. Se entre esses animais

⁽⁵⁾ É de recordar que a actual freguesia de Santa Marinha de Anais se designava em 1320 *Asnaes*. Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal*, II, Coimbra, 1910, p. 630. O mesmo se diga em 1220 e noutras datas. Cf. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, II, Coimbra, 1959, pp. 132, 317 e 326.

⁽⁶⁾ A. de Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, I, (2.^a ed.) Braga, 1868, p. 230.

⁽⁷⁾ Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, II, Coimbra, 1712, p. 257.

devemos contar apenas aqueles lobos pequenos comedores de cervos ou *cervaes* (forma antiga de cervais), ou se também os veados ou *cervos*, não o podemos comprovar.

Uma vez que Cerveira pode designar o ninho de cerva, o cerval tanto pode lembrar um bando de cervos, como sugerir um agrupamento de lobos cervais.

Embora lhe não possamos dar valor demasiado, por se tratar de referência absolutamente isolada e que tanto pode coincidir com o nome primitivo, como pode ser alatinização notarial posterior, é útil referir que um documento registado no *Liber Fidei* da Sé de Braga, de 1120, refere o topónimo sob a forma *Cervanes* ⁽⁸⁾. Cem anos mais tarde, as Inquirições de D. Afonso II, não obstante a sua redacção alatinizada, não referem *Cervanes*, mas sim *Cervaes*, tal como acontece em 1258, com as Inquirições de D. Afonso III, e em 1290, com as de D. Dinis ⁽⁹⁾.

O documento de 1120 tem, pelo menos, o mérito de nos informar que é antigo o uso de pronunciar com anasalamento o vocábulo Cervães. E aquilo que tem constituído objecto de hesitações, na grafia ou escrita, tem sido uma certeza quanto à pronúncia.

Cervaes, *Cervais*, *Cervaães*, *Cervains*, *Cervãins*, *Cervaeins*, *Cervans* e até *Servans* e *Servains*, além da actual Cervães, tudo isto são formas com que deparamos na escrita de velhas escrituras da freguesia ou acerca da freguesia e suas limítrofes. Usaram-nas, em diversas épocas, as pessoas mais eruditas, nomeadamente, os eclesiásticos, os juízes e os tabeliães.

Estava-se em face de uma autêntica anarquia ortográfica, a que os últimos anos parecem ter posto

⁽⁸⁾ *Liber Fidei*, doc. n.º 444, do Arquivo Distrital de Braga.

⁽⁹⁾ *Port. Monum. Hist. — Inquis.*, Lisboa, 1888, pp. 90, 219; cf. *O Bispo D. Pedro... de Braga*, II, p. 219.

finalmente cobro, graças à fixação mais corrente da fórmula *Cervães*. Mas haverá que admitir, por mais algum tempo ainda, a grafia daqueles que pouco mais são que analfabetos e que também têm o direito de escrever, como podem, o nome da sua terra.

Uma interrogação, que nos surgiu, persistirá ainda. Como denominar os naturais ou os habitantes de *Cervães*? Quererão o nome de cervainhos, já que é simplesmente inaceitável, por impróprio, o de cervelhos? Ou preferirão chamadoiro mais erudito e conforme com a antiga forma alatinizada, *Cervanes*, e que poderia ser *cervanenses*, tal como em vimaranenses, vianenses ou bracarenses, ou gostarão mais de *cervaneses*, fórmula mais popularizada, como em bragueses, vianeses, etc.?

Que os habilitados em questões de baptizados usem da sua liberdade. Se eles se não manifestarem com autoridade, que cada um denomine os naturais de *Cervães* como souber ou como eles lho permitirem!

3. *Cervães — o seu solo*. Os terrenos da área de *Cervães* e das outras freguesias limítrofes são de características idênticas às da maioria do solo de todo o vale do Cávado e dos seus pequenos afluentes. São terrenos mais ou menos cultivados, desde que o homem por aí começou a levar vida sedentária, muito antes dos tempos da colonização romana. Os castros existentes, conhecidos no monte do Facho (freg. de Oliveira), no monte Zilos (Escariz, S. Martinho), os vestígios de antigas louças em S. Gens de Macarome (Cabanelas-Prado), as referências medievais à mamoa de Cerredelo, testemunham em favor dum povoamento muito antigo, mais que bimilenário, muito embora se não possa aventar datas exactas.

A documentação escrita, referente a estas zonas, e que até nós chegou, não é tão antiga quanto gostaríamos que fosse. E por ser de proveniência eclesiástica, muita dela refere-se, primeiramente, como é natural, à vida da comunidade cristã destes sítios, fazendo-o, além disso, em termos vincadamente sóbrios. Sob este aspecto é excepcional o conteúdo da carta de doação de Parada de Gatim e da sua igreja de S. Salvador ao Mosteiro de Mumadona de Guimarães, de 1 de Dezembro do ano de 1046, mas que os organizadores dos *Portugaliae Monumenta Historica* erradamente dataram de ano de 986. Este documento ⁽¹⁰⁾, ao informar-nos que em Parada, além duma igreja bem dotada, havia, muito antes desta data, uma vida agrária fortemente organizada, dá-nos sem dúvida uma ideia aproximada do que seria também a vida das populações das demais freguesias situadas nas margens do ribeiro de Puriço. A referência à existência de cubos e cubas bastaria para nos certificar de que aí se produziam cereais e vinho. Mas isto é aliás sobejamente confirmado pela nomeação das vinhas, por um lado, e pela evocação dos moinhos ou azenhas de água, pelo outro. A referência a pomares, com macieiras, pereiras e figueiras, a sotos de castanheiros, a represas ou levadas de água, dá-nos a certeza de que estávamos já em face duma agricultura que, à excepção do seu nível técnico quanto a maquinaria, fertilizantes e pesticidas, e quanto aos circuitos de comercialização, muito se parecia já com a actual.

As inquirições de D. Afonso II (1220) e de D. Afonso III (1258) falam muitas vezes no pão produ-

⁽¹⁰⁾ *Livro de Mumadona*, reprodução facsimilada do Códice, I, Lisboa, 1973, pp. 44-45. Doc. n.º 152 dos *Diplomata et Chartae*, dos *Port. Monum. Hist.*, I, Lisboa, 1867, p. 96. Ver também *Vimaranis Monumenta Historica*, I, Guimarães, 1908, p. 20. n.º 18, parcialmente transcrito.

zido nas terras de ao redor de Cervães. Em S. Gens de Macarome, colhia-se, pelos menos, cevada; em Cabanelas, havia trigo, milho e cevada; em Oleiros faz-se referência ao pão e vinho e nomeia-se concretamente o milho. Parada produzia milho, castanha, vinho, centeio, trigo, além do linho para bragal. Este último cultivava-se igualmente em Igreja Nova, em S. Tiago de Francelos e em S. Romão da Ucha. Nesta freguesia fabricava-se um pão dito *de fora*, proveniente talvez do milho painço, importado da Itália. Nas freguesias de Oliveira e da Lama também se refere a existência do pão, por um lado, e das azenhas, pelo outro ⁽¹¹⁾.

Recorde-se que o milho dessas épocas era diferente dos actuais milhos grossos, híbrido, mourão, amarelo, ou regional. Eram milhos alvos, miúdos, painços. Os actuais milhos foram introduzidos no país nos séculos XV e XVI e trazidos de certas zonas de África e do Brasil ⁽¹²⁾.

A batata, que, actualmente, também se produz naquelas terras, é um tubérculo que em Portugal apenas se cultivava desde o século XVII. E só recentemente começou a ocupar o lugar que na alimentação popular representavam outrora os nabos e as castanhas ⁽¹³⁾.

No campo da pecuária, já no séc. XIII são nomeados como existindo nestas zonas o gado de capoeira, o gado suíno, o ovino, caprino e bovino.

Em Cervães, havia, além disso, como no-lo dão a entender as Inquirições, uma indústria florescente,

⁽¹¹⁾ Vide *Port. Mon. Hist. — Inquisitiones*, Lisboa, 1888, Julgado de Prado.

⁽¹²⁾ Cf. vocábulo «milho», in «*Dicionário de História de Portugal*», dirigido por Joel Serrão, vol. III (Lisboa, 1968), pp. 58-64.

⁽¹³⁾ Cf. vocábulo «batata», in *Diccion. de Hist. de Port.*, I (Lisboa 1971), p. 316-317.

pelo menos numa quinta ou herdade. Era a *olaria* e a *cerâmica*, para a qual contribuía a qualidade do próprio terreno, quer de certas áreas da freguesia (como o lugar da *Cova*), quer da região, nomeadamente Cabanelas (*Cruto* ou *Coruto*) e Prado (*Tijosas*).

A este propósito, ninguém melhor do que o químico e geólogo francês Charles Lepierre estudou a constituição destes solos da margem direita do Cávado. E Rocha Peixoto, em estudo hoje valiosíssimo, refere as conclusões do mestre francês ⁽¹⁴⁾, dando conta dos trabalhos executados pelos oleiros desta zona, nos fins do século passado, e escreve: «Centrando esta zona paleozoica por alturas e intermediária das freguesias de Cervães e Cabanelas, ambas do concelho de Vila Verde, uma mancha do pliocénico emerge. É aqui que buscam, principalmente, os barros apropriados à cerâmica rústica. O pliocénico (...) é sempre terreno apaúlado, por vezes extremamente alagadiço» (...) ⁽¹⁵⁾.

As argilas de Cabanelas, Cruto e Alvarães (Viana) prestavam-se para o fabrico de louça vidrada ou para a louça fosca. Quanto à louça negra dos louceiros de Parada de Gatim e de Escariz (S. Mamede), era feita com barros da Tijosa (Prado).

Para a chamada louça fina de Prado, espécie de terra cota, utilizava-se a argila do lugar da Cova, de Cervães, que era muito plástica e, por isso, permitia ser aplicada no fabrico de vasos de jardim e de suspensão, de jarras, moringues e brinquedos, de grande procura nos mercados. No lugar de Cervinhos foi célebre como fabricante deste tipo de louça fina um oleiro que se assinava com as iniciais F. C. Era o *Cara-*

⁽¹⁴⁾ *As Olarias de Prado*, in *Portugalia*, I (1899-1903), pp. 227-270.

⁽¹⁵⁾ Rocha Peixoto, *As Olarias do Prado*, loc. cit., p. 233.

panta, natural de Cervães, mas que trabalhara em Sacavém, na Vista Alegre e no Brasil ⁽¹⁶⁾.

O facto de nas Inquirições de 1220 e 1258 se referir a quinta de Perra ou de Gonçalo Gontiges, como devendo dar louça ao Rei, tanta quanta ele quisesse, leva-nos a supor que se trataria já desta louça fina ou espécie de terra cota, já então fabricada.

A comprovar o facto de que Cervães era terra de gente que se dedicava à indústria cerâmica apparece-nos o censo com que anualmente devia contribuir a sua igreja para a Sé de Braga. Este censo paroquial constava, no séc. XIV, de doze moios de telha, sendo já de duzentas telhas cada moio ⁽¹⁷⁾.

É ainda hoje apreciável a indústria de Cervães no sector da cerâmica, mormente no complexo de Cruto.

Outra actividade, que fora próspera, em Cervães, e também ela relacionada com o subsolo, foi a da extracção do *granito*. Ainda hoje se podem extrair bellos esteios de granito, semelhantes em tudo àqueles que aos milhares aguentam com a mor parte das videiras de toda esta vasta região e que provêm das pedreiras do Bom Despacho ou da Ermida, mas todas elas do monte Busto, outrora denominado monte Alaria ⁽¹⁸⁾, e que constitui uma autêntica mole de granito.

O nome dum pedreiro de Cervães ficou registado para a história. Foi o de José Ribeiro, que, em 1795, ajustara por 290 mil reis a construção do cruzeiro que se encontra em frente do Santuário de Nossa Senhora da Abadia ⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁶⁾ Id., *ib.*, p. 267, nota n.º 2.

⁽¹⁷⁾ Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro...*, II pp. 219, 275, 314 e 334.

⁽¹⁸⁾ Esta denominação pode ver-se por ex., na carta de Parada. Cf. a nota 10 do presente capítulo.

⁽¹⁹⁾ Arlindo Ribeiro da Cunha, *Senhora da Abadia. Monografia histórico-descritiva*, Barcelos, 1951, p. 99.

No subsolo de Cervães não existem apenas as pedras do tipo granitoide ou as argilas de diversos tipos. Outros minerais existem ainda ou existiram em grandes quantidades, noutros tempos, de que já não há memória. E isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito a todo o extenso monte da Cobrosa. Em 1758, descrevia-o assim o P. João Pereira: «*Tem em si o dito monte (da Cobrosa) muitas covadas de que não há memória de seu principio; mostram ser antigamente minerais e não há notícia de que qualidade fossem*» (20).

Não eram utilizadas no séc. XVIII e naqueles sítios as pesquisas geológicas ou estratigráficas. Não admira por isso que se ignorassem as causas daquelas covas e covadas. O povo denominava-as «covas dos mouros» e de qualquer forma as punha em relação com a «cidade macarona» ou a «macarona dos mouros», nomes com que pomposamente se pretenderia referir o povoamento, talvez de origem castreja, e situado nas imediações de Muquoromi, Macarome ou Macrome e onde se formaria a antiga paróquia medieval, que fora S. Gens de Macarome e cuja capela recorda, a quem o conhece, todo esse passado distante. Este simpático aglomerado é, desde 1855, importante lugar da freguesia de Cabanelas.

Mais modernamente, conseguiu-se saber que as freguesias de Oleiros, Cervães, Escariz (S. Mamede) e Parada de Gatim abrangem uma zona onde foi possível detectar alguns valiosos jazigos mineralíferos, nomeadamente de *estanho* e *volfrâmio*. Assim existem registadas quatro minas de estanho: uma na Cobrosa (Cervães) e outra nas Cerqueiras (Oleiros), a

(20) *Dicionário Geográfico de Portugal* (Manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT), vol. 10, p. 1891. Chamam-lhe também *Memórias Paroquiais*. Publicados 2 vols. em 1747-51 e não passou da letra B.

que os antigos chamavam também Cobrosa Velha ⁽²¹⁾. Ainda de estanho, há mais duas e ambas em Parada de Gatim: uma no lugar dos Bugalheiros e outra no Rei de Baixo, lugares onde se tem também encontrado volfrâmio e algumas raras pepitas de ouro. De volfrâmio estão propriamente registadas duas minas: a da Abelheira (Cervães) e a de São Mamede, em Escariz.

4. *Cervães — a sua gente*. Apesar de o homem moldar a natureza, esta também acaba por moldar os homens. Estes são grandemente condicionados pelo seu meio físico. E isto se verificou em Cervães, como igualmente se verificou em tantos outros sítios do mundo.

Cervães tem zonas pobres, áridas e secas, onde tudo é penedia; tem zonas frescas e fundas; tem áreas de pinhal e tem muitos daqueles pinchões ou socalcos cheios de vinhas e ramadas, que, na primavera ou no outono, são a doidice de quem dispõe de tempo e gosto para apreciar o misto de cores incomparáveis com que se tingem todo o Minho de entre o rio e a montanha e onde é abundante a precipitação pluviosa. O nível de cotas ou altitude de Cervães varia, mas talvez não se afaste muito da média dos cem metros.

Ao referir as características do solo e subsolo de Cervães, tivemos já oportunidade de evocar qual o tipo de actividade dos seus habitantes. Resta-nos agora tentar descobrir qual o suporte social de toda esta população laboriosa.

Visto tratar-se de terras de solo facilmente arável, que, mesmo que não irrigáveis com águas recolhidas em poças e açudes ou tanques, sempre se hume-

⁽²¹⁾ *Autos do Tombo da Igreja de Parada de Gatim*, fl. 165 v.º.

decem nas épocas das chuvas abundantes, compreende-se que, desde cedo, tenham sido terras buscadas pelas populações.

A existência de topónimos derivados de nomes de indivíduos visigóticos, em zonas onde se tem encontrado vestígios de povoamentos castrejos, significa que nos encontramos em face de terras cujo cultivo remontará à pré-história. Os topónimos *Gomariz* (de *Gomaricus*, ci) e *Espaçante* (de *Spazandus*, i), ainda actualmente existentes em Cervães, são sob este aspecto, significativos. Denotam apropriação (presúria) feita por senhores visigóticos com aqueles nomes e daquelas terras ou «vilas», até então já exploradas e organizadas, ou que, pouco a pouco, foram explorando e organizando melhor. Além de *Espaçante* e de *Gomariz*, as Inquirições de 1258 referem duas outras quintãs: a de *Fins* (*Felicis*) e a de *Friões* (*Froiani*), que poderiam estar em idênticas condições.

Algumas dessas terras conservaram-se, talvez durante séculos, em posse das mesmas famílias, as quais as foram certamente valorizando com o seu trabalho e com o dos seus associados e familiares. Basta uma vista de olhos pelos velhos livros de linhagens para se observar que quase todos os terrenos dos vales do Minho, desde muito cedo, ficaram ligados ao nome das grandes famílias. Os Abreus e os Bacelares são provenientes das ribeiras do Minho e Lima. Os Azevedos e os Velhos, os Silvas, os Castros e os Pereiras, os Sousas e os Pinheiros encontram-se mais ligados aos vales do Neiva e do Cávado. Porém, com o andar dos tempos, aparecem uns e outros de tal maneira enleados uns nos outros que até aos genealogistas coscuvilheiros das velhas estirpes se lhes torna difícil determinar os quatro costados. E estas coisas foram tão notórias, que certo estudioso foi até ao ponto de dizer que a «terra» de Prado (vocábulo com que se exprime

todo o amplo horizonte que de Braga se abarca na margem direita do Cávado e à esquerda da actual estrada nacional 201, que segue rumo a Ponte de Lima, e não apenas o antigo concelho ou termo medieval), era o lugar onde a fidalguia tinha por assim dizer «o seu mais cerrado logradouro de todo o País, sem haver paróquia onde a propriedade privilegiada totalmente não apareça» (22).

5. *Cervães e a Coroa*. Em Cervães, havia, em 1220, como pertencendo à Coroa apenas duas leiras de vinha: uma em *Vilarinho* e outra em *Paredes*, de cuja produção revertia a metade para el-Rei. As Inquirições de 1258 falam igualmente nos direitos del-Rei sobre a leira de Vilarinho. Não referem a leira de Paredes, mas em contrapartida nomeiam uma vinha demarcada no *Carvalhal*, de que se levava metade do vinho a el-Rei.

Se exceptuarmos estas duas parcelas de terreno em posse directa da Coroa, podemos afirmar que, tanto em 1220 como em 1258, as propriedades de Cervães estavam já todas elas em posse de particulares, que por sua vez pagavam, mais ou menos todos, idênticos foros ou direitos à Coroa.

As Inquirições de 1220 dão-nos a saber que os herdeiros de Cervães eram *vilãos* e pagavam a el-Rei um foro que consistia em treze espáduas de porco com castanhas e ovos ou cabaça de vinho. Quem tivesse cinco reixelos devia dar um cabrito, ou no caso de o terem, um leitão. Havendo vitelas, dariam queijo e havendo frangos, eram estes que deviam dar ao mordomo. Todos quantos pagavam este foro cabaneiro deviam ir também ao rio Puriço (certamente) pescar

(22) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXVI, p. 38, art. «Vila Verde».

trutas (naturalmente), para o rei. Em moeda, pagavam de fossadeira 5 soldos e 5 dinheiros e pagavam igualmente a voz e coima. Destas taxas (fossadeira e voz e coima), tinha a Sé de Braga direito a cobrar para si uma quarta parte.

Sabemos ainda que, em 1220, era na herdade dum tal Paio Bom que se arrecadavam os ganhos del-Rei e que aí ia pernoitar o mordomo. Quanto à obrigação de lhe dar de comer, essa recaía, por igual, por sobre todos os homens da povoação ⁽²³⁾.

Trinta e oito anos depois, ou seja, em 1258, e talvez por ter entretanto aumentado a população, ficamos com a impressão de que as terras se encontravam mais repartidas ou possivelmente até mais arrotadas. Mas, salvo quatro excepções, continuavam na posse, não de herdeiros privilegiados, mas na de *herdadores vilãos*. São conhecidos os nomes de alguns desses herdeiros bem como o nome dalgumas quintas ou quintãs. Interessa-nos, não só registar aqui os seus nomes, como apontar ainda os foros ou rendas que cada uma das 18 quintas de Cervães tinha então de pagar à Coroa.

Os herdeiros da quinta da *Ermida* pagavam todos *voz e coima*, isto é, a multa que a Coroa lhes reivindicava, caso fossem delinquentes ou criminosos, a qual revertia, quer para a pessoa ofendida que gritava «aqui del-rei», quer para o fisco, consoante as disposições particulares dos forais ou dos privilégios dos coutos, honras, etc. Mais. Haviam de dar a el-Rei uma espádua de porco, e no caso de terem vitelas, deviam dar-lhe queijo. Por cada porca que parisse, deviam dar-lhe uma leitoa e por cada quatro reixelos, deviam dar-lhe um cabrito. Além disso, tinham de ir ao rio pescar para o rei. Quando morresse algum ho-

(23) *Port. Mon. Hist. — Inquis.*, p. 90

mem pagavam de lutuosa ou por direitos de sepultura dois maravedis. O mordomo régio podia comer em casa de cada um dos herdutores, apenas uma vez, por mês. Cada cabeça-casal desta quinta da Ermida era obrigado a pagar individualmente estas quantias, exceptuando-se a espádua de porco, que essa devia ser paga por todos conjuntamente.

As quintas de *Pedro Limiano*, de *Fins*, de *Gonçalo Goterres*, de *Lamas* e de *João Barral*, bem assim como as de *Friões*, de *Martinho Trigue*s e de *D. Tomé*, as de *Pedro Anelio*, de *Maria de Areias* e de *Paio Mouro*, esta no lugar de *Cervainhos*, todas elas pagavam ao rei tanto como a quinta da Ermida.

Os herdutores da quinta de *Mendo Cenoiz* eram obrigados a arranjar para o rei espádua de porco, queijo e cabrito, tivessem ou não todas estas coisas.

Os herdutores das quintas de *Pedro Forjaz* e de *Martinho Trastamires* pagavam tudo como a quinta da Ermida, mas além disso, tinham de recolher aí os ganhos do rei e dar pousada ao mordomo real.

Os herdutores da quinta de *Perra* pagavam como os da Ermida, mas se el-rei quisesse louças (panelas, etc.) das aí fabricadas, tinham de lhas dar. Nesse ano, contudo, deixavam de lhe pagar qualquer outro foro.

Duas outras quintas são também referidas, em 1258. São as quintas de *Louredo* e a de *Gonçalo Onriguit (Henriques)*, que pagavam de fossadeira 10 e 8 dinheiros, respectivamente ⁽²⁴⁾. A *fossadeira*, recorde-se, correspondia à actual taxa militar. Era paga por todos os cavaleiros vilãos e peões que fossem dispensados de participar no fossado ou expedições organizadas contra o inimigo ⁽²⁵⁾.

⁽²⁴⁾ *Ib. idem*, p. 300.

⁽²⁵⁾ Vide vocábulo «fossadeira», in *Diccion. de Hist. de Port.* II (Lisboa, 1971) ,p. 285-286.

Todas as famílias por qualquer razão ligadas a todas estas 18 quintas estavam sob a alçada do rico-homem ou senhor, do juiz e do mordomo da *Terra* ou do *Julgado do Prado*, os quais para os devidos efeitos aí representavam a pessoa do Rei.

6. *Cervães e as casas fidalgas*. Informam-nos ainda as Inquirições que entre 1220 e 1258 algumas quintas houvera em Cervães com prestígio ascendente por sobre os direitos da Coroa. Os inquiridos em 1258 afirmam claramente que em tempos idos os moradores de *Terroselo*, de *Oliveira*, de *Mazanedo* e de *Gomariz* estavam sob a alçada do Juiz de Prado para efeitos de justiça e a cujo mordomo pagavam em moeda ou em géneros as multas e penas. Mas acrescentam os mesmos inquiridos: «Agora são honras e não entra aí o mordomo del-Rei» ⁽²⁶⁾.

Muitas honras ditas novas apareceram neste período por todo o país de forma abusiva. Pretendiam assim fugir os seus moradores aos encargos que sobre eles pendiam: pagamento dos tributos, dos direitos de justiça e exercício da fiscalização por parte dos funcionários da Coroa. Por esse motivo teve D. Afonso III de mandar fazer devassa de todas as propriedades do Reino, mediante as Inquirições de 1258. Tal abuso continuaria contudo a verificar-se, a pontos de, em 1335, D. Afonso IV ter declarado ilícitas todas as honras posteriores às Inquirições de D. Dinis (1288). Na prática, foi esta data prorrogada para a de 1305 ⁽²⁷⁾.

A honra só existia, quando possuída por algum *fidalg*o. Dependia, pois, do possuidor da terra e durava tanto quanto durasse a *fidalg*uia dos seus herdeiros.

⁽²⁶⁾ *Port. Monum. Hist. —Inquis.*, p. 300.

⁽²⁷⁾ Vide vocábulo «Honra» in *Diccion. de Hist. de Port.*, II p. 448.

Ao lado das honras, existiam os *coutos*, os quais tanto podiam ser propriedade de fidalgos, como propriedade das igrejas. As terras eclesiásticas, fossem elas da Sé, dos mosteiros ou das igrejas, só podiam ser *coutos*. Nunca podiam ser honras (28).

Em Cervães, foram casas fidalgas, além da de Gomariz (que foi *honra*), a casa da quinta de Penoucos ou quinta da Estrela, por aí ter existido a Capela de Santa Maria de Penoucos, recentemente mais conhecida por Nossa Senhora da Estrela.

A Casa de Gomariz, como adiante se verá, andava no séc. XVI ligada à família dos Azevedos, fidalgos do Solar de Azevedo (Lama). No dizer do P. A. Carvalho da Costa, a Torre de Gomariz é solar antigo «de que é senhor Francisco da Cunha da Silva, Mestre de Campo e Governador de Monção. Sucedeu nela a seu pai, André Velho de Azevedo, que por herança lhes veio da Casa de Azevedo, de que descendem» (29). Em 1758, era senhor da quinta de Gomariz João de Almada e Melo, Governador de Armas da cidade do Porto (30).

A quinta da Estrela ou de Penoucos, que tudo

(28) Cf. A. Braamcamp Freire, in *Archivo Histórico Português*, IV (1906), p. 10; *Diccion. de Hist. de Portugal*, I (Lisboa, 1971), vocábulo «Couto», p. 738-739.

(29) *Corografia Portuguesa*, I (2.ª ed.), Braga, 1868, p. 222. A primeira edição deste volume é de 1706. *O Minho Pitoresco* I, Lisboa, 1886, p. 412, diz Francisco da Cunha e Silveira, afastando-se neste pormenor de Pinho Leal no seu *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário*, II, Lisboa, p. 255.

(30) *Dicionário Geográfico de Portugal* (ms, ANTT), vol. X, p. 1893. Cf. D. António Caetano do Amaral, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VII, Lisboa, 1740, p.680; XII, 1.ª parte, Lisboa, 1747, p. 142; XII 2.ª parte, Lisboa, 1748, p. 870. Acrescenta-se que também foi Alcaide-mor de Palmela, Capitão de Infantaria e Cavalos e Comissário Geral da Cavalaria. Foi casado com D. Maior de Mendonça e faleceu a 17 de Outubro de 1725 (*Ib.*, XII, 1.ª parte, p. 142).

indica ser de época medieval, era, em meados do séc. XVII, propriedade de Mateus Pereira Bravo, médico em Braga (31). Em 1758 continuava a quinta na posse dum cidadão da cidade de Braga, mas, desta vez, chamado João Luís da Silva e Sousa (32).

A quinta e casa da Custariça não mereceu qualquer referência especial por parte do P. João Pereira, que aos 21 de Abril de 1758, respondeu ao questionário, que, na ordem deambulatoria, lhe fora apresentado por determinação do Rev. Doutor Francisco Fernandes Coelho, Provisor e Vigário Geral do Arcebispado de Braga. Tem sido quinta ligada à família dos Bacelares e é seu actual possuidor o Sr. Dr. Nuno Alcino de Castro e Silva Bacelar, licenciado em letras pela Universidade do Porto.

7. *Cervães e o seu Couto*. Por *couto* entende-se geralmente uma terra, em cujos limites não podiam entrar funcionários da coroa (juizes, meirinhos, mordomos, notários, etc.) para exercício das suas funções, e cujos moradores estavam escusados de prestar serviço militar no exército do rei ou dispensados de pagar taxa militar, impostos e multas ao Estado. Semelhantes privilégios variavam, aliás, de couto para couto, e isso sempre de acordo com o teor das *cartas de couto* dadas pelos monarcas (33).

Sabemos, embora por notícias tardias, que Cervães era uma freguesia com particularidades curiosas, que os corógrafos por vezes confusamente referem.

(31) Cf. J. B. da Silva Ramos, *O Comércio do Minho*, n.º 1569, de 1 de Setembro 1883; J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho em Cervães*, Braga, 1898, p. 14; *Braccara Augusta*, XX (1966), p. 98 e 114.

(32) *Dic. Geog. de Portugal* (manuscrito), vol. X, p. 1893.

(33) *Dicion. de Hist. de Portugal*, I, (Lisboa, 1971), p. 739.

E isso deve-se à falta de documentação antiga com elementos capazes de lhes esclarecerem as dúvidas.

Tudo nos indica que, desde cedo, andava Cervães dividida em duas partes independentes. Uma cuja jurisdição tributária, judicial e militar ficava sob a alçada das autoridades régias detentoras da *Terra, Julgado e Termo de Prado*. A outra, cujos súbditos estavam directamente dependentes da jurisdição da Igreja Primacial de Braga, fazia parte dum *couto* eclesiástico juntamente com metade da freguesia de *Manhente* e com toda a freguesia de *S. Vicente de Areias*. Daí o denominar-se frequentemente, em documentos antigos, *Couto de Areias* ou *Vilar de Areias*, ou ainda *Vilar e Areias*, advindo-lhe, ao que parece, o nome Vilar do facto de também ter estado S. Vicente de Areias ligado ao Couto de Vilar de Frades. Em documentos mais recentes fala-se até com mais frequência no *Couto do Salvador de Cervães*.

Não pudemos investigar desde quando existiria esse Couto de Areias ou de Cervães, nem esse era o assunto que de momento devia prender a nossa atenção. Parece, contudo, tratar-se dum couto doado por algum particular à Sé Bracarense ⁽³⁴⁾, certamente no período que vai de entre 27 de Maio de 1128, data em que D. Afonso Henriques confirmou e ampliou mais o Couto da Igreja de Braga, e 1324, data em que D. Dinis proibiu que se aumentasse o número dos coutos existentes no país ou se alargasse o seu âmbito ⁽³⁵⁾.

O que de certo sabemos é que o Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), aos 24 de Fevereiro da Era de 1373, ou seja do *ano de Cristo de 1335*, «*encomendou* [a Rui Vasques, cavaleiro de Azevedo] os

⁽³⁴⁾ Avelino de Jesus da Costa, *D. Diogo de Sousa, Novo Fundador da Cidade de Braga*, in *O Distrito de Braga*, I (1961-1962), p. 487 ou Separata, p. 15.

⁽³⁵⁾ *Dic. de Hist. de Portugal*, I, p. 739.

seus homens que moram no seu Couto de Areias em mentes [= enquanto] ao dito senhor prouver e por bem tiver e que o dito Rui Vasques empare e defenda os homens do dito Couto de quem mal ou desaguisado quizer fazer em alguma maneira e que os homens do dito Couto façam serviço ao dito Rui Vasques assim como faziam a Aires Pais, cónego que foi de Braga, que esse Couto tinha pelo dito Senhor [Arcebispo D. Gonçalo] e em seu nome, e que este serviço façam esses homens desse Couto ao dito Rui Vasques enquanto ao dito Senhor prouver e por bem tiver e mais não» (36).

Assumiu Rui Vasques, senhor da Casa de Azevedo (Lama) este compromisso na presença do tabelião público de Braga, Fernão d'Aires, que o termo redigiu, na presença do Arcebispo e de mais quatro testemunhas, que foram André Pais e João Pais, ambos cónegos na Sé de Braga e Francisco Domingues e Mestre Joane, boticário.

João Pais, além de cónego, foi também Mestre-escola e Vigário Geral do Arcebispo D. Gonçalo Pereira (37).

A parte da freguesia de *Cervães* que constituía o Couto abrangia os seguintes lugares: *Resela, Vila Godim, Lombão e Torre; Soutelinho e Cruz; Castelo, Penedo, Portela, Bouça, Ilhê, Fontoura, Bom Despacho, Penoucos, Campelos, Leiroinha e Água-Levada*. Isto o que se passava em 1758 e que consta da informação recolhida no Dicionário Geográfico de Portugal (38).

(36) *Rerum Memorabilium*, L.º 3.º, fl. 152 (Manuscrito do Arquivo Distrital de Braga).

(37) D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, II parte, Braga, 1635, p. 181; J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, II, p. 143.

(38) *Dic. Geogr. de Portugal* (Manuscrito), vol. X, p. 1890-1891.

Mais nos informa ainda o excelente manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, quando diz que na parte da freguesia «*que é Couto tem (também) juiz ordinário, crime, órfãos, almotacé-mor e por tempo imemoriável é capitão da ordenança e há mais senado de Câmara, dois vereadores e um Procurador eleitos por pautas, presidindo o Doutor Ouidor da Cidade de Braga*». (39).

Estava, portanto, em pleno funcionamento no Couto de Cervães uma autêntica estrutura de domínio eclesiástico e cuja sede ou *Câmara* aparece referida em mais de um documento referente à antiga igreja de *Santa Maria de Penoucos* (40), de que trataremos no seu devido lugar.

Ainda hoje em Cervães se conserva a memória oral da existência da *Forca*, dentro duma bouça, no lugar da Frondosa, pegado ao lugar de Penoucos. No lugar da Bouça, diz-se ter existido a *Cadeia* e no lugar do Ilhô terá existido o *Tribunal*. Da existência da *Câmara*, ninguém parece ter ouvido falar, mas, em contrapartida, fala-se ainda na *Casa da Fazenda*. Embora o povo dê para o facto uma explicação simples, dizendo que aí se transaccionavam tecidos, não é de admitir tal explicação, uma vez que à casa da *Câmara* também se podia chamar casa da *Fazenda*, dado que aí se recolhiam os dízimos, os foros e outros direitos destinados à Mesa arcebispal de Braga (41).

Por lei de D. Pedro II, de 1692, foram extintos em

(39) *Ib.* p. 1894-1895.

(40) *Rerum Memorabilium*, L.º 2.º, fl. 247 v.º; L.º 3.º, fl. 163 (Manuscrito do Arq. Distr. de Braga. Cf. Sumários in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, XXXI (1968), p. 192 e 226).

(41) O uso do vocábulo *Fazenda* é relativamente moderno, mas poderá muito bem explicar o desaparecimento do termo *Câmara*.

Portugal todos os Coutos. Essa lei, porém, foi limitada por uma outra de 1703 e assim os coutos se mantiveram efectivamente existentes até ao seu derrubamento definitivo, no reinado de D. Maria I, com a abolição de todos os seus privilégios. Com isso se ressentiu fortemente todo o senhorio temporal da Igreja de Braga ⁽⁴²⁾.

Saído da alçada eclesiástica, o Couto de Cervães continuou, porém, a dispor, pelo menos, dos serviços do seu Tabelião, a partir de então dependente, como seria natural, das ordens dimanadas da Coroa.

Sabemos quanto assim era, dado que em 1799 continuava como tabelião Manuel Francisco Ribeiro. Trabalhava no lugar de *Água-Levada*. E em 1837 era tabelião do mesmo Couto José Afonso da Cunha, o qual tinha o seu cartório em *Leiroinha*.

Creemos mesmo que todas as funções tradicionalmente atribuídas às autoridades do Couto de Cervães ou de Areias continuariam a ser praticamente desempenhadas sob a égide estatal, até à dissolução dos concelhos de Prado, Penela, Vila Chã e Pico de Regalados, com integração das respectivas freguesias no novo concelho de Vila Verde, criado em 24 de Outubro de 1855 ⁽⁴³⁾.

8. *Cervães e o Concelho de Prado*. Ao lado do Couto, existia a outra metade da freguesia pertencente ao termo da Vila de Prado e Comarca de Viana do Castelo. Em 1758, abrangia essa parte da freguesia os seguintes lugares habitados: *Costariça* ou *Custariça* e *Machinca*; *Ermida*, *Pardelhas* (ainda hoje aí restam ves-

⁽⁴²⁾ *Dicion. de Hist. de Portugal*, I, p. 739 e 367.

⁽⁴³⁾ *Guia de Portugal — Minho*, IV, 2.ª parte, (Lisboa, 1965), p. 906; *História, Arte e Paisagens do Distrito de Braga I — Concelho de Vila Verde*, Braga, 1963, pp. 12-14.

tígios de habitações) e *Laceiras; Matas, Devesas, Louredo, Gêsto e Ribeiro; Barral, Carvalhal, Paço, Outeiro, Cervelhos e Cervainhos; Pedreira, São Miguel e Mosteiro* ⁽⁴⁴⁾.

A ligação desta parte de Cervães a Prado remonta aos tempos medievais. Tanto nas Inquirições de 1220 (D. Afonso II), como nas de 1258 (D. Afonso III) e de 1290 (D. Dinis), o nome da freguesia de Cervães aparece, lado a lado, das demais freguesias, que então formavam a chamada Terra e Julgado de Prado. A título de curiosidade, registemos aqui a lista dessas freguesias (paróquias), tal como a podemos colher das Inquirições de D. Afonso III. São as seguintes: São Gens (de Macarome), St.^a Eulália de Cabanelas, St.^a Marinha de Oleiros, S. Tiago de Atiães, S. Tiago de Francelos, Santa Maria de Igreja Nova, S. Salvador de Parada (de Gatim), Santa Maria de Freiriz, S. Salvador de Cervães, S. Romão da Ucha, Sta. Eulália de Oliveira, S. Salvador da Lama e como sua anexa devia estar S. Salvador de Sandim, S. Vicente de Areias, S. Martinho de Galegos, Santa Maria de Galegos, S. Miguel de Roriz e o Couto de S. Martinho de Manhente (naturalmente aquela metade que não fazia parte do Couto de Cervães ou de Areias ou Vilar de Areias ⁽⁴⁵⁾).

Ou fosse porque os seus moradores não suportavam permanecer em situação de desvantagem em relação aos seus vizinhos do Couto, ou porque a descentralização administrativa era então considerada medida bastante acertada, ou por qualquer outra razão, cujo alcance não conseguimos desvendar, o certo é que os moradores desta parte da freguesia de Cervães chegaram a dispor, embora não saibamos, por

⁽⁴⁴⁾ *Dic. Geogr. de Portugal* (Manuscrito), X, p. 1890.

⁽⁴⁵⁾ *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888, pp. 293-303

quanto tempo, dum Juiz ordinário e duma Câmara na sua terra. Fora-lhes isso concedido pelo Marquês das Minas (Brasil), o qual pertencia à família dos Souzas e era natural e Senhor da Vila e Termo de Prado. Contudo, tal concessão não pôde ser anterior a 1670, ano em que D. Francisco de Sousa, 3.º Conde de Prado, recebeu o título de I Marquês das Minas e de que pouco tempo usou, por ter falecido aos 23 de Junho de 1674 ⁽⁴⁶⁾. Não sabemos, porém se foi este ou se foram os outros seus descendentes, que usaram os mesmos títulos, quem concedera a Cervães esse privilégio, de que ainda em 1758 se orgulhava ⁽⁴⁷⁾.

9. *Cervães: uma ou duas freguesias?* São imensas as interrogações que acerca de Cervães se formulam, mas são escassos os documentos de que dispomos para lhes dar conveniente resposta. E assim ficará de pé a questão de se saber se Cervães, foi originariamente uma só comunidade cristã, mais ou menos como agora, ou se comportou dentro dos seus limites, (os quais não coincidiriam necessariamente com os actuais), pelo menos, duas paróquias independentes, tendo uma como padroeiro *S. Miguel*, inicialmente, e *S. Salvador*, em seguida, e a outra tendo como padroeira *Santa Maria*. Ocuparia a primeira o espaço geográfico que viria a pertencer à *Terra e Julgado de Prado*, e cuja matriz se situara no lugar de *S. Miguel* e no lugar do *Mosteiro*; a segunda abrangeria todos os lugares considerados pertença do *Couto de Vilar de Areias* e que em algum tempo se designara também *Couto de Penoucos*, como no-lo informa em 1527 o cadastro da população do Reino no passo em que se

⁽⁴⁶⁾ António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, 1755, pp. 159-162.

⁽⁴⁷⁾ *Dic. Geogr. de Portugal*, X, p. 1895.

referem «os Coutos de Vilar de Areias e Penoucos que são do Arcebispo [bem assim como] a jurisdição deles» (48).

A igreja desta parte da freguesia estava situada em *Penoucos* e no sítio onde até há uns setenta e tantos anos existira a chamada Capela de N. Senhora da Estrela, de que adiante se trata.

No ano de 1333 e aos 12 de Janeiro fora passada uma carta de Estêvão Anes, Arcebispo do Neiva, e de Estêvão Pais, Cónegos da Sé de Braga, onde eram Vigários Gerais de D. Gonçalo Pereira, em que se comunicavam determinadas diligências a serem executadas por Lourenço Fernandes, a quem chamam *clérigo de Cervães*. Tratava-se de através dessas diligências defender os direitos de Durão Esteves, Cónego de Braga e *Abade da Igreja de Santa Maria de Penoucos* (49). Mas enquanto em 1333 o Cónego Durão Esteves nos é apresentado como *Abade de Penoucos*, em 1346, ano em que, pelos vistos, redigiu o seu Testamento, (no qual determina que o sepultassem diante do altar de Santa Luzia, da Sé de Braga, que ele próprio tinha mandado construir), aparece-nos como *Abade de S. Salvador de Cervães* e Cónego de Braga (50). O nome deste Cónego e Abade constará de muitos outros documentos, provavelmente. Por acaso, vímo-lo referido num documento latino de 13 de Setembro de 1346 igualmente e em que se referem algumas trocas de prebendas. Numa dessas trocas surge como inter-

(48) *Archivo Hist. Port.*, III (1905), p. 263. À margem de *Penoucos* foi acrescentado posteriormente no texto manuscrito: «Não entra Corregedor».

(49) *Rerum Memorabilium*, Livro 3.º, fl. 163, do Arq. Dist. de Braga.

(50) Arq. Distr. de Braga, *Livro 1.º dos Testamentos*, n.º 58. Cit. in H. M. de Araújo Carvalho Matos, *Estudo sobre a Sé de Braga*, in *Bracara Augusta*, IX-X (1958-1959), p. 188.

veniente o nosso Durão Esteves, *olim rectore ecclesie de Cervães, (noutros tempos reitor da igreja de Cervães)* ⁽⁵¹⁾.

E se em 1320 a igreja de Santa Maria de Penoucos é apresentada como uma igreja independente ⁽⁵²⁾, em 1508, ela já não é mais do que uma igreja sem cura e que se encontrava na situação de igreja perpetuamente unida, anexada e incorporada na igreja paroquial de S. Romão da Ucha ⁽⁵³⁾.

Mas não nos alargaremos aqui em mais considerações, visto que algumas mais poderá o leitor encontrar no capítulo que trata dos diversos templos da freguesia.

10. *Cervães e o seu movimento demográfico.* No que diz respeito ao movimento populacional da freguesia, também são escassas, sobretudo para os tempos antigos, as informações que nos chegaram. Mas o melhor será procurarmos passar imediatamente a referir tudo quanto possuímos.

Das 18 quintãs nomeadas nas Inquirições de 1258 pouco ou nada podemos concluir de certo, porquanto nem sequer imaginamos quantas famílias poderia então haver em cada uma.

A informação referente à população do Couto

⁽⁵¹⁾ António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II; Roma-Porto, 1968, p. 96-97.

⁽⁵²⁾ Fortunato de Almeida, *Hist. da Igr. em Portugal*, II, Coimbra, 1910, p. 629.

⁽⁵³⁾ Arq. Distr. de Braga, *Rerum Memorabilium*, Livro 2.º, fl. 247 v.º, e 248. A anexação de Santa Maria de Penoucos a S. Romão da Ucha fora feita pelo Arcebispo D. Fernando da Guerra, em 10/6/1431. A razão era que Penoucos já então se encontrava sem cura e sem fregueses. Missas só as aí havia no dia do orago. (Cf. José Marques, *Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século XV*, in *Bracara Augusta*, XXX (1976) p. 72).

de Vilar de Areias, relativa aos anos de 1506 e 1514, nada nos permite igualmente concluir para o caso de Cervães, uma vez que sabemos que tal contagem dizia respeito, não só a Penoucos, ou seja ao que se chamava o Couto com este nome, mas também a Vilar de Areias. Além disso o total de ambas as localidades não ultrapassava os trinta e cinco fogos ⁽⁵⁴⁾.

E é o facto de sabermos que em 1527 havia nos mesmos Coutos 26 fogos também de pouco nos aproveita para o fim que nos interessava ⁽⁵⁵⁾.

A primeira informação mais concreta que possuímos acerca da população de Cervães, devemo-la ao autor da *Corografia Portuguesa*, que a obtivera antes de 1706. Essa notícia, porém, não nos satisfaz inteiramente por falta de clareza. Com efeito, diz o P. A. Carvalho da Costa que Cervães «*tem 150 vizinhos (fogos), com Capitão à parte dos de Prado*» ⁽⁵⁶⁾.

Mas pela notícia seguinte podemos facilmente inferir que era efectivamente parcelar a informação de Carvalho da Costa. Esta notícia é a primeira que poderemos considerar absolutamente segura. Data de 21 de Abril de 1758 e devêmo-la ao P. João Pereira, que era o Reitor de Cervães, naquela data. Diz-nos ele que a freguesia contava então um total de 235 *vizinhos* ou fogos e atingia as 798 *pessoas de sacramento* ⁽⁵⁷⁾. Urge esclarecer que por *pessoas de sacramento* se entendiam as pessoas em idade de comungar e que, segundo as Constituições Diocesanas, então em vigor, eram as pessoas com idade de 14 anos para cima ⁽⁵⁸⁾. Deve-

⁽⁵⁴⁾ Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro*, II, p. 499, s.

⁽⁵⁵⁾ *Archivo Hist. Port.*, III (1905), p. 263.

⁽⁵⁶⁾ *Cor. Port.*, I (2.ª ed.), Braga, 1868, p. 222.

⁽⁵⁷⁾ *Dic. Geogr. de Portugal*, X, p. 1899 (ANTT).

⁽⁵⁸⁾ *Constituições Sinodais de Braga, de 1639*, Lisboa, 1697, p. 70.

-se acrescentar ainda que no número de pessoas referido se encontram igualmente incluídos os ausentes, como adverte ainda o nosso informador.

Pinho Leal no seu *Portugal Antigo e Moderno*, de 1874, dá a Cervães 240 fogos, sem referir o número de habitantes. O *Dicionário Geográfico e Universal*, de 1878, organizado por Tito de Carvalho, refere, em contrapartida, uma população de 1.174 indivíduos, omitindo o número de fogos.

A *Semana Religiosa Bracarense*, periódico que podemos reputar de bem informado, declara-nos que, em 1882, Cervães contava 265 fogos e 1.109 pessoas ⁽⁵⁹⁾, dados que Pinheiro Chagas utiliza aliás para o Suplemento (XV vol.) do seu *Dicionário Popular*, em 1886.

Em 1890, Cervães tinha 288 fogos, com um total de 1.190 pessoas, sendo 522 varões e 668 fêmeas.

Em 1900, o número de fogos ascende a 301 e o número de pessoas atinge as 1.290, segundo consta das informações recolhidas por Francisco Cardoso de Azevedo ⁽⁶⁰⁾.

O Censo da População de 1911 deu a Cervães 299 fogos e 1.328 pessoas, sendo então o lugar de Leiroinha o mais populoso, com 22 fogos e 82 pessoas, logo seguido pelo da Ermida, com 14 fogos e 68 pessoas.

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* deu a Cervães 351 fogos e 1.458 habitantes, mas não nos diz em que ano isto aconteceu.

Os últimos recenseamentos dão-nos já outros números. O de 1960 indica-nos que em Cervães havia 430 fogos e 2.100 habitantes, número este que se vê ligeiramente descido para 1.974, aquando do recensea-

⁽⁵⁹⁾ Vol VIII (1882), p. 248.

⁽⁶⁰⁾ *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, (4.ª ed.), Porto, 1906

mento do ano 1970 e isso talvez em resultado da emigração. Mesmo assim, nesse ano, e cremos que igualmente neste momento, Cervães era a terceira freguesia mais populosa do Concelho de Vila Verde, depois das vilas de Prado e Vila Verde. O quarto lugar cabia a Soutelo, com 1.667 pessoas.

11. *Cervães e a emigração*. É a emigração um fenómeno desde há muito vivido pela população de Cervães. Primeiramente, porque teve de acolher dezenas de pessoas, senão de famílias, que aqui vieram buscar refúgio, certamente à sombra das casas de Azevedo e Gomariz, por serem pertencças de famílias conhecidas da população refugiada. Viera toda essa gente das zonas de Valença e de Monção ⁽⁶¹⁾, quando aquelas terras foram assoladas pelos horrores das guerras da restauração e que passaram, no Minho, por duas fases de intenso vigor. A primeira situa-se entre 1657 e 1659 ⁽⁶²⁾ e a segunda constituiu uma longa campanha que se estendeu pelo ano de 1662 e em que se notabilizou como chefe militar o Conde de Prado, que foi o grande D. Francisco de Sousa. ⁽⁶³⁾. Sabemos que em 12 de Outubro de 1659 os espanhóis ocuparam Monção e que por isso muitas pessoas abandonaram a vila, contando-se entre elas as freiras dos Conventos de S. Francisco e de S. Bento ⁽⁶⁴⁾.

⁽⁶¹⁾ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, IV, Lisboa, 1712 p. 45.

⁽⁶²⁾ Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, (Ed. de A. Dória), III, pp. 73-78; 169-184; 236-248.

⁽⁶³⁾ Conde da Ericeira, *id.*, IV, pp. 19-44. Sobre D. Francisco de Sousa poder-se-á ver D. António Caetano do Amaral, *Memórias Hist. e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, 1755, pp. 166-168.

⁽⁶⁴⁾ J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, III, 1932 p. 231 nota 1.

Em segundo lugar, Cervães também viu partir para longas terras diversos filhos. Sabemos que isso se verificara já no séc. XVIII, pelo menos, mas não podemos imaginar em que proporção.

A emigração do presente século orientou-se, consoante as várias décadas, para diferentes países, devendo sobressair de longe o surto emigratório com destino às terras do Brasil. Como é natural o movimento mais recente canalizou-se para a França, o Luxemburgo e a Alemanha. Mas tanto o Canadá, como a Venezuela, e os Estados Unidos da América do Norte também atraíram muito os naturais desta freguesia, sem se esquecer alguns países de África, designadamente Angola, donde alguns tiveram de regressar no decorrer do ano de 1975.

12. *Cervães e a promoção intelectual.* Muitas são infelizmente as freguesias do país onde o nível económico é ainda tão baixo que a nenhuma pessoa fora ainda concedido o luxo ou privilégio de atingir qualquer espécie de grau universitário. Cervães ultrapassou, desde há muito, este círculo de vergonha e miséria.

Sem menosprezo para com as demais pessoas da freguesia, às quais, por motivos de vária ordem, não fora facultada essa possibilidade, registaremos aqui, e isso para uma avaliação sociológica, no futuro, os nomes das pessoas com curso universitário, naturais da freguesia ou simplesmente nela residentes.

Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, S. J., Reitor da Universidade Católica, a que nos referiremos noutra local.

Dr. João Maria Macedo e Cunha, natural de Atiães e médico em Cervães desde 1944. Tem sido um grande apóstolo dos doentes, com a sua competência e dedicação. Não há praticamente ninguém na freguesia que lhe não deva especiais finezas. Em relação a ele

há uma dívida que será necessário saldar. Que esta seja, desde já, a primeira homenagem de gratidão!

Dr.ª D. Noémia Azevedo França, advogada e esposa do anterior.

Dr. Aurélio da Silva Macedo e Cunha, advogado e antigo Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde. Conseguiu vários melhoramentos para a freguesia, entre os quais nomearemos a estrada para Alheira, o calcetamento da estrada principal e a iluminação pública para o Bom Despacho. Fez parte de diversas comissões promotoras de obras no Santuário.

Dr. José do Egipto, advogado; *Dr. Aurélio*, médico; *Eng.º Carlos*, todos filhos daquele advogado (Dr. Aurélio); *Eng.º José da Fonseca Ferreira* e *António Valeriano de Abreu Mota*, seus genros.

Dr. Aristides da Silva Couto, advogado. Conseguiu uma estrada de ligação entre Cervães e Oliveira, pelo lugar do Castelo.

Dr. Laurindo de Araújo Oliveira, professor liceal.

Dr. Aurélio de Araújo Oliveira, assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dr.ª Maria Amélia Macedo Gomes da Costa, professora liceal e esposa do anterior.

Dr. António Augusto Gomes da Costa, médico e casado com a *Dr.ª Margarida Vieira Rato*, médica psiquiatra.

Dr. Nuno Alcino de Castro e Silva Bacelar, professor liceal.

Eng.º Avelino de Macedo, filho do saudoso industrial Amaro de Macedo. Continua, à semelhança de seu pai, com a obra de garantir o pão a muitas dezenas de operários .

Eng.º Casimiro Ferraz Ribeiro, professor liceal.

José de Castro Bacelar, professor de Música na Universidade de Paris.

II

Cervães, manifestações da sua fé: templos, alminhas e cruzeiros

1. *Sinais da fé.* Na medida em que a fé é um acto ou uma virtude interior e pessoal, ela escapa à observação dos homens. No entanto, e porque é vã a fé sem obras, muitas obras há que, pelo seu alcance e pelas suas implicações, são evidentes sintomas de fé de determinadas gerações de crentes.

Aos olhos do historiador, de entre essas obras sobressaem muitas de índole material, por haverem resistido à voragem do tempo. Encontram-se nesse caso alguns cemitérios, sepulturas, templos, cruzeiros, alminhas, imagens, etc. Outras há de cariz mais espiritualizante, tais como as Irmandades ou Confrarias, os Legados, e muitos dos usos e costumes, que, por vezes, a custo conseguiram sobreviver, quer registados no papel ou pergaminho, quer transmitidos pela tradição de geração em geração.

Pouco sabemos do que teria sido a vida do povo crente de Cervães nas eras que precedem o nascimento de Portugal. Mas também seria erro cuidarmos que sabemos muito acerca do que ocorreu há cerca de um século ou século e meio. Se não fossem as excepcionais informações que, por acaso, ainda existem e que conseguimos respigar no *Livro de Cópia dos Testamentos dos Defuntos* da freguesia, que abrange um

período superior a cem anos, ignoraríamos, por exemplo, que, durante o séc. XIX, quase todos os habitantes de Cervães iam a sepultar amortalhados. Os homens com o hábito ou túnica de S. Francisco de Assis; as mulheres, com o hábito de Santa Teresa ou de N. Senhora do Carmo. Era ao mesmo tempo uso fazer-se ofício de corpo presente com a presença de entre 5 e 30 padres, sendo o de 10 padres o mais comum, a crer-se nas disposições testamentárias. É curioso registar ainda que entre outras exigências figuram as de mandar celebrar determinado número de Missas, em honra de N. Senhora do Bom Despacho, umas; de N. Senhora do Rosário, da Boa Morte, das Dores, da Agonia ou da Soledade, outras. Outras ainda, em honra de Santo António, de Santa Bárbara ou de S. Pedro e com indicação especificada quanto ao lugar onde deviam ser celebradas: no Santuário do Bom Despacho, em S. Pedro de Montório ou na igreja paroquial.

A crença dos antigos habitantes da região de Cervães poder-se-á talvez vislumbrar na existência da *Mamoá de Cerredelo* existente entre Oleiros e S. Gens de Macarome e referenciada nas Inquirições do séc. XIII, bem assim como naquilo a que o povo ainda hoje chama *Cova dos Mouros*, onde provavelmente existira alguma anta, cuja entrada se fazia pelo nascente e cuja situação se pode ver nas imediações do *Poço Negro*, localizado no monte da *Cobrosa*.

2. *Para a história do culto cristão.* Temos o sentimento de que no sítio alto que hoje dá pelo nome de *São Miguel* existira outrora algum local ou edifício dedicado aos cultos pagãos. Em substituição e para cristianização desse local ter-se-ia edificado posteriormente, tal como aconteceu em tantos outros sítios elevados, um local de culto cristão cujo titular fora o Arcanjo S. Miguel. E se for de admitir a possibilidade,

segundo a tradição, de ter S. Martinho de Dume fundado um *Mosteiro* seu, não muito distante deste local, não se estranharia que ele tivesse também pensado em cristianizar o local de culto que poderia ser o alto chamado, agora, de São Miguel e, outrora, com nome que ignoramos. S. Martinho pensava em gentes como estas quando no seu livrinho *De correctione rusticorum*, escreveu que os demónios vendo os homens em ignorância por desprezarem o seu Criador «*lhes pediam que nos altos montes e nos bosques frondosos lhes oferecessem sacrifícios e os honrassem como a Deus*» (1).

De quando data a implantação da fé cristã por estes sítios de Cervães, não temos provas.

A ter sido verdade a presença de S. Martinho de Dume em tarefas de evangelização destas gentes, isso ter-se-ia verificado entre 515 e 580, mas teremos de continuar à espera da confirmação da veracidade de semelhante tradição.

3. *A Capela de S. Miguel.* A documentação referente às freguesias vizinhas de Cervães permite-nos concluir que a região já estava paroquialmente organizada muito antes da elaboração do Censual dito de D. Pedro, de Braga (1084-1091) (2).

No que respeita a Cervães, pena foi que este Censual a tivesse omitido, fosse por que motivo fosse. Seria talvez a única hipótese de se saber efectivamente se o orago primitivo fora S. Miguel ou se o era ainda nessa data.

Mas o facto de pensarmos que o padroeiro pri-

(1) *Da instrução dos rústicos*, Tradução de António Caetano do Amaral, revista e actualizada por F. J. Velozo, in *Braçara Augusta*, XXIX (1975), p. 67.

(2) Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, II, Coimbra, 1959, p. 160-167.

mitivo de Cervães fora S. Miguel não resulta de apenas um pressentimento pessoal. Baseia-se igualmente numa informação, que apesar de tardia, não deve ser de maneira alguma desprezada. Encontra-se essa informação no *Dicionário Geográfico de Portugal* e foi fornecida directamente de Cervães, em 1758, por quem então tinha a documentação que, depois dessa data, se perdeu. Dizia assim o P. João Pereira: «*Tem mais outra Capela do Arcanjo São Miguel, sita no mesmo lugar, que em algum dia foi igreja matriz como consta do Tombo desta freguesia*» (3).

Não sabemos de quando seria esse Tombo. Talvez dos primeiros anos do séc. XVI. Mas de qualquer forma parece estar a fornecer referências de uma tradição antiga e que nos leva a crer que será anterior a 1220, data em que se vê nomeado S. Salvador como padroeiro da igreja de Cervães.

Deve-se igualmente registar que a Capela de S. Miguel tinha ainda, em 1758, sua própria fábrica de que se sustentava, sem se esquecer igualmente que então também existia uma Irmandade ou Confraria de S. Miguel, mas cuja sede se encontrava na igreja paroquial (4). Anote-se igualmente que em 12 de Abril de 1801, o fabriqueiro das capelas de S. Miguel e de S. Bento era o mesmo. É o que consta do *Livro de recibo e despeza do Fabriqueiro das Capelas de S. Miguel e S. Bento*, naquela data numerado e rubricado pelo Juiz dos Resíduos, Doutor Gaspar do Couto Ribeiro de Abreu.

Recorde-se que esta capela, se não é a mais antiga de Cervães, será seguramente das mais antigas. Do seu antigo nome já nada resta a não ser o lugar em que se encontra. E isto pelo facto de em 1894 nela se haver

(3) *Diclon. Geog. de Portugal*, X (manusc.), p. 1895.

(4) *Ib.*, p. 1892.

entronizado a imagem de N. Senhora de Lurdes, a qual viera suplantiar a imagem do Arcanjo S. Miguel.

Mas acrescentemos ainda mais algumas informações a seu respeito.

A capela, que precedeu a actual, era (no dizer do P. J. J. da Silva Bacelar, que aí foi diversas vezes em romaria, no dia 8 de Maio, quando ainda criança) uma capela muito pequena e velha, tendo um ladrilho de seixos brancos (godos) para não apodrecer, além dum altar pobre, sobre o qual se via, posta num pelintro a imagem de S. Miguel.

A actual capela data de 1854, ano da definição dogmática da Imaculada Conceição. A sua construção foi levada a efeito com esmolos e foi seu principal promotor Manuel de S. Miguel (Loge), avô que foi de António de S. Miguel. Segundo o testemunho do P. Bacelar atrás referido *«esteve sem grande veneração e cuidado até 1894»*, data em que se viria a dar uma reviravolta na história desta capela, que deixaria de ser conhecida por capela de S. Miguel para passar a denominar-se de N. Senhora de Lurdes. Mas dêmos a palavra ao cronista contemporâneo e participante nos factos. Em 1894, *«em cumprimento dum voto a favor da saúde de seu irmão Cónego Manuel Bacelar, seu irmão P. José (3) com consentimento de grande justiça e satisfação de todo o povo ali fez instalar as imagens de N. Senhora de Lurdes e de Santa Bernardete que pessoalmente comprou em Lurdes e fez tocar na gruta da aparição»*. E prossegue o nosso cronista, dizendo que, para a instalação dessas imagens, mandou tirar uma tribuna que na dita capela havia e que nunca teria sido utilizada para nada. Em vez dela fora feita a gruta ao natural, cuja execução se deve à habilidade do artista

(3) P. J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos para a história da igreja de Cervães*, 1927 (manuscrito), fl. 21 v.º.

bracarense José Dias Ferreira, discípulo do Mestre pintor Firmino, também de Braga. Gostava de dizer o P. Bacelar que era a gruta mais ao natural que tinha visto e isso naturalmente até com o orgulho de ter podido contribuir para a sua execução, não apenas com as suas indicações, mas ainda com o seu trabalho.

Sabemos também que as imagens foram levadas em procissão desde a Capela da Custariça até S. Miguel, o que ocorreu no dia 1 de Abril, domingo de Pascoela, desse ano de 1894. Depois dessa procissão, refere o cronista, houve grande festa na igreja e à tarde procissão de gala. Daí em diante, passou-se a fazer durante longos anos a festividade da Senhora de Lurdes.

A capela, que naquela data não estava ainda totalmente acabada, foi terminada e pintada. Em 1900 foi dotada de sacristia, bem assim como de novas imagens de S. Miguel e do Anjo da Guarda. Foram estas imagens compradas na Casa Rafael, em Paris, pelo mesmo devoto e pela sua irmã Joaquina. Foi nessa altura que a antiga imagem de S. Miguel, por menos devota, passou no seu respectivo pelintro renascença para a sacristia, a fim de dar lugar à nova imagem do seu nome.

As sanefas e o andor desta capela foram obra da autoria do escultor António Ferreira, de Sequeiros, que também trabalhara para a igreja paroquial.

Sobre a antiguidade da devoção a S. Miguel, antigo titular desta Capela, acrescente-se ainda que o P. J. J. da Silva Bacelar em apontamentos que sobre ela deixou, diz que vem de longa data, ignorando-se a particular razão que para isso haveria. Estes apontamentos estão datados de 2 de Julho de 1911 e neles se diz igualmente a respeito do mesmo Arcanjo: *Além desta capela em sua honra, na igreja, no lado esquerdo do altar-mor, há outra sua imagem em substituição duma sua antiga e imperfeita que lá houve e cujos restos se encontram detrás da tribuna*». E depois de acres-

centar que o povo guardava o dia 8 de Maio em sua honra, regista uma tradição, que, pelos vistos, ainda se não tinha totalmente sumido no esquecimento, segundo a qual S. Miguel fora, em tempos, padroeiro da freguesia.

Embora afirme nada ter encontrado que o atestasse, achamos servir o seu testemunho para firmar mais quanto sobre o assunto já acima dissemos, ficando desde agora até mais convencidos acerca da maior probabilidade das nossas afirmações.

4. *O Mosteiro. A Igreja Paroquial.* De que em Cervães existira algum dia algum *mosteiro*, não duvidamos. Quem fundara tal *mosteiro*, desde quando e até quando existira, isso é que o não sabemos, como também não sabemos as etapas por que passou ao longo da sua existência.

Vários são os elementos convergentes que nos permitem aceitar como um facto, a existência dum Mosteiro na freguesia de Cervães. Examinêmo-los:

Embora nos não forneça qualquer data, a *toponímia* chama-nos logo a atenção para a posição do problema. Sabemos que o povo, chamando as coisas pelo seu nome, não iria designar um sítio com o nome de *mosteiro*, sem lá existir ou ter existido *mosteiro* nenhum. E embora na linguagem minhota o termo *mosteiro* possa designar também uma igreja grande ou um santuário, não é de se aceitar que no presente caso se possa tratar apenas da existência duma igreja que não tivesse realmente anexa uma casa de tipo conventual.

Efectivamente a documentação histórica parece confirmar os dados da Toponímia.

Além de sabermos que em 1220 o padroeiro de Cervães era S. Salvador (um dos oragos principais de igrejas monacais ou de igrejas ligadas a *mosteiros*), sabemos igualmente que se tratava duma paróquia com

uma igreja rica (possuía terras de cereais e dezoito casais) como se pode aliás ver confirmado em 1320 (17 de Novembro), aquando da taxaçaõ a que foi sujeita, por ordens del-Rei D. Dinis, a fim de se recolher dinheiros em todo o Reino para a continuação da guerra contra os Mouros. E o que é curioso é que do estudo comparativo e analítico desses números, aparentemente frios e mudos, ressalta um facto indiscutível. As igrejas mais importantes e ricas pagavam mais, como era óbvio. Mais ainda. Essas igrejas ou eram igrejas de antigos ou *actuais* mosteiros, ou de colegiadas.

Pela importância com que foi onerada, a igreja de S. Salvador de Cervães, então fazendo parte do *Arcediagado do Neiva*, ocupava não só o primeiro lugar em todas as trinta e cinco do dito Arcediagado, mas ocupava ainda um lugar importante entre as noventa igrejas mais ricas da Arquidiocese de Braga. Pagaria 300 libras ao Rei e anualmente pagava à Sé 30 libras.

Apenas umas setenta igrejas pagavam importância superior a essa. E como Cervães, pagavam mais umas vinte e uma igrejas, o que significa que Cervães tinha bens que se distinguiam ao lado dos das mil e duzentas e tantas igrejas paroquiais então existentes na Diocese de Braga ⁽⁶⁾.

A título de curiosidade registre-se que, à excepção da igreja do Mosteiro de Valdreu, taxada em 430 libras, e da de S. João de Coucieiro (onde também houve Mosteiro), igualmente taxada em 300 libras, mais nenhuma das 58 igrejas das freguesias do actual concelho de Vila Verde pagou tanto como Cervães.

Para vermos o que sobre a igreja paroquial de Cervães se pensava em 1758, passemos a transcrever o que

⁽⁶⁾ Fortunato de Almeida, *Hist. da Igr. em Portugal*, II, Coimbra, 1910, p. 629; cf. p. 623, ss.

aos 21 de Abril desse ano escreveu o P. João Pereira: «A igreja desta paróquia está no meio da freguesia no lugar ou aldeia, que é termo da Vila de Prado, que se chama Mosteiro. [É] Seu orago o Salvador de Cervães; tem três altares; o maior, que [é] o do Salvador, no qual está colocado o Santíssimo Sacramento; o colateral da parte do Evangelho (lado esquerdo de quem olha para o Sacrário) é de N. Senhora do Rosário, é privilegiado aos Sábados, geral de sete anos; o outro colateral da parte da Epístola é do Santíssimo nome de Deus. Nesta igreja tem duas Irmandades: uma do Sub-sino e outra do Arcanjo São Miguel. Não tem naves. É antiquíssima. Foi Mosteiro dos Templários. É sagrada conforme os sinais que nela se acham. Tem um letreiro sobre a porta travessa da parte do sul com as letras seguintes: um G.; por baixo dele um E; um M com dois CC?H4444. Dom V.B.B. Velasco Vehegas me fecit.» (1).

Como se vê, também a tradição recolhida nesta data nos dá como antiquíssima a igreja de Cervães. Uma coisa muito importante que o presente texto nos revela é que a igreja sofreu algumas alterações depois dessa data, nomeadamente a que diz respeito à pedra da inscrição acima, e que hoje se pode ver na fachada principal, do lado poente e junto à porta principal do templo.

Não sabemos se já estará de todo resolvido o problema da leitura da referida inscrição, a qual, segundo

(1) Dic. Geog. de Portugal, X, p. 1892. O P. J. J. da Silva Bacelar afirma acerca da igreja o seguinte: «Repito porém que tudo leva a crer que era dos Templários, encontrando-se ainda a comprová-lo um escudo com as cinco chamas na parede da residência paroquial, que era o seu escudo (deles templários)» (Apontamentos, fl. 6 v.º). Efectivamente são até dois os ditos escudos: um fica do lado norte, em frente da porta lateral sul da igreja e o outro fica do lado poente, junto ao pátio de acesso à residência paroquial velha. Mas tratar-se-á de cinco chamas ou de cinco chagas?

leituras mais recentes, reza assim: «*E MCCxxjjjj DONUS B. VOLASCO VENEGAS REFECIT*», e que quer dizer: «Na era de 1224, ou seja no ano de Cristo de 1186, Dom B. Volasco Veegas (a) reconstruiu» (8).

É curioso sublinhar que embora o P. João Pereira afirme que a Igreja de Cervães foi *Mosteiro dos Templários*, e depois dele, todos os que se serviram das informações recolhidas no seu manuscrito, também é certo que o autor da *Corografia Portuguesa*, que publicou a sua notícia em 1706, não faz qualquer alusão aos Templários e limita-se a dizer que «o *Salvador de Cervães foi Mosteiro antigo da Ordem de S. Bento, e fundação do tempo de S. Martinho de Dume*». (9).

A tradição que corria nos ambientes beneditinos na primeira metade do séc. XVII também não deve ser esquecida. Apesar das reservas com que se deve consultar a obra de Frei Leão de S. Tomás, este autor recolheu na sua *Benedictina Lusitana* aquilo que constava adentro da sua Ordem e ao tratar «*de alguns outros Mosteiros de S. Bento que estão convertidos em igrejas seculares*», diz que fará menção daqueles «*que a mudança dos tempos converteu em igrejas paroquiais e de que há menos notícia que doutros*» e os referirá «*para que sequer os nomes deles saibamos e não se perca de todo a memória do que os nossos antigos mereceram e alcançaram*»; refere, entre outros, o Mosteiro de Cervães «*posto uma légua e meia da mesma cidade de Braga para a parte do oeste*» (10).

Um historiador moderno dá como pertencendo à lista dos mosteiros fundados até ao século XII, o mos-

(8) *História, Arte e Paisagens do Distrito de Braga — I — O Concelho de Vila Verde*, Braga, 1963, p. 46.

(9) A. Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, I (2.^a ed.), Braga, 1868, p. 222.

(10) Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, II, Coimbra, 1651, p. 406.

teiro de Cervães ⁽¹¹⁾. Mas porque não encontrou documentos comprovativos nem sequer tentou determinar se se tratara dum Mosteiro dos Beneditinos ou dos Templários ou dos discípulos de S. Martinho de Dume.

Dado que são diferentes as opiniões dos autores sobre a questão da atribuição do Mosteiro de Cervães, será acima de tudo conveniente não se esquecer que antes do ano de 1050 não era ainda observada em nenhum mosteiro do território de Portugal a Regra de S. Bento ⁽¹²⁾ e que a Ordem Militar do Templo fora fundada em 1119 e suprimida em 1311. Segundo as informações que colhemos nas Inquirições de 1220, os Templários tinham em Cervães apenas a terça parte de um casal; os Hospitalários possuíam alguns campos e uma vinha; a Sé de Braga possuía oito casais e a igreja paroquial tinha nada mais nada menos do que treze casais.

Deixando de parte a questão de saber se o Mosteiro de Cervães foi antiquíssimo ou não, o que nos interessa é sublinhar que ele *existiu de facto* e isso antes de 1220.

Mais. A igreja desse mosteiro já em 1220 estaria a funcionar como igreja matriz da freguesia de Cervães, à qual deveria ter imposto o seu padroeiro. As propriedades que haviam sido doadas ao mosteiro e à sua igreja teriam ficado ligadas desde então à paróquia ou teriam sido repartidas entre esta e a Sé de Braga.

Sabemos ainda que muito cedo (antes de 1369-1380), a igreja de Cervães, da Terra do Prado aparecia incluída na lista das igrejas pertencentes ao Couto

⁽¹¹⁾ Miguel de Oliveira, *As paróquias rurais portuguesas*, Lisboa, 1950, p. 204-205.

⁽¹²⁾ *Ib.*, p. 183. Idem, *História Eclesiástica de Portugal*, (3.ª ed.), Lisboa, 1958, p. 141.

de Braga e como pagando doze moios de telha, sendo de duzentas telhas cada moio ⁽¹³⁾. Esta taxa constante do Censual dito do Couto, aparece igualmente referida no Censual do Cabido de entre 1369-1380, onde se acrescenta, todavia, que a telha era dada por alturas de Santa Maria de Agosto (15 de Agosto) ou pagava, em vez da telha, sete maravedis ⁽¹⁴⁾. Entretanto houvera alteração na distribuição de determinadas igrejas pelo Cabido e segundo o que se vê no Censual de D. Jorge da Costa (de entre 1489-1493), a igreja de Cervães aparece já como fazendo parte da Terra do Mestrescolado e pagando 30 libras ou meio marco de prata ⁽¹⁵⁾.

5. *A comenda da Ordem de Cristo.* Por se tratar de uma das igrejas mais ricas da Arquidiocese de Braga, não é de estranhar que a igreja paroquial de Cervães tenha sido também cobiçada por todos quantos gostavam de ver acumulados os seus benefícios. Não admira pois que ela nos surja no século XVI como fazendo parte das *Comendas* criadas em 1514 por el-Rei D. Manuel I e que ficaram conhecidas sob a designação de *Comendas novas da Ordem de Cristo*. Destinavam-se estas comendas a todos os que durante dois anos fossem servir em África, à sua custa, na guerra contra os Mouros ⁽¹⁶⁾.

O primeiro *comendador da Igreja de Cervães* parece ter sido o fidalgo do Solar de Azevedo (Lama), *Martim Lopes de Azevedo*, a qual lhe foi dada pelo próprio Rei D. Manuel I, no ano de 1524 ou 1525, tendo estado de

⁽¹³⁾ Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro...*, II, Coimbra, 1959, p. 275.

⁽¹⁴⁾ *Ib.*, p. 314.

⁽¹⁵⁾ *Ib.*, p. 334.

⁽¹⁶⁾ *Diccion. da Hist. de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, I (Lisboa, 1971), p. 620, *Comendas*.

posse dela até ao mês de Setembro de 1541, data do seu falecimento ⁽¹⁷⁾.

O segundo comendador de Cervães e das igrejas que com aquela andavam anexas e que eram S. Miguel de Gualtar e S. Julião da Laje, foi o sobrinho do próprio Rei D. João III, D. Nuno Álvares, o qual, para esse efeito, havia partido para as Áfricas a fazer a guerra contra os mouros e em que se saíra com muito aprumo. Esta concessão fora-lhe feita pelo Rei, logo a seguir ao falecimento do comendador de Azevedo.

Através duma carta de D. João III ao seu embaixador junto do Papa Paulo III, que desde 1540 era D. Cristóvão de Sousa Domingues ⁽¹⁸⁾, ficámos a saber da existência duma questão surgida entre o novo comendador D. Nuno Álvares e a Ordem de Cristo, por um lado, e Diogo Garcia Caldeirão, titular da igreja de S. Miguel de Gualtar, pelo outro. E ficámos igualmente a saber que quando a igreja de Cervães foi tomada para

(17) Foi este Martim Lopes de Azevedo o 17.º Senhor e Morgado do Solar dos Azevedos, na Lama (Barcelos). Foi, além de comendador em Cervães, na Ordem de Cristo, provedor dos Resíduos na Província do Minho. A ele pertencia fazer a apresentação da Igreja de Santa Maria de Galegos (Barcelos). Casara com D. Leonor da Silva, filha do Alcaide de Barcelos, Álvaro Pinheiro. Tiveram sete filhos: *Pedro Lopes de Azevedo*, herdeiro que foi da Quinta e pai do que protegeu o Ermitão João da Cruz, na obra do Bom Despacho, ou seja de *Martim Lopes de Azevedo*, que teve o mesmo nome de seu avô. Miguel de Azevedo, outro dos filhos do 17.º Morgado de Azevedo, foi Abade de Galegos. Seu irmão Jerónimo de Azevedo havia professado na Ordem de S. Bento e fora Abade do Mosteiro de Carvoeiro, como consta em 1611 (*Benedictina Lusitana*, II, p. 112); Henrique de Azevedo foi Cónego de S. João Evangelista (dos Loios, de Vilar de Frades), além de algumas religiosas. (Cfr. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XII, 2.ª parte, Lisboa, 1748, p. LV).

(18) *Corpo Diplomático Português*, IV, Lisboa, 1870, p. 305, ss.

a Comenda dos Cavaleiros da Ordem de Cristo, juntamente com as duas outras suas anexas, ela estava em posse do Arcediago do Couto, que o mesmo é dizer do Arcediago de Braga, ao tempo, Diogo Gomes de Abreu.

Por morte deste Arcediago, cuja data não conseguimos apurar, o seu sucessor pôs questão contra o Mestrado da Ordem de Cristo, argumentando que a igreja de Cervães e as suas anexas de S. Miguel de Gualtar e de S. Julião da Laje estavam anexas para sempre ao dito Arcediagado. A sentença porém foi favorável ao Mestrado, que, logo em seguida, delas pudera dispor e atribuir a Martim Lopes de Azevedo, no ano de 1524 ou 1525, como já atrás se referiu.

Note-se contudo que a Igreja de Cervães, que era a cabeça das três, jamais tivera qualquer motivo de contestação. Nem tampouco a da Laje. Mas já assim não aconteceu com a igreja de Gualtar, visto que Diogo Garcia Caldeirão não abdicava do seu lugar, que havia recebido de D. Frei Diogo da Silva, pouco tempo antes do falecimento de Martim Lopes de Azevedo e sem este ter chegado a tomar posse dela.

Por isso, o pedido do Rei ao seu embaixador orienta-se no sentido de que o papa não queira passar sobre a Comenda de Cervães e suas anexas qualquer Breve, Bula ou Provisão, porquanto é pertença do Mestrado e o seu provimento é feito pelo Arcebispo ⁽¹⁹⁾.

Ainda na Torre do Tombo existe um documento em que consta que aos 12 de Junho de 1526 foi firmado um entendimento feito, em Azevedo, sobre a anexação da igreja de Cervães ao Arcediagado de Braga ⁽²⁰⁾.

Ignoramos durante quanto tempo esteve a igreja de Cervães ligada ao regime de comenda da Ordem de Cristo e quando dele se viu livre. Em 1706 era já uma

(19) ANTT, Gaveta 19, Maço 3, n.º 28.

(20) ANTT, Gaveta 19, Maço 7, n.º 7.

simples Abadia do Arcebispo de Braga, diz-nos o P. António Carvalho da Costa, o qual acrescenta que rendia então 250 mil reis, dos quais cem mil reis se destinavam ao Reitor apresentado pelos Arcebispos ⁽²¹⁾.

Em 1758 continuava o Reitor a ser apresentado pelo Ordinário e mediante sujeição a concurso ou opposição. O seu ordenado era então de quinze mil reis, mais duas rasas de trigo e dois almudes de vinho, podendo render no total, como média, cerca de 70\$000 reis. Nesta data recebia os frutos da igreja de Cervães o Abade sem cura António de Figueiredo Machado, residente na vila de Alenquer, e esses frutos rendiam-lhe para cima de 500\$000 reis ⁽²²⁾.

Resta acrescentar que Paulo Dias de Niza, no seu *Portugal Sacro-Profano* nos informa que por esta época tinha a freguesia os seus 235 fogos e confirma a notícia do provimento do Reitor mediante concurso sinodal, bem assim como o seu rendimento de 70\$000 reis de ordenado ⁽²³⁾. Em relação a estas notícias, nada acrescentam Pinho Leal ou José Augusto Vieira, não obstante escreverem um século depois.

6. *A Igreja que até nós chegou.* Encontramo-nos felizmente bem documentados para poder referir o que fora a vida da paróquia e da igreja de Cervães dos tempos modernos. E isso devêmo-lo ao valioso contributo do P. J. J. da Silva Bacelar, natural da freguesia e falecido a 17-2-1937, o qual em 1927 escreveu, contando já 81 anos de idade, um precioso livrinho intitulado *Apontamentos para a história da Igreja de Cervães* e que até hoje permaneceu manuscrito. Era este livrinho, de apenas 24 folhas de reduzido formato, oferecido ao

⁽²¹⁾ *Corografia Portuguesa*, I, Braga (2.^a ed.), p. 222.

⁽²²⁾ *Dic. Geogr. de Portugal*, X, p. 1892 (do ANTT).

⁽²³⁾ *Portugal Sacro-Profano*, I, Lisboa, 1767, p. 162.

pároco de então, P. António Maria de Araújo Santana, para ele corrigir e completar, como acrescentava o autor. O certo é que aquele pároco nada corrigiu nem acrescentou, visto nada aí existir que ofendesse a verdade.

E posto isto, aproveitaremos em seguida com todo o carinho as informações do venerando velhinho, que muitos ainda hoje em Cervães recordam com saudade.

A actual igreja de Cervães não é o edifício antigo, edificado ou reedificado no séc. XIII, mas será feita com pedra daquele, observa com razão o P. J. Bacelar, que acrescenta, a dada altura: «*a mesma inscrição referida, colocada a um lado da porta principal sem contornos nem labores que a destaquem, denota que foi ali colocada, simplesmente, para não desprezar uma pedra que se tinha e podia utilizar-se*» (24). Podemos lembrar aqui o que já atrás registamos. Esta inscrição encontrava-se em 1758, por cima da porta travessa do lado sul, donde fora transferida para o novo lugar durante o séc. XVIII, por ocasião de obras de reconstrução da igreja, que poderão ter sido profundas. É provável que datem mesmo dessa época todas as alterações resultantes da colocação indevida de pedras aqui e além por entre as paredes e que tanto chocaram a sensibilidade do nosso autor que, a propósito, escreve: *Muitas outras pedras se encontram encaixadas nas suas paredes e da sua torre com labores impróprios do lugar e que para ali não foram feitas; como no pavimento, pedras e inscrições que não foram para ali feitas, mas vindas de outra parte; mesmo inscrições sepulcrais em lugares impróprios*» (25).

(24) P. José [Joaquim da Silva] Bacelar, *Apontamentos para a História da Igreja de Cervães*, 1927, manuscrito do Arquivo Paroquial, fl. 5.

(25) *Ib.*

Qual o rumo que levaram as pedras com inscrições sepulcrais ou outras, não o sabemos e o nosso cronista também o não revela, ao falar da reforma do pavimento, que à roda de 1860, teve lugar. Nessa altura as sepulturas, que ainda então eram na igreja, ficaram a dispor de encaixilamentos de pedra para poderem receber as tampas de madeira, também denominadas *taburnos*, e isso até ao momento em que tais encaixilamentos foram retirados e substituídos por soalho à fiada. Verificou-se isso logo que os enterramentos se passaram a fazer no Cemitério Paroquial. E se podemos acreditar na data referida no seu portão, ele remonta a 1908.

No dizer do P. J. J. da Silva Bacelar ainda, «*a porta principal [da igreja], a pia baptismal e o lavatório da sacristia acusam estilo Luís XV, e portanto, século XVIII*»⁽²⁶⁾, o que mais reforça ainda a nossa observação acima feita de que à segunda metade desse século remontam profundas transformações ou acrescentos na igreja paroquial de Cervães.

Não obstante tratar-se duma igreja rica em bens materiais e que, por conseguinte, se prestavam a fomentar a cupidez dos Clérigos e dos Abades leigos (Comendadores), a igreja de Cervães terá sido um edifício mal apetrechado e mal assistido no que dizia respeito à razão de ser da sua própria existência: servir para a celebração do culto divino.

Mas vejamos o que nos refere o já citado P. J. Bacelar: «*Desde a sua fundação até meados do século passado, pode dizer-se que ninguém dela [igreja] cuidou, mais que para receber os seus pingues rendimentos. Primitivamente Abades leigos, com um padre aqui, de título Reitor, a fazer as suas vezes de pároco, e talvez de rendeiro mais do que de pároco; depois de 1834, um Reitor a residir em Braga — P. Francisco [José de]*

(26) *Ib.*, fl. 5 v.º.

Carvalho, com um irmão (minorista, sem uso de ordens) aqui a residir e a receber os rendimentos, com um cura da freguesia ⁽²⁷⁾, *quase de graça, a administrar os sacramentos, dizer missa e alguma vez ler por um livro uma prática, eis a sorte a que estava reduzida a freguesia*» ⁽²⁸⁾.

Poderia parecer exagerado o teor desta informação a quem não esteja a par do que foram as misérias de certos eclesiásticos em tempos idos, que nem sequer poupavam as vítimas que eram os curas pobres e humildes, aos quais ostensivamente exploravam e prepotentemente amordaçavam. Mas para melhor penetrarmos no estado de espírito desses verdadeiros ditadores, voltemos a dar a palavra ao autor de Cervães.

«*Ouvi dizer, é ele quem escreve, que quando o Reitor Carvalho entendeu fazer sua entrada na freguesia* ⁽²⁹⁾, *alguns paroquianos o esperaram armados em Cruto e o fizeram retirar a Braga; ele porém requisitou uma força militar que fez, por castigo, aboletar na freguesia até que lhe deixaram a entrada livre*» ⁽³⁰⁾. É curiosa a apreciação que do facto fez o P. J. J. Bacelar. Diz ele: «*Sem lhes louvar a acção, acho que tinham razão de o não quererem pelos poucos serviços que dele tinham que esperar*» ⁽³¹⁾. Com vontade ou sem ela, o certo é que o povo de Cervães teve que aguentar este Reitor nada mais, nada menos que uns 28, se não até uns 31 anos, conforme se depreende de documentos que pudemos consultar no Arquivo Paroquial.

«*O primeiro pároco que teve, que dela [Igreja] cuidou a sério, foi o Rev. P. António Joaquim Fernandes*

⁽²⁷⁾ O P. Manuel de Oliveira.

⁽²⁸⁾ *Apontam. para a Hist. da Igreja de Cervães*, fl. 6 v.º. 7.

⁽²⁹⁾ Em 1840 já aparece efectivamente a assinar documentos em Cervães.

⁽³⁰⁾ *Apontamentos...*, fl. 7.

⁽³¹⁾ *Ib.*, fl. 7 v.º.

de Barros. Antes dele, igreja e residência estavam como nasceram, ou pouco mais, a não ser o indispensável» (32). São ainda palavras do mesmo ilustre sacerdote de Cervães, que de perto conheceu o homenageado. Efectivamente, o Abade Fernandes de Barros estava já de posse da freguesia aos 12 de Março de 1871 e nela permaneceria uns trinta e sete anos. Faleceu a 25 de Outubro de 1907, tendo deixado Testamento e como sua testamenteira a sua sobrinha Custódia Maria Soares da Costa (33).

7. *A igreja nos tempos do Abade Carvalho.* Entre os melhoramentos efectuados na igreja antes de 1871, são de registar a colocação dum cofre-forte de pedra e ferro, dum sanefão no arco-cruzeiro, além da reforma do pavimento e do tecto do corpo da igreja.

O cofre-forte era destinado a guardar as pratas da igreja e que deviam ser pertença das quatro confrarias ou irmandades que nela existiam, a saber: a do Santíssimo, a do Rosário, a das Almas e a de S. Miguel. A decisão de construir este cofre surgiu somente depois de ter sido roubada a custódia, a qual foi aliás mais tarde encontrada esmagada no fundo dum poço, cujo dono foi obrigado, por sobre ele recaírem todas as suspeitas, a mandar fazer, com a prata da antiga, a que actualmente existe. É esta custódia de excelente trabalho e conserva como lembrança da antiga, as tábuas da lei em prata dourada (34).

(32) *Ib.*

(33) *Livro de Cópia dos Testamentos dos Defuntos da Freguesia de Cervães*, fl. 124 v.º. e 125; *Relatório do Apostolado da Oração*, XXXVI (1907), p. 9.

(34) Uma vez que a partir de agora todas as informações são recolhidas directamente dos *Apontamentos...*, do P. José Bacelar, decidimos não referir a paginação, por uma questão de espaço.

O *sanefão do arco-cruzeiro*, embora de péssima talha e destoando completamente do resto da igreja deve-se à iniciativa duns senhores Loges que para o obter fizeram uma subscrição. Apesar de arranjos ou melhoramentos que recebeu, nunca ficou bem.

Em relação à reforma do *tecto do corpo da igreja*, melhor teria sido que nele não tivessem mexido!

8. *Nos tempos do Abade Barros*. As verdadeiras grandes reformas iniciaram-se, diz o P. J. Bacelar, com a Associação do Coração de Jesus e a ela se devem. Mas tudo isto ocorreu já em tempos em que era pároco o Abade Fernandes de Barros.

As primeiras obras feitas no seu tempo foram, ao que parece, o aumento ou ampliação da *Sacristia*, que chegou só até ao lavatório e para o que foi preciso desfazer um morro de pedra onde estava o cofre. O *guarda-vento* ou *anteparo*, também parece ser da mesma altura.

Em 1876 existia já na igreja a imagem do S. Coração de Maria, a qual havia sido feita em Viana. Em ordem à erecção da Associação do Coração de Jesus, encomendou-se, também em Viana, a imagem do S. C. de Jesus. A imagem do C. de Maria estava num oratório pendente junto à porta travessa, mas ficava mal e para o C. de Jesus fazia falta um altar. O lugar julgado mais conveniente para aquelas novas imagens era o altar do Senhor dos Passos e da Senhora da Soledade, que era de pouco merecimento. Resolveu-se por isso remover aquelas piedosas imagens para o lugar em que ficaram acomodadas e erguer um novo altar para os CC. de Jesus e de Maria.

Foi este altar construído pelo escultor António Ferreira, de Sequeira, que mais tarde fez as sanefas do Corpo da igreja, o florão e remate no tecto da tribuna ainda inexistente. Fez igualmente a tampa da pia

baptismal, o corrimão do púlpito e o púlpito. A antiga balaustrada do púlpito passou-a para resguardar o baptistério, onde nada havia. Como passou igualmente a mesa do antigo altar que era do Senhor dos Passos para a sacristia, acomodando-a debaixo duma portada que para aí fora cedida pela Casa da Custariça.

Depois da obra do entalhador ou escultor, passou-se à obra do pintor, tendo vindo de Braga para a efectuar o Mestre Firmino. Pintou e dourou o novo altar e restaurou a pintura do altar das Almas e de S. Germano, que viria a ser adaptado para receber o Senhor dos Passos. A imagem de S. Germano era uma pintura em madeira, que, não se sabe porquê, inutilizaram. O mesmo pintor restaurou ainda a pintura do arco-cruzeiro (sanefão).

Mais tarde e já neste século, refere igualmente o P. J. J. Bacelar, um discípulo daquele Mestre, o bondoso José Dias Ferreira pintou e dourou de novo o altar-mor, o púlpito e as sanefas das frestas do Corpo da igreja.

O pavimento da igreja era todo primitivamente em campas de madeira, que depois receberam encaixilhamentos de pedra, até ser esta novamente levantada para se colocar um primeiro soalhamento à fiada. O P. Bacelar esclarece que em 1927 já se estava no segundo soalhamento e que a madeira para ele havia sido dada pelas Casas da Custariça, Talho, Couras e Fortes, do Barral.

O pavimento da Capela-mor, todo de grandes pedras em desalinho e desencontradas, foi refeito em xadrês pelo Mestre pedreiro da freguesia Manuel Pereira.

Os degraus do altar-mor corriam todos de fora a fora e pelo mesmo artista, e muito mais tarde, foram modificados para terem os parapeitos e varandins que se vêem, para maior elegância e comodidade dos padres.

Do cofre da Associação do C. de Jesus saiu a principal parte da despesa.

As paredes da igreja estavam todas à cal e mal veneradas. Por isso foram mandadas escareolar, fazendo-se essa operação, primeiro, à capela-mor e, em seguida, ao corpo da igreja. Foram também restaurados e pintados os tectos, colocando-se um Coração de Jesus ao centro e cercaduras ao lado no corpo da igreja, pinturas que foram custeadas pelo associado do C. de Jesus José Joaquim da Silva Bacelar (Padre) e com o apoio do Abade Fernandes de Barros, o qual normalmente entrava com a esmola de uma libra ⁽³⁵⁾.

Até nas disposições do seu Testamento foi generoso este venerando Abade de Cervães. Registemos aqui algumas a título de ilustração. Para a Junta da Paróquia, a que presidiu, na sua qualidade de pároco, deixou em dinheiro 200\$000 destinados à compra de inscrições do Governo, sendo o seu rendimento para as Missas de manhã dos dias santos e quintos domingos, pelas almas do Purgatório. Ao Rev. José Joaquim da Silva Bacelar deixou 40\$000 para as obras da igreja, a executar em combinação com o pároco. Para as Confrarias do SS. Sacramento e da Senhora do Rosário deixou 100\$000, a cada uma, para fundos. À Associação da Propagação da Fé, 100\$000; a N. Senhora do Bom Despacho, para obras, 30\$000; ao Seminário de S. António e S. Luís Gonzaga, 40\$000; ao Hospital de S. Marcos, da cidade de Braga, 40\$000 ⁽³⁶⁾.

O donativo destinado a obras na igreja administrou-o o P. J. Bacelar e sendo já pároco o P. Araújo Santana, na obra de colocação de azulejos na base das paredes, tanto do corpo da igreja como da capela-mor. Foi o seu assentamento feito em cal hidráulica e

⁽³⁵⁾ *Apontamentos...*, fl. 12.

⁽³⁶⁾ *Livro de Cópia dos Testamentos*, fl. 125.

cimento, pelo artista António Azevedo. Na mesma ocasião foi a igreja novamente coberta, desta vez com telha do sistema dito de Marselha ou francesa.

Depois de escareolados os interiores das paredes e reformados os tectos, quanto a pinturas foi tomada a acertada decisão de não permitir a entrada de armadores na igreja por via dos estragos que sempre lhe causavam.

Em 1880, o P. José Bacelar, mediante subscrição feita entre o clero da freguesia, conseguiu obter o cortinado de damasco da capela-mor, que se utilizava nas festividades. E algum tempo mais tarde, também João de Oliveira e Silva Bacelar conseguiu, pelo mesmo processo e entre os fiéis o cortinado para o corpo da igreja e o pano da porta principal (reposteiro), cujo risco a ele se deve e cuja feitura pertenceu ao alfaiate da freguesia, Custódio de Oliveira.

O lampadário ou lustre da capela-mor foi pago com dinheiro da Associação do Coração de Jesus, de que adiante se falará mais desenvolvidamente, e substituiu um outro mais pequeno e menos artístico, que para ali havia sido dado, a pedido do P. José Bacelar, por Domingos Dias da Silva Couto. O lustre dado por este benfeitor, foi oferecido e levado para a igreja de Ateães.

Quanto aos lustres do corpo da igreja (altares do Rosário e das Almas ou Senhor dos Passos) foram adquiridos com esmolas e restos das despesas das Confrarias.

O gradeamento do corpo da igreja foi dado por Francisco da Silva Queira; anteriormente não existia e por isso houve que modificar o degrau de pedra sobre o qual foi aquele colocado.

9. *As Filhas de Maria e a Associação do C. de Jesus.* Não julgemos porém que se limitou o Abade

Fernandes de Barros à promoção de obras e melhoramentos materiais na sua igreja! Obras como a Associação das Filhas de Maria e depois a Associação do Coração de Jesus mereceram toda a sua atenção e certamente por isso foram capazes de lhe dar valiosa colaboração em tudo quanto na igreja realizou.

O P. J. J. da Silva Bacelar refere que as *Filhas de Maria*, de que, em 1927, já ninguém se lembrava em Cervães, constituíram a primeira Associação de piedade que existira na freguesia, tendo sido nela estabelecida em 1870, portanto antes da chegada do Abade Barros.

Além da santificação individual e remoção de escândalos, era seu fim principal a educação cristã, mesmo através de escolas próprias.

Sob este aspecto salientaram-se as Filhas de Maria de Cervães, que chegaram a criar uma Escola de meninas, a qual em 1927 funcionava como escola oficial, depois de ter sido para isso oferecida, pela presidente que foi das Filhas de Maria, D. Joaquina M. da Silva Bacelar, já que do Estado se não conseguia obter escola nenhuma. Aquela senhora era da Casa da Custariça, em cuja Capela faleceu piedosamente, no dia de Natal de 1889, depois de aí ter assistido à celebração de 12 missas, que tantas foram as que nesse dia aí houve.

A *Associação do Coração de Jesus*, essa foi erecta em 15 de Janeiro de 1876, como conclusão duns exercícios dados ao povo pelo missionário P. João Manuel Barbosa.

A nova Associação foi buscar às Filhas de Maria as suas principais dirigentes e zeladoras. Com o tempo, chegou-se à conclusão de que o melhor seria fundir as duas obras numa só, o que efectivamente se fez, tendo prevalecido a Associação do Coração de Jesus e mais tarde, também Associação do Apostolado da Oração.

Informava o P. J. J. da Silva Bacelar que nos primeiros cinquenta anos da sua existência, nunca em ano algum deixara a Associação de fazer o seu *tríduo* com comunhão geral e festa solene. Para o efeito eram sempre convidados pregadores distintos. Refere o mesmo cronista que por três vezes havia o tríduo sido substituído pelas *missões*.

A primeira dessas missões foi pregada em 1904, por António Barbosa Leão, que anos depois viria a ser o Bispo do Porto, e pelo P. José Pinto de Moura, do Porto. A segunda missão teve lugar em 1913, tendo sido pregadores os abades de Anta e de S. Martinho de Bougado, diocese do Porto. A terceira missão foi feita em 1923, tendo pregado os PP. João Mesquita e Manuel Soares, de Braga.

Por ocasião desta missão de 1923 e como remate da mesma, veio o Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos administrar o Crisma a umas 600 e tantas pessoas, tendo-se em seguida dirigido à Casa da Custariça, para aí tomar a sua refeição.

Outras obras de Apostolado se criaram e existiam em 1927, em Cervães. Não podemos contudo indicar quais as datas da sua instituição. Encontram-se neste caso a *Obra da Juventude*, que dispôs de Casa própria e dentro da qual existira uma Congregação Mariana, e a *Obra da Catequese*, esta última canonicamente instalada.

Cabe também aqui uma referência especial às *Confrarias* da igreja paroquial. Como já mais atrás referimos, eram quatro as confrarias estabelecidas na igreja. Eram a do *Santíssimo*, a do *Rosário*, a das *Almas* e a de *S. Miguel* e que para evitar despesas e trabalhos multiplicados em contas e orçamentos de cada uma se decidiu fundi-las ou uní-las a todas numa só. Os Estatutos foram por isso reformados e em 1914 aprovados civil e eclesiasticamente.

10. *Nos tempos do Abade Santana.* Fora certamente na segunda metade do séc. XVIII que as paredes da igreja foram argamassadas e caídas por fora, não obstante o serem elas feitas de boa cantaria. Estavam no princípio do séc. XX a reclamar grande limpeza, mas ninguém se resolvia a meter-se à obra por implicar ela enorme despesa.

Foi nas vésperas da visita pastoral de 1923 que tais obras foram levadas a cabo. Para isso o então pároco, P. A. M. de Araújo Santana, convocou os maiores da freguesia para uma reunião no adro. Depois de lhes expor a necessidade de se proceder a tais obras, bem assim como a uma reparação geral por fora e por dentro, foi constituída uma Comissão que percorreu a freguesia a recolher esmolas para tal fim. Nesse peditério foram recolhidos 8:401\$300, e as obras foram por diante.

A limpeza da pedraria e reparos nos telhados foi arrematada por 2:830\$000 pelos mestres da terra Oliveira e Macedo. A reparação do corpo da igreja (esca-reolar as paredes, reformar a pintura do tecto, gradeamento do coro, limpeza do guarda-vento, altares, etc., foi arrematada por António de Abreu, por 800\$000. A reforma das paredes da Capela-mor e tecto, essa ficou a cargo do pintor José Mendes, de S. Jerónimo, por 2:422\$000, o qual igualmente reformou as pinturas da tribuna, sanefas do arco-cruzeiro, todos os altares, tocheiras, lanternas, pelintros e baptismo no Baptistério, pelo que ascendeu a mais 300\$000 a despesa com este artista.

Na mesma ocasião foi adquirida a cúpula dourada do Sacrário, algumas cortinas e a alcatifa, o que importou em 969\$450, sem se esquecer já os 2:771\$300 gastos na aquisição de materiais. O total da despesa atingiu os 12:097\$750.

Como a receita do peditério se ficara pelos

8:401\$300 havia um desfalque para o pároco verdadeiramente considerável. Foi por esse motivo que lançou um apelo às pessoas de boa vontade a fim de que o ajudassem. Desse apelo resultou obterem-se mais 1:250\$700, reduzindo-se o desfalque para 2:445\$750, o qual foi aguentado pelo próprio pároco, pelo P. José Bacelar, por D. Joaquina de J. Silva Bacelar, por D. Maria da Ascensão da Silva Bacelar e pela Associação do C. de Jesus, tocando a cada um a quantia de 489\$110 reis.

Além de todos os que contribuíram com esmolas avultadas, cujos nomes omitimos, por brevidade, salientaram-se o encarregado da fiscalização das obras, Américo de Macedo, sem se falar já no P. António Maria de Araújo Santana, que além do trabalho, deu para as obras 989\$110, o que para a época era uma fortuna. Mas ficara-lhe sequer a consolação como prémio, ao que se refere o venerando P. J. J. da Silva Bacelar, quando diz: *«tem hoje a grande satisfação de ser pároco da igreja de melhor architectura, mais bem reparada e mais asseada do Arciprestado»* (37).

Mas não ficou por aqui o bom apetrechamento da igreja de Cervães. Algum tempo depois foi a altura de ainda uma vez mais o nosso bom cronista dar mostras da sua generosidade e do seu amor à igreja da sua terra natal. Por entender que a igreja ainda não estava completa sem um harmónio, o P. J. J. da Silva Bacelar, grande apóstolo da Associação do Coração de Jesus, mandou vir um directamente de Paris para a igreja de Cervães. Ficou a ser o melhor harmónio de todas estas redondezas e custou, posto no lugar, nada mais nada menos, 4:470\$000.

Em vez de alongarmos este capítulo, com mais

(37) *Apontamentos...*, fl. 19.

indicações sobre obras mais recentes efectuadas na igreja ou residência paroquial, preferimos remeter o leitor para o capítulo dos *Benfeitores do Bom Despacho e da Paróquia*.

11. *A Capela da Estrela ou Santa Maria de Penoucos*. Entre os mais antigos templos de Cervães figurava a Capela de N. Senhora da Estrela, hoje totalmente desaparecida, e que foi célebre à roda de 1640, alturas em que a ela viveu intimamente ligado o Ermitão João da Cruz, como melhor adiante se verá.

Ficava esta Capela situada no lugar de *Penoucos* e em 1808 devia estar bastante arruinada. De outra sorte não teria razão de ser a decisão do P. António José Pereira, Abade de Lomar e Visitador do Arcediagado do Neiva, que na visita de 19 de Novembro daquele ano, a Cervães, determinou que o então Reitor Pedro Gonçalves Coura da Costa velasse para que fossem restauradas as Capelas das Quintas de Gomariz e da Estrela (38).

Ignoramos desde quando data exactamente a denominação da Capela de N. Senhora da Estrela, como ignoramos ainda quando e em que circunstâncias terá ela chegado às mãos de particulares. Sabemos que em 1644 era propriedade dum fidalgo bracarense, o Doutor Mateus Pereira Bravo. Igualmente sabemos que o seu último proprietário fora José M. Cerqueira Esteves, o qual, no princípio deste século, no dizer do P. J. J. da Silva Bacelar, «teve a coragem de a vender para ser demolida e utilizada a pedra para outras construções». E o nosso cronista esclarece que só soube do caso quando ela já estava por terra e quando já não restava qualquer possibilidade de a salvar. Informou ainda o

(38) *Livro de Capítulos da Visita*, fl. 5 v.º. (de 1806 em diante).

mesmo sacerdote de que em 1927 os restos da Capela da Estrela pertenciam ao P. João Evangelista Pereira Gomes, natural de Atiães, o qual por essa altura tinha a intenção de a reconstruir na sua freguesia ⁽³⁹⁾. Uma capela chegou a ser efectivamente construída com parte dessa pedra, mas tal Capela não se encontra posta ao culto.

Sabemos, por outro lado, que muita da pedra da Capela da Senhora da Estrela foi vendida para uma grande e antiga Casa agrícola, cujos proprietários a utilizaram na construção dum enorme alpendre ou coberto, porventura o maior que até ao presente nos foi dado observar em zonas rurais do Norte do país. Situa-se essa Casa na margem direita e a poucos metros do rio Puriço e no lugar que dá pelo nome de *Espaçante*, antropónimo de segura proveniência medieval. Pudemos examinar muitas das pedras desse alpendre. Embora nelas se não encontrem inscrições (apenas conseguimos ver um D), trata-se de excelentes blocos de granito em esquadria e em que porventura existirão agora ocultas outras letras. Pudemos igualmente descortinar ainda uma pedra com labores próprios de pedra igreja destinada ao arremate de qualquer cornija.

Na Capela da Estrela existira uma pia que conseguiu sobreviver até mais tarde e que foi adquirida pela paróquia de Oleiros, para servir de *pia baptismal*, na sua igreja paroquial, totalmente reconstruída, cerca de 1950, quando era pároco o P. António Augusto Dias Barbosa (1940-1957) ⁽⁴⁰⁾.

Da imagem de N. Senhora da Estrela ⁽⁴¹⁾ ninguém

⁽³⁹⁾ *Apontamentos...*, fl. 25 (pertencente já à capa).

⁽⁴⁰⁾ *Acção Católica*, XLV (1959), p. 143.

⁽⁴¹⁾ Sabe-se que era uma Senhora que sustentava na mão um facho, em cuja ponta se via uma estrela, donde provavelmente o nome popular que recebeu.

sabe o paradeiro. Existirá na Atiães? Terá ido para o Porto? Ninguém o sabe ao certo.

O P. J. J. da Silva Bacelar, que em 1927, contava já os seus 81 anos, escrevera nessa data que a Capela da Senhora da Estrela «era muito antiga e de estilo manuelino». Contudo, e porque não era este autor mestre em artes achamos dever acrescentar imediatamente a opinião do Cónego Manuel de Aguiar Barreiros, que, em 1931, escreveu: *Esta Capela, que era românica, não vai há muito que foi vandalicamente destruída* (42).

A isto se limitavam os conhecimentos dos naturais de Cervães acerca do que fora a Capela da Senhora da Estrela.

12. *Santa Maria de Penoucos, antiga paróquia.*

Embora a atribuição a essa Capela duma pia baptismal nos houvesse despertado uma certa curiosidade, o certo é que foi informação de 1758 e uma referência casualmente. lida no livro de cópias de Testamentos da freguesia que nos situou no caminho de verdadeiras descobertas. Dizia assim o P. João Pereira, em 1758: «*Tem mais esta freguesia outra Ermida de Nossa Senhora da Estrela sita no lugar de Penoucos; é antiquíssima e é senhor dela João Luís da Silva e Sousa, da Cidade de Braga*» (43).

Estas palavras associadas à menção feita num texto de testamento do séc. XIX a *Santa Maria de Penoucos* abriram-nos inteiramente novas perspectivas e levaram-nos a proceder a buscas documentais cujos resultados passaremos a expor imediatamente e sem mais delongas.

A Capela de N. Senhora da Estrela antes de ter

(42) *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*, Braga, 1931, p. 109, nota 5.

(43) *Dic. Geográf. de Portugal*, X, p. 1893 (ANTT, manusc.).

recebido este nome, durante o séc. XVI ou princípios do séc. XVII, era conhecida por *Capela de Santa Maria de Penoucos*. Tratava-se duma designação medieval, recebida, quando tal capela era uma verdadeira *igreja paroquial*, do título de *Santa Maria*. E assim se compreende perfeitamente o facto de nela ter existido uma *pia baptismal*, a única peça que dela sobreviveu após a demolição total da dita Capela, antes de 1927.

Quando terá sido fundada esta igreja paroquial? Eis-nos perante uma interrogação a que não sabemos dar resposta clara e decisiva. Sabemos que ela remontará, se não a épocas anteriores, pelo menos e seguramente ao século XII ou primeiros anos do séc. XIII.

Com efeito, em 1320, aos 17 de Novembro, os juizes executores da cidade de Braga taxaram a igreja de *Santa Maria de Penoucos em setenta [libras]* ⁽⁴⁴⁾. Sabemos que era uma das 12 igrejas mais ricas de entre as 35 que então pertenciam à Terra do Arcediado do Neiva. Na Arquidiocese de Braga era esta uma das 52 igrejas taxadas com 70 libras, emparceirando por isso em questão de riquezas com igrejas como *Santa Maria de Valença*, *S. Gens* de Macarome (actualmente lugar de Cabanelas), *Santa Marinha de Oleiros*, *Santa Maria de Covas*, *S. Pedro de Fragoso*, *S. Martinho de Alvito*, *S. Martinho de Galegos*, *S. Martinho de Balu-*

⁽⁴⁴⁾ Fortunato de Almeida, *Hist. da Igr. em Portugal*, II, Coimbra, 1910, p. 629. O Papa Inocêncio III, em Bula datada de Assis, onde a 28 de Julho de 1208 se encontrava, manda ao Deão de Zamora que decida da questão surgida entre o Arcebispo de Braga, D. Martinho Pires e os Reitores de várias igrejas, que se recusavam a pagar o catedrático ou o sinodático e outros direitos episcopais. Entre esses reitores figura o da igreja de *Penoucos*. Nesse caso, e como se deve indiscutivelmente tratar da igreja de *Santa Maria de Penoucos*, de Cervães, poderemos datá-la, seguramente e pelo menos, do século XII. (Cf. Avelino de Jesus Costa, *O Bispo D. Pedro...*, II, Coimbra, 1959, doc. 88, p. 445).

gães, Santa Maria de *Ardegão*, Santa Eulália de *Vila de Punhe*, etc., para unicamente referirmos diversos nomes mais familiares ou mais próximos destes sítios. Em todo o caso, na Diocese de Braga, havia nessa data mais de 700 igrejas paroquiais mais pobres do que a de Santa Maria de Penoucos ⁽⁴⁵⁾.

Em 12 de Janeiro de 1333 era *Abade da Igreja de Santa Maria de Penoucos o honrado varão Durão Esteves, Cónego de Braga*, cujos direitos foram oficialmente reconhecidos sobre a dita igreja, após a contenda que com ele tiveram Pero Martins, tabelião de Braga e sua mulher Francisca Tomás, os quais reclamavam para si o direito de padroado da mesma igreja. A sentença foi dada pelos Cónegos Esteves Anes, Arcediago de Neiva e Estêvão Pais, Vigários Gerais do Arcebispo D. Gonçalo Pereira, os quais incumbiram *Lourenço Fernandes, clérigo (pároco) de Cervães*, de dar execução à tal sentença, com recurso à ajuda do braço secular se para tanto fosse mister ⁽⁴⁶⁾.

Além de nos documentar acerca da existência da paróquia de Penoucos, esta sentença esclarece-nos que Cervães formava outra paróquia, presidida por pároco próprio e totalmente independente do de Penoucos. Já atrás nos referimos a este Reverendo, pelo que não vamos repetir aqui o que sobre ele já ficou dito.

É de admitir que muitos outros documentos possam existir com dados preciosos relativos ao período de 175 anos que medeia entre 1333 e 1508, data dum outro documento precioso para a história da igreja de Santa Maria de Penoucos. Trata-se duma Bula do Papa Júlio II, datada de Roma, aos 26 de Agosto de 1508 e cujos principais elementos passamos a referir.

⁽⁴⁵⁾ *Ib.*, pp. 622-651.

⁽⁴⁶⁾ *Rerum Memorabilium*, Livro III, fl. 163 (Arq. Distr. de Braga, manuscrito).

Em 10 de Junho do ano de 1431, a igreja de Santa Maria de Penoucos foi perpetuamente unida anexada e incorporada na igreja paroquial de S. Romão da Ucha mantendo-se assim durante um período que não sabemos precisar ⁽⁴⁷⁾. Era esta a situação de facto e de direito quando o Reitor de S. Romão da Ucha, Diogo Gonçalves tomou conta dos destinos daquela paróquia. Mas, fosse por que motivo fosse, Diogo Gonçalves não quis ter a igreja de Penoucos unida, anexada e incorporada na sua igreja da Ucha. E por isso pediu ao Papa Júlio II, (o que se terá verificado depois de 1503) que dissolvesse tal união, anexação e incorporação, ao que de bom grado acedeu Júlio II, ficando desde então a igreja sem cura de Penoucos vaga e, como tal, automaticamente pertencente à Santa Sé.

Em face disto e porque o Arcebispo de Braga, ao tempo, D. Diogo de Sousa, era o senhor da freguesia de Areias e como a igreja de Santa Maria de Penoucos fica próxima daquela, enviou o dito Arcebispo ao Papa um pedido em que lhe requeria a concessão de Santa Maria de Penoucos para a sua Mesa Arcebispal. A razão era que, no dizer do Arcebispo, em Areias não possuía ele qualquer casa em condições onde se pudessemos se comoda e honestamente retirar, nem sítio para a mesma construir. E uma vez que era pacífica a sua posse de Areias e dado que a referida igreja de Penoucos reunia condições óptimas para aí poder o Arcebispo construir digna morada, requeria humildemente de Sua Santidade essa graça.

O Papa não se fez rogado e anuiu ao pedido do Metropolitano Primás exarando a presente Bula, por força da qual unira, anexara e incorporara para sempre a

⁽⁴⁷⁾ *Capítulo I — Cervães, seu nome, sua terra e suas gentes*, § 9 — Cervães, uma ou duas freguesias?, nota n.º 53.

igreja sem cura de Santa Maria de Penoucos na referida Mesa Arcebispal. Declarou que o Arcebispo D. Diogo estava autorizado, por si ou por outrem, a tomar fisicamente posse da igreja e dos direitos a ela adjacentes.

Não obstante o facto de se tratar duma igreja sem cura, impôs todavia Sua Santidade a cláusula de que a dita igreja de Santa Maria de Penoucos continuasse ao serviço do culto em conformidade com os encargos ou obrigações costumadas ⁽⁴⁸⁾.

Como dissemos, a Bula está datada de 26 de Agosto de 1508. A tomada de posse por parte do Arcebispo foi feita, no dia 17 de Março de 1509, na pessoa do seu criado João Freire e na presença do Notário António Fernandes, Tercenário na Sé de Braga e de mais testemunhas, entre as quais se assinam Afonso Gil, escudeiro e Diego Lopes, caseiro da igreja de Santa Maria de Penoucos.

O acto da tomada de posse ficou devidamente registado e é sobre esse texto que recolhemos estes pormenores de informação. Teve o acto lugar na porta principal da igreja e constou da apresentação dum Alvará pelo próprio criado do Arcebispo D. Diogo de Sousa e da exibição da Bula contendo as Letras Apostólicas da dita concessão.

Eis o teor do texto do mencionado Alvará Arcebispal: «*Nós, o Arcebispo de Braga, primaz, etc. por este presente damos poder e autoridade a João Freire cavaleiro de nossa Casa que em nosso nome e da nossa Igreja de Braga e Mesa Arcebispal dela haja e cobre e tome posse real e actual da igreja de Santa Maria de Penoucos do nosso Arcebisado que ora o Santo Padre Júlio segundo nosso Senhor teve por bem anexar in*

⁽⁴⁸⁾ Bula transcrita in *Rerum Memorabilium*, Livro II, fl. 247 v.º-248 (Arq. Distr. de Braga, manuscrito).

perpetuum à dita Mesa pontifical e da posse que assim tomar, peça e expida quaisquer letras e instrumentos que forem necessários. Feito na nossa cidade de Braga, aos dezasseis dias do mês de Março, ano do Senhor de mil e quinhentos e nove anos» (49).

Foi com este texto de procuração e com a Bula pontifícia nas mãos que João Freire abriu a porta da igreja, entrou nela e foi ao altar-mor, onde pedindo que lhe dessem os paramentos da dita igreja, pegou neles. Em seguida foi ao sino e tangeu-o e foi a todas as casas da dita igreja e entrou nelas, abrindo e fechando as portas, cujas chaves tornou a entregar, por sua própria mão, ao caseiro e, desta maneira, se declarou em posse de Santa Maria de Penoucos (50).

Não tentamos saber durante quanto tempo permaneceu a igreja de Santa Maria de Penoucos na posse directa da Mesa Arcebispal de Braga, já que entre 1509 e 1758 decorrem nada mais nada menos do que 249 anos. Em 1527, o cadastro da população do Reino refere-se aos «*coutos de Vilar de Areias e Penoucos*» (51) que são do Arcebispo e a jurisdição deles», vendo-se à margem do nome de Penoucos a anotação de que aí «*não entra Corregedor*» (52).

Em face dos textos de 1508 e de 1509 ficamos a interrogar-nos se o Couto de Cervães não datará de então, resultando muito simplesmente da sua anexação ao Couto de Vilar de Areias, esse incontestavel-

(49) *Rerum Memorabilium*, Livro III, fl. 163 v.º (Arq. Distr. de Braga).

(50) *Ib.*, fls. 163 e v.º.

(51) Por evidente erro de leitura, no texto publicado no *Archivo Historico de Portugal*, III (1905), p. 263, refere-se «os coutos de Vyllar d Arcas e Penoveos que sam do Arcebispo», em vez de se ler «Vilar de Areias e Penoucos».

(52) *Loc. cit.*

mente antigo? Trata-se porém dum assunto sobre o qual não nos devemos aqui debruçar.

É contudo provável que a posse de Penoucos por parte dos Arcebispos de Braga tenha durado tanto quanto durou a sua jurisdição nos Coutos eclesiásticos. Como é sabido esta foi suspensa por leis do final do séc. XVII e primeiros anos do séc. XVIII, tendo-se um caso ou outro arrastado até ao reinado de D. Maria I (1777-1816). Mas no caso de Cervães sabemos concretamente que em 1758, a antiga igreja de Santa Maria de Penoucos não pertencia já à Sé ou aos Arcebispos de Braga. Era propriedade do cidadão bracarense João Luís da Silva e Sousa.

13. *A Capela de S. Bento.* Depois da Capela de Santa Maria de Penoucos, é provável que se siga em antiguidade a Capela da *Ermida*, sítio que já em 1258 tinha este nome.

A capela da Ermida, contrariamente ao que se poderia supor, não fora inicialmente dedicada a *S. Bento*, titular que hoje conserva, mas sim a outro santo, que tudo parece indicar ter sido *S. Pedro*.

Nunca chegaríamos a esta conclusão sem a feliz descoberta que conseguimos fazer no ano de 1975, quando encontrámos o texto dos primitivos Estatutos da Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório. Diz assim a consideração terceira do texto introdutório a esses Estatutos: «*Havia naquela freguesia (de Cervães), e no lugar da Ermida uma Capela, na qual se festejava de tempos antigos o Glorioso Apóstolo S. Pedro; porém com o descuido dos fundadores estava totalmente arruinada e indecente. E porque o sítio era verdadeiramente ermo e incapaz pela estreiteza de nele ter habitação um santo digno de toda a munificência se resolveram os presentes juiz e mordomos edificar uma nova Capela noutro sítio mais espaçoso e acomodado, em que o*

Santo Apóstolo fosse venerado com decente e perpétuo culto. E como facilmente se executa o que eficazmente se deseja, logo puseram em execução o intento» ⁽⁵³⁾.

Foram estas palavras escritas em 1681 e referem-se ao Juiz e irmãos de S. Pedro. Eram eles o P. Lucas Rodrigues, Juiz eleito para 1680-1681 e outros padres, todos residentes em Cervães e da freguesia naturais, cujos nomes se poderão ver ao tratar da questão da fundação da Confraria de S. Pedro de Montório.

Quem tivesse sido o fundador da Capela da Ermida, nem sequer o podemos suspeitar, o mesmo acontecendo, aliás, em relação à data da sua fundação.

Admitindo como aceitável a hipótese da existência do *Mosteiro* beneditino em Cervães, o P. J. J. da Silva Bacelar era de opinião que a Capela de S. Bento dataria de antes da Monarquia Portuguesa. Por falta de documentos não somos nós quem irá confirmar ou desmentir a sua impressão. Limitar-nos-emos a lembrar que antes de 1680 o titular dessa Capela era S. Pedro e não S. Bento, como certamente aquele ilustre sacerdote nem sequer ousara suspeitar. Se S. Bento vinha ou não sendo venerado nessa mesma Capela é que facilmente poderemos admitir, mesmo que tal facto possa remontar às suas origens.

Em 1758 é igualmente nomeada a Capela de S. Bento como sendo um dos oito templos então existentes dentro da área da freguesia.

Em 1896 esta Capela foi reedificada à custa de José de Oliveira Lago, como consta dos dizeres da lápide que encima a graciosa porta que hoje tem e que um excelente portão mais ajuda a embelezar. O P. Bacelar informa que os melhoramentos de então consistiram

⁽⁵³⁾ *Estatutos da Irmandade do Glorioso S. Pedro Montorio da freguesia do Salvador de Cervães do termo de Prado*, fl. 2 e v.º.

na reformação da frontaria e das paredes laterais que se altearam um pouco, além da colocação das pirâmides e do portão de ferro. No que se refere ao devoto reconstrutor, o mesmo venerável cronista deve tê-lo confundido, pois diz que se chamava António, pormenor insignificante, se tivermos em conta que ele era efectivamente natural do lugar da Ermida e residente no Brasil. Em 1927 era já falecido.

Tal como em tempos passados, o culto ao glorioso S. Bento continua a ser muito concorrido nesta sua Capela, onde quase todos os anos se realizam grandes festividades, sem se esquecer a constante afluência de romeirinhos e de muitos outros devotos.

No decorrer dos últimos dois anos beneficiou a Capela dum ligeiro restauro, além da construção duma pequena casa para sacristia, que na falta de melhor espaço, teve de ser construída do lado norte e separada do pequeno templo.

O revestimento em azulejo, tanto no seu interior como na sua frontaria foi outro melhoramento recente que muito valorizou esta Capela.

Presentemente, além da imagem do titular, venera-se igualmente uma imagem com o título de N. Senhora do Sameiro.

14. Capela de S. Pedro de Montório. A Capela de S. Pedro de Montório foi construída para acolher a imagem de S. Pedro que até então se venerava na Capela do lugar da Ermida, tida por pequena e pobre demais para possibilitar a celebração dum culto condigno com a grandeza de que era merecedor o Príncipe dos Apóstolos.

A decisão de construir nova capela foi tomada em 1680 e logo posta em prática. De tal forma que, em 28 de Agosto, dia de Santo Agostinho, desse ano de 1680, foi lançada a primeira pedra no alicerce dessa

construção. Deve a cerimónia ter sido revestida duma certa solenidade. Ao local escolhido, denominado então sítio do *Calvário*, provavelmente pelo facto de por ali terminar o percurso de alguma Via-Sacra ⁽⁵⁴⁾, terão ocorrido provavelmente, além do Reitor de Cervães, o P. Manuel da Cruz, sucessor do Ermitão João da Cruz e capelão da Capela da Senhora do Bom Despacho, situada não longe dali, e certamente o Juiz e os Mordomos que se haviam responsabilizado pelas obras. E dizemos que terá ocorrido esta gente toda, porque não poderemos admitir que aí tivesse vindo sozinho o conhecido fidalgo e morgado de Azevedo, Pedro Lopes de Azevedo, para, privadamente, lançar a primeira pedra no alicerce da Capela ⁽⁵⁵⁾.

No capítulo acerca das Irmandades falamos mais acerca desta capela, na qual existem, ainda hoje, os mesmos três altares com que foi dotada desde o princípio e dedicados a S. Pedro, o altar-mor; a S. Brás, o colateral do lado do Evangelho e a S. Pedro, o outro colateral do lado da Epístola. Isto o que se via ainda em 1758 ⁽⁵⁶⁾, não se referindo, portanto, a existência da imagem de N. Senhora do Amparo, que veio posteriormente ocupar o lugar antes reservado a S. Brás.

Deve-se referir que a Capela de S. Pedro de Montório é um edifício espaçoso, de boa construção e dotado duma ampla sacristia e duma pequena torre com sinos. Dentro dum adro de tipo rectangular e vasto, pode ver-se ainda um elegante cruzeiro de bom gra-

⁽⁵⁴⁾ A existência de outros cruzeiros espalhados ao longo de alguns caminhos da freguesia parece confirmar esta ideia. Como vestígio desse uso antigo, talvez subsistam hoje ainda as Endoenças, que se fazem na Quinta Feira Santa, por determinação dos Estatutos do Santíssimo, de três em três anos.

⁽⁵⁵⁾ *Estatutos da Irmandade de S. Pedro*, fl. 2 v.º.

⁽⁵⁶⁾ *Dic. Geogr. de Portugal*, X, p. 1893 (ANTT, manusc.).

nito. No frontespício, além duma bela cruz com três braços, conhecida mais propriamente por cruz papal, pode vêr-se uma bela fresta cruciforme encimada por um razoável friso de granito contendo esculpidas em alto relevo as imagens de Cristo e de S. Pedro.

Em 1927 o P. J. J. da Silva Bacelar informa que os Senhores da Casa de Azevedo ainda então continuavam a observar o costume antigo de serem os Juizes ou Presidentes da Irmandade Leiga e de anualmente pagarem o sermão no dia da Festividade do Santo.

A respeito da situação financeira de ambas as Confrarias de S. Pedro, afirma: *Estas Irmandades tinham ambas cerca de 12 contos de capitais, mas que hoje nada são, atentos os compromissos e minguados rendimentos pela desvalorização da moeda vivendo em graves dificuldades e em risco de perecerem*» (57).

15. *Capela da Senhora do Carmo.* Uma outra Capela referida em 1758 é a de N. Senhora do Carmo situada na Quinta de Gomariz, naquele tempo propriedade de João de Almada e Melo, Governador das Armas da cidade do Porto (58). Esta Quinta pertencia em 1644 a André Velho de Azevedo, ao qual sucedeu o seu filho Francisco da Cunha da Silva, Mestre que foi de Campo e Governador da praça de Monção. O P. Bacelar que a considera antiga e que diz ser de talha renascença, informa-nos que ela pertence a D. Ana Valadares e que foi em seguida vendida em praça. Em 1927, já não estava ao culto e era seu proprietário Manuel da Silva Couto. Presentemente já nem se fala nela, por ter sido o seu espaço utilizado para outros fins. A

(57) José Bacelar, *Apontamentos para a História da Igreja de Cervães*, 1927, p. 24.

(58) *Dic. Geogr. de Port.*, X, p. 1893.

Quinta de Gomariz é propriedade do Sr. Dr. Aristides Couto e filhos.

16. *A Capela de Santo António.* Adjacente à Casa da Quinta da Custariça existe ainda hoje uma Capela do título de Santo António. Esta Capela todavia já não é a primitiva. A primitiva, diz o P. J. J. da Silva Bacelar, ficava situada junto da entrada da Quinta e à beira do caminho público. A actual foi construída em 1852 pelos familiares de João de Oliveira e Silva Bacelar, então senhor da Casa. Mais ampla do que a antiga, esta Capela foi benzida a 21 de Agosto do mesmo ano de 1852. A primeira festa que aí se fez teve lugar a 8 de Dezembro. Constou de Exposição do Santíssimo e pregação pelo Missionário, P. José de Sousa Teixeira.

Quando esta foi construída já há mais de duzentos anos que naquela casa havia a Capela de Sto. António, cuja imagem transitou para a nova, juntamente com uma imagem de S. José. Nesta nova Capela foi também colocada uma imagem do Coração de Maria. É de salientar o facto de que, desde a sua erecção, mantém licença para conservar o *Santíssimo Sacramento* perpetuamente no Sacrário. Foi esta licença concedida pelo Arcebispo Cardeal D. Pedro Paulo e confirmada pelo Nuncio Apostólico, em Lisboa, de 2 de Dezembro de 1854 ⁽⁵⁹⁾.

O Papa Leão XIII, por Breves de 11 e 28 de Maio de 1888 também concedeu graças e indulgências aos que a visitassem. Aos que o fizessem no dia de Natal, de S. José e de Sto. António, depois de comungarem, a indulgência plenária; aos que a visitassem naqueles dias ou quaisquer dias de preceito, 300 dias de indul-

⁽⁵⁹⁾ *Apontamentos...*, fls. 22-23.

gências; aos que no dia 2 de Agosto a visitassem, a chamada Indulgência da Porciúncula, lucrável como se pessoalmente visitassem qualquer igreja franciscana ⁽⁶⁰⁾.

17. *Capela de Santo Afonso de Ligório.* Dedicada a Santo Afonso Maria de Ligório, existiu e existe no lugar de Ilhô. Mandou-a construir junto da casa da sua família, o P. José Ribeiro de Macedo (Loge) e pôs a sua imagem à veneração dos fiéis. Após a sua morte e a morte do seu irmão da casa, esta passou para novos possuidores, entre os quais se contava, em 1927, José F. Pinto da Silva. Sabe-se que este reparou a Capela, mas não a conservou a público ⁽⁶¹⁾.

18. *Capela de S. João Baptista.* No lugar de Soutelinho, construiu João J. da Silva Bacelar uma Capela em honra do Santo do seu nome. Havia este senhor casado para ali, indo da Casa da Largata. Faleceu sem sucessores, mas a Capela manteve-se ao culto em tempos do P. Domingos Flores, parente da viúva daquela casa.

Embora se não exerça nela o culto, esta Capela continua a ser venerada. Existe até um olival, de cujo rendimento é obrigado o proprietário a assegurar tal veneração ⁽⁶²⁾.

19. *Os Nichos de Alminhas.* No lugar de Fontoura existe também uma Capelinha dedicada ao Senhor dos Aflitos.

Entre as manifestações de piedade pelos defuntos sobressaem pelo seu poder de sugestão e de captação

⁽⁶⁰⁾ *Graças concedidas à Capella da Custariça — Declaração* (texto impresso e assinado pelo P. António Augusto Gomes da Costa, Secretário da Câmara Eclesiástica de Braga).

⁽⁶¹⁾ *Apontamentos...*, fl. 24 v.º.

⁽⁶²⁾ *Ib.*

das generosidades dos fiéis as *Alminhas*, ou seja, esses nichos tão típicos que a cada passo nos surgem nas curvas ou nas encruzilhadas dos mais concorridos caminhos. Embora não muito numerosas, também em Cervães ainda subsistem algumas amostras desses nichos. Pessoalmente, pudemos ver as *Alminhas* da Custariça, junto à entrada da Quinta; as *Alminhas* do Barral, numa casa também ligada à Quinta da Custariça; as *Alminhas* de S. Miguel, por ficarem situadas naquele lugar.

20. *Os Cruzeiros*. Diversas são as finalidades dos cruzeiros. São uns sinal de jurisdição paroquial, como os cruzeiros paroquiais. São outros meros substitutos dos pelourinhos em coutos ou terras de jurisdição eclesiástica. Têm outros a função de demarcar áreas ou terrenos anexos a capelas ou igrejas e como tais considerados zonas sagradas. Vêmo-los ainda a servir de calvários, ou como padrões funerários, a encimar as cabeceiras das sepulturas ou a assinalar, tanto nas «*Alminhas*», como em qualquer localidade, onde alguém morreu, aos vivos a memória dos defuntos.

Em Cervães, além dos lugares das *Cruzinhas* e da *Cruz*, existem numerosos cruzeiros, mais luxuosos e belos, uns, mais pobres e singelos, os outros. De entre todos eles sobressai o actual *Cruzeiro Paroquial*, sito no lugar do Sobral, justamente, considerado imóvel de interesse público.

Este é um dos belos espécimens de cruzeiros paroquiais antigos que ainda se podem contemplar aqui e além no nosso país. Sabemos que o local da sua primitiva colocação não foi o lugar do Sobral. Viera para aqui do lugar de Penoucos, onde servira de cruzeiro paroquial à igreja de Santa Maria que entre os séc. XII-XVI lá existira. O P. J. J. da Silva Bacelar deixou registada, nos seus apontamentos, a informação de que este cruzeiro, dito da Estrela, não ficou mencionado na

escritura de compra, que fizera Valentim Esteves, da Casa e Capela de N. Senhora da Estrela, talvez por esquecimento do vendedor, uma vez que tal cruzeiro ficava situado um pouco afastado da dita capela. Sabemos igualmente que a Junta da Paróquia entendeu ser público esse cruzeiro e por isso decidiu apeá-lo e transferi-lo, para servir de cruzeiro paroquial, no local em que se encontra. Não obstante os protestos de José Maria Esteves, herdeiro da Quinta da Estrela, foi imensamente feliz aquela ideia da transferência. Se ela não tivesse sido executada, estaria esse belo cruzeiro já hoje em ruínas ou totalmente destruído dentro de alguma parede ou a servir de calço de algum caminho, que parecido foi o destino da Capela a que durante largos séculos andou ligado.

Do primitivo pouco mais restará hoje do que a cruz propriamente dita com o seu valioso conjunto insculpido em granito da região. O fuste, bem assim como o pedestal, sobre que se levanta, são mais recentes, devendo-se este último à época da sua colocação no Sobral, ao que parece já nos princípios do séc. XX, ou últimos anos do séc. passado.

Na sua face anterior (voltada ao nascente), vê-se insculpida em alto relevo a imagem de Cristo crucificado, vendo-se ainda dois outros personagens ao pé da Cruz que não soubemos identificar. Na face posterior (lado poente), vê-se também insculpida N. Senhora de pé, coroada de Rainha, sustentando o Menino Jesus, que lhe fica sentado na mão esquerda e a lembrar as belas imagens de Santa Maria de entre os séc. XIV-XVI, das catedrais e das mais antigas igrejas de Portugal.

Sabemos efectivamente que a igreja da antiga paróquia de Penoucos era dedicada a *Santa Maria*, como o demonstrámos sobejamente neste mesmo capítulo. Por isso, compreendemos que o Cruzeiro dessa

antiga paróquia tivesse a imagem da sua padroeira. De quando datará ele é assunto sobre o qual nos não decidiremos ainda, não obstante o parecer autorizado do Sr. Cónego Luciano dos Santos, que o estudou depois de particularmente o examinar, e que o faz datar, na sua parte mais antiga, do séc. XVI.

Ao conferirmos este com os cruzeiros góticos de S. Domingos de Aveiro, do Cristo das Maleitas de Coimbra, do Padrão do Salado, ou de S. Francisco de Guimarães, ou ainda do Cruzeiro das Laranjeiras, somos tentados e encorajados a poder colocar o Cruzeiro de Cervães entre os raros espécimens do séc. XV, pelo menos ⁽⁶³⁾.

Resta ainda registar aqui que, aquando da sua transferência de Penoucos para o Sobral, se verificou que o rosto do Menino, que N. Senhora sustenta nos braços, estava espedaçado ou mutilado. Nessa ocasião se compôs ou pôs de cimento com a perfeição que o artista então pôde ou soube incutir-lhe. É o que nos informa igualmente o P. J. J. da Silva Bacelar.

Outros cruzeiros merecem ainda uma referência especial, além do cruzeiro paroquial. Encontram-se nessa situação o cruzeiro de S. Pedro de Montório e o do Bom Despacho, feitos até talvez pelo mesmo artista e na mesma época; o cruzeiro da Capela da Custariça (este mandado construir em 1864 pelo P. José da Custariça, como consta de inscrição nele lavrada), bem assim como o da Capela de S. Bento da Ermida merecem igualmente ser lembrados. E isto

⁽⁶³⁾ Cf. Reinaldo dos Santos, *A Escultura em Portugal*, I, Lisboa, 1948, pp. 46-56; Alfredo Guimarães, *Guimarães — Guia de Turismo*, 1953; Sousa Viterbo, *Cruzeiros de Portugal, Contribuições para o seu Catálogo descritivo* (Separata do «Boletim dos Architectos e Arqueólogos de Portugal» (1.ª Série, pp. 11, 19 e 42).

sem deixar de esquecer naturalmente todo um conjunto de outras cruzes ou cruzeirinhos dispostos através da freguesia de Cervães, conhecidos como *cruzes da via-sacra*. Segundo lista que nos foi fornecida, encontram-se dispersos da seguinte maneira: 4 no lugar do Bom Despacho; 2 no de Visage; 2 no de Ilhô; 3 no de Bouça; 2 no da Cruz e no lugar do Mosteiro. Junto da Capela de S. Pedro de Montório existe do lado sul e fora do seu adro um destes cruzeirinhos. Segundo a denominação que em 1680 davam àquele lugar — *Calvário*, tudo nos leva a crer que ali teria inicialmente o seu termo a procissão que percorreria o conjunto das cruzes da Via-sacra.

III

Cervães e suas confrarias

Como índice das manifestações da fé do povo de Cervães, devemos apontar igualmente as suas irmandades ou confrarias.

Existiram na freguesia diversas irmandades, quatro das quais são anteriores a 1758, motivo por que as designaremos como antigas. São elas a Irmandade do *Subsino*; a do *Arcanjo S. Miguel*; a de *S. Pedro de Montório (dos Leigos)*; a irmandade dos *Clérigos* ou *Eclesiástica de S. Pedro de Montório*.

I — AS ANTIGAS IRMANDADES

1. *Irmandades da Igreja Paroquial.* As duas primeiras irmandades (*Subsino* e *S. Miguel*) são provavelmente as mais antigas de todas. Em 1758 existiam ambas na igreja. Qual delas a mais antiga, não o sabemos dizer, embora dêmos o lugar à de *S. Miguel*.

A respeito desta, é de supor que tenha sido instituída no actual lugar de *S. Miguel*. Como no capítulo II se disse, aí existirá desde tempos muito antigos a capela onde se prestava culto ao *Arcanjo*. Também se referiu que em tempos idos aí terá existido a igreja paroquial, se não de toda, pelo menos de parte da freguesia de Cervães. E isso teria acontecido antes do

séc. XIII. Esta tradição que ainda corria no fim do século passado, teve também o apoio documental do velho Tombo de Cervães, que o P. João Pereira ainda consultou, em 1758 ⁽¹⁾. A passagem duma imagem de S. Miguel para o segundo lugar de destaque, dentro da igreja paroquial, deve corroborar plenamente esse facto, desde que a igreja de S. Miguel deixou de ser paroquial, para ceder o seu lugar à igreja do Salvador, até então pertencente ao Mosteiro beneditino ou templário. E ocorrera tudo isso antes de 1220 e, provavelmente, antes de 1186.

Explicação para o facto de se haver instituído esta Confraria e de ela existir na igreja devemos encontrá-la no desejo de manter vivo o culto do antigo padroeiro, assegurando como seria lógico, igualmente a conservação da antiga igrejinha, reduzida à simples categoria de capela.

A *Irmandade do Subsino* devia ser, como todas as demais deste título, (e que existiam através de todo o Entre-Douro e Minho) antiquíssima. Tinha por finalidade auxiliar o pároco na correcta administração dos bens paroquiais e velar pelo asseio e conservação da igreja, a fim de nela se poder assegurar o digno funcionamento do culto divino.

Até quando existiu esta irmandade e quais os estatutos por que se regia, também o não conseguimos descobrir. Supomos que terá sido substituída pela Irmandade do Santíssimo Sacramento.

2. *Irmandades da Capela de S. Pedro.* Acerca destas irmandades já nos encontramos bastantemente documentados.

(1) *Dicionário Geográfico de Portugal*, X (Manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa), p. 1891 e 1893.

A IRMANDADE LEIGA

A *Irmandade de S. Pedro de Montório*, a cuja denominação seria mais tarde necessário apor o designativo de *Leiga*, foi a mais importante de todas as que jamais foram instituídas em Cervães. É certo que a *Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório* atingiu, nos seus períodos áureos, uma expansão e um prestígio superiores, mas não se pode considerar como instituição nascida na freguesia, como adiante melhor se demonstrará.

A *Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório* é aquela cuja história melhor ficámos a conhecer, graças a uma ocasional, mas sensacional descoberta que, em Outubro de 1975, conseguimos efectuar, por ocasião de mais uma das nossas pacientes buscas levadas a cabo, na Capela de S. Pedro de Montório. Trata-se da descoberta da documentação manuscrita, original e autêntica relativa à fundação da Capela e da Irmandade de S. Pedro. Apesar do seu péssimo estado de conservação, foi-nos ainda possível recuperar para a história aquilo que, dentro de pouco tempo, se tornaria absolutamente perdido.

A *Irmandade (Leiga) de S. Pedro de Montório* foi instituída praticamente aquando da fundação da Capela, cuja primeira pedra fora lançada a 28 de Agosto de 1680 e cujo termo fora atingido logo no ano seguinte, a pontos de, aos 26 de Junho de 1681, se terem nela reunido os fundadores para redigirem os primitivos estatutos.

Eis como os redactores dos Estatutos nos explicaram a razão da fundação da Irmandade de S. Pedro:

«*Mas porque também as pedras morrem com a sucessiva idade dos tempos, a este material edificio agregaram uma edificação espiritual, e instituíram na nova Capela uma Confraria ou Irmandade do Glorioso*

Apóstolo São Pedro, na qual todas as pessoas de qualquer estado, sexo e qualidade que fossem se alistassem para servir ao Santo» (2).

E como muitas foram as que se alistaram ou mostraram desejos de o fazer, logo tiveram os fundadores de melhor estruturar a sua instituição, dotando-a com os respectivos regulamentos ou Estatutos. Vejamos qual o espírito que movia todos quantos se desejavam fazer irmãos: «Logo muitas [pessoas] pediram que as aceitassem por Irmãos; como todos queriam chegar a Deus, entenderam que só na barca de S. Pedro podiam navegar seguros e lograr o porto da salvação; porque nesta barca, ainda que seja contrário o vento, se faz para o Céu viagem tão sossegadamente como se estiveram presos os ventos, firmes os polos, tranquilos os mares e quietas as ondas» (3).

Foram fundadores da Irmandade e redactores dos Estatutos os primeiros Irmãos que foram os seguintes: *Reverendos Lucas Rodrigues, Administrador Geral e Juiz da dita Irmandade, o P. Manuel Francisco, Cura de S. Mamede [de Escariz], o P. António Domingues Leitão, o P. Inácio da Costa, o P. Domingos João, o P. Bento da Costa, o P. Sebastião da Silva, o P. Nuno Cerqueira, o P. Lourenço da Costa, o P. João Francisco, todos moradores na dita freguesia [de Cervães] e mordomos eleitos para servir ao glorioso Santo neste presente ano de 1680 e 1681»* (4), sem se esquecer já o Reitor da freguesia de Cervães que então era o Licenciado João Ribeiro (5).

(2) *Estatutos da Confraria do Glorioso Apóstolo S. Pedro de Montório da freguesia do Salvador de Cervães do termo de Prado, fl. 2 v.º.*

(3) *Ib.*, fls. 2 v.º e 3.

(4) *Ib.*, fls. 2,4 e 6 v.º.

(5) *Ib.*, fls. 2 e 6 v.º.

Formados por dez capítulos, os primeiros *Estatutos da Irmandade (Leiga) de S. Pedro* podem resumir-se no seguinte:

No *capítulo 1.º* foi ordenado que a Irmandade tivesse três livros — o dos *Estatutos*, o da inscrição dos *Irmãos* e o dos termos das *Contas, rendimentos e despesas*.

Disponha-se no *segundo* que cada ano haveria na Confraria um *juiz*, dois *mordomos* (um para a cera e outro para os paramentos e fábrica da Capela), um *tesoureiro* (eleito com o parecer do juiz para dar conta dos anuais e despesas) e um *escrivão* (o qual devia ser sempre um irmão clérigo).

No *capítulo 3.º* declarava-se que na Capela de S. Pedro se diriam 20 missas por cada irmão que falecesse, sendo de 60 reis o estipêndio de cada uma.

O *capítulo 4.º* dispunha da forma como se havia de dar a cera para alumiar e acompanhar os confrades defuntos.

Das missas que em cada mês devia celebrar o Escrivão pelos confrades vivos e defuntos, tratava o *capítulo 5.º*.

O *capítulo 6.º* continha o disposto acerca das condições de admissão dos irmãos (a ajustar em cada caso) e do anual, cujo pagamento era de 30 reis por pessoa.

Tanto os que vivessem a mais de meia légua de distância, como os que se tivessem ausentado, deveriam deixar um procurador. Disso trata o *capítulo sétimo*.

Sobre a celebração do aniversário trata o *capítulo 8.º*, onde se diz que a ele «*assistirão todos os irmãos sacerdotes, e se algum deles faltar sem causa, será multado a arbítrio da mesa. E estando algum ausente maior distância do que duas léguas será obrigado (onde estiver) [a] satisfazer com a missa e o ofício. E este aniver-*

sário será (6) de nove lições e se fará no dia da Vigília do Glorioso Apóstolo, véspera da sua Festa; e sendo impedido, será no dia antecedente; e não se dará de esmola aos sacerdotes coisa alguma. E demais todos os sacerdotes assistirão à festividade do Santo, nas vésperas como também no dia» (7).

Importante era a determinação consignada em todo o capítulo 9.º. Transcrevemos, por isso, o seu conteúdo, o qual reza assim: «*Determinaram que no fim deste Aniversário, que em todos os anos se fizer, se dirá um responso cantado ou rezado, aplicado pelos moradores, assim do termo da Vila de Prado, como desta freguesia de Cervães, que ajudaram esta tão pia obra e concorreram para a fundação da Capela. E deste sufrágio terão grande cuidado os oficiais da Mesa para que se cumpra com toda a satisfação» (8).*

O capítulo 10.º contém disposições relativas à obrigação de a Irmandade assegurar de todo o necessário a fábrica da Capela de S. Pedro.

Nem tudo podia estar previsto em Estatutos de âmbito tão reduzido e por isso algumas dúvidas se foram levantando. Em resposta a esses problemas ou dúvidas tiveram os instituidores de redigir alterações ou adições que aos Estatutos foram juntando. Os próprios Estatutos haviam já encarado esta eventualidade quando neles se dizia: «*e sendo necessário para utilidade da Confraria novos Estatutos se farão de consentimento de todos os Irmãos» (9).*

(6) *Ib.*, fl. 5 v.º.

(7) *Ib.*, fl. 6.

(8) *Ib.*, fl. 6.

(9) *Estatutos*, fl. 6 v.º.

A primeira das adições surgiu aos 26 de Janeiro de 1687, ou seja três anos depois de passada a Provisão de aprovação e confirmação do texto dos Estatutos, que vem datada de Braga aos 21 de Janeiro de 1683. Tal provisão foi passada e escrita pelo escrivão da Câmara Eclesiástica, Manuel Pereira Lobo e assinada pelo Doutor António de Figueiredo Brito, Provisor e Vigário Geral do Arcebispo D. Luís de Sousa. O Vigário Geral, porém, só ordenou que se passasse provisão depois de recebido o parecer favorável do Doutor Faustino Valente da Silva, Desembargador da Relação, o qual havia sido concedido, a 16 de Dezembro de 1682.

Determinara-se naquela primeira adição que a missa a celebrar em cada mês teria lugar na primeira segunda feira do mês. Assinam esse texto o secretário da Irmandade, P. Domingos João, o Juiz, que já então era Pedro Lopes de Azevedo e talvez o tesoureiro, Sebastião Alves ⁽¹⁰⁾.

Encontrava-se a Confraria em fase de expansão, não só dentro da freguesia, como também fora dela. Sendo assim, compreende-se que novos problemas tenham surgido e para os quais havia que buscar respostas. Foi exactamente isso que fizeram, com data de 15 de Maio de 1689, o Juiz da Confraria, que continuava a ser o fidalgo da Casa e Solar de Azevedo (Lama), Pedro Lopes de Azevedo, e os demais irmãos Padres Inácio da Costa, Sebastião da Silva, João Ribeiro, António da Costa, António Domingues, João Francisco, Domingos João, Nuno Cerqueira, Lourenço da Costa e o Licenciado João Ribeiro que devia ainda ser o Reitor de Cervães e os leigos Constantino da Rocha, Filipe Dias, Miguel Francisco e Domingos Vaz ⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ *Ib.*, fl. 8.

⁽¹¹⁾ *Estatutos*, fls. 10 v.º e 11.

Deram a esse conjunto de novas determinações o nome de *Adições segundas aos Capítulos atrás e outras cousas necessárias*, as quais vêm distribuídas por doze pontos, cada qual com o seu próprio título.

Na adição n.º 1 — *De quando se há-de fazer Mesa* — ficou determinado que em todos os terceiros domingos de cada mês se reuniriam na Capela alguns membros da Mesa, quer para aceitarem novos Irmãos, quer para tratarem de outros assuntos.

Para aliviarem o tesoureiro, bastante sobrecarregado, determinou-se eleger um *procurador* para fazer parte da Mesa e ajudar, tanto o tesoureiro, como os irmãos encarregados da cobrança dos anuais fora da freguesia. Disto trata a adição n.º 2 e ainda parte da do n.º 3.

Os dois *mordomos* ficariam encarregados de arrecadar os anuais. Um encarregava-se da parte do Couto e o outro da parte de baixo da freguesia. Nas freguesias onde houvesse muitos irmãos, eleger-se-ia quem aí o fizesse; naquelas onde fossem poucos, competia esse trabalho ao procurador. Este o conteúdo da adição n.º 3.

Devido aos encargos para com a Confraria, foram os *padres dispensados* do pagamento dos anuais e ficaram obrigados a fazer somente o ofício na Vigília de S. Pedro (Adição n.º 4).

O *juiz* pagaria do seu bolso a *pregação* do dia de S. Pedro; o *tesoureiro*, o *procurador* e os *mordomos* dariam os dez tostões para os dez padres que assistissem às vésperas e à missa cantada. Cada padre recebia cem reis ou um tostão (Adição n.º 5).

Dos critérios de *admissão na Irmandade* tratava a adição n.º 6. Quem entrasse até aos 20 anos pagava 300 reis; até aos 34, 400 reis. Dessa idade para cima, seria uma quantia a combinar com a Mesa.

A adição n.º 7 determinava que o *tesoureiro* só podia ter em sua posse 10 mil reis para cera e missas.

O restante dinheiro devia ser posto a juro, de baixo de boas fianças.

O número de missas pelos irmãos subiu de 20 para 24. Estas, a celebrar na Capela. Uma outra missa seria celebrada ainda, mas essa, no altar privilegiado de S. Pedro da Sé de Braga. E isto apenas enquanto na Capela de Cervães se não obtivesse o altar privilegiado (12). A adição n.º 8 tudo isso determinara.

Após a festa de S. Pedro, e mais concretamente, no 3.º domingo de Julho, os mesários novos e velhos deviam reunir-se na Capela para entrega e tomada de *contas* e fábrica da dita Capela e Irmandade. Em livro próprio se fazia acta, que os novos mesários assinavam, desonerando assim a mesa cessante (Adição n.º 9).

Os *anuais* deviam ser pagos até ao dia 29 de Junho, ou com tolerância, até ao 3.º domingo de Julho. Quem até esta data não satisfizesse ficava sujeito às penalidades previstas (Adição n.º 10).

Os irmãos que se *ausentassem* sem deixar procurador ou que deixassem de aparecer seriam riscados, podendo, contudo, ser a todo o tempo readmitidos, desde que satisfizessem as dívidas (Adição n.º 11).

Os pontos da adição n.º 12 referem-se aos *acompanhamentos dos confrades falecidos* ou outros.

No funeral dos irmãos falecidos todos os confrades eram obrigados a participar, sob pena de multa de 20 reis. Os mordomos eram obrigados a avisar cada irmão da hora em que o falecido ia a sepultar e se o acompanhamento saía de casa deste ou se saía da

[12] Em 1736 ou 1737 já na Capela de S. Pedro de Montório se celebravam as 25 missas por cada irmão no altar privilegiado. Se esse privilégio fora ou não obtido por breve ou concessão válida por um septénio, como aconteceria em 1747, não sabemos. Cremos todavia que assim tenha efectivamente acontecido. A concessão de 1747 teria sido precedida pela de 1740 e pela de 1733, pelo menos.

Capela da Confraria. Isto acontecia quando se levava a *tumba* da Irmandade. E, neste caso, todos deviam sair juntos e em filas, sob as ordens dos oficiais. Estes levariam as suas becas vestidas. Além disso, o tesoureiro levava a cruz e os dois mordomos levavam as tochas ao lado da cruz; o juiz e o procurador levavam, cada um, a sua vara para governar a irmandade em boa ordem.

No caso de se levar a tumba para funeral fora da freguesia, seriam eleitos, de cada vez, quatro irmãos para a levarem, sob pena de uma libra de cera ⁽¹³⁾. E os herdeiros do defunto eram obrigados a dar a estes quatro irmãos uma colação, ou seja, uma ligeira refeição.

Quem, apesar de não ser irmão, quisesse ser transportado na tumba, podia fazê-lo, desde que pagasse 500 reis para a Irmandade.

Estas 12 *Adições e Reformações de Capítulos*, depois de vistas pelo Desembargador da Relação, Doutor Jerónimo Ferreira, foram aprovadas e confirmadas pela Provisão que, em nome de D. Luís de Sousa, mandou passar o Vigário Geral, R. Doutor Bento Lopes Pedrosa, que a assina. Subscrive esta provisão o P. Manuel da Costa, escrivão da Câmara Eclesiástica e vem datada de Braga, aos 22 de Junho de 1689.

Em 1737, o Juiz perpétuo, que então era ainda o fidalgo Pedro Lopes de Azevedo, requer autorização para que o estipêndio das missas, que pelos irmãos deviam ser celebradas, pudesse continuar a ser de 60 reis e não de 80 reis (esmola que «se arbitrou agora»). E isto porque, diz ele, «a confraria é pobre e não tem rendimentos capazes» para satisfazer os sufrágios devidos. Estes constavam ainda de 25 missas, todas elas já celebradas no altar privilegiado da Capela de S. Pedro de Montório.

(13) A libra era o mesmo que arrátel ou 459 gramas.

Apesar de o despacho ter sido favorável, o certo é que os oficiais não encontraram sacerdotes que lhes celebrassem por menos dos 80 reis tabelados. Foi essa a razão que levou novamente o Juiz, bem assim como os restantes oficiais a dirigirem-se aos seus superiores eclesiásticos (visto ser da jurisdição ordinária a dita confraria) para que determinassem que a soma dos oitenta reis fosse levada em conta pelos oficiais respectivos.

Datada de 26 de Janeiro de 1751, o Desembargador do Tribunal da Relação da Cidade e Arcebispado de Braga, Doutor Faustino Pereira da Silva, ao mesmo tempo Juiz provedor, contador e executor geral dos resíduos, enviou aos párocos da visita do Arcediagado do Neiva uma ordem ambulatória ou circular. Nela se afirmava nomeadamente: *«Tanto que esta da minha parte lhes for apresentada a bem da justiça, logo sem demora, e no termo de dez dias sob pena de suspensão, ipso facto, avisem as confrarias e irmandades das suas freguesias, somente aquelas que dão contas a esta jurisdição eclesiástica e a ela são sujeitas e as avisem na pessoa dos oficiais que actualmente o forem delas para que não aceitem legado nem obrigação alguma perpétua, sem primeiro obterem consentimento e autoridade ordinária na forma estabelecida na constituição sinodal deste Arcebispado e em sua observância sob pena de excomunhão, ipso facto incurrenda, e debaixo da mesma pena lhes farão registar esta ordem, em algum dos seus livros aonde esta fique mais patente para todo o tempo dela constar e de como tudo assim se fez, como também fica feito o registo na forma desta ordem»* (14).

(14) Texto transcrito numa das folhas do processo da documentação relativa à Irmandade Leiga de S. Pedro, não numerada.

Cabe informar que esta Irmandade viria a dar origem a toda uma polémica, cuja evolução não interessa aqui relatar. Baseava-se fundamentalmente no seguinte: a Confraria de S. Pedro de Montório era *«de sua natureza secular, porque teve seu princípio sem prévia autoridade do Senhor Ordinário, que só depois de feita e erigida (a confraria) se alcançou, e por isso como posterior não pode nem deve fazer eclesiástica quem a seu princípio tomou a natureza de secular»*. Foi este o teor das palavras com que Manuel António da Cunha Vilela se dirigiu, em exposição datada de Cervães, aos 4 de Dezembro de 1793, ao Doutor Desembargador, Corregedor, Provedor, o qual era então o Doutor António José Silveira e Silva.

É curioso verificar que nesse mesmo dia 4 de Dezembro de 1793, esse Doutor António Silveira, do Desembargo de sua Majestade, e com alçada na cidade de Braga e em todo o seu termo, estivera em correição no Couto de Cervães. São de seu mandato as seguintes palavras relativas aos Estatutos da Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório: *«Faço saber a quantos o presente virem em como por ele confirmo e hei por confirmados os Estatutos retro na forma deles e com as declarações da resposta do Doutor Promotor, que mando se cumpram e guardem como neles se contem e declara, para o que lhe interponho minha autoridade judicial e juratório Decreto, etc. Dado e por mim assinado e selado e como valha sem selo ex causa neste Couto de Cervães em Correição aos 4 de Dezembro de 1793. Dez tostões 80 reis e de Assinatura e selo 69 reis e eu António de Barbosa Ribeiro Coutinho, Escrivão da Correição, que pelo da Provedoria o escrevi»*.

Escusado será dizer que estas palavras viriam a causar grande estranheza ao Desembargador Procurador: Geral da Mitra que, em 1805, teve a curiosidade

de examinar os Estatutos e as Adições da Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório. Desse exame tirou a conclusão de que esta Irmandade a que chamavam Leiga era pelo contrário uma das mais genuinamente eclesiásticas e que havia sido usurpada pela jurisdição secular.

Por isso escrevia a dada altura: «*Não posso deixar passar intacta a usurpação que se fez à Jurisdição em que lhe tiraram uma Irmandade das mais Eclesiásticas*», prosseguindo imediatamente o seu pensamento com palavras deste teor: «*Por isso, requeiro que se mandará entregar pelo Escrivão da Câmara estes Estatutos ao Reverendo Desembargador Juiz dos Resíduos para deixar autenticada a instituição, erecção e confirmação desta Irmandade e procederá ao mais que julgar necessário para se [restituir?] à Jurisdição no que for seu e proceder e autuar os Eclesiásticos que sem autoridade legítima passaram a fazer actos de sujeição a Jurisdição incompetente*». Este um texto que felizmente resistiu às moléstias do tempo e do descuido dos homens e que vem apenas rubricado com o nome Peixoto.

Não podendo aprofundar a evolução de todos estes incidentes, passaremos imediatamente à consideração de outros pontos, também eles úteis para a história da Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório.

Num livro quase totalmente apodrecido pela humidade e que se desfez totalmente à medida que o fomos transcrevendo naquilo em que tal ainda foi possível, descobrimos elementos para avaliar a expansão da Irmandade, pelo menos, no que se refere ao período de entre 1812 e 1833. Tratava-se, pois dum livro recente, mas que fora totalmente perdido e desfeito,

sendo as últimas páginas aquelas que mais desfeitas se encontravam. As datas de 1833 e de 1832 eram as que se encontravam com menos elementos recuperáveis.

Havia na Irmandade Leiga de S. Pedro irmãos das seguintes freguesias: *Cervães, Oliveira, Parada de Gatim, Cabanelas, São Gens, Santa Marinha de Oleiros, Prado (Santa Maria), São Mamede de Escariz, São Romão da Ucha, Lama, Igreja Nova e Ateães.*

No ano de 1814 foram celebradas missas de sufrágio por 26 confrades falecidos durante o ano transacto, contando-se entre eles um sacerdote de Cervães (P. Domingos da Costa e Silva). Os demais irmãos, homens e mulheres pertenciam a diversas freguesias.

Em 1815 foram sufragados os 11 irmãos falecidos durante o ano de 1814. No ano de 1815 faleceram 7 confrades, sufragados no ano seguinte. Em 1816 subiu esse número a 15 falecidos e em 1817 chegou aos 20. Durante o ano de 1818 faleceram 16.

No ano de 1820 faleceram 14 irmãos; no de 1821 subiu esse número a 22 e no ano seguinte (1822) desceu um pouco, ficando-se pelos 12 falecidos, enquanto durante o ano de 1823 já subia a 17. Seria curioso acompanhar até mais além este sobe e desce dos números. Mas isso não foi mais possível, porquanto nos encontrávamos já perante uma pasta de papel (?) em que raramente se viam letras.

Verifica-se através deste testemunho que a Irmandade satisfazia os seus compromissos relativamente à celebração das 25 missas por cada irmão no ano seguinte ao da sua morte. Além disso, refere-se sempre a celebração das missas de cada mês e duma missa anual de Legado.

Entre 1812 e 1823, pelo menos, exerceu o cargo de secretário da Irmandade, o P. João Domingues Martins, Cura da Igreja de Cervães.

Por se tratar duma autêntica raridade, achamos por bem registar a lista dos Mesários da Irmandade Leiga, tal como ficou constituída em 1850-1851 e que, por acaso, até nós chegou num simples papel avulso e já bastante estragado:

«*Juiz* — Ex.mo Senhor Visconde de Azevedo.

Secretário — R. José Joaquim da Silva Bacelar — 14 votos, R. Serafim dos Anjos Garcia — 1 voto.

Tesoureiro — Manuel de Sousa, da Frondosa — 12 votos, António Francisco — 3 votos.

Procurador — Manuel Domingues, de Ladeiras — 14 votos, João de Oliveira, do Paço — 1 voto.

Mordomo da parte do Couto — Manuel da Silva Gonçalves — 15 votos.

Mordomo da parte de baixo — José Afonso, de Mangoeiros — 15 votos.

Mordomos de fora:

Oliveira — António da Silva...

Lama — João Rodrigues.

S. Romão — Pedro Fernandes, do Cabo.

Cabanelas — Domingos Joaquim Gonçalves.

S.ta Marinha — António Araújo, do Barral.

Parada — Manuel, filho de Domingos..., do Puriço.

Ateões — Manuel Pereira».

No verso do mesmo papel constavam os nomes dos Mesários para o ano de 1852-1853, muitos dos quais se encontravam totalmente apagados. No entanto, pudemos ainda transcrever os seguintes:

«*Juiz* — Ex.mo Senhor Visconde de Azevedo.

Secretário — R. José Francisco Ribeiro — 11 votos, R. Manuel de Oliveira — 0 votos.

Tesoureiro — António Francisco da Silva, do Bom Despacho — 1 voto, Manuel do Couto — 10 votos.

Procurador — Manuel..., da Ermida — 11 votos, João Domingues, idem — 0 votos.

Mordomo da parte do Couto — José Forte, do Souto — 11 votos.

Mordomo da parte de baixo — Domingos José, de Cervelhos — 11 votos.

Mordomos de fora:

S. Romão — Manuel... Gomes da Costa.

Cabanelas — Domingos Joaquim.

.....

..... — Domingos da Silva.

Parada — António de Oliveira.

Lama — Manuel José».

Para a expansão da Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório muito terão contribuído, desde meados do séc. XVIII em diante, as graças pontifícias obtidas e nomeadamente as indulgências aplicáveis aos defuntos da Irmandade.

Nas Adições que em 1689 se fizeram aos Estatutos já se tinha a preocupação de que uma das 25 missas de sufrágio, a celebrar por cada irmão falecido, fosse celebrada no altar privilegiado de S. Pedro existente na Sé de Braga. E isto devia ser feito «enquanto o não houver nesta capela, porquanto havendo [- o, tal missa] se dirá nele » (15). Não podemos informar quando obtiveram os mesários tal privilégio, por falta de documentação sobre o assunto. Sabemos, todavia, que em 1737, pelo menos, já era certo que todas as 25 missas eram celebradas «no altar privilegiado da mesma capela» (16).

Encontrámos alguns textos de decretos pontifícios, mas são todos posteriores a esta data. É um de 17 de

(15) *Documentação da Irmandade Leiga*, fl. 9 v.º.

(16) *Ib.*, fl. não numerada.

Novembro de 1747 e refere-se à concessão duma Indulgência especial aplicável aos defuntos pelos quais fossem celebradas missas por qualquer sacerdote, secular ou regular, na Capela de S. Pedro de Montório, no dia dos fiéis de Deus ou dentro da sua oitava, bem assim como em qualquer segunda feira do ano.

É já mais ampla a concessão obtida em 1754, aos 7 de Dezembro, do mesmo Papa Bento XIV. Mediante o novo Decreto, concedeu o Papa que todas as missas celebradas em qualquer dos altares da Capela de S. Pedro de Montório, ou da Igreja paroquial de Cervães, desde que celebradas em sufrágio de algum confrade da Irmandade Leiga de S. Pedro, lhe aproveitassem como sendo celebradas em altar privilegiado, e isto perpetuamente.

Fora este Decreto pontifício tornado público na Diocese de Braga mediante Edital assinado pelo Doutor José da Silva Chaves, Abade de S. Julião de Calendário e Provisor diocesano, com data de 17 de Março de 1755. Uma cópia original desse edital existe ainda, actualmente, afixada no arco-cruzeiro da Capela de S. Pedro de Montório.

A IRMANDADE ECLESIAÍSTICA

A *Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório* fora uma importante Irmandade cuja história nos seria hoje totalmente impossível reconstituir sem a feliz ideia que em 1854 tiveram e executaram os membros da Comissão que então fora encarregada da actualização dos seus Estatutos (17).

(17) Tentaremos resumir aqui um estudo que publicámos in *Itinerarium*, XX (1974), pp. 267-324, de que se fez Separata de 62 pp. Tem esse estudo o título *Subsídio para o Estudo das*

Comecemos por informar que o nome primitivo da Irmandade ou Confraria não era nada que se parecesse com os nomes que lhe deram, séculos depois. Inicialmente denominava-se *Irmandade dos Fiéis de Deus* ou *das Almas*. Teve ela o seu berço na Igreja paroquial de Parada de Gatim. Mas o melhor será darmos por instantes a palavra aos autores da *Notícia Histórica*, que antecede o texto da Reforma dos Estatutos da Irmandade dos Clérigos de S. Pedro de Montório. Dizem assim:

«Se para toda e qualquer benéfica instituição humana é um título de glória a antiguidade da sua fundação, poucas terão mais bem fundado direito a esse glorioso título, do que esta veneranda Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório. Teve ela o seu berço em mui remota era, de cuja data não há memória, na Paroquial Igreja do Salvador de Parada de Gatim, onde primitivamente foi fundada pelos primeiros devotos, segundo a tradição antiga, Luís Anes, Francisco Gonçalves, Álvaro Pires, Martim Anes, Afonso Pires e Gonçalo Anes e por estes ordenados os primeiros fundamentos dela, denominando-a e intitulando-a Irmandade dos Fiéis de Deus, ou das Almas» ⁽¹⁸⁾.

Não dispunham de elementos que lhes permitissem indicar qualquer data os redactores do texto que acabámos de transcrever. Sabemos que eram homens honestos os Reverendos Manuel Domingues de Macedo, Abade de Alheira (Barcelos), António José Correia, Abade da Ucha (Barcelos), Joaquim da Silva Bacelar, de Cervães (Vila Verde), Manuel Fernandes Lopes e

Irmandades ou Confrarias de Portugal — A Irmandade dos Fiéis de Deus de Entre Cávado e Neiva, uma Associação de Clérigos do séc. XV? Para ele remetemos quem desejar melhor documentação ou melhores esclarecimentos.

⁽¹⁸⁾ Transcrito no nosso estudo, in *Itinerarium*, XX, p. 280; Separata, p. 18.

José Gomes Fernandes Cónego, ambos de Cabanelas (Vila Verde) e que dessa tarefa airoosamente se incumbiram. Por isso, limitaram-se a dizer, como era seu dever, que estavam em face duma *veneranda Irmandade, de mui remota era, de cuja data não há memória*.

Felizmente, estamos hoje em melhores condições do que esses ilustres eclesiásticos para apontar, não já uma total solução do problema, mas antes elementos que contribuirão de algum modo para essa solução.

Com efeito, sabemos quem eram *Francisco Gonçalves e Martim Anes*, dois dos eclesiásticos fundadores da Irmandade dos Fiéis de Deus. Era o primeiro o «*capelão de Santa Maria de Freiriz*», como o refere um documento de 29 de Maio de 1508, em que aparece como «*procurador do Abade que para o tal Auto era requerido*». O segundo nome encontrámo-lo igualmente na mesma data e no mesmo documento que era o *Tombo da Freguesia de S. Mamede de Escariz*. Aí aparece referido como sendo o «*cura da Igreja de Parada*», cargo que ocuparia durante algumas dezenas de anos ⁽¹⁹⁾. Sendo assim, poderemos ver nesta data de 1508, como que um esteio ou um indispensável ponto de referência para a datação da fundação da Irmandade dos Fiéis de Deus, não sendo pois exagero algum defender que ela remontará aos primeiros anos do século XVI ou até possivelmente já aos últimos anos do século XV ⁽²⁰⁾.

Se alguma dúvida se oferecesse quanto a ter sido Parada de Gatim o berço da fundação da Irmandade das Almas ou dos Fiéis de Deus, seria ela facilmente eliminada com informações, que, embora tardias, nos revelam contudo uma continuidade de tradição por todos pacificamente recebida. Numa das actas, que

⁽¹⁹⁾ *Itinerarium*, XX, p. 281; Separ., p. 19.

⁽²⁰⁾ *Ib.*, p. 282 e 321; Separ., p. 20 e 59.

no livro denominado *Título das Faltas e Condenações desta nossa Confraria* se encontra, e referente à celebração do ofício geral desse ano, lê-se o seguinte: «Aos três dias do mês de Junho de 1669 fazendo-se o Anual da Confraria dos Fiéis de Deus na paroquial Igreja de Parada de Gatim e nele faltaram os irmãos seguintes», passando imediatamente a enumerá-los.

Contudo, será útil transcrever também parte do texto da acta que segue: «Aos 11 de Maio de 1671 se fez o Anual na Igreja e cabeça de Parada de Gatim onde faltaram os seguintes: os R. dos Pero Martins ⁽²¹⁾, Domingos Dias, Manuel da Cruz ⁽²²⁾, Inácio da Costa ⁽²³⁾, Francisco da Costa ⁽²⁴⁾, Domingos Simões, Vigário de S. Gens ⁽²⁵⁾, Gaspar Alves ou Álvares, de Prado, Gaspar Dias, de Ateães, Pero Cardoso ⁽²⁶⁾, Miguel Alves, o Abade de S. Lourenço [do Mato, Ponte de Lima] mandou Cura, o Vigário de S. Julião [de Freixo]...» ⁽²⁷⁾.

A quem nos perguntar como apareceu então em Cervães, e mais concretamente na Capela de S. Pedro de Montório, a Irmandade dos Fiéis de Deus de Parada de Gatim, responderemos com a seguinte passagem fundamental, que se encontra registada na *Notícia Histórica*, a que mais atrás se fez alusão:

⁽²¹⁾ Era o capelão da Casa-Solar de Azevedo (Lama, Barcelos).

⁽²²⁾ Sucessor e continuador do Ermitão João da Cruz, nas obras de construção do Bom Despacho.

⁽²³⁾ Cf. o Capítulo sobre *Cervães e o seu Clero*.

⁽²⁴⁾ Cf. *Cervães e o seu Clero*.

⁽²⁵⁾ Isto é, S. Gens de Macarome. Foi paróquia independente entre 1220-1855, data em que foi incorporada como lugar na freguesia de Cabanelas (Vila Verde).

⁽²⁶⁾ De Arcozelo. Chegamos a pensar que do Concelho de Vila Verde. Mas pode ser antes de Barcelos.

⁽²⁷⁾ *Itinerarium*, XX, p. 284; Separata, p. 22.

«Passados talvez séculos, [corria o ano de 1687] a Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório, estabelecida na sua Capela da mesma denominação, na freguesia de Cervães, fez aos 28 de Abril do dito ano escritura pública na Nota de João Vieira Mendes, Tabelião do Couto de Vilar e Areias, à Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus, instituída, como dito fica, na Igreja de Parada de Gatim, para poder trasladar-se desta Igreja para aquela Capela, e serem nela moradores e dela usarem como sua, assim como também das imagens e do sino, e nela fazerem as suas Festas e Ofícios e mais coisas do seu uso em qualquer tempo do ano, excepto na Véspera e Dia de S. Pedro, a 29 de Junho (28); declarando que se a Confraria Leiga quisesse em algum tempo aumentar mais os sufrágios pelas almas dos seus irmãos, o poderia fazer, sem que se encontrasse com os da Confraria Eclesiástica. Outrossim declarando que cada uma das ditas Confrarias se serviria com os seus ornamentos, assim com os [que] de presente tem, como com os que para o futuro tivessem; e que ambas as ditas Confrarias seriam meeiras em todas as obras, que se fizessem, sendo úteis e necessárias à dita Capela; e que, sendo necessário, cada Confraria teria sua chave para a serventia dela e entrar e sair todas as vezes que necessário fosse; e que a casa, que a Irmandade Eclesiástica fizesse para recolhimento dos seus irmãos, no dia do Anual e mais ofícios, a daria e emprestaria à dita Confraria Leiga na Véspera e Dia de S. Pedro, a 29 de Junho. E com estas reservas, cláusulas e condições disseram os oficiais da Irmandade Leiga davam à Eclesiástica o consentimento de se trasladar para a Capela de S. Pedro de Montório, sem nunca irem contra ele, nem também pedirem

(28) Nestes dias celebrava a Irmandade Leiga as festividades do seu Patrono e o seu ofício anual.

coisa alguma do casco ⁽²⁹⁾ *da dita Capela, sino e imagens e a Irmandade Eclesiástica assim o aceitou»* ⁽³⁰⁾.

Depois desta longa transcrição ficamos em condições de compreender parte da história de ambas as Irmandades, que no século XX acabariam por se fundir numa só, a fim de tentarem sobreviver.

Portanto, a data jurídica da transferência da Irmandade dos Fiéis de Deus de Parada de Gatim para Cervães encontra-se firmada em escritura de 28 de Abril de 1687. Ignoramos se a trasladação de facto se fez imediatamente a seguir ou se ainda demorou algum tempo, uma vez que nenhum documento encontrámos que sobre isso nos esclarecesse. Mas fosse como fosse, o certo é que a Confraria Eclesiástica das Almas ou dos Fiéis de Deus aí continuou a usar o mesmo título antigo, que tinha, até ao ano de 1741, data em que se efectuou a segunda reforma dos Estatutos e em que S. Pedro foi dado como Patrono à referida Confraria, que até então estivera sem nenhum. Nessa mesma data lhe alteraram o nome, o qual passou a ser *Irmandade dos Clérigos ou Eclesiástica de S. Pedro de Montório*, por ter recebido S. Pedro como Patrono celeste ⁽³¹⁾.

Teriam provavelmente século e meio os Estatutos primitivos quando, em 1652, foram sujeitos a uma primeira Reforma. Embora não nos ficasse registado o nome dos primeiros reformadores, nem tampouco o texto por eles redigido, sabemos, contudo que tal texto foi aprovado pela autoridade do «senhor Ordinário», ou seja o Cabido então a governar por estar vacante a Sé, desde 1641. A data dessa aprovação é do ano 1653 ⁽³²⁾.

⁽²⁹⁾ Isto é o capital ou o conjunto dos bens temporais.

⁽³⁰⁾ *Itinerarium*, XX, p. 285-286; Separata, p. 23-24.

⁽³¹⁾ *Ib.*, p. 286, 291, 300; Separ., p. 24, 29, 38.

⁽³²⁾ *Ib.*, p. 291-292; Separ., p. 29-30.

Vemos assim que a Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus de Parada de Gatim procedia à primeira reforma dos seus Estatutos, quando muitas das Irmandades das Almas elaboravam os seus ou estariam ainda para nascer ⁽³³⁾.

Pelo que nos ficou registado no livro *Título das Faltas e Condenações desta nossa Confraria*, com informações compreendidas entre os anos de 1665 e 1693, pudemos assentar em que a Irmandade dos Fiéis de Deus era formada por *clérigos* (padres) e por alguns poucos *leigos*. Provavelmente, já então, não devia o seu número ultrapassar os *quinze*. Os leigos podiam ser casados ou não e pertencer a ambos os sexos. Casos havia em que os membros do casal faziam parte da Irmandade na qualidade de *meeiros*. Mas também podiam pertencer como irmãos de pleno direito. Seria uma questão de pagarem as quotas exigidas aos irmãos em tais condições. Os irmãos meeiros, porque pagavam apenas metade da quota prevista, gozavam de dois ofícios de sufrágio, em vez dos quatro previstos para os irmãos de pleno direito. Além dos ofícios, beneficiavam os Irmãos de missas de sufrágio, cujo número não conseguimos descobrir.

Sublinhe-se que os irmãos podiam, além disso, optar pelas modalidades de entrada como irmãos *remidos* ou como *aposentados*, à excepção das mulheres, que já então se deveriam inscrever na qualidade de *remidas*. Os irmãos remidos ficavam dispensados de ir assistir aos ofícios, com a excepção do da Festa do Anual. Os aposentados nem sequer eram obrigados a assistir ao Anual, mas se o quisessem, podiam fazê-lo.

Entre Junho de 1665 e Setembro de 1693, terá a Irmandade dos Fiéis de Deus efectuado mais de 229 ofícios, ou seja, oito, como média, em cada ano. Sabe-

(33) *Itinerarium*, XX, p. 292; Separata, p. 30.

mos os nomes dos irmãos por quem foram celebrados muitos desses ofícios, como sabemos quais os irmãos que a eles deviam ter assistido e faltaram. É disso que precisamente se ocupa o *Título das Faltas e Condenações*. Sim, porque também havia condenações para todos aqueles que faltavam, sem motivo ou razão para o fazerem.

A respeito do local da celebração dos ofícios, deve-se dizer que, normalmente, era a igreja paroquial de Parada de Gatim, até ao momento da trasladação da Confraria para S. Pedro de Montório. Isto era absolutamente exacto no que se refere à celebração do ofício do Anual. Quanto aos ofícios por alma de cada um dos confrades, podemos dizer que alguns deles, pelo menos, foram celebrados na igreja da paróquia a que tal confrade pertencia e na igreja mãe ou cabeça da Irmandade.

Entre os cargos de mesários da Confraria que nos aparecem referidos ao longo do referido livro *Título das Faltas*, contámos os seguintes: *procurador*, *escrivão* ou *secretário*, *prior* e *deputados*, sendo, se não todos, pelo menos, estes últimos, cargos que se exerciam, por um ano apenas.

Não tinha ainda decorrido um século quando, em 1741, sentiram os Confrades da Irmandade de S. Pedro de Montório ser necessário proceder-se a nova reforma dos seus Estatutos. Para esse efeito elegeu a Irmandade, por votos, uma comissão de seis membros, os quais, juntamente com os oficiais da Mesa em exercício, deviam proceder a tal reforma. Foram os seguintes os membros da comissão eleita: Reverendos Bento de Sousa da Cunha de Azevedo, Moço Fidalgo da Casa Real e Abade de Santa Maria de Galegos e sua anexa o Salvador de Quirás; Domingos Gomes, Abade de S. Veríssimo de Tamel; Manuel Antunes Rebelo, Reitor de S. Martinho de Galegos; Domingos Lopes, Vigário

de S. Gens de Macarome; Doutor João da Costa e Pedro da Costa, ambos de S. Romão da Ucha.

O texto desta reforma também parece ter desaparecido, mas os Reformadores de 1854 tiveram-no à mão e conheciam-no sobejamente. O facto de ter podido vigorar um total de 113 anos é uma prova da eficiência dessa reforma e da competência dos seus autores.

Uma das inovações que julgamos ter sido introduzida neste período dizia respeito ao princípio dos *limites* da Irmandade, ou seja, do território dentro do qual viviam ou não os irmãos obrigados a deslocar-se à celebração dos ofícios e, como tais, se denominavam irmãos *residentes*. De contrário tinham de se dar por *aposentados* ou então como *remidos*.

Segundo o que pudemos concluir duma análise de listas de Confrades da Irmandade, relativas ao período de entre 1775 até 1800, pouco mais ou menos, o número de padres que, pelo facto de não serem considerados *residentes*, se viram forçados a pedir a aposentação, atingiu os 17. Cada irmão aposentado era obrigado a nomear um *procurador residente*, que o representasse junto da Irmandade e que o informasse de tudo quanto nela de importante se fosse passando...

«No decurso de um século, renova-se a face do mundo, pois os homens que existiam há cem anos, não existem hoje, e os que existem hoje, não existiam há cem anos; homens seculares são tão raros, que esses, que de longe em longe aparecem, apontam-se como prodígios de longevidade e duração. Diferentes tempos, diversos usos e costumes, multiplicadas e, quase ao infinito, variadas circunstâncias acompanham a nova geração, que surge; e por isso as leis humanas regulamentares da sociedade, anteriormente estabelecidas e

proveitosas, umas se tornem insuficientes para os seus fins, outras caem em desuso, algumas tornam-se nocivas, poucas talvez conservam inteira sua primitiva estabilidade, firmeza e utilidade. Eis aqui a origem donde vem a necessidade de multiplicadas reformas, que só deixam de ser úteis, e até serão perniciosas, quando são desnecessárias, quando dimanam de incompetente autoridade, quando destroem os fundamentos da sociedade, ou não levam em vista o bem comum dela e também quando são confeccionadas por ineptos reformadores, faltos de luzes e capacidade bastante» (34).

Com estas palavras justificou plenamente a sua tarefa reformadora a Comissão dos cinco membros encarregados de dar à Irmandade Eclesiástica nova e actualizada legislação. Foram os oficiais da Mesa que governava a Irmandade em 1850 quem propôs, em Junta Geral, que se nomeasse comissão reformadora. A Irmandade, depois de anuir à proposta, elegeu, entre os sacerdotes, para esse efeito tidos como os mais capazes, os seguintes: Reverendos Manuel Domingues de Macedo, António José Correia, Joaquim da Silva Bacelar, Manuel Fernandes Lopes e José Gomes Fernandes Cónego, como já atrás referimos.

A Comissão meteu mãos à obra e deu-a por concluída no dia 21 de Agosto de 1854, sendo então Mesários da Irmandade os Padres José Gomes Fernandes Cónego (Prior), Manuel Emílio Gomes da Costa (Secretário), José Joaquim da Silva Bacelar (Promotor), António Gonçalves de Oliveira (Tesoureiro) e Pedro José Fernandes da Costa (Vedor).

Aos 13 de Novembro de 1854, os Estatutos foram tidos em termos de poderem ser aprovados, segundo parecer do Desembargador Procurador Geral da Mitra, Domingos José Mendes da Rocha. A provisão de

(34) *Ib.*, p. 315; Separ., p. 53.

D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, Cardeal Arcebispo de Braga, foi passada com data de 20 de Novembro, pelo Secretário que então era na Câmara Eclesiástica, o P. José Luciano Gomes da Costa ⁽³⁵⁾ e a mandado do Doutor Provisor Miguel Gomes Soares que a assinou. Ficou registada no Livro do Registo Geral a fl. 342v.º, com data de 27 de Novembro desse mesmo ano de 1854.

Foi também requerida aprovação régia, que foi dada por Decreto datado do Paço em 12 de Maio de 1856, vindo tal aprovação averbada a fl. 70 pela mão do próprio Conselheiro Oficial Maior Secretário Geral do Ministério do Reino, B. Fonseca Magalhães, que declara ter rubricado todas as setenta meias folhas de papel, em que se encontram escritos os ditos Estatutos.

Não nos vamos deter a examinar o conteúdo dos 30 capítulos desses Estatutos. Referiremos apenas que, em conformidade com o capítulo XXIII, a Irmandade era obrigada a fazer *anualmente*, na segunda-feira a seguir à festa da Ascensão do Senhor, o ofício geral de defuntos, constando de três Nocturnos e Laudes e Missa, sendo tudo cantado. No fim, devia ser feita procissão de defuntos ao redor da Capela.

Por ocasião da morte de cada irmão, fazia-se ofício completo de defuntos e Missa cantada, ou de corpo presente, na igreja onde fosse sepultado, ou então na Capela de S. Pedro, no prazo de 15 dias.

Além disso, devia a Confraria mandar celebrar quinhentas missas por cada confrade falecido, a dis-

[35] Era natural de S. Romão da Ucha. Em 1879 ainda desempenhava as mesmas funções. Devia ter entrado para esse lugar em 1851, visto ter requerido em 2/6/1851 a aposentação da Irmandade Eclesiástica, por já estar em Braga, como Secretário. Faleceu em Braga a 29 de Setembro de 1889. Era irmão do P. Manuel Emílio Gomes da Costa.

tribuir no mesmo dia do ofício, e cada uma dessas missas gozava da Indulgência de altar privilegiado.

Contudo, com o declínio da Irmandade o quantitativo das Missas foi diminuindo, a passos largos, a partir de 1906. Efectivamente, a 27 de Abril desse ano começaram-se a dar menos missas aos padres (300 ou 200), deixando-se certamente as restantes para mandar celebrar na Espanha, talvez por ficar mais económica essa distribuição. A partir de 1912 só se distribuem já 200 missas; em 1918 celebram-se apenas 100; em 1921, só se distribuía 50; em 1924, só se celebravam já 25 ou até mesmo 20, quantia que aliás se conseguiu manter até 1941.

Outros compromissos tinha a Irmandade. O de mandar celebrar semanalmente três missas por todos os seus confrades vivos e defuntos era compromisso perpétuo, segundo os Estatutos de 1854; pertencia ao Tesoureiro celebrá-las ou arranjar quem o fizesse.

Os ofícios de obrigação eram todos gratuitos, mas as Missas, essas eram pagas com os rendimentos da Irmandade.

Aos confrades doentes pobres era obrigada a Confraria a prestar condigna assistência, bem assim como a fazer um decente funeral àqueles a quem tal não fosse possível por causa do seu estado de pobreza.

A obtenção da Indulgência do Altar privilegiado foi conseguida em Decreto de Bento XIV, datado de 28 de Março de 1753, a que a Cúria Bracarense deu publicidade, em Edital de 6 de Julho de 1753. O essencial dessa concessão pontifícia era do teor seguinte: *«todas as vezes que qualquer Sacerdote Secular ou Regular celebrar Missa, em qualquer Igreja ou Altar dela, pela alma de qualquer confrade ou confrada da confraria dos Clérigos de S. Pedro de Montório, estabelecida na mesma Capela da mesma invocação na freguesia do Salvador de Cervães, (...) e sendo as ditas*

Missas daquelas que por Estatuto da dita confraria lhes são determinadas, lhes sirvam as ditas Missas como se fossem celebradas em Altar privilegiado», como se pode ver, tanto no próprio texto dos Estatutos de 1854, como no Edital publicado por D. José de Oliveira Calado, Bispo de Mauricastro e Provisor do Arcebispado e cuja cópia autêntica se pode igualmente ver afixada no arco-cruzeiro da Capela de S. Pedro de Montório.

Interessa ainda sublinhar aqui que foi considerável a aceitação e a conseqüente expansão da Irmandade dos Fiéis de Deus. Embora não possamos determinar com rigor quais os seus limites antes de 1854, podemos, contudo, esclarecer que, já na segunda metade do séc. XVII, a Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus ultrapassava de longe os limites do medievo concelho de Prado. Incluía, além de todas as deste concelho, freguesias da margem esquerda do Cávado, tais como S. Paio de Merelim e Padim da Graça, ia abranger na margem direita do Neiva terras como S. Lourenço do Mato, Friastelas, S. Julião do Freixo, Sandiães e Gaifar, sem falarmos já de terras mais próximas, como S. Mamede de Escariz, S. Martinho de Escariz, Arcozelo, Vilar das Almas, Moure e Laje, ou outras mais distantes, como Gondiaães e Portela de Penela, ou como S. Pedro de Alvito, Quirás, Ginzo e Gual.

No séc. XVIII, deparamos com irmãos provenientes de terras como S. Veríssimo de Tamel, de Fornelos, Mariz, Mondim, Manhente, Santa Eugénia (Rio Covo) e Lijó, todas das bandas de Barcelos, além de outras bem mais distantes como Abadim, Basto, Creixomil, Anissó, Rendufe, Barros, Penascals, Marrancos, S. João da Ribeira, Souto de Rebordões, Moreira de Lima, Mazarefes, Cristelo, Gamil e Santa Senhorinha de Basto.

A aceitação da distância de *uma légua e meia* de raio a partir do Centro da Irmandade, que era a Capela

de S. Pedro de Montório, como critério estabelecido nos Estatutos de 1854, veio alterar profundamente a zona de expansão da Irmandade. Certamente que os redactores dos Estatutos viam bem o problema e, além disso, tinham eles pelo seu lado a experiência e o bom senso.

E assim propuseram que as freguesias incluídas dentro da zona e cujos irmãos se deveriam considerar *residentes* passassem a ser as seguintes: Cervães, Parada de Gatim, Escariz (S. Mamede), Escariz (S. Martinho), Freiriz, Vilar das Almas, Sandiães, Igreja Nova, Alheira, Alvito (S. Pedro), Ginzo, Roriz, Galegos (Santa Maria), Galegos (S. Martinho); Manhente, S. Vicente de Areias, Lama, Oliveira, Ucha, Cabanelas, S. Gens de Macarome, Oleiros, Atiães, Moure, Laje, Soutelo, Prado, Merelim (S. Paio), Panoias, Santa Maria de Mire, Graça, Pousa e Areias de Vilar.

Só com o consentimento de toda a Irmandade é que estes limites poderiam ser alargados. Mas escusado será dizer que todos quantos quisessem nela ser confrades, embora habitando fora destes limites, o poderiam fazer, desde que entrassem na qualidade de irmãos *remidos*.

O período que vai de 1876 até 1906 pode considerar-se de *verdadeiro apogeu* na moderna história da Irmandade dos Clérigos de S. Pedro de Montório; e isso, devido, não só à notável afluência de irmãos sacerdotes aos ofícios, cujo número chegou a atingir as quatro dúzias, mas também à capacidade económica da fábrica de S. Pedro, para satisfazer condigna e generosamente todos os compromissos espirituais da mesma Irmandade.

Depois de 1906, a tendência é uma orientação para o *declínio*, tanto em pessoal como em capacidade financeira, o qual cada vez se vai precipitando mais, até ao ponto de numa reforma, efectuada em 1934, ser

necessário fundir numa só corporação as duas grandes e antigas Irmandades, a Eclesiástica e a Leiga ⁽³⁶⁾.

II — AS MODERNAS IRMANDADES

Reservaremos esta denominação para as irmandades instituídas depois de 1758, designadamente a de *N. Senhora do Rosário*, as *Irmandades Unidas do Santíssimo Sacramento, do Rosário, Almas e S. Miguel*, todas estas da igreja paroquial, e a *Irmandade e Associação de S. Pedro de Montório (Unidas)*, da capela daquele titular.

Talvez não seja muito rigoroso considerarmos moderna a Irmandade da Senhora do Rosário. Embora não saibamos quando foi instituída, podemos contudo afirmar que data de entre 1758 e 20 de Março de 1774.

Nesta última data procederam os irmãos à redacção de aditamentos e reformas dos Estatutos, considerados já então envelhecidos, certamente por mal elaborados ou desadaptados dos reais interesses de todos. Ignoramos também quando e quem redigiu esses primitivos estatutos, os quais, mediante aquela reforma, foram dados como revogados e sem nenhum valor.

Nessa primeira reforma de 1774 saíram redigidos 12 capítulos, cujo conteúdo resumiremos aqui, à excepção do primeiro, cujo texto se perdeu, por terem desaparecido as folhas em que se encontrava.

A mesa era formada por um *Juiz*, *Secretário* ou *escrivão* (devia ser sempre um sacerdote da freguesia), *Tesoureiro*, *Procurador* e dois *Mordomos*. É o que nos diz o *segundo capítulo*.

Do processo da eleição tratava o *cap. 3.º*, no qual

⁽³⁶⁾ Cf. artigo 61 dos *Estatutos da Irmandade e Associação de S. Pedro de Montório («Unidas») da Freguesia de Cervães*.

se determinava igualmente que os mordomos, o tesoureiro e o procurador deviam ser eleitos alternadamente, isto é, num ano os da parte de baixo da freguesia e no outro os da parte de cima.

O *cap. 4.º* declarava que o Juiz, tanto podia ser eclesiástico como leigo. A ele competia pagar o sermão de uma das festas da Senhora (no 1.º Domingo de Outubro ou no 1.º Domingo de Maio).

Dispunha o *cap. 5.º* que o Secretário tinha por obrigação dizer gratuitamente as missas das duas festas. E nos restantes dez primeiros Domingos tinha de celebrar as missas na igreja paroquial ao nascer do sol.

Do Tesoureiro trata o *cap. 6.º*. A ele competia recolher o pão, o linho e o dinheiro das esmolas das eiras, ou seja do peditório feito pelo São Miguel, e cuidar de todas as contas da Confraria.

Em colaboração com o Tesoureiro, trabalhava o Procurador, a quem competia cobrar as pensões, foros e juros dos dinheiros e dar contas ao tesoureiro. Disto se ocupava o *sétimo capítulo*.

No *8.º cap.*, lembravam-se quais as obrigações dos Mordomos: repicar os sinos nas Vésperas dos primeiros Domingos e nos mesmos Domingos, de manhã; tocar e repicar os sinos e preparar a cera, a lâmpada e o altar, etc.

A Confraria tinha de pagar as dez missas dos primeiros Domingos do mês (excepto Maio e Outubro), as missas dos Legados e a oferta dos oito rosários que em cada festa se devia fazer. Disto e doutros pormenores tratava o *9.º capítulo*.

Os mesários, à excepção do Juiz e Secretário, deviam assistir a todos os funerais com opas, guião e suas tochas. E em todos os primeiros Domingos, bem assim como nos terceiros (missas do Senhor), deviam arranjar seis tochas para se levar, eis as disposições principais do *capítulo décimo*.

A primeira festa da Senhora celebrava-se no primeiro Domingo de Maio. Constava de Vésperas, na tarde do Sábado anterior, e no Domingo, de Sermão, Missa cantada e acolitada e Procissão ao Cruzeiro, para o que havia a devida provisão. Nos outros primeiros domingos, havia sempre procissão, mas esta, em redor da Igreja. Disto trata o 11.º capítulo.

O 12.º e derradeiro capítulo tratava da maneira de fazer a prestação de contas, a qual se devia efectuar no 1.º Domingo de Julho.

Estas novas disposições foram assinadas por trinta e dois irmãos, doze dos quais o fazem com uma cruz, por não saberem escrever o seu nome. O Alvará de confirmação foi passado pelo Doutor José Nunes Colares, Desembargador e Provedor de sua Majestade, el-Rei D. José, na Comarca da Vila de Viana da Foz do Lima, com data de 17 de Abril de 1774.

Quarenta e quatro anos volvidos, nova reforma se impôs! Vejamos também como ela se processou. Para isso, apoiemo-nos rigorosamente no texto seguinte:

«Aos vinte e dois dias do mês de Agosto de mil oitocentos e dezoito anos, juntos os oficiais da Mesa de Nossa Senhora do Rosário desta freguesia do Salvador de Cervães, determinaram o seguinte: Que como esta chamada confraria de N. Sr.º do Rosário não tem Irmãos nem Sufrágios alguns (37) e tudo o que se faz no que respeita ao espiritual é em benefício geral dos vivos e defuntos, se darão de esmola ao Rev. Secretário, que disser as Missas das duas Festas, duzentos e quarenta reis por cada uma e todas as mais de que há obrigação, se dará por cada uma a esmola de que houver costume; e se darão, em cada uma das Festas, dez rosários e, nas missas dos meses, se darão seis, em

(37) O sublinhado é nosso.

cada uma, e toda esta despesa fará o Tesoureiro pelos rendimentos da Senhora; e mandará fazer toalhas para o Altar e reedificar as velhas e sacras e castiçais e tudo o mais que for preciso para decência do mesmo Altar e veneração da Imagem de Nossa Senhora pelos seus rendimentos; e tudo o que houver oposto a esta determinação, o hão por revogado, como se não fosse feito; e aqui hão por chamados todos os capítulos como que fossem apontados em particular, e só querem que se observe esta determinação no que nela se declara e na Festa [em] que o Juiz paga o Sermão, farão os oficiais as mais despesas das suas bolsas, à excepção da cera e ofício» (38).

Encontra-se este texto em dois locais da pasta dos documentos da Irmandade da Senhora do Rosário. A fl. 9, transcrito pelo punho do Pároco de Cervães, P. Pedro Gonçalves Coura da Costa. E a fl. 20 v.º, por mão de outro escrivão, que não conseguimos identificar. Tanto num como no outro texto, assinam os Mesários: João de Oliveira (Juiz), Francisco Fernandes (Tesoureiro), Alexandre da Silva (Procurador), Domingos da Silva (com cruz) e José Gonçalves (Mordomos). Na fl. 21, vêem-se ainda vários outros nomes apoiando as assinaturas daqueles, aos quais se seguem palavras do Pároco atrás nomeado. São do seguinte teor: «*Reconheço os sinais supra ser dos mesmos neles declarados*», continuando ainda com estas outras palavras: «*e como não tem irmãos, não há mais quem assine, somente se se convocar a freguesia ou os indivíduos dela, o que nunca se praticou, porque não tem aqui voz activa nem passiva, pois somente são procurados no tempo do São Miguel para a socorrerem com as suas esmolas, e por isso se gratificam com os*

(38) Estatutos da Confraria da Senhora do Rosário de Cervães, fl. 20 v.º e 9.

rosários, por sortes, as quais são feitas geralmente. Salvador de Cervães, de Setembro, 5 de 1818».

Nada melhor do que todas as palavras transcritas para podermos conhecer e compreender os problemas e a evolução que sofreu a Irmandade ou Confraria dita da Senhora do Rosário de Cervães.

A aprovação e confirmação foi requerida mas não foi imediatamente concedida, pelo facto de ser insuficiente o número de Irmãos que requeriam a petição. Isto o que se soube da resposta dada pelo Doutor Promotor da Comarca de Braga, António José da Silva Reis, com data de 9 de Setembro de 1818 ⁽³⁹⁾.

Por isso, teve o documento de regressar a Cervães, a fim de recolher mais assinaturas até atingir o número de 35, o que efectivamente depressa se conseguiu, como se pode ver a fls. 22, pela data em que o texto chegou de novo à presença do Doutor Promotor. Desta vez, ainda não vinha tudo em ordem. Faltava o *reconhecimento jurado* feito pelo Pároco, como consta da observação averbada ao fundo da página pelo mesmo Doutor Promotor, que assina com data de 15 de Setembro de 1818.

Escusado será dizer que o pároco não teve qualquer dificuldade em reconhecer as assinaturas, o que foi feito com data de 19 de Setembro, após o que foi mandado passar o Alvará de Confirmação e Aprovação, que saiu, aos 28 de Setembro de 1818, e foi dado pelo Doutor Francisco Inácio Pereira de Sequeira Ferraz, Juiz de Fora, do Crime e Órfãos, com Alçada na cidade de Braga e a servir interiormente de Corregedor e Provedor com Alçada e tudo em nome del-Rei D. José.

A aprovação eclesiástica foi pedida posteriormente e porque fora determinada no decorrer da Visita canónica, como se vê do termo da fl. 22 v.º, datado de

⁽³⁹⁾ *Ib.*, fl. 21 v.º.

«S. Romão da Ucha, em Visitação de 24 de Junho de 1825. Guedes».

E como nada havia que obstasse à sua aprovação, esta foi efectivamente concedida pelo Arcebispo Dom Frei Miguel da Madre de Deus, aos 23 de Agosto de 1825, o qual assina pessoalmente o texto redigido pelo Secretário da Câmara Eclesiástica, Custódio Luís de Araújo. Vê-se igualmente o Selo branco das Armas do dito Arcebispo. Ficou esta Provisão registada no Livro competente do Registo Geral a fl. 165 v.º, aos 28 de Agosto de 1825, assinando o termo o Escrivão Ajudante José António de Sousa.

Mas não se ficaria ainda por aqui a Confraria em matéria de reformas.

Efectivamente, em 1 de Abril de 1834, nova Reforma fora levada a cabo pelos Mesários Manuel Domingues (Juiz), P. José Francisco Ribeiro (Secretário), António Francisco Ribeiro (Tesoureiro), João de Oliveira (Procurador), João Sequeira e Manuel Francisco Ribeiro (Mordomos). Foi essa reforma corroborada por mais 28 assinaturas, entre as quais a do P. Francisco Gonçalves Coura da Costa, que já então devia ser o novo pároco.

Através das afirmações produzidas, aquando da Reforma de 1818, já se podia depreender que era uma Irmandade esquisita esta de N. Senhora do Rosário de Cervães. Na verdade, *uma confraria* ou irmandade *sem irmãos não é irmandade nenhuma* e o próprio uso de tal designação nada mais poderia ser do que impróprio e abusivo.

Disso tinham plena consciência os reformadores de 1834, os quais falaram apenas uma vez, por engano, em *Confraria*, erro que imediatamente se apressaram a corrigir. Para eles, a única designação aceitável era a de *Legado* de N. Senhora do Rosário.

O mais grave, porém, é que se tratava dum *Legado*,

cujo *fundo e rendimentos* estavam em vias de falência. E era precisamente para tentar obstar a que isso acontecesse que determinaram a presente reforma.

No ponto 2.º da *Reforma de Estatutos*, lemos o seguinte: «*Não se duvida que em tempo tivesse este Legado fundo e rendimento para o Tesoureiro satisfazer as despesas mandadas no Cap.º 9.º de fls. 16 v.º; porém ou fosse pela má administração, ou pelo rendimento não poder superar em cada um dos anos, hoje se acha reduzido quase a nada e com um rendimento certo muito deminuto, que, segundo o Livro das Entradas não excede de cinco a seis mil reis. E como os actuais Tesoureiros se empenham e gastam das suas algibeiras para satisfazer as obrigações do cap.º 9.º, que são fazer dois aniversários, cada um de dez padres, pagar um sermão e outras que se contêm no mesmo cap. supra citado, e como estas despesas sejam muito superiores ao rendimento da Confraria, digo do Legado, por isso querem os actuais Mesários que o dito cap.º 9.º fique de nenhum efeito*» (40).

Em substituição do conteúdo daquele capítulo, propuseram outra solução tida como mais justa e viável. Para o estudo das vicissitudes das Confrarias, convirá registar aqui o ponto 3.º da *Reforma dos Estatutos deste Legado da Senhora do Rosário*: «*Como a solenização das Missas Cantadas em os primeiros Domingos de cada mês excite muito a devoção dos fiéis católicos a dar a esmola que se costuma pedir pelas eiras no tempo de S. Miguel; e juntamente a distribuição de certo número de rosários que também se costuma fazer no fim de cada uma das ditas missas cantadas; por isso será o Tesoureiro deste Legado obrigado pelo rendimento do fundo que ainda resta, (...), mas na falta do dito rendimento, pelo subsídio da esmola a mandar*

(40) *Ib.*, fl. 25 v.º. O sublinhado é nosso.

dizer uma missa cantada em os primeiros domingos de cada mês (...) e também se distribuirão no fim de cada missa seis rosários» (41).

Com estas disposições não pretenderam de forma alguma os Mesários coarctar a liberdade e generosidade de outros mesários que por acaso desejassem fazer as festas à sua custa. Quiseram, como se impunha, desobrigar da satisfação dum dever, que já não era um dever, mas sim uma injustiça, cujas vítimas seriam, como era natural, os mais pobres.

O texto, uma vez submetido à aprovação superior, foi, depois do parecer favorável dado em 3 de Junho de 1834, aprovado mediante Alvará de Confirmação, nessa mesma data, pelo Doutor João Nuno Silvério Cerqueira Gomes e Lima, Corregedor e Provedor Interino com Alçada na cidade de Braga e seu termo, da parte de Sua Majestade a Rainha D. Maria II.

Tudo nos leva a crer que este texto não chegara a ser submetido à apreciação da autoridade eclesiástica para obtenção de qualquer aprovação por parte da mesma.



Resume-se a pouco o que actualmente resta ligado à antiga vitalidade cristã da Capela de S. Pedro de Montório. Tudo se vê concentrado na *Irmandade e Associação de S. Pedro de Montório («Unidas»)* cuja fusão fora decidida aos 26 de Dezembro de 1933 (42), pela

(41) *Ib.*, fl. 26.

(42) É o seguinte o teor do art.º 61.º dos Estatutos: «*Em tudo o que se não oponha a estes estatutos aprovados das duas corporações agora unidas — Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório e Associação de Beneficência do mesmo nome (com que designariam a Irmandade Leiga) as quais por legítima deliberação dos seus irmãos e associados, de futuro ficam constituindo uma só corporação.*»

Mesa de então, a qual era constituída pelos Reverendos PP. António Augusto Gomes da Costa (Juiz), José do Patrocínio da Silva e Oliveira (Secretário), Benjamim Ferreira de Sousa (Tesoureiro) e José Joaquim da Silva Bacelar Júnior (Vogal).

Eles mesmos fizeram a adaptação dos Estatutos que viriam a ser aprovados em 23 de Março de 1938 por Provisão do Arcebispo D. António Bento Martins Júnior.

Os pontos que poderemos considerar de mais relevo nesses Estatutos são os seguintes: «São considerados sócios beneméritos os que pertencem à Irmandade Eclesiástica cujos nomes constam do registo competente — e ordinários os que constam do registo de irmãos da «Associação de Beneficência e Piedade de S. Pedro de Montório» e que tenham os seus anuais pagos em dia» (§ 1, art.º 11).

A reunião dos irmãos associados devia efectuar-se anualmente no dia 28 de Junho, ou seja na véspera da festividade de S. Pedro, padroeiro da Confraria. Esta, segundo o art.º 8.º do *Regulamento apenso aos Estatutos*, consta «pelo menos de missa cantada e sermão, seguida de procissão e bênção do Santíssimo Sacramento».

A Mesa, que administra a Confraria por prazo de um ano, entra em funções no 1.º domingo de Julho, a seguir à sua posse. Segundo o art.º 23.º dos *Estatutos*, a Mesa consta de Juiz, Secretário, Tesoureiro, Procurador, Fiscal, dois Vogais ou Consultores e dois Suplentes.

No art.º 60.º afirma-se que «a Mesa compor-se-á sempre de leigos e eclesiásticos, cabendo a estes, quando possível, os cargos de presidente, secretário e promotor e tesoureiro».

Acharam também útil prever a nomeação de quatro zeladoras que cuidassem dos altares e dos irmãos doentes.

Entre os encargos espirituais da Irmandade, são de referir os seguintes:

1.º — Todos os meses uma missa pelos irmãos vivos e defuntos.

2.º — Por cada irmão que falecer deve celebrar-se uma missa de aviso logo a seguir à sua morte e dentro do ano do falecimento, mais duas ou mais ainda se os recursos financeiros assim o permitirem. Sendo irmão benemérito, terá direito a vinte missas, ou mais, se possível for.

3.º — Os irmãos beneméritos terão ainda direito a um ofício de cinco padres e missa na Capela de S. Pedro de Montório.

4.º — No dia 28 de Junho, um ofício geral de defuntos, de cinco padres, com missa cantada. E os padres também tinham obrigação de missa.

Uma outra obrigação, mas esta mais ligada aos mesários, consiste em ir acompanhar os irmãos defuntos, devendo para o efeito levar as insígnias da Confraria, a saber, a cruz e as opas vermelhas. Esta obrigação aplica-se exclusivamente aos irmãos falecidos dentro duma área de cinco quilómetros.

* * *

Do que resta das antigas ou modernas irmandades pertencentes à igreja paroquial subsiste a Irmandade Unida do Santíssimo Sacramento, do Rosário, das Almas e de S. Miguel, que tantas eram as que existiam antes da união. Informa-nos o P. J. J. da Silva Bacelar que esta união *se fez para evitar despesas e trabalhos nas contas e orçamentos das mesmas irmandades*. Os estatutos das confrarias unidas foram reformados e aprovados em 1914 civil e eclesiasticamente ⁽⁴³⁾. Sabemos

⁽⁴³⁾ J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos para a história da Igreja de Cervães*, 1927, fl. 19 v.º. (manuscrito do Arquivo Paroquial de Cervães, Braga).

que até 1927 tiveram sempre as contas em dia e esperamos que o mesmo agora aconteça.

Para encerrar este capítulo, transcrevemos aqui um soneto de autor anónimo e que se encontra a p. XVIII dos *Estatutos da Irmandade Eclesiástica de S. Pedro*, de 1854:

*«Qualquer urna pequena as cinzas cobre
do homem por maior que tenha sido,
De nada já lhe vale o ter valido,
Ter sido poderoso, rico ou pobre.*

*Embora o rouco tiro, e sino dobre...
O lânguido cadáver estendido,
Vai ser abandonado e destruído,
Sem que a terra o respeite por ser nobre.*

*Não é já, mais que pó organizado,
que em grosseiro burel ou em veludo,
pouco vale que seja amortalhado.*

*Ele entrou no segredo eterno e mudo,
E sem ficar do pó mais que um punhado,
Em um triste Aqui jaz se encerra tudo».*

IV

Párocos de Cervães

É ostensivamente reduzido o presente elenco dos párocos e curas da freguesia de Cervães, tenham eles o título de Reitor, de Vigário, de Abade ou qualquer outro. A documentação por nós conhecida e utilizada não permitiu elaborar lista mais completa do que a que fornecemos relativa aos últimos trezentos anos.

Pode ser que o acaso proporcione novas descobertas e permita aperfeiçoá-la, o que profundamente desejamos.

As datas aqui registadas são aquelas que nas fontes utilizadas se encontram expressamente referidas e como tais dignas de toda a confiança.

| | |
|---|-------------|
| Pedro Pequeno (<i>Capellanus</i>) | 1220 |
| Pedro Monacus (<i>Prelatus Ecclesie</i>) | 1258 |
| Lourenço Fernandes (<i>Clérigo</i>) ⁽¹⁾ | 1333 |
| Airos Pais (Cónego do Couto de Areias) | 1335 |
| Durão Esteves (Cónego) ⁽²⁾ | 1333 - 1346 |

⁽¹⁾ Era então o pároco do Salvador de Cervães.

⁽²⁾ Era o abade de Santa Maria de Penoucos. Também o foi, pelos vistos, do Salvador de Cervães. Mas se o foi simultaneamente duma e doutra igreja, isso já não sabemos.

| | |
|---|---------------------|
| João de Abreu (Arcediago do Couto de Braga) | ?... - 1461 (*) |
| Diogo Gomes de Abreu (Arcediago ⁽³⁾) | 1524 |
| Martim Lopes de Azevedo Comendador, Leigo ⁽⁴⁾ | 1524 - 1541 |
| D. Nuno Álvares (Comendador, Leigo) ⁽⁵⁾ | 1541 - ? |
| Manuel Cerqueira (Vigário) ⁽⁶⁾ | 1623 - 1645 - ? |
| Filipe Rebelo Pereira (Reitor) ⁽⁷⁾ | 1645 - 1679 |
| Inácio da Costa (Cura) | 1676 |
| João Ribeiro (Licenciado, Reitor e Vigário) | ? - 1680 - 1710 - ? |
| João Pereira (Reitor) | ? - 1737 - 1762 - ? |
| António de Figueiredo Machado ⁽⁸⁾ | ? - 1758 - 1759 - ? |

(*) D. Fernando da Guerra privou-o do seu benefício da igreja de Cervães, por se tratar de uma descarada acumulação de benefícios (Cf. José Marques, *Subsidios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século XV*, in *Bracara Augusta*, XXX (1976) p. 89).

⁽³⁾ Arcediago do Couto de Braga a que pertencia o Couto de Areias. Mas decerto apenas recebia o benefício de Cervães, bem assim como das igrejas que lhe andavam anexas, Laje e Gualtar.

⁽⁴⁾ Foi o primeiro Comendador leigo. Era o morgado do Solar de Azevedo [Lama].

⁽⁵⁾ Segundo Comendador leigo. Sobrinho del-Rei D. João III.

⁽⁶⁾ Primeiramente amo e em seguida protector do eremitéo João da Cruz. Terá falecido em 1644-1645.

⁽⁷⁾ Aparece já referido num doc. de 13 de Dezembro de 1645, fazendo funções de pároco.

⁽⁸⁾ Era um abade sem cura de almas; apenas usufruía do benefício. Nos anos referidos até estava a residir na Vila de Alenquer. Em Cervães tinha como seu procurador bastante o P. Manuel José da Silva, Cónego da Colegiada de Guimarães.

| | |
|--|-------------------------|
| Belchior Luís de Brito de Lima ⁽⁹⁾ | ? - 1777 - 1784 (†1806) |
| Pedro Gonçalves Coura da Costa | ? - 1804 - 1834 - ? |
| João Domingues Martins (Cura) | ? - 1812 - 1823 - ? |
| Francisco Gonçalves Coura da Costa Júnior ⁽¹⁰⁾ | 1834 - 1839 |
| Raimundo José de Macedo | 1839 - 1840 |
| João Luís da Silva Couto (Encarregado da Cura de almas) | 1843 - ? |
| Francisco José de Carvalho ⁽¹¹⁾ | 1840 - 1868 - ? |
| Manuel de Oliveira ⁽¹²⁾ | 1855 - 1871 |
| António Joaquim Fernandes de Barros ⁽¹³⁾ | 1871 - 1907 |
| Manuel de Azevedo Lima ⁽¹⁴⁾ | 1907 - 1909 |

⁽⁹⁾ Também conhecido pelo nome de Belchior de Brito e Abreu. Deve ter residido, pelo menos, algum tempo na freguesia. Aposentou-se na Irmandade dos Clérigos de S. Pedro de Montório, em 1792. Era designado *Reservatário de Cervães*, mas não sabemos desde quando.

⁽¹⁰⁾ Na freguesia da Lama houve um padre com este mesmo nome, mas faleceu no Porto à tirania dos franceses, antes de 28 de Julho de 1809, data em que a Irmandade dos Clérigos o sufragou por ser confrade seu. O P. Coura da Costa Júnior era de Cervães.

⁽¹¹⁾ Segundo informação do P. J. J. da Silva Bacelar (o segundo deste nome) este reitor ou pároco residia em Braga. Vide o capítulo acerca dos templos de Cervães.

⁽¹²⁾ Usou sucessivamente os títulos de Cura, Coadjutor e Pároco encomendado.

⁽¹³⁾ Foi o primeiro grande abade de Cervães. Faleceu a 25 de Outubro de 1907.

⁽¹⁴⁾ Era natural de Prado (Santa Maria). Tinha 25 anos, quando, a 27 de Abril de 1906, deu entrada na Irmandade dos Clérigos de S. Pedro de Montório.

| | |
|---|---------------------|
| António Maria de Araújo Santana (15) | 1909 - 1948 (†1954) |
| Domingos Correia Neiva Pinheiro (16) | 1948 - |

Em relação a este conjunto de padres são utilizadas as designações de *capellanus*, *prelatus*, *reitor*, *abade* ou até simplesmente *clérigo* ou ainda *cura*. Não tratamos de saber quais as causas de semelhante designação se é que alguma existe. Nem tampouco distinguimos aqui os abades de Penoucos dos Abades de Cervães.

[15] Natural de Parada de Gatim, onde nasceu a 6 de Setembro de 1876. Ordenado a 23 de Dezembro de 1899, e depois de ter permanecido algum tempo em casa da família, foi paróquiario S. Martinho de Escariz, com o título de Reitor, cremos que em 1907. Nomeado em 1909 abade de Cervães, aí permaneceu no cargo até Julho de 1948, data em que resignou. Viveu na freguesia, em casa particular, até 30 de Maio de 1954, data do seu falecimento. Foi sepultado em Cervães.

[16] Nascido em S. Pedro de Alvito (Barcelos) em 20 de Junho de 1919. É filho de Manuel Correia de Miranda e de Maria Neiva Pinheiro. Ordenou-se em 1942, tendo sido logo nomeado pároco de Landim (Famalicão) e aí trabalhou até 1946, ano em que foi nomeado pároco da Ucha (Barcelos), onde permaneceu até 1948. A 5 de Setembro deste ano tomou posse da freguesia de Cervães, em que continua cheio de entusiasmo a realizar excelente obra de apostolado.

V

Cervães e o seu Clero

É sumamente vantajosa para o historiador, sobretudo de assuntos locais a consulta de listas de pessoas tidas como influentes nos grupos ou nos ambientes sociais. Encontram-se neste caso as autoridades políticas, judiciais, administrativas, os industriais, os professores, os padres, os médicos, farmacêuticos e outras pessoas instruídas.

Embora a presente lista, referente à freguesia de Cervães inclua apenas alguns elementos acerca de *padres* dela naturais, achamos ser todavia útil publicá-la aqui. Ela revelar-nos-á, para além da frieza de nomes e datas relativos a defuntos, toda uma mentalidade destas gentes, toda uma fé e um estilo cristão de vida deste povo a nível social e familiar. A própria apreciação da pastoral paroquial ou regional, se não mesmo diocesana, disso se ressentir, como não poderia deixar de ser.

Como da lista se depreende, deu Cervães à Igreja, nos últimos 310 anos, a que estes elementos se reportam, mais de sete dezenas de sacerdotes, sem praticamente contar com outros, que possivelmente terá havido, pertencentes ao clero regular ou religioso. E dito isto, imediatamente se fica a saber que aqui se trata de nomes de sacerdotes do clero diocesano, muitos dos quais passaram por assim dizer, a sua vida toda na freguesia em que nasceram e faleceram.

Lamentamos não poder fazer para outras épocas aquilo que conseguimos relativamente à segunda metade do séc. XVII e seguintes.

Para maior facilidade de consulta utilizamos o sistema de apresentação por ordem alfabética.

À excepção dum ou doutro caso, são absolutamente de primeira mão as informações aqui contidas. Foram colhidas em fontes muito diversas, desde os tombos paroquiais de Escariz (S. Mamede), Parada de Gatim, até aos livros de Testamentos, Estatutos das Confrarias da Senhora do Rosário, das Irmandades Leiga e Eclesiástica de S. Pedro de Montório, e tantos outros livros a elas pertencentes ⁽¹⁾ e existentes na freguesia de Cervães, sem esquecer ainda o Livro das faltas e condenações da Confraria Eclesiástica dos Fiéis de Deus de Parada de Gatim, nem os Livros de Capítulos da mesma paróquia ⁽²⁾.

P. André José da Silva — Encontrámo-lo referido como membro da Confraria Eclesiástica de S. Pedro de Montório entre 1777 e 1793.

P. António Augusto Gomes da Costa — Nasceu no lugar do *Barral*, em 1852. Tinha 25 anos quando a 7/5/1883 entrou na Irmandade dos Clérigos, em que

(1) O leitor mais curioso poderá reportar-se ao estudo que em 1974 publicámos sob o título *Subsídio para o Estudo das Irmandades ou Confrarias de Portugal in Itinerarium*, XX (1974), p. 277, ss. ou em Separata do mesmo, a pp. 15-17, onde enumerámos esses documentos.

(2) Com muita mágoa se deve registar aqui, para a posteridade, que estes livros, como aliás todos os mais valiosos existentes no Arquivo paroquial de Parada de Gatim desapareceram, para sempre, na voragem das chamas dum inexplicável incêndio que, na madrugada de 3 de Julho de 1975, destruiu toda a residência paroquial. Era então encarregado da paróquia o P. Manuel Gonçalves da Costa, que não residia.

foi secretário 3 anos. A 14/7/1891 requereu a aposentação por ter ido para Braga, para Secretário da Câmara Eclesiástica. Faleceu em 1908, tendo sido sufragado na Capela de S. Pedro a 1/6/1908. É tio do P. António A. Gomes da Costa, ainda vivo e mais conhecido por P. António Forte.

P. António da Costa — Da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus. Assina a acta de 7/10/1687 e é referido a 5 de Novembro de 1688.

P. António Domingues Leitão — Um dos onze fundadores da Capela e Confraria de S. Pedro de Montório, em 1680. Assina os primeiros Estatutos em 26/6/1681 e as Adições de 15/5/1689, sendo então Juiz da Confraria o fidalgo Pedro Lopes de Azevedo.

P. Frei António Germano da Silva — Nascido no lugar da *Froncosa*. Foi professo numa Ordem religiosa. A 19/5/1843 entrou na Confraria Eclesiástica, onde exerceu vários cargos. Aparece como redactor de diversos testamentos de habitantes de Cervães, nos quais diz, por vezes, ser da *Quinta da Estrela*. Na qualidade de «egresso» se foi conservando na freguesia. Deixou no seu testamento quinze missas para serem celebradas pelos seus companheiros de Ordem e uma a Nossa Senhora das Graças. Faleceu a 28/3/1898. Seria *graciano*? Isto é, dos Eremitas de Santo Agostinho ou agostinhos calçados, que em Braga tinham o Colégio do Pópulo?

P. António Luís Pereira — Entrou na Confraria dos Clérigos a 11/5/1891, com a idade de 27 anos. Desde aquela data até 1900, ano em que faleceu, viveu sempre em Cervães. Teve ofício de sufrágio a 4/7/1900.

P. António de Matos — Apenas sabemos que, aos 29 de Fevereiro de 1668, faltou ao segundo dos 4 ofícios celebrados pelo P. Francisco Saraiva, Vigário de S. Julio do Freixo. Era membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus, de Parada de Gatim.

P. António Soares de Macedo — Da Casa da Largata. Aos 23 de Maio de 1849 entrou na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro. Foi reitor de Vilar de Frades. Foi sufragado a 9/2/1895. Irmão do P. Joaquim José.

P. António Soares de Macedo Gomes — Nasceu em 1867. Aos 11/5/1891, entrou na Irmandade Eclesiástica, tendo 24 anos. Pagou de entrada 5\$000. Em 1893 aparece como Vedor da Confraria. Foi sufragado aos 3/1/1894.

P. Bento do Couto — Aos 13 de Janeiro de 1667 já era confrade da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus. Foi um dos membros fundadores da Irmandade de S. Pedro de Montório e respectiva Capela. Em 30 de Junho de 1689 ainda era vivo.

P. Domingos da Costa Couto Flores — Do lugar de Soutelinho. Entrou na Irmandade Eclesiástica, aos 27/5/1805, sendo então apenas «clérigo iniciado». Deixou testamento. Faleceu a 25/12/1863 e foi sufragado na Capela de S. Pedro a 5/1/1864.

P. Domingos da Costa e Silva — Era da Custariça. Confrade da Irmandade Eclesiástica, tendo nela satisfeito as suas obrigações no período entre 1806 e 1812. Faleceu em 1813 e foi sufragado com 25 missas, no ano de 1814, por ser também confrade da Irmandade Leiga de S. Pedro.

P. Domingos João — Natural de Cervelhos. Foi um dos fundadores da Capela de S. Pedro de Montório e da Confraria em 1680 e em 1681. Redactor dos Estatutos e das Adições aos mesmos, em 1681 e 1689. Vivia em 1695. Foi um dos dez padres presentes, em 28/4/1682, no 3.º ofício pelo P. Luís de Teive, Abade que fora de S. Mamede de Escariz e falecido em 1681.

P. Domingos Vaz de Almeida — Entrou na Confraria Eclesiástica a 22/6/1825. Pagou de entrada 2\$400. Faleceu a 18 de Novembro de 1883. Foi Reitor de *Santa Marinha de Forjães* (Esposende). Teve ofício na Capela

de S. Pedro, aos 12/12/1883 e foram distribuídas as 500 missas estatutárias por 43 padres.

P. Filipe de Sousa — Aparece referido como membro da Irmandade Eclesiástica entre 1743 e 1754. Era do Bom Despacho. Supomos que seria Capelão.

P. Francisco da Costa — Confrade da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus. Diversas vezes referido no «Livro das Faltas», entre 1669 e 1675, data em que faleceu.

P. Francisco Domingues de Macedo — Nasceu no lugar de *São Miguel*, em 1854. Entrou na Irmandade Eclesiástica a 28/5/1882, contando 28 anos. Até 1900 viveu ininterruptamente em Cervães. É provável que o mesmo tenha acontecido no resto da sua vida, até 1906. Foi celebrado o ofício por sua alma a 27 de Abril de 1906 e distribuídas por 31 padres as 500 missas. Recebeu a Tonsura e Ordens Menores a 12/9/1875.

P. Francisco Gonçalves Coura da Costa — Fez-se confrade na Irmandade Eclesiástica a 9/5/1842, tendo pago 9\$600. Foi Pároco de Cervães desde antes de 1834 até, pelo menos, 1839, tendo sucedido a seu Tio, o P. Pedro Gonçalves Coura da Costa. Viveu, se não sempre, pelo menos a maior parte da sua vida na freguesia. Faleceu a 11 de Abril de 1882. Teve ofício, em S. Pedro, a 22 de Abril, estando presentes 47 padres pelos quais foram distribuídas as 500 missas.

P. Gonçalo Dias — Membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus. Faleceu em 1681 e foi sufragado com o primeiro dos quatro ofícios, a 12 de Fevereiro desse ano.

P. Inácio da Costa — Referido como membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus entre 1667 e 1689. A 15/5/1679 era o Prior da Irmandade. Foi um dos fundadores da Capela e Confraria de S. Pedro de Montório e membro do grupo redactor dos Estatutos e das Adições aos mesmos.

P. Inácio Francisco (da Costa) — Da Irmandade dos Clérigos desde antes de 1743. Falecera em 1778. Tivera o 1.º ofício a 6 de Fevereiro de 1778.

P. João de Araújo — Nasceu em 1835. Entrou na Irmandade Eclesiástica a 17/5/1858, com 23 anos. Pagou 3\$000. Em 3/6/1867 requereu a aposentação por estar a viver na cidade de Lisboa. Ficou a seu procurador o P. Frei A. Germano da Silva. Faleceu a 16/4/1881.

P. João Caetano Pereira (Portela) — É o mesmo que João José Caetano Pereira, etc., ou ainda só João José Caetano. Natural do lugar da *Portela*. Desde 16/7/1853 foi confrade da Irmandade Eclesiástica. Pagou de entrada 4\$800. Faleceu aos 23/5/1898. Parece ter vivido sempre em Cervães.

P. João Domingues — Da Irmandade Eclesiástica desde antes de 1743. Faleceu em 1749. Sufragado com o 1.º dos quatro ofícios, a 19 de Novembro desse ano. O último ofício teve lugar a 22/4/1750.

P. João Domingues Martins — Há dele referências a partir de 1785. Membro da Irmandade dos Clérigos e da Irmandade Leiga, de que foi Secretário, pelo menos entre 1812 e 1823, na sua qualidade de Cura que então era da igreja de Cervães. Em 1836 ainda era vivo, pois assistiu ao anual da Confraria Eclesiástica. Natural do *Carvalhal*.

P. João Ferreira — Por ser membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus, aparece o seu nome entre 1675-1689 no «Livro de Faltas».

P. João Francisco — Referido como membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus entre 1677-1689. Foi também do grupo dos fundadores da Capela e Confraria de S. Pedro de Montório. Assina também os Estatutos em 1681 e as Adições em 1689.

P. Doutor João Francisco Paredes — Da Irmandade dos Clérigos. Referido entre 1786 e 1806, ano em

que faleceu. Sufragado com officio celebrado aos 28/7/1809.

P. João Francisco Ribeiro — Entrou na Confraria Eclesiástica a 9/6/1823. Em 1860 ainda vivia.

P. João Francisco da Silva Couto — Nasceu no lugar de *Resela*. Sua mãe chamava-se Mariana da Silva e era sobrinha do P. Inácio Francisco da Costa. Faleceu ela em 1812. Do seu filho nada mais soubemos.

P. João Luís da Silva — Membro da Confraria dos Clérigos desde antes de 1788. Faleceu em 1826. A 6/12/ desse ano tivera officio de sufrágio. Do lugar do *Penedo*.

P. João Luís da Costa — Referido entre 1743 e 1754 como membro da Irmandade Eclesiástica.

P. Licenciado João Ribeiro — Em 1680 era o Reitor da Paróquia de Cervães. Foi um dos mordomos fundadores da Capela de S. Pedro de Montório e um dos instituidores da respectiva Irmandade e seus Estatutos e Adições aos mesmos.

P. João da Silva Bacelar — Referido em 1777 como membro da Irmandade Eclesiástica. Em 1794 ainda estava vivo.

P. Joaquim Gomes da Costa — Nasceu em 1865. A 9/8/1889, com 24 anos, entrou na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro. Ordenara-se de Presbítero aos 28/10/1888 e foi durante muitos anos Secretário da Câmara Eclesiástica de Braga. Faleceu com 76 anos aos 28/1/1941.

P. Joaquim José da Silva Bacelar — Da *Custariça*, onde nasceu a 21/6/1807. Filho primogénito de Bento José da Silva Bacelar e de Antónia Maria. Seu pai, natural do lugar do Castelo, foi capitão miliciano. Sua mãe, descendente de gente de Prado, já havia nascido na *Custariça*. Ordenou-se o P. Joaquim José antes de 1833. Em 20 de Maio desse ano entrou na Irmandade Eclesiástica, pagando 4\$800. Foi um dos 5 membros

da Comissão Reformadora dos Estatutos dessa Irmandade, cujo trabalho terminou a 21 de Agosto de 1854. Faleceu a 3 de Junho de 1875. O 5.º dos seus 8 irmãos também foi padre. Chamava-se José Joaquim da Silva Bacelar.

P. Joaquim José Soares de Macedo — Nascido na Casa da *Largata*. Também conhecido por Joaquim S. de Macedo. É irmão do Reitor de Areias de Vilar, P. António Soares de Macedo. Entrou aos 22/7/1856 na Confraria dos Clérigos, tendo 24 anos e sendo ainda diácono. Pagou 3\$000. Faleceu com 49 anos, a 29/9/1881.

P. Joaquim de Oliveira — Nasceu em 1887. Aos 5/6/1916, tendo 29 anos, entrou para a Confraria Eclesiástica. Pagou 9\$000. Era Capelão do Bom Despacho quando faleceu em 1918, vitimado pela epidemia pneumónica, que, pela mesma altura, dizimou os párocos de Parada de Gatim, de Freiriz, de Oleiros e de S. Romão da Ucha.

P. José de Araújo — Aos 17/5/1858 deu entrada na Irmandade Eclesiástica. Em 1867 satisfez ao anual. Mais não sabemos.

P. José Bacelar Júnior — Ver José Joaquim da Silva Bacelar Júnior.

P. José Francisco Ribeiro — Membro da Irmandade Eclesiástica desde 9/6/1823. Faleceu a 18 de Outubro de 1860. Ofício a 29/10.

P. José Gonçalves Coura da Costa — Entrou na Irmandade Eclesiástica aos 29/6/1868, tendo pago 3\$000. Em 1876 vivia em Cervães. Por ocasião do ofício de seu Tio, o P. Francisco Gonçalves Coura da Costa, a 22/4/1882, aparece já com o título de Reitor e assim até 1884, data em que parece eclipsar-se. Reaparece o seu nome em 30/1/1900, e desta vez como Reitor ou Abade de S. Romão da Ucha, onde se manteve até à morte, em 1915. Teve ofício em S. Pedro a 16/3/1915

e foram distribuídas as 200 missas estatutárias por 13 padres.

P. José Joaquim de Oliveira e Silva — Entrou na Irmandade Eclesiástica a 18/5/1826. Faleceu antes de 13/8/1841, data em que foi sufragado.

P. José Joaquim da Silva Bacelar (Senior) — Nasceu na *Custariça* a 24/10/1816. Filho de Bento José da Silva Bacelar e de Antónia Maria. Ordenando-se sacerdote, foi grande amigo do apostolado do confessional e da pregação. Sempre que pregava algum sermão de festa, pregava também alguns sermões de missão sendo estes gratuitos. Entrou na Confraria dos Clérigos de S. Pedro a 25/5/1846, onde exerceu diversos cargos. Em 1876-1877 ainda exerceu o cargo de Prior. Faleceu a 24/8/1891 e a 2/9 foi sufragado com ofício por 32 padres, a quem foram distribuídas as 500 missas. Era irmão do P. Joaquim José da Silva Bacelar e tio e padrinho do seguinte do mesmo nome.

P. José Joaquim da Silva Bacelar — Filho de João de Oliveira da Silva Bacelar e de Josefa Domingues de Oliveira, nasceu a 31 de Agosto de 1845, na Casa da *Custariça*. Foi o segundo com este nome e sobrinho e afilhado do sacerdote anterior. Ordenou-se em Dezembro de 1872, tendo cantado Missa Nova na igreja de Cervães a 29 daquele mês. Pregou o P. João Veloso, de Braga. A 26/5/1873 entrou na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório. Já durante os estudos se manifestou como companheiro inseparável dum homem providencial da Arquidiocese de Braga, que foi o P. Joaquim Fernandes Lopes, de S. Paio de Merelim, futuro abade de Frossos, capelão do Bom Jesus do Monte, fundador e director do Seminário de Santo António e de S. Luís Gonzaga. Juntamente com este sacerdote e com o P. João Gonçalves, de S. Romão da Ucha, futuro membro da Companhia de Jesus, o P. J. J. da Silva Bacelar esteve na origem do que se poderia hoje

designar como *fraternidade sacerdotal*, cujo primeiro objectivo consistira na organização de exercícios espirituais para o Clero bracarense. Em Setembro de 1873 conseguiram reunir já no velho convento de Vilar de Frades 43 padres, que aí fizeram o seu retiro sob a direcção dos Jesuítas, PP. Francisco Pereira e João Baptista Meli. Apesar de instado para que se dedicasse à vida paroquial, o P. J. Bacelar preferiu dedicar-se à vida missionária, em cuja decisão não esteve alheio o P. Meli. Quando este efectivamente fundou a Congregação ou *Associação dos Missionários do Coração de Jesus*, encontrou no P. Bacelar um colaborador valioso e entusiasta. Foi esta Associação aprovada pelo Arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa. Nela permaneceu sempre o P. Bacelar, gozando da confiança de todos os Prelados que àquele sucederam. Missionou mais de meio século, particularmente nas dioceses de Braga, Vila Real, Porto e Lamego, tanto em vilas, como em cidades e aldeias, em muito mais de trezentas localidades. Duravam as suas missões e as dos seus companheiros da *Associação* dez ou quinze dias. Mas foram sempre mais estas do que aquelas. Todas as missões destes padres missionários eram dadas inteiramente de graça. Só aceitavam a quantia correspondente às despesas de viagem e a esmola do sermão da festa, se o trabalho concluísse com festividade que requeresse tal sermão. Este mesmo princípio era igualmente aplicado a todos os tríduos do Coração de Jesus ou de N. Senhora.

Foi duas vezes a Paris e Roma e muitas a Lurdes, em devotas peregrinações. Foi igualmente um dos maiores benfeitores da sua paróquia, onde sempre gostou de manter a sua residência e isso não obstante todos os cargos que teve de desempenhar na Associação dos Missionários do Coração de Jesus ou mais tarde na Associação dos Pregadores da Diocese, em

que teve de desempenhar alguns. Trabalhou também muito na difusão de obras como a da Propagação da Fé e Santa Infância (3).

Como apóstolo da devoção do S. Coração de Jesus fora encarregado de coordenar o *Regulamento da Comissão Directora do Apostolado da Oração e Arquiconfraria Romana do Sagrado Coração de Jesus* e que foi aprovado, em 8 de Março de 1887, pelo Arcebispo de Braga, D. António de Freitas Honorato (4). Desde, pelo menos Agosto de 1899 fora da Direcção do primeiro Círculo do Apostolado, com sede em Braga (5). Em 1921 ficou a Director Delegado do Apostolado da Oração do Arciprestado de Vila Verde (6).

Em 1916 e 1917 escreveu para o Boletim arquidiocesano de Braga, *Acção Católica*, uma série de artigos sobre a devoção ao Coração de Jesus. Associou-se à Homenagem prestada, em 1931, ao seu condiscípulo Mons. Joaquim Fernandes Lopes. Publicou, em 1898, a brochura *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho em Cervães* e deixou inéditos uns *Apontamentos para a história da igreja de Cervães*, dados prontos em 1927 e oferecidos ao Abade de então, e que são cuidadosamente aproveitados na sua quase totalidade nesta obra, em seu devido lugar. Deixou ainda recolhidos interessantes apontamentos para uso e conhecimento da sua família.

Faleceu santamente na *Custariça*, com 92 anos, a 17 de Fevereiro de 1937, tendo sido sufragado em S. Pedro de Montório a 26 do mesmo mês. As 20 missas foram distribuídas pelos 6 padres presentes. Num

(3) *Acção Católica*, XXII (1937), p. 249.

(4) *Idem*, II (1917), p. 201.

(5) *Ib.*, p. 233-234.

(6) *Acção Católica*, VI (1921), p. 116.

dos livros da Irmandade ficaram estas palavras a recordar esse «irmão muito saudoso e que durante largos anos foi o sustentáculo e benfeitor generoso desta Irmandade» (7). Foi irmão do Cónego Manuel José da Silva Bacelar e tio do sacerdote seguinte, o terceiro do mesmo nome. Dele fala ainda a *Acção Católica* (8).

P. José Joaquim da Silva Bacelar — Filho de António José da Silva Bacelar e de Maria do Carmo Pereira Couto, tendo sido o último dos 10 filhos do casal. Tinha pouco mais de um ano de idade quando ficou sem pai. Este faleceu a 26 de Junho de 1899, vítima dum desastre de trabalho, no monte da Cobrosa, perto do antigo «Engenho do Linho», quando estava a apor os bois ao carro, sob o qual ficou esmagado. O filho José Joaquim nascera a 27/8/1898. Ordenou-se sacerdote a 8 de Abril de 1923 e cantou missa na igreja de Cervães a 6 de Maio seguinte. A 2/6/1924 entrou na Irmandade Eclesiástica, pagando dez escudos. Paroquiou Freiriz, desde fins de 1924 até pelo menos 1932. Em 1937 era pároco de S. Romão da Ucha e aí permaneceu até à morte, a 28/6/1946. Em 1941 era o tesoureiro da Irmandade e Associação de S. Pedro de Montório (Unidas). Era mais conhecido por P. José Bacelar Júnior. Foi irmão do conhecido médico João Cândido da Silva Bacelar (nascido a 21 de Outubro de 1884), formado no Porto e falecido a 24 de Outubro de 1971.

P. José Luís do Couto — Membro da Confraria dos Clérigos desde antes de 1774. Faleceu em 1801 ou antes do anual de 1802.

P. José de Oliveira — Entrou na Irmandade Ecle-

(7) *Livro de assentos dos sacerdotes que disserem as Missas pelas almas dos Irmãos da Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório*, (iniciado em 16 Outubro 1876) fl. 127.

(8) Vol. II (1917), p. 103; IV (1919), pp. 160 e 248; V (1920), p. 232; etc.

siástica aos 24/11/1862, e nela ocupou alguns cargos. Normalmente vivera em Cervães, onde faleceu em 1894. Foi sufragado com ofício a 22/9/1894 e teve 500 missas distribuídas por 36 padres.

P. José do Patrocínio da Silva e Oliveira — Nasceu em 1877. Com 29 anos entrou na Irmandade dos Clérigos, a 28 de Maio de 1906. Pagou 9\$000. Foi pároco colado de Igreja Nova e em 1936-1938 passou a pároco de Parada de Gatim, conservando aquela igreja anexa a esta. Já em 1932-1933 havia parokiado Parada de Gatim.

P. José Ribeiro de Macedo — Era natural do *Souto da Bouça*, da Casa dos Lojes, onde edificou uma Capela dedicada a Santo Afonso Maria de Ligório. Viveu durante o séc. XIX.

P. Lourenço da Costa — Confrade da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus. Aparece referido entre 1675 e 1689.

P. Lucas Rodrigues — Um dos fundadores da Capela e Confraria de S. Pedro de Montório, de que foi o primeiro Administrador Geral e Juiz. Referido em 1680 e 1681.

P. Manuel da Costa — Referido como confrade da Irmandade Eclesiástica entre 1743 e 1754.

P. Manuel da Costa Fontoura — Nasceu em 1880. Aos 13/5/1907 entrou para a Irmandade Eclesiástica, pagando 5\$000, pois contava 25 anos. Havia-se ordenado sacerdote em 29/7/1906. Paroquiou Gaifar e outras freguesias. Em 1923 foi residir em Cervães, para o Bom Despacho, onde foi Capelão. Em 1948 foi internado na Casa de Saúde de S. João de Deus — Barcelos, onde falecera a 20 de Dezembro de 1956 ⁽⁹⁾.

P. Manuel da Cruz — Além de sucessor do funda-

⁽⁹⁾ Cf. *Acção Católica*, XLII (1957), p. 95.

dor do Bom Despacho, foi membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus, na qual aparece desempenhando, pelo menos as funções de Promotor e de Deputado. Vê-se referido no «Livro das Faltas» entre 1665 e 1690.

P. Manuel Domingues de Macedo — Entrou na Confraria dos Clérigos, a 4/5/1818. Faleceu a 11 ou 12 de Setembro de 1873 ⁽¹⁰⁾.

P. Manuel Domingues Martins — Referido como irmão da Confraria dos Clérigos entre 1797 e 1822. Faleceu em 1823 e foi sepultado no Bom Despacho, onde foi Capelão desde 1813.

P. Manuel Félix Ribeiro — Nasceu em 1876. Entrou na Irmandade dos Clérigos a 20/5/ 1901, tendo 26 anos incompletos. Pagou 6\$000. Em Setembro de 1901 aparece ligado a Igreja Nova. Em Agosto de 1902 aparece em Cervães. Em Maio de 1904 é chamado Abade. Entre 1922-1924 aparece sem título. Entre 1937-1939 surge novamente com o título de Abade, mas não conseguimos ver donde.

P. Manuel Fernandes Gomes — Nascido no Casal Novo, em 1829. Entrou na Irmandade dos Clérigos a 2/8/1871. Tinha 42 anos e pagou 12\$500 reis. Faleceu a 16/12/1892. Teve ofício a 30 de Janeiro de 1893, estando presentes 38 padres, pelos quais se distribuíram as 500 missas.

P. Manuel Francisco — Referido entre 1679 e 1687 como membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus.

P. Manuel José Gomes — Entrou a 15/5/1821 na

[10] Foi um dos cinco membros da Comissão nomeada em 1850 para proceder à Reforma dos Estatutos da Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório. Era Abade da freguesia de Alheira.

Irmandade dos Clérigos, a qual o sufragou com officio celebrado a 16/12/1834.

P. Manuel José da Silva Bacelar — Também conhecido por Manuel da S. Bacelar. Era irmão do P. José Joaquim da Silva Bacelar (segundo deste nome). Nasceu na *Custariça* a 2/4/1851, sendo o 5.º de 8 irmãos. A 29/5/1876 entrou na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro, pagando 5\$000, pois tinha 25 anos. Ordenou-se em 1877, tendo dito a primeira missa na Capela da *Custariça*, a 5 de Abril desse ano, em íntima festa de família. Nomeado professor de Português no Colégio da Formiga (Ermesinde), dedicou-se igualmente à pregação, tendo sido orador das grandes circunstâncias em cidades como Braga, Porto, Lamego e Coimbra. Homem de grandes relações sociais, foi muito viajado, conhecendo bem diversos países da Europa. Só a Paris e Roma foi duas vezes. Quando estava no Colégio da Formiga, o Bispo do Porto de então, Cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva (1871-1899) convidou-o para pároco de Vila Nova de Gaia, cargo que, por obediência ocupou durante dois anos. Tendo concorrido nessa altura para as vagas da Colegiada de Guimarães, obteve um lugar de cônego na mesma. Para lá se dirigiu, indo reger a cadeira de Português no Seminário-Liceu anexo à Colegiada. Atingido por persistente doença da espinha teve de renunciar ao trabalho e ao coro e regressar à *Custariça*. A 30 de Maio de 1892 aposentou-se na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro, na qual exercera os cargos de Vedor e Promotor. Na sua doença beneficiou de melhoras notáveis, tidas até por milagrosas, o que fora atribuído à intercessão de N. Senhora de Lurdes, de quem fora grande devoto. Só ao seu Santuário, a Lurdes, fez umas vinte e tantas viagens! Em 1894, realizou a freguesia de Cervães uma grandiosa festa em acção de graças à Senhora de Lurdes pelas suas melhoras, entronizando então a sua

imagem na antiga Capela de S. Miguel. Faleceu na Custariça, após resignada vida de sofrimento, a 30 de Maio de 1921 ⁽¹¹⁾.

P. Manuel de Macedo da Silva Bacelar — Entrou para a Irmandade Eclesiástica no último quartel do séc. XVIII. Ausentou-se para os Estados Unidos, sem deixar procurador, pelo que o seu nome foi riscado.

P. Manuel de Oliveira — Aos 8/5/1837 entrou na Irmandade Eclesiástica, tendo pago 5\$760 reis. Faleceu em 1896, depois de ter vivido em Cervães, se não toda a vida, pelo menos desde 1876. Depois de 1891 deixou de participar nos ofícios, certamente por falta de saúde ou por estar aposentado. Foi sufragado a 15/12/1896. As 500 missas foram distribuídas a 35 padres.

P. Manuel Pereira — Do lugar de *Cervainhos*. Entre 1743 e 1790 aparece como membro da Confraria Eclesiástica.

P. Manuel da Silva Couto — Referido entre 1782 e 1788 na Irmandade Eclesiástica.

P. Nuno Cerqueira (da Costa) — Frequentemente referido como membro da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus entre 1665 e 1689. De 1675-1678 foi cura da Paróquia de Parada de Gatim. Foi também um dos fundadores da Capela de S. Pedro de Montório, da respectiva Confraria e Estatutos.

P. Pedro Domingues Martins — Ordenado presbítero em 1812, entrou para a Irmandade Eclesiástica a 11/5/ 1812. Faleceu a 13 de Maio de 1867.

P. Pedro Francisco — Natural do lugar da *Machinca*. Aparece como testemunha do casamento de Francisco da Silva Bacelar com Ana Maria de Oliveira Goios, em 3 de Agosto de 1701.

⁽¹¹⁾ J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho*, p. 29, nota 1. *Acção Católica*, VI (1921), p. 327 (fascículo de Julho).

P. Pero ou Pedro Martins — Natural do lugar da *Pedreira*, aparece referido entre 1623 e 1680, em documentos de Cervães. Foi confrade da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus, a qual o sufragou com o 1.º dos 4 ofícios a 28 de Janeiro de 1680. Parece ter sido, durante muitos anos o Capelão do Solar da Quinta de Azevedo (Lama).

P. Pedro Martins — Encontramos este sacerdote a testemunhar num casamento de 14 de Julho de 1737. Sabemos que era de Cervães e nada mais.

P. Rodrigo Vaz — Irmão na Confraria dos Clérigos, pelo menos entre 1743-1754. Ainda vivia em 1762.

P. Sebastião da Silva — Foi um dos membros fundadores da Capela de S. Pedro de Montório, da Irmandade Leiga e dos respectivos Estatutos e Adições.

P. Serafim dos Anjos Garcia — Natural do lugar da *Bouça*. Deixou testamento, cuja parte espiritual fora transcrita, após seu falecimento, no livro de Testamentos da Paróquia. Essa transcrição teve lugar a 25 de Janeiro de 1853. Nele pedia que o sepultassem dentro da igreja paroquial.

Sacerdotes de Cervães vivendo ainda em 1976:

P. António Augusto Gomes da Costa — Nasceu a 3 de Agosto de 1886. É filho de José Gomes da Costa e de Rosa Gomes de Sousa Abreu, senhora da Casa dos Fortes, do *Barral*. Ordenou-se de padre em 1908 tendo cantado Missa no dia de Natal. Em 1917 foi nomeado coadjutor do Pároco de Cervães. Em 24/5/1909 entrou na Irmandade dos Clérigos de S. Pedro, pagando de entrada 5\$000. Nomeado Capelão do Bom Despacho em 1919, exerceu este cargo durante 16 anos. Em 1941 era o Presidente da Confraria de S. Pedro (Unidas), cujos Estatutos e Regulamento ajudou a redigir, aos 26

de Dezembro de 1933, e assinou na qualidade de Juiz, que então era da mesma. Interveio na aquisição do guarda-vento da igreja de Montariol, para o Santuário do Bom Despacho.

P. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira — Nascido na Casa do Talho a 18/10/1916. É filho de Hilário da Silva Oliveira e de Maria Bernardete da Silva Bacelar. Frequentou os Seminários Diocesanos de Braga, antes de ingressar na Companhia de Jesus, na qual se ordenou sacerdote, em Julho de 1946. Licenciou-se em Filosofia, em 1944, em Madrid; e em Teologia, em 1947, em Granada. Em 1949, doutorou-se em Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma. Desde então, tem sido professor de diversos ramos das Ciências filossóficas na Faculdade de Filosofia de Braga, de que foi Director de 1962-1968. Foi Vice-Reitor (desde 1968) e Reitor (desde 1972) da Universidade Católica Portuguesa. Foi Secretário Geral do I Congresso Nacional de Filosofia (Braga, 1955) e é membro de diversas associações científicas estrangeiras. Tem participado em numerosos congressos e outras reuniões de Filosofia. É colaborador da *Revista Portuguesa de Filosofia*, e tem publicados trabalhos diversos da sua especialidade ⁽¹²⁾.

P. João Evangelista Bacelar e Oliveira — Nasceu também no Talho a 6 de Abril de 1918. É irmão do anterior. Estudou nos Seminários dos Franciscanos Portugueses, em cuja Ordem ingressou a 7 de Setembro de 1937. Professou solenemente a 19 de Dezembro de 1941 e foi ordenado sacerdote a 25 de Julho de 1943. Tem exercido o seu apostolado na Metrópole e ocupado alguns cargos na Ordem a que pertence em diversas Casas do país.

(12) *Enciclopédia Verbo*, XIV, Lisboa (1973), col. 581-582.

P. Júlio do Patrocínio Oliveira Martins — Nascido na *Machinca* a 7 de Novembro de 1919. É filho de João António da Silva Oliveira e de Júlia da Silva Martins. Ingressou, juntamente com o anterior, que é seu primo, a 7 de Setembro de 1937 na Ordem Franciscana, em que professou solenemente aos 19 de Dezembro de 1941. Ordenou-se sacerdote também em 25 de Julho de 1943, depois de ter frequentado o curso nos Seminários da Ordem Franciscana de Portugal. Em Fevereiro de 1945 partiu como missionário para a Guiné-Bissau, onde exerceu profícuo apostolado até vésperas da independência daquele jovem Estado. Em 1975 foi nomeado Superior do Convento Franciscano de Vilariño, que os Franciscanos Portugueses possuem na Galiza (Espanha).

Poema

A Orides Aires Braga

*Bom-Despacho! Ó monte cheio de encanto!
meus olhos choram de pranto,
de saudades por ti!
Quem me dera viver e morrer, aí,
à sombra do teu majestoso mosteiro,
como humilde obreiro
entre os mais humildes do Senhor!
Testemunhar-te todo o meu fervor
e a minha admiração
pelo teu maravilhoso horizonte!
Ó Avé-Maria do Céu, ó monte
que irradias luz!
Iluminas os espaços siderais
e as choupanas humildes dos mortais!
Ó Deus! Ó Natureza!
Ó templo majestoso de granito,
ó velho guardião de Jesus aflito,
em imagens reais,
a recordar o drama do Calvário!
Ó sacratíssimo relicário,
túmulo de eremitas,
rochoso santuário de Deus vivo!
Como eu te quero
Como eu te adoro!
Como eu te venero
Como eu te choro e bendigo!*

Leça, 2-8-66

Júlio Pontes

II PARTE

**CERVÃES E O SANTUÁRIO
DO BOM DESPACHO**

I

João da Cruz fundador do Bom Despacho

1. *Uma palavra sobre a freguesia da Bela.* A uma légua de Monção e junto à estrada que desta vila se dirige a Melgaço, localiza-se a freguesia de *Bela*. Como paróquia, nasceu depois do Concílio de Trento, ou seja, de 1563. E resultou da fusão de duas pequeninas e antigas paróquias: *Santa Eugénia de Barbeita* e *Santo André da Torre*. Além da nova designação, recebeu também uma nova padroeira: Nossa Senhora das Neves ⁽¹⁾.

Em 1225, Santa Eugénia de Barbeita fora, ao que se diz, instituída em Couto dos Abreus, na pessoa de Pero Anes de Abreu. E contava em 1527, 115 fogos. Não seria rica demais a sua igreja, dado que, em 1320, foi onerada, em função dos seus rendimentos, com uma taxa de 30 libras, quantia com que contribuiria para a continuação da guerra contra os mouros.

A igreja de Santo André da Torre foi taxada em 20 libras. Como o demonstra o cadastro da população do Reino, de 1527, era pouco populosa, pois contava, então, apenas 25 fogos ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Enciclopédia de Cultura Verbo*, art. «Bela», III, col. 953; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, II, Coimbra, 1910, p. 652.

⁽²⁾ *Arquivo Histórico Português*, III (1905), p. 247.

O P. A. Carvalho da Costa, que escreve antes de 1706, informa-nos que Bela era uma vigararia dos Padres da Companhia, ligada ao seu Colégio de Coimbra ⁽³⁾ e que aí havia, além de três ermidas, uma população dispersa por 140 fogos ⁽⁴⁾. Este número viria a subir a pontos de em 1890 contar a freguesia 778 pessoas, em 172 fogos. Em 1911, o número de fogos era já de 199 e 880 as pessoas recenseadas. Em 1960, contava 1073 pessoas em 250 fogos, o que denota um ritmo demográfico ascendente.

A lembrar ainda a existência da antiga paróquia de *Santa Eugénia*, aí se encontra um lugar com este nome.

⁽³⁾ Tinha efectivamente razão o P. Carvalho da Costa. Sabemos que em 20 de Junho de 1558 constituiu el-Rei D. Sebastião seu procurador a seu sobrinho D. Afonso, Comendador-mor da Ordem de Cristo e seu Embaixador junto do Papa, para, em seu nome, aceitar dos Padres da Companhia do Colégio de Coimbra o direito de padroado das vigararias das igrejas do dito Colégio, uma vez que, para sossego das suas almas, queriam os ditos padres renunciar a esse direito e transferi-lo para el-Rei, para sempre. E pede para que o Papa dê despacho. Entre as igrejas citadas, lá figuram de facto as de *Santa Eugénia* e a de *Santo André da Torre*, nessa data ainda por unir (cf. António José Teixeira, *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*, Coimbra, 1899, p. 479; note-se que quase todas as igrejas citadas pertenciam ao antigo Arcediagado de Cerveira cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igr. em Portugal*, II, pp. 652-653). Numa ordem datada de 20 de Fevereiro de 1578, o Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires anuncia que os Padres jesuítas haviam arranjado relíquias de santos para várias igrejas suas e manda aos reitores, curas e vigários das ditas igrejas que à estação das missas o tornem público, bem assim como os quarenta dias de indulgência concedidos aos que visitassem tais igrejas. Entre essas igrejas consta já o nome da da paróquia de *Bela* (Cf. António José Teixeira, *Op. cit.*, pp. 224-225).

⁽⁴⁾ *Corografia Portuguesa*, I (2.ª edição), Braga, 1868, p. 190. A 1.ª edição deste primeiro vol. é de 1706.

2. *Quando e como nasceu João da Cruz.* Foi nesta freguesia de Bela que, a 24 de Junho de entre 1610-1625, nascera o futuro fundador do santuário e do culto de Nossa Senhora do Bom Despacho, em Cervães.

Eram seus pais pessoas humildes do povo. Tão humildes que parece nem terem ficado registados para a história dos homens os seus nomes modestos.

Conta-se, todavia, que andando sua mãe à erva na horta, aí mesmo dera à luz aquele a quem, por ter nascido em dia de S. João, lhe puseram o nome de *João*. Se o apelido *da Cruz* é ou não nome de família, não no-lo referem as fontes que nos guiam.

3. *De como seus pais o puseram a estudar.* Apesar de não terem mais nenhum filho e não obstante serem escassos os seus recursos financeiros, como bons cristãos que eram, não se recusavam, se ele também o desejasse, a pôr o João ao serviço de Deus na vida clerical.

A vida clerical, graças ao sistema de ensino que a Igreja, desde havia muito, tinha organizado, era já, e fora-o até ainda há pouco tempo, o único meio de que dispunham geralmente os pobres para se habilitarem nas letras. Era certamente esta também uma ideia que cabia no espírito daqueles pais, encantados com a espreteza do seu Joãozinho.

Ao terem conhecimento de que António Velho de Azevedo, nobre cavaleiro da vila de Monção ⁽⁵⁾, ia mandar para Braga, para os estudos, os seus irmãos mais novos, e como o menino João contava já os seus

⁽⁵⁾ Segundo o texto duma outra cópia do manuscrito do Santuário do Bom Despacho, André Velho de Azevedo viveria mesmo na freguesia de Bela.

oito anos de idade foram-lhe pedir para que, juntamente com eles, levasse também o seu pequeno.

Ou fosse por serem os pais do João caseiros do fidalgo de Monção, ou fosse porque aquele vinha muitas vezes à aldeia de Bela com os seus irmãos mais pequenos, o certo é que as crianças se conheciam já e entre si se consideravam verdadeiros amigos. Este, e o facto de ver que o menino João era de índole vivo e bem criado, teriam sido argumentos de peso a encorajar António Velho de Azevedo a levar também de boa vontade para as escolas de Braga o filho daquele humilde casal.

Em data que não podemos imaginar, lá entrou o João com os seus companheiros de Monção em casa da ama que deles cuidava e os mandava diariamente a aprender às escolas. Nelas, se habilitariam para, a seu tempo, poderem ter acesso ao «Colégio do Seminário», então assim chamado, e onde receberiam o hábito e a imposição do barrete. Eram estas as cerimónias da praxe, a partir das quais ficavam os alunos sob a alçada do Reitor.

4. *De como estudante apenas o foi alguns meses.*
É de crer que fosse estudante aplicado o menino João e que em nada se gostaria de ver ultrapassado pelos seus companheiros.

Nas oitavas do Espírito Santo costumavam os estudantes ir passar uns dias de férias com as famílias. Aconteceu que os seus colegas Velhos de Azevedo foram, nesse ano, passar esses poucos dias a casa dum parente seu, Abade do Pico de Regalados, freguesia situada obra de três léguas ao norte de Braga. O João, entretanto, permanecera em Braga, em casa e na companhia da ama que de todos cuidava.

O isolamento (e isto é de todos sabido!) faz medrar em pessoas ensimesmadas ideias que, não raro, nada

mais são do que tontas. E fora mesmo o que veio a acontecer com o nosso João. Vendo-se privado da companhia e o coração a derreter-se-lhe em saudades pela voz firme do pai e pelas carícias brandas da mãe, estendeu o olhar pela porta fora e, sem deixar recado a ninguém, meteu-se à toa pela cidade de Braga. E foi-se sem reparar por onde ia e sem saber que rumo buscar, pois tampouco sabia de que banda ficava a sua terra.

Ao acaso, meteu pela rua da Cónega ⁽⁶⁾ abaixo e caminhou até à freguesia de Panoias, vizinha do rio Cávado e então pertencente à jurisdição do Couto do Mosteiro de Tibães. Nessa freguesia de Panoias, e porque não sabia declarar qual o nome da sua terra, mas apenas nomes de colegas seus de estudo e que ninguém conhecia, permaneceu João alguns dias. Vivia em casa dum lavrador, que, à velha moda minhota, o recolheu entre os mais membros da sua família.

5. *Como João da Cruz passou por ladrão.* Jamais em casa daquele lavrador havia, até então, alguém tirado fosse o que fosse. Aconteceu, porém, que entretanto se dera em casa pela falta de algum dinheiro. Todas as suspeitas recaíram logo sobre a pessoa do João. Por isso foi ele fechado em casa, a ver se dessa forma confessava onde havia escondido o dinheiro. Como vissem que nada dizia, recorreram ao processo das ameaças. Todavia, a dada altura, a dona da casa foi alumiar à criada, que estava a deitar a lavadura aos porcos, e viu que do seio da moça caíra qualquer coisa. Quis saber o que era e verificou tratar-se dum paninho, dentro do qual estava embrulhada toda a quantia que faltava. Por isso, foi o João reconhecido como totalmente inocente e imediatamente posto em liberdade.

(6) Ainda hoje se conhece com este nome a rua dita da Boavista.

6. *De como se ia afogando e se salvou.* No dia seguinte, mandaram-no os familiares do lavrador de Panoias seguir seu caminho. Como que pressentindo que a sua terra ficava para os lados do norte, lá se pôs a andar atrás dos passantes que se encaminhavam em busca da margem direita do *Rio Grande* ou *Rio de Prado*, nomes com os quais costuma o povo daqui designar o rio *Cávado*. Como os demais, lá chegou a Padim da Graça e, aí, viu que toda a gente atravessava o rio a vau. E, sem qualquer hesitação, começou, por sua vez, também a atravessá-lo. Sucedeu, no entanto, que, por ser pequeno, por se ter desequilibrado ou por qualquer outro entropço, perdeu o vau e caiu ao rio. Por mais esforço que fizesse para se desencilhar da água, verificava que o não conseguia. Começou por isso a gritar para que alguém o salvasse. Imediatamente acorreu a acudir-lhe um homem de Cabanelas, chamado o «homem forte», e que na altura andava a sachar o milho duma leira, ali ao pé.

Estava-se já em Junho ou talvez ainda nos fins do mês de Maio. Era tempo quente e as pastagens do monte estavam viçosas e capazes de enfartar os gados. O «homem forte» precisava dum guardador do seu gado e por isso não duvidou em propor ao Joãozinho que ficasse em sua casa para lhe ter conta no gado.

Sabemos que o João não desmereceu, nem da dedicação, nem da confiança que nele depositava o lavrador que lhe salvara a vida. Em sua casa permaneceu alguns anos. Só não sabemos dizer se cinco, se seis ou se até mais.

7. *Desgosto dos seus familiares.* Não será fácil imaginarmos como terá sido, em Braga, a aflição da ama, primeiro, e dos seus colegas Velhos de Azevedo, em seguida, ao darem pelo desaparecimento do João.

Indiscutivelmente maior seria ainda a aflição dos

pais, ao saberem, tempos depois, do desaparecimento do filho único dos seus enlevos. Contrariamente, ao que em nossos dias acontece, em que escassos momentos depois se podem fazer apelos ou dar avisos que muita gente pode escutar comodamente em suas casas, naqueles tempos ninguém sonhava com rádios e os únicos avisos que se poderiam publicar, seriam os dados nas igrejas paroquiais, à estação das missas ditas conventuais.

Aqueles pais não saberiam que fazer e tanto podiam supor que o João estava vivo como podiam imaginar que ele já era morto. Numa situação destas restava pouco mais do que optar por uma das alternativas do infortúnio: sofrer, chorar ou esperar.

Entretanto, o João lá continuava a servir em casa do «homem forte» de Cabanelas, ali na margem extensa do rio Cávado. Era rapaz estimado, não só em casa do lavrador, mas também por toda aquela alegre e turbulenta miudagem que, com ele, convivia horas e horas nas andanças contínuas da guarda dos gados.

Amigo de evitar travessuras, desculpáveis naquelas idades, o João, perfeitamente identificado com aquele ambiente sadio da vida campesina, não tinha qualquer acanhamento de ser o que era: um cristão em toda a sua altura e que tinha gosto de dar exemplo da sua fé, não só por actos, como ainda pelas palavras. E assim era frequente vê-lo armado em «mestre» a ensinar a *doutrina* aos seus colegas e à miudagem que pelos montes se ajuntava.

Tal como nos dias de hoje, também no século XVII, tinham os padres das aldeias por uso prestar serviço nas igrejas uns dos outros, sempre que exigências de ordem pastoral lho requeriam.

De harmonia com estas praxes, a cada passo se encontrava em Cabanelas para os officios, o Padre Manuel Cerqueira, Vigário da igreja de Cervães, cujo

Reitor poderia até viver dela ausente. O certo é que o feitio e o ar esperto de João da Cruz agradou sobremaneira ao bom do Padre, que não se cansava de importunar o lavrador para que este lhe cedesse o João e lho deixasse levar como criado para a sua residência de Cervães. Face a tamanhas instâncias e pelo respeito que a sua pessoa lhe merecia, não teve «o homem forte» de Cabanelas coragem para dizer não ao padre Cerqueira. E assim se foi o nosso João a servir novo amo. Desta vez, na aldeia que, com gratidão, lhe registaria o nome.

Ignoramos que idade teria o João por esta ocasião. Provavelmente estava já naquela dura fase da vida em que o rapaz tanto sonha com feitos de homem grande, como se arrepiava ainda com o peso de responsabilidades e se espantava com brincadeiras de menino que já não é nem admite que lho lembrem.

8. *Aos dezasseis anos ia falecendo.* Fora até então sempre robusto e atilado o nosso jovem. Aos dezasseis anos, porém, foi apanhado por uma terrível maleita, que o levou mesmo a delirar. Viram-se assustados os familiares do Vigário de Cervães por não saberem o que fazer ao moço que de forma alguma reagia aos efeitos de todas as espécies conhecidas como medicinas caseiras. Naquele tempo ainda ao nosso país não haviam chegado essas maravilhosas esperanças dos doentes que foram as Boticas e os boticários (7). Se algum cirurgião ou médico chegou a examinar o futuro ermitão João da Cruz não o refere o seu

(7) A primeira Botica ou Farmácia fundada em Portugal com carácter público data de 1720 e foi Prado, de ao pé do Cávado, quem teve a honra e o proveito dos seus serviços. Foi da iniciativa de Paulo da Silva (Cf. *História, Arte e Paisagens do Distrito de Braga I — Concelho de Vila Verde*, Junta Distrital de Braga, 1963, p. 157).

biógrafo. O certo é que a doença não tinha jeitos de desaparecer.

Se era inoperante o remédio dos homens, não seria ineficaz a força de Deus. Assim o teria pensado, firme na sua fé, o bom do João!

A dada altura, apanhando-se só em casa e não obstante a sua fraqueza, vestiu-se, e, como pôde, lá se foi arrastando a caminho da Capela de *Nossa Senhora da Estrela*, também conhecida, de tempos antigos, por *Santa Maria de Penoucos*, por ficar situada neste lugar da freguesia de Cervães. Aí a foi consultar e, diz-nos o seu biógrafo, «aí se ofereceu à Senhora e lhe prometeu, se daquela doença a Senhora o livrasse, ser seu ermitão» (8).

9. *Melhoras e o que fez em seguida.* Ao darem pela falta de João, todos ficaram assustados, em casa do Vigário Manuel Cerqueira. Cada um por seu lado suspeitava o pior, enquanto o procurava pelos diversos recantos da casa. Uma pista apareceu, finalmente. Apesar de inesperada, possibilitou contudo descobrir-lhe o paradeiro. Eram algumas manchas de sangue caídas aqui e além por sobre as pedras do chão. Denunciavam uma caminhada penosa. Seguiram esses vestígios e foram encontrar o jovem doente recolhido dentro da Capela de *Nossa Senhora da Estrela*. Sossegados, trataram de o trazer novamente para casa. Após o regresso, começou logo a sentir consideráveis melhoras.

Passados alguns tempos de convalescença, disse João ao Vigário, seu amo, que tinha de cumprir o seu voto de se fazer ermitão de *Nossa Senhora da Estrela*.

(8) J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho*, Braga, 1898, p. 12; cf. também *O Comércio do Minho*, n.º 1568, de 30 de Agosto de 1883 (XI ano).

O Vigário só até certo ponto tomou a sério a manifestação daquele projecto do jovem. E apressou-se a apresentar-lhe razões para o demover de pôr em prática semelhante ideia. Sem querer dar a entender que o principal motivo da sua argumentação se baseava em conveniências de puro interesse pessoal, o Reverendo Vigário tentava convencer o jovem de que, por ser demasiado moço ainda, não seria capaz de dar boa conta de si, assumindo encargo tamanho. Além disso, em sua opinião, não possuía o moço aquele tipo de dotes que lhe possibilitassem aguentar com um semelhante género de vida.

De nada valeram os argumentos do padre! Se João adivinhou neles ou não ressaibos de oportunismo, não o sabemos. O que sabemos é que ele em nada se assustou e contentou-se com lhe ripostar, dizendo que «a Mãe de Deus a quem desejava servir o encaminharia e seria sua Mestra para que agradasse a seu bendito Filho»⁽⁹⁾. Escusado será dizer que esta pequena resposta, que calaria o mais sabido dos teólogos, não permitiu ao Vigário de Cervães rebuscar mais arrazoados. Convencido, mas satisfeito, começou, doravante, a ser todo atenções para o jovem, futuro ermitão.

10. *Ermitães na região.* Ermitão ou ermita é todo aquele que se propõe viver em sítio ermo ou isolado das populações. Sob este aspecto nada teve de original a decisão de João da Cruz de se fazer ermitão. A vida eremítica era coisa antiga, mas continuava a praticar-se um pouco ainda por toda a parte. Só em Portugal, eram célebres os Eremitas da Serra da Ossa, que, em 1628, estavam na posse de dezanove conventos.

Contemporâneos de João da Cruz e tendo abra-

⁽⁹⁾ J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 12; cf. *O Comércio do Minho*, n.º 1569, de 1 de Setembro de 1883.



1. *Neste pormenor do Cruzeiro paroquial, Nossa Senhora apresenta-nos Jesus, seu Bendito Filho.*



2. O Cruzeiro paroquial, junto a uma das Escolas Primárias.
Remontará ao séc. XV ou XVI.



3. *A Igreja e Residência paroquial, vistas da estrada municipal.*



4. *Altar de Nossa Senhora do Rosário. É o mais antigo e de melhor talha da igreja de Cervães.*

5. *Capela de S. Pedro de Montório, numa sólida construção de 1680-1681.*





6. *Capela de Nossa Senhora de Lurdes, como hoje se vê no antiquíssimo lugar de S. Miguel.*

7. Capela de S. Benito, na Ermida, centro de grande devoção deromeiros.

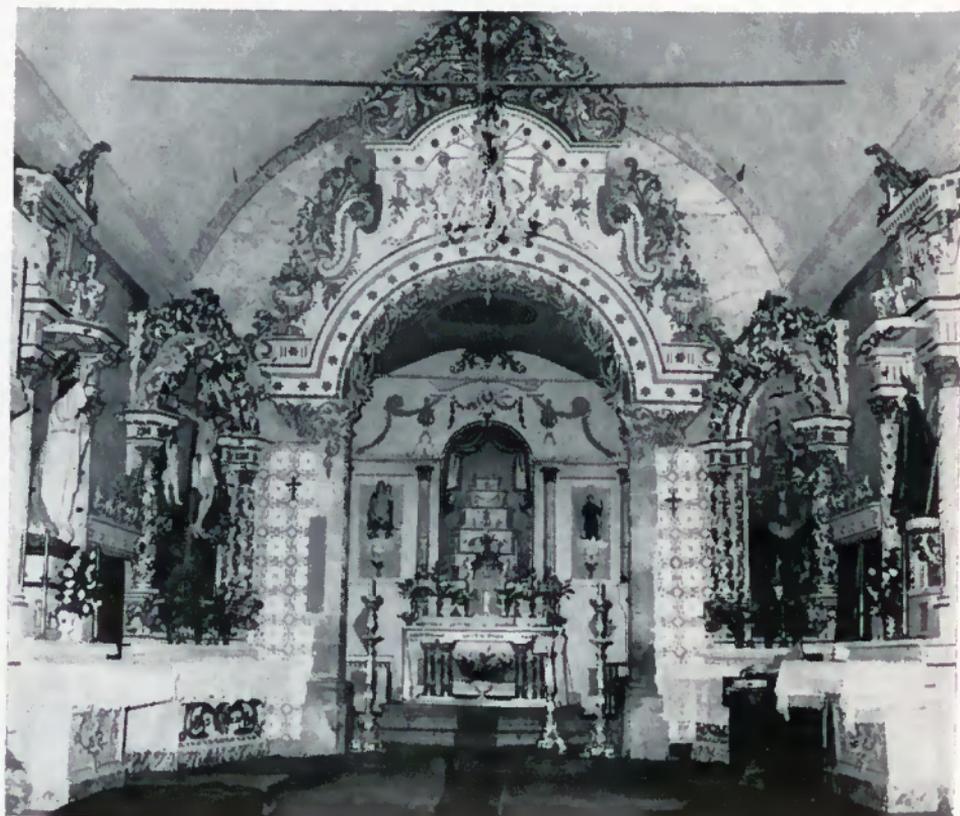




8. *Oferece este aspecto rústico a Igreja paroquial de Bela (Monção).*

9. *Pia baptismal onde terá sido baptizado
João da Cruz.*





10. *Interior da actual igreja de Bela.*

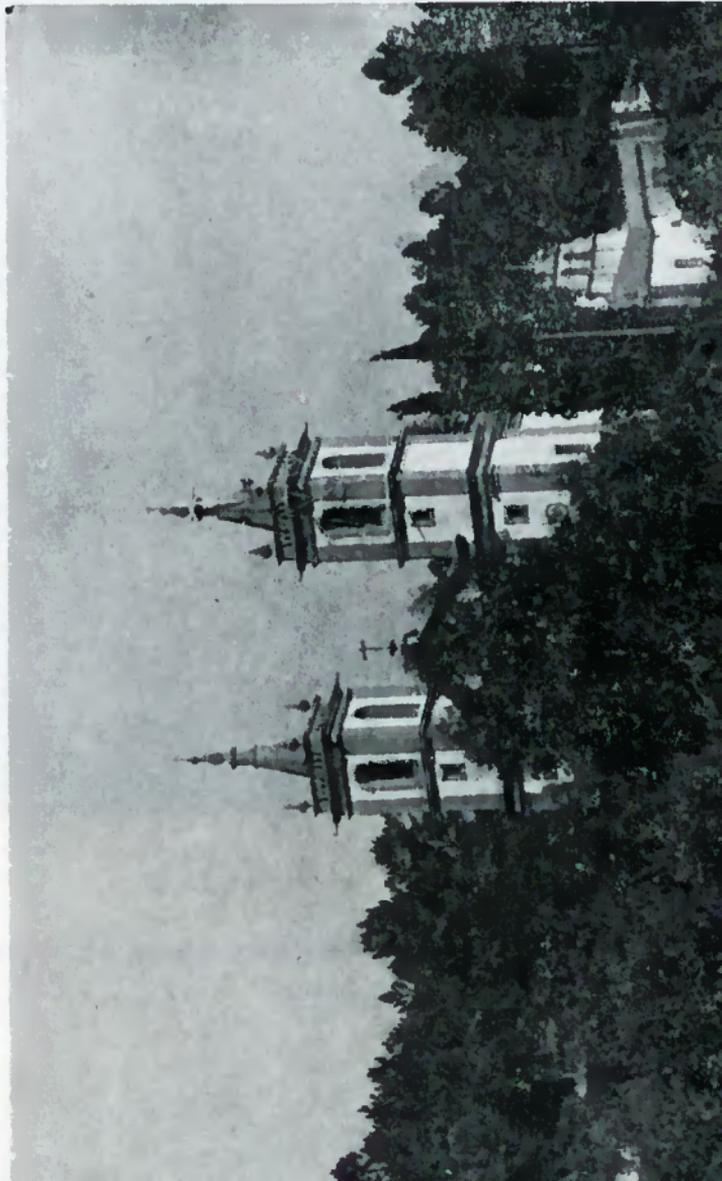
11. *Julgava-se ser Nossa Senhora da Estrela a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres (dum oratório particular de Cervães).*





12. *O Santuário do Bom Despacho visto do sul, de entre olivais das vizinhanças.*

13. O Santuário
visto do nascente,
numa imagem que mostra
a velha torre si-
neira.





14. *O Santuário e respectivo Cruzeiro, numa bela imagem de conjunto.*



15. *Amostra da talha, num dos altares colaterais do Santuário.*



16. *O novo altar-mor deixa entrever por detrás o antigo altar com sacrário e retábulo da titular.*

17. *Muitos são os noivos que sob as bênçãos da Senhora aqui vêm unir os seus destinos.*





18. *Cristo em Marfim (séc. XVII). É uma escultura de estilo luso-indiano.*

19. *Senhora do Leite, numa bela imagem de madeira policromada.*





20. *Panorama que do Bom Despacho se avista por sobre o vale do Cávado e a cidade de Braga, vendo-se esta em último plano.*

21. O Santuário visto do nor-
te, aperce-
bendo-se bem
as frestas das
Capelas de
ao redor.





22. *Senhora do Bom Despacho em madeira (séc. XIX).*



23. *Vêem-se pormenores do frontespício do Santuário*



24. *Pormenor da velha torre sineira.*



25. *Outro panorama
que do Bom Des-
facho se disfruta*



26. Outra imagem
do Santuário
visto do norte.

27. Nas Bodas de Prata do P. Barcelar e Oliveira, S. J. (1971). O Governador Civil de Braga, Santos da Cunha cumprimenta o komenageado, no Bom Despacho.





28. *O P. João Evangelista Bacelar e Oliveira é um Franciscano natural de Cervães.*

29. *Irmã Maria Júlia do Menino Jesus Bacelar Gonçalves. Nascida no Castelo, a 5/12/1949, entrou em 1968 na Congregação das Adoradoras.*



30. *Irmã Beatriz Ribeiro. Nascida no dia 4 de Setembro de 1926, entrou com 18 anos na Congregação das Religiosas Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (Calais), onde professou, a 21/11/1946.*



- 31.** *O P. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, da Companhia de Jesus e Reitor da Universidade Católica Portuguesa, é um cervanense e grande amigo do Santuário.*



32. *O P. António Augusto Gomes da Costa, aos 65 anos. É o último Capelão do Santuário ainda vivo.*

33. *Ir. José da Silva Araújo. Desde Agosto de 1953, membro da Pia Sociedade de S. Paulo (Paulistas), onde professou a 8/9/1959.*



34. *Dr. João Maria Macedo da Cunha, médico, grande benemérito dos doentes.*

35. *P. Domingos Correia Neiva Pinheiro, pároco de Cervães, dinâmico propulsor do progresso da freguesia e do culto no Bom Despacho.*



36. *P. Júlio do Patrocínio de Oliveira Martins, franciscano, mais de 25 anos missionário na Guiné-Bissau.*

37. *Rúben Gomes da Costa e Esposa, grandes benfeitores, residentes no Brasil.*



40. Para matar saú-
dades do que era,
em 24/7/1944, a
Banda Musical
de Cerrúes.



çado uma forma de vida semelhante à sua, foram Pedro do Rosário e Belchior da Encarnação.

Pedro do Rosário, a quem mais adiante se voltará a fazer referência, vivia pelos anos de 1629 como ermitão no actualmente chamado Bom Jesus do Monte (Braga) e junto duma ermida da invocação do Bom Jesus, por nela existir uma bela imagem de Cristo. Nessa data, havia um grupo de devotos acabado de restaurar a dita ermida, e nela instituído uma confraria, que, daí para o futuro, dela cuidasse. Para assegurar o asseio da capela, bem assim como a sua abertura a quem a quisesse visitar, nomearam um ermitão, tendo essa nomeação recaído na pessoa de Pedro do Rosário ⁽¹⁰⁾.

Belchior da Encarnação foi outro ermitão cujo nome rapidamente ultrapassou os limites da freguesia de *S. Fins de Tamel* (Barcelos), onde desde 1633 se havia fixado, restaurando assim a velha tradição eremítica da região. Trocara Belchior da Encarnação, igualmente conhecido por *Belchior da Graça*, as suas terras de Basto por estes sítios mais avizinhadados do mar, e mais precisamente ainda, pelo lugar da *Portela*, junto a uma antiga Capela de Nossa Senhora, que aí existia. Nessa capela havia sido erecta, em 1500, uma confraria do Rosário, que nos meados do séc. XVIII estava na dependência dos Dominicanos de Viana do Castelo, os quais provavelmente a ela estariam ligados desde a origem. Dêmos contudo a palavra ao cronista barcelense, Frei Francisco de Santiago, que, baseado na documentação do Arquivo do convento franciscano de Barcelos, pôde escrever:

⁽¹⁰⁾ Martinho A. P. da Silva, *Manual do Romeiro do Bom Jesus do Monte*, Braga, 4.^a edição, 1870, p. 42; Diogo de Sampaio Pimentel, *Memórias do Bom Jesus do Monte*, Coimbra, 1876, pp. 89-90.

«No ano de 1633, um homem leigo natural de Basto, chamado Belchior da Encarnação, com desejos de servir Deus em lugar solitário, se saiu de sua pátria e veio ao dito sítio da Portela; e como era de louváveis costumes determinou com o título de ermitão servir ali ao Senhor e a sua Santíssima Mãe naquela capelinha. Contígua a esta havia uma bouça de mato que nunca fora reduzida a cultura, reguenga e foreira à Sereníssima Casa de Bragança, a quem seus possuidores reconheciam com o foro de 150 reis. Estes possuidores, por caridade e esmola, permitiram que Belchior da Encarnação fizesse em um ângulo da dita bouça umas limitadas casas e um limitadíssimo cerco para uma cortinha, o que fez à sua custa e expensas, para ali se conservar em seus santos exercícios, no serviço de Deus e de Nossa Senhora, em que continuou quarenta anos, com vida solitária, penitente e exemplaríssima. E como era bom latino, ensinou a muitos sem interesse algum» (11).

Não sabemos se Belchior da Encarnação teve qualquer influência na decisão de João da Cruz ou até nas atitudes protecionistas do P. Manuel Cerqueira, quanto ao estilo de vida do ermitão de Cervães.

De qualquer forma, diz-nos o seu biógrafo, João da Cruz preparou-se para se ensaiar no serviço de Deus e da sua Mãe com a ajuda do Vigário da paróquia de Cervães. E assim deu os seus primeiros passos, vestindo hábito de burel, sem manto e andando descalço.

Tal como o ermitão do Tamel, Belchior da Encarnação, também o futuro ermitão do Bom Despacho,

(11) *Crónica da Província da Soledade*, II, p. 387. Trata-se dum vol. manuscrito ainda inédito e propriedade da Província Portuguesa da Ordem Franciscana. Cf. também Bartolomeu Ribeiro, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses*, Braga, 1952, p. 222; Id., *Guia de Portugal Franciscano*, Leixões, 1946, pp. 60 e 83.

João da Cruz, se deixara seduzir pela estamenha franciscana e, mais do que isso, pelo espírito da Ordem Terceira de S. Francisco.

Frei Agostinho de Santa Maria, informado através de relatos de «pessoas verdadeiras e fidedignas» (12) e recebidos talvez ainda em vida do sucessor do Ermitão, que foi o P. Manuel da Cruz, diz que João da Cruz era *franciscano da Ordem Terceira*, o que equivale a dizer membro do ramo secular da Ordem Franciscana (13).

Como nos não informa desde que data era terceiro franciscano, continuaremos a ignorar se ele o fizera antes de vestir o hábito de burel, se por essa ocasião ou se muito posteriormente. Todas as buscas que nesse sentido fizemos foram absolutamente inúteis, pela inexistência ou desconhecimento de documentos desse período e dessa zona.

11. *João da Cruz e os Franciscanos.* Em João da Cruz, é visível a influência da tradição da vida penitente e eremítica de muitos que, inspirados na Regra da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis, se recolheram em ermitérios ou fundaram pequenas comunidades a que chamaram *Recoletas*. E não podemos deixar de acentuar a profunda influência das características fundamentais da espiritualidade franciscana na pessoa e nas devoções do Irmão João da Cruz. Pensemos nomeadamente nas relacionadas com o nascimento de Jesus no presépio, com a paixão e morte de Jesus, ambas elas bem patentes no temário das capelas, cujos sucessivos restauros terão certamente mantido intacto, até aos nossos dias. E isto para não falarmos já na sua filial devoção e

(12) *Santuário Mariano*, IV, Lisboa, 1712, p. 45. De notar que este vol. já estava pronto para a publicação antes de 1709.

(13) *Ib.*, p. 42.

dedicação a Nossa Senhora e na sua fé e sincera adoração de Cristo no culto da Eucaristia.

Que João da Cruz esteve relacionado com os franciscanos do Convento de S. Frutuoso de Real, junto a Braga, não precisamos de o duvidar. O que não sabemos é até que ponto essa influência lhe teria vindo só através dessa via ou se também os franciscanos do Convento da Franqueira (Barcelos) nele tiveram igualmente influência.

Também não sabemos se João da Cruz, logo que se fez ermitão, arranhou moradia sua junto da Capelinha da Senhora da Estrela ou se continuou, ainda por algum tempo, a recolher-se em casa do Vigário de Cervães.

Fosse como fosse, o certo é que João da Cruz acabara por arranjar poiso junto da Capela da Senhora da Estrela, ali no lugar de Penoucos.

Esta capela, carregada de história e de anos, estava unida a uma quinta, nessa altura, propriedade de um médico de Braga a quem chamavam o *Saraiva* ⁽¹⁴⁾ e que tudo nos indica tratar-se do Doutor Mateus Pereira Bravo, das famílias Bravos da cidade primás ⁽¹⁵⁾.

Conta-nos o biógrafo anónimo de João da Cruz que Mateus Pereira Bravo lhe dera efectivamente uma casinha para se recolher e aí dar início à sua vida eremítica.

12. *Da sua caridade para com os Fiéis de Deus.* São ainda desse seu mesmo biógrafo as seguintes informações, que à letra transcrevemos: «*Era o seu exercício ir pelas freguesias circunvizinhas encomendar as almas do Purgatório, ficando-lhe esta devoção de, uma noite,*

⁽¹⁴⁾ *Ib.*

⁽¹⁵⁾ Domingos de Araújo Afonso, *Da verdadeira origem de algumas famílias de Braga e seu termo*, in *Bracara Augusta*, XX (1966), pp. 114 e 98; *O Distrito de Braga*, IV (1970), pp. 692-708.

estando em casa do Vigário, que tinha pegada à igreja, ouviram todos os da casa um grande sussurro de vozes que parecia (que) era um numeroso exército de gente dentro da igreja, com que o Vigário com a família da casa com muitas lágrimas se pôs com os seus a encomendar as almas dos defuntos que estavam em penas do Purgatório ⁽¹⁶⁾. E àquela hora, que era prima noite, mandava tanger os sinos, para que os ouvintes ⁽¹⁷⁾ rezassem pelas almas ⁽¹⁸⁾, de que ficou este uso pelas demais freguesias, e a João da Cruz esta devoção impressa na alma, que enquanto viveu ⁽¹⁹⁾ a exercitou.

Sucedeu-lhe, que uma noite vindo ⁽²⁰⁾ da freguesia de Cabanelas para a de São Romão, encomendando as almas na gandra do barco, o rodearam umas pessoas, todas vestidas de branco e com valor ⁽²¹⁾ tocou a campainha, se pôs de joelhos, rezando por elas, e levantando-se desapareceu aquela visão, donde ficou mais fervoroso a exercitar aquela devoção ⁽²²⁾».

⁽¹⁶⁾ Uma outra cópia do manuscrito diz: «estavam gritando do Purgatório».

⁽¹⁷⁾ Outra versão diz: «os que ouvissem».

⁽¹⁸⁾ O costume de tocar os sinos às almas ou para se rezar pelas almas havia-se espalhado por todo o concelho de Vila Verde e como dizia J. J. da Silva Bacelar conservava-se ainda em Braga, cidade, no ano de 1897. Tal uso ainda há pouco se observava em Parada de Gatim. Nos conventos franciscanos de Portugal ainda recentemente se fazia o mesmo, ao tocar a silêncio (às trindades). Um religioso cantava a determinada altura pedindo *um Pai nosso e uma Avé Maria pelas almas do Purgatório* e prosseguia: *Aqua benedicta sit nobis salus et vita*, ao mesmo tempo que aspergia a casa com água benta.

⁽¹⁹⁾ Outra cópia do manuscrito diz: «vivo».

⁽²⁰⁾ Segundo a cópia manuscrita que temos, lemos: «sucedeu-lhe que vindo uma noite».

⁽²¹⁾ Supomos que deve ter havido má leitura do original. Talvez seja «calor» e não «valor». Este mesmo erro existe nos manuscritos que temos à mão.

⁽²²⁾ Acerca desta devoção, afirma J. J. da Silva Bacelar: «Ainda hoje, sobretudo na quaresma, há nesta freguesia o

13. *Ermitão amigo das ermidas.* Entretanto, a capela da Senhora da Estrela estava votada ao abandono. Achava-se «desfabricada de retábulo, de forro e doutras coisas necessárias ao ornato e culto divino»⁽²³⁾. Por isso, resolveu o Ermitão pôr-se a pedir, pelos devotos, esmolas para o seu restauro. E enquanto pelas almas pedia orações, para Nossa Senhora pedia esmolas. Com estas, reparou totalmente a medieva capela de Nossa Senhora da Estrela, conhecida e falada nos tempos antigos como Santa Maria de Penoucos.

Neste breve passo da sua vida, em tudo foi semelhante ao jovem Francisco de Assis o jovem ermitão João da Cruz. Francisco de Assis restaurou Santa Maria da Porciúncula, também mais conhecida por Senhora dos Anjos; João da Cruz restaurou Santa Maria de Penoucos, no seu tempo e no futuro conhecida por Senhora da Estrela.

costume de, noite alta já, algum devoto subir ao monte a erguer um clamor em voz disfarçada em favor das almas do Purgatório» (*Op. cit.*, p. 13, nota 3). Recordámo-nos pessoalmente de de que há não muitos anos também em Parada de Gatim alguém repetia este uso e costume, cantando todavia da janela de casa. O conteúdo desse pregão era: «Alerta, alerta! A vida é curta; a morte é certa. Hoje vive-se; amanhã, está a sepultura aberta. / Ó irmãos meus, filhos de Jesus Cristo, lembrai-vos das benditas almas que estão nas penas do fogo do Purgatório! Rezai um Padre nosso e uma Avé Maria!» E cantava-se tudo isto três vezes.

«Na freguesia de Gualtar [(Braga), que em tempos idos esteve anexa à de Cervães], durante o mês da Quaresma havia muito o costume, e ainda hoje há, de ir uma pessoa todas as noites, para uma pequena elevação sobranceira ao lugar ou para cima de uma árvore donde encomendava as almas do Purgatório: com voz lúgubre e cantada, lembrava aos vivos todos os que tinham desaparecido do seu convívio, um de cada vez, e pedia para que lhe rezassem um P. N. e uma A. M. lam lembrando os que tinham morrido e as pessoas, em suas casas, rezavam pela alma dos defuntos» (Patrício Gonçalves, *Os Mortórios*, in *O Distrito de Braga*, IV (1968), p. 77).

(23) J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 14.

E porque já então era viva no seu espírito a devoção à Paixão do Senhor, resolveu construir, dentro do mesmo templo e do lado da Epístola (à direita de quem entra), uma capelinha para aí colocar a imagem de Cristo com a cruz às costas. Esta imagem, designada popularmente *Senhor dos Passos*, logo conquistou a devoção das populações, que aí começaram a afluir em multidão a venerá-la. Não sabemos se esta imagem terá sido levada para a sua capela hoje existente como anexa ao grandioso santuário do Bom Despacho.

14. *Reencontro dum velho companheiro.* Andava João da Cruz, certo dia, no seu peditório, quando deparou com um fidalgo que só de ano a ano costumava aparecer por Cervães. Recolhia-se na Casa de Gomariz, onde vinha, junto dos feitores, arrecadar as pensões ou rendas dessa sua quinta. Deslocava-se esse fidalgo das bandas de Monção onde residia com a família e chamava-se André Velho de Azevedo. Dirigindo-se-lhe, João da Cruz, informou-o acerca dos seus intentos e convidou-o a contribuir para as obras de restauro da capela de Penoucos. Vestido de burel, sem manto, e praticamente descalço, João da Cruz aguçou fortemente a curiosidade do fidalgo de Monção, que, por isso, lhe perguntou quem era e donde era. João da Cruz não teria dificuldade em responder à primeira pergunta. Contudo, já assim não sucedia em relação à segunda.

Efectivamente, o Ermitão começou por lhe contar que era ainda criança quando saíra da casa paterna. Fora para os estudos, em Braga, tinha os seus oito anos. Aí estivera alguns meses em companhia duns meninos (chamava-se um André Velho!), até que um dia fugira da casa da ama. Desde esse dia andara perdido, sem nada mais ter sabido nem desses meninos, nem dos seus pais, nem sequer onde poderiam viver uns e outros. Agora andava a cumprir o voto que a

Nossa Senhora fizera se ela lhe valesse, sendo seu ermitão.

André Velho de Azevedo cuidaria que estava a sonhar, mas não! Estava a reviver e a lembrar cenas há muito ocorridas e que também a ele diziam respeito! Aquelas férias passadas com o Abade do Pico dos Regalados, que, para ele, sempre ficaram como malditas, ou não foram elas a causa do desaparecimento do Joãozinho?

Ficou radiante o fidalgo de Monção com as notícias colhidas naquele encontro. Partidário daqueles que defendem ser o segredo toda a alma do negócio, André Velho não se deu nem por conhecido nem por conhecedor do assunto. Contudo, quando se dirigia a caminho de Monção, ia ansioso por se poder abeirar daqueles angustiados pais para lhes dar tão feliz notícia!

Não podemos descrever o que se passou quando André Velho de Azevedo, acabado de chegar de Cervães, se aproximou dos pais de João da Cruz para lhes dizer que ele ainda estava vivo e que se tinha feito ermitão de Nossa Senhora da Estrela, lá bem perto da sua quinta e casa de Gomariz. Conta-nos o seu biógrafo anónimo que vieram eles, imediatamente, em busca do João, a caminho de Cervães, na intenção de o levarem para a sua companhia. No entanto, e não obstante as muitas súplicas dos seus familiares, nada conseguiram. Era inabalável a decisão de João da Cruz: tinha prometido servir Nossa Senhora nestas terras onde ela lhe valera. Havia que cumprir incondicionalmente o seu voto ⁽²⁴⁾.

Biógrafo recente do Ermitão, baseado não sabemos em que fonte, discorda do teor do manuscrito encontrado no Santuário do Bom Despacho, quando escreve: «*Deu* [André Velho de Azevedo] *à família de João a*

(24) *Ib.*

notícia do filho vivo. A mãe sentiria a mais viva alegria se, há seis meses, uma febre traiçoeira a não tivesse vitimado. Ao tomar conhecimento, o simpático velhinho do pai ia sucumbindo a tanta consolação. Aquele que estava perdido tinha sido encontrado!

Fora sempre este o pensamento do seu coração paternal. Não se enganara; João não podia ter morrido...» (25).

Segundo o mesmo biógrafo moderno, havia já vinte e cinco anos que os familiares de João da Cruz tinham sofrido o golpe do seu desaparecimento. Entretanto, e depois de muitos soluços e aflições, a mãe do João tivera a consolação de lhe ver nascer um segundo filho, no mesmo dia em que havia nascido o João, com quem tanto se parecia (26).

Se algum crédito nos puderem merecer estas afirmações, estaremos em condições óptimas para sabermos que João da Cruz contaria por esta época os seus trinta e três anos de idade.

15. *Busca refúgio na Penaliveira.* A vida do Ermitão na casinha de ao pé da Senhora da Estrela corria aparentemente sossegada. No entanto, é próprio dos apaixonados e amorosos, dos místicos e dos poetas arranjarem pretextos para se escapulir de entre as multidões e darem consigo sós a contemplar mistérios sublimes.

João da Cruz andava apaixonado por bem fazer os seus exercícios espirituais e sentia que, no meio daquela vizinhança, lhe era impossível deixar medrar desafogadamente o seu fervor. Tratou, por isso, de solucionar o

(25) Gil Afonso, *Senhora do Bomdespacho*, Porto, 1944, pp. 27-28.

(26) Gil Afonso, *ib.*, p. 25.

problema, porque a cada problema que surge, não raro se podem dar diversas soluções.

E a melhor solução que se lhe ofereceu foi buscar retiro noutra local mais acomodado às suas ânsias de contemplação. Por estes lados, não se poderia imaginar muito melhor sítio do que trepar um pouco ao longo das fraldas do monte Busto, aquele mesmo a que os homens de há mais de mil anos denominariam já *alpe Aliária*.

Foi precisamente na encosta sudeste desse monte, no sítio da Penaliveira, que João da Cruz descobriu uns penedos, junto dos quais jorravam duas fontes com aquela saborosa água típica das nascentes do granito.

É airoso o sítio porque a vista se espraia pelo vale e pela serra e sobe ao infinito e anda em cata, ora dum campanário, dum pinhal, dum prado, ora duma aldeia e logo de outra aldeia; mais distante, vê-se um mosteiro e mais longe outros ainda: depois fixa-se o olhar no Cávado preguiçoso, sereno, autoritário: as vilas e, mais a sudeste, a Braga dos Arcebispos a apontar as serras do Sameiro, da Falperra, da Santa Marta, por um lado; o Bom Jesus, pelo outro; o monte de S. Félix, o Facho a fechar as vistas do sul. A nascente e norte erguem-se, ao largo, as altitudes que conduzem ao Gerês, à Serra Amarela, ao Oural, depois de ter ultrapassado o Borrelho.

Fácil nos é imaginar que não fora nada desacertada a solução do ermitão João da Cruz, que no desvão dos enormes penedos da Penaliveira, aproveitou uma gruta, que lhe servia, às mil maravilhas, para dentro dela, buscar agasalho nas intempéries e sossego nas contemplações. Foi para ali que João da Cruz mudara a sua residência. Ou melhor, mudara-se ele, que de mobílias e conforto desde sempre andara ele despojado.

Aquando das suas idas, de porta em porta, recorrendo à mesa do Senhor e encomendando as almas, o Ermitão quedava-se, de vez em quando, a remirar, de

longe, o local dos seus segredos. Aos santos e às pessoas de bem, tudo ressuma beleza e vislumbram aquilo que os olhos profanos jamais acreditam ou suspeitam ser possível contemplar-se. Por isso, dizia o Ermitão ver sair daqueles penedos um grande resplendor. Os outros, mesmo arregalando bem os olhos, nada viam, nada percebiam.

Cada qual ganha lei aos factos, às pessoas ou às coisas em que empenha a sua vida e que passam a fazer parte da sua história. Assim acontecera igualmente com João da Cruz. A vida não lhe pertencia. Era da Senhora da Estrela. A Senhora da Estrela fazia igualmente parte da história da sua existência. Recolher-se sem ela à gruta da Penaliveira, não seria possível. Por isso, pegou nela e levou-a para a lapa. E a fim de não ser devassado o seu «santuário», vedou com uma portinhola o boqueirão dessa gruta ou lapa.

16. *Ruindade de Mateus Bravo.* Conta-nos Frei Agostinho de Santa Maria no seu *Santuário Mariano* que o médico de Braga, proprietário da quinta e ermida de Nossa Senhora da Estrela, «*tinha uns filhos muito travessos, aos quais parece que tomou o demónio por instrumentos seus, para apartar ao servo de Deus [João da Cruz] dos seus bons propósitos; e tão grande foi a guerra que lhe fizeram, que houve de deixar o sítio de Nossa Senhora da Estrela e afastar-se daquela perseguição*» (27).

Segundo este autor, teria sido esta a principal causa que moveu o Ermitão a buscar refúgio entre os penedos da Penaliveira. Mas não nos deteremos a discutir sobre qual das versões será a mais exacta. Limitar-nos-emos a sublinhar que a informação de Frei Agostinho de Santa Maria é menos pormenorizada e ao que

(27) *Santuário Mariano*, IV, p. 42.

parece mais afastada dos meios afectos ao santuário. Porém, o que é certo é que ambas as versões coincidem quanto à fuga do ermitão da sua casinha de Penoucos e quanto ao seu novo tipo de morada na gruta da Penaliveira, tapada com adobes e onde, por algum tempo, viveu muito satisfeito por aí poder cantar à sua vontade os seus louvores a Deus.

Por seu lado, o demónio não é demónio se não elaborar maquinações e artimanhas sucessivas a quem se esforça por amar e servir a Deus e ao próximo. E não desiste em seus instintos de ruindade, não se sujeitando a regras nem razões.

E assim quando o Dr. Mateus Bravo e seus filhos souberam que João da Cruz, havendo deixado a sua capela, se tinha ido recolher na Penaliveira, onde construíra a sua própria ermida, ficaram furiosos e não sossegaram enquanto não sucumbiram vítimas das instigações diabólicas. Conta-nos o biógrafo anónimo do Ermitão que o médico «*se embraveceu mais do que o sobrenome que tinha, fazendo-se um leão bravo*» e «*mandou logo um filho chamado Manuel Bravo com alguns criados e caseiros derrubar-lhe a obra que o servo de Deus tinha feito para se recolher*» (28). Mais ainda. Traziam ordens de o perseguir e molestar, caso o encontrassem.

E efectivamente o Autor do *Santuário Mariano* regista que todos aqueles familiares de Mateus Pereira Bravo, não só lhe derrubaram a ermida, mas ainda lhe deram pancadaria (29).

Como era de esperar, ficou muito desconsolado o Ermitão. Convencido de que por ali não mais podia viver, dirigiu-se para o Bom Jesus do Monte, próximo da cidade de Braga.

(28) J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho*, p. 15.

(29) *Santuário Mariano*, IV, p. 43.

17. *No Bom Jesus: encontro de Ermitões.* Nesse monte havia uma antiga ermida, que se chamava de Santa Cruz. Tinha sido construída, em 1494, pelo Arcebispo D. Jorge da Costa e reedificada, em 1522, pelo Deão de Braga, D. João da Guarda. No entanto, cem anos de vida e, muitos deles, em relativo abandono, fizeram com que em 1629 tal ermida estivesse, por arruinada, uma verdadeira indecência.

Foi nesse ano de 1629 que diversos devotos da cidade de Braga, com esmolas suas e outras que tinham conseguido recolher, restituíram a ermida ao seu antigo estado de decência. Colocaram nela uma imagem de Cristo, que passou a ter a invocação de *Bom Jesus do Monte*. Erigiram também uma Confraria e nomearam, para zelar a capela, um Ermitão ⁽³⁰⁾.

Esse ermitão chamava-se Pedro do Rosário, cujo nome nos ficou, quer da lápide que, em 1647, mandou lavrar para vir a cobrir a sua sepultura, quer ainda de documentos arquivados no cartório da Confraria, em que consta ter sido ele o primeiro legatário do santuário. Em 1663 ainda era vivo ⁽³¹⁾.

No Bom Jesus do Monte encontrou João da Cruz o ermitão Pedro do Rosário, seu particular amigo. E aí procurou onde se abrigar, a uma escassa centena de metros acima da Capela, e ia vivendo da assistência que, também a ele, lhe prestavam diversas pessoas devotas e amigas.

Mas nem sequer ali o haveria de deixar sossegado

⁽³⁰⁾ P. Martinho A. P. da Silva, *Manual do Romeiro em visita ao real Santuário do Bom Jesus do Monte*, 4.^a ed., Braga, 1870, pp. 41-42 e 53-54; Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel, *Memórias do Bom Jesus do Monte*, 1876, p. 89; *Guia de Braga, Arte e Turismo*, Braga, 1959, p. 121; *Guia de Portugal, IV Entre Douro e Minho II. Minho* (Lisboa, 1965), p. 840.

⁽³¹⁾ J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 15, nota 1; P. Martinho A. P. da Silva, *Manual do Romeiro...*, p. 54; Diogo P. F. Pimentel, *Memórias do Bom Jesus do Monte*, pp. 94 e 104.

aquele demónio do Dr. Mateus Bravo! Mal o médico de Braga soubera que o ermitão João da Cruz estava agora a viver ali, cheio de raiva, e, querendo vingar-se por ele ter abandonado a sua capela e casa de Penoucos, em Cervães, mandou lá emissários seus a destruir-lhe o abrigo e a dar-lhe forte descompostura. Aconteceu, porém, que, nesse dia, João da Cruz não foi alvo dos maltratos e fúria dos mercenários de Mateus Bravo. Encontrava-se ausente, visto ter ido visitar os franciscanos do Convento de S. Frutuoso de Real, a poente de Braga, para em fraterno convívio retemperar entusiasmos e abeirar-se do seu confessor ⁽³²⁾.

18. *João da Cruz e o Solar dos Azevedos.* Infelizmente os humildes e pequenos deste mundo, em quase toda a parte, encontram perseguidores. Sem falarmos já dos exploradores das suas necessidades, quando não das suas misérias! Mas também, de quando em vez, lá surge um dos grandes que, troçando do seu pedestal, se põe, como é justo, a reconhecer-lhes os seus reais direitos.

Depois de ver no Bom Jesus do Monte a sua gruta destruída, convenceu-se João da Cruz que não era possível viver-se neste mundo senão encostado a algum desses homens poderosos a quem todos respeitam, quando não fosse por razões de prestígio, ao menos, por motivos de medo. Pensou, por isso, em arranjar um Messenas que lhe desse a mão e diante da sociedade o defendesse.

Sob este aspecto, foram-lhe úteis todos aqueles anos passados naquelas terras da margem direita do Cávado. Tinha aprendido que em todas elas havia mais ou menos fidalgos, de nomes feitos e falados. Ao seu espírito ocorreu imediatamente o nome do Solar de

(32) J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 16.

Azevedo, na freguesia da *Lama*, ali mesmo ao lado de Cervães e terra muito sua conhecida.

Naquela data (estaríamos já no ano de 1644) era 19.º senhor e morgado daquela antiga e nobre casa, sede de Couto e Solar dos Azevedos, Martinho Lopes de Azevedo. Era gente de prosápia esta dos Azevedos, toda ela consciente de que não seriam vãos os 410 anos de morgadio que já então se contavam na existência daquele solar ⁽³³⁾.

São unânimes todos os genealogistas quando afirmam que se pode contar esta família como uma das mais antigas e nobres de Portugal ⁽³⁴⁾. E na verdade, não ficará desapontado quem tentar fazer a contraprova, para esse efeito remontando a cadeia dos ascendentes do fidalgo Martinho Lopes de Azevedo. De seus nomes não rezam apenas os livros de brasões. Rezam igualmente os livros de batalha, as crónicas dos reis, os memoriais dos mosteiros, as crónicas dos conventos, os registos dos cavaleiros da Ordem de Cristo e as matrículas de ordens da Igreja Primacial de Braga.

Era Martim ou Martinho Lopes de Azevedo um fidalgo particularmente relacionado e ligado com indivíduos do mundo eclesiástico. Fora Abade de Galegos o seu tio Miguel; seus tios Jerónimo e Henrique eram

⁽³³⁾ *Memórias de D. João I*, vol. III, Lisboa, 1732, p. 1508.

⁽³⁴⁾ *Livro de Linhagens do séc. XVI*; Fr. Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, VIII, Lisboa, 1727, p. 701; *Memórias de D. João I*, vol. III, Lisboa, 1732, p. 1507 ss.; D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Suplemento), VI, Lisboa, 1748, p. 699, s.; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, III, (2.ª ed.), Coimbra, 1930, pp. 189-197. Recolherá igualmente muitas informações sobre esta família quem se der ao trabalho de consultar os índices dos 14 volumes de *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960-1973; não esquecendo já os dez volumes relativos às *Gavetas da Torre do Tombo*, que se publicaram, em Lisboa, entre 1960-1974.

frades: o primeiro beneditino [em 1611, ocupava o cargo de Abade do Mosteiro de Carvoeiro (Viana)]; o segundo, loio. Suas tias Cecília e Margarida eram também freiras, no Porto e em Vale de Pereiro, respectivamente. Tinha irmãos seus na vida eclesiástica. O Cristóvão e o João eram ambos beneditinos. O Filipe fradou-se a dominicano; o Gabriel era loio e o Inácio metera-se a Cónego Regrante. Em conventos de Braga, tinha também a freiras algumas irmãs. E duas filhas suas também foram religiosas no convento das Clarissas de Vila do Conde.

Em face de tudo isto, seríamos levados a crer que fora imediata a adesão de Martim Lopes de Azevedo às solicitações do Ermitão João da Cruz. Tentemos reconstituir como se lhe teria dirigido o Ermitão:

— As pessoas pequenas e pobres encontram sempre felicidade em ver-se atendidas por fidalgos de mérito como V. Mercê, pelo que se mo permite, eu lhe falaria daquilo que muito me atormenta.

— Esteja à sua vontade, e diga V. Caridade dos motivos desses tormentos, atalhara o fidalgo.

— Sabe V. Mercê alguns dos tormentos por que tenho passado. Achei dever recorrer agora a esta Casa para nela tomar como protector a pessoa de V. Mercê. Será talvez a única maneira de poder cumprir o voto feito para toda a minha vida: ser ermitão de Nossa Senhora a quem me apeguei na doença e de quem me não quero afastar na saúde, dissera João da Cruz, que continuava narrando ao fidalgo de Azevedo todos os desgostos e contrariedades da sua vida.

Martim Lopes de Azevedo nunca interrompeu o Ermitão durante o seu extenso discurso. Contudo, e por ser de feitio ponderado, não se afoitou em respostas prontas com ressaibos de facilidade. Foi apenas lembrando os perigos que correria a sua casa da parte do próprio Mateus Bravo, caso o Ermitão nela encon-

trasse acolhimento e guarida. Com estas considerações do fidalgo, retirou-se o ermitão João da Cruz verdadeiramente desanimado.

19. *O Morgado de Azevedo e sua mulher.* Logo que o Ermitão partiu, entrou o fidalgo em casa e pôs sua mulher a par de tudo o que se passara. D. Luisa de Sousa (assim se chamava ela) era senhora de grandes virtudes e o seu nome andava, tal como o do seu marido, ligado ao das maiores famílias do Reino d'aquém e d'além-mar. Pensemos nos Sousas vizinhos dali, os de Prado, que eram os Condes da Vila e seriam os futuros Marqueses das Minas (Brasil)!

D. Luisa era de vontade que se favorecesse o Ermitão, como senhora que era amiga de tomar a seu cargo tanto pobres como desprotegidos. Por isso, com brandura e entusiasmo, dissera ao Morgado, seu marido:

— Em atenção às nossas pessoas, aos nossos actos e às ameias da nossa Casa tão antiga, Mateus Pereira Bravo não será *bravo* senão no nome e na sua capacidade de respeito por todos e pelo ermitão João da Cruz, a quem Deus nos dará a honra de sermos úteis. Não esqueçamos também de que quem dá aos pobres empresta a Deus.

O fidalgo concordou com as palavras da esposa, a qual no dia seguinte, de manhã, pediu ao marido que mandasse chamar o Ermitão, pois nessa noite havia sonhado que naquela fria lapa da Penalveira se havia de construir um Santuário maravilhoso, destinado ao culto divino.

Imediatamente ordens foram dadas ao Capelão da casa para que fosse chamar o Ermitão. E ele assim o fez.

20. *O Capelão de Azevedo e o Ermitão.* Era Capelão de Azevedo o P. Pedro Martins. Natural de

Cervães, viria a falecer em Janeiro de 1680, depois de ter sido confrade da Irmandade dos Fiéis de Deus de Parada de Gatim, que aos 28 de Janeiro daquele ano o sufragou com o primeiro dos quatro officios de defuntos. Se à data do falecimento residia em Azevedo, não o conseguimos apurar. O certo é que naquele verão de 1644, o P. Pedro Martins contactara com o ermitão João da Cruz, a fim de que este viesse novamente junto do fidalgo Martim Lopes de Azevedo.

O Ermitão assim fez, apresentando-se à porta do solar. Tendo deparado com o 19.º Morgado daquela Casa, perguntou-lhe João da Cruz qual o motivo por que o havia mandado chamar. O fidalgo disse-lhe que, pelo que lhe constava, Mateus Pereira Bravo tinha todo o empenho e por muitas razões todo o interesse em que o ermitão lhe estivesse na Capela da Estrela. Mas uma vez que estava João da Cruz convencido de que nenhum mal lhe faria o médico de Braga se a Casa de Azevedo o protegesse, acrescentou ainda o fidalgo, de boa mente o tomaria então a seu cuidado.

Ouviu o Ermitão com visível agrado estas palavras. A dado momento, perguntou o fidalgo:

— E agora que deseja mais, V. Caridade, fazer?

— Gostaria de tapar o boqueirão da gruta da Penaliveira para aí continuar a viver. Ansiava igualmente edificar um oratório onde pudesse colocar a imagem da Senhora do *Bom Despacho*, visto ter tido V. Mercê a bondade de *despachar* ser meu protector, respondera João da Cruz.

— Mas tem V. Caridade dinheiro para as obras?, continuou o fidalgo.

— Não, mas procurarei arranjá-lo quanto antes, foi a resposta.

— Bem! Vou pôr-lhe à sua disposição alguns valores, afirmou-lhe o morgado de Azevedo, vá empenhá-los

e arranje o dinheiro de que precisa. E no primeiro dia de Agosto iremos dar início às obras! Certo?

João da Cruz, se contente estava, mais contente ficou. Imediatamente se pôs a fazer todas as diligências necessárias para tudo bem se conjugar em ordem ao início das obras no dia apazado ⁽³⁵⁾.

Entretanto foi igualmente a Braga encomendar uma imagem de Nossa Senhora do Bom Despacho de vestidos e duns quatro palmos de altura ⁽³⁶⁾.

21. *Início das obras e Culto no Bom Despacho.* No dia combinado, lá compareceram João da Cruz, alguns trabalhadores de Cervães e familiares da Casa nobre de Azevedo. No decorrer das obras, tanto os criados do fidalgo, como igualmente os seus filhos ali permaneceram, de dia e de noite, armados, de guarda e para que todos vissem. Na porta da lapa, afixaram um letreiro com os seguintes dizeres: «*Esta obra se fez de esmolas. Protector: Martim Lopes de Azevedo*» ⁽³⁷⁾.

Depressa veio a surgir no espírito de todos a ideia de tornar pública aquela ermida. Contudo, para a obtenção de tal licença era mister dotá-la de fábrica suficiente.

Ao que parece, teria sido mais uma vez o fidalgo de Azevedo quem se prontificou a dar anualmente alguns alqueires de pão, que lhe ficassem a servir de fábrica ⁽³⁸⁾.

O certo é que tudo foi tão rapidamente conseguido, que aos dez de Agosto já o Ermitão, depois de obtidas todas as licenças e despachos da Cúria Bracarense, podia ver celebrar a primeira missa naquele local e em

⁽³⁵⁾ J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos Históricos*, p. 17.

⁽³⁶⁾ *Santuário Mariano*, IV, p. 43.

⁽³⁷⁾ J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 17.

⁽³⁸⁾ *Santuário Mariano*, IV, p. 43.

frente da imagem da Senhora do Bom Despacho. E a este propósito assinala o seu biógrafo o seguinte:

«Coisa maravilhosa foi naquele dia se achar na solenidade gente de mais de três léguas em redondo, pela fama que se divulgou das perseguições do ermitão João da Cruz» (39).

Era este o primeiro grande gesto de solidariedade do povo para com o fundador do Bom Despacho. Não era todavia um gesto isolado. As esmolos dos que ali acorriam tornavam-se cada vez mais generosas e abundantes. E já que se tratava de dinheiro da Senhora, à Senhora do Bom Despacho devia ser dedicado.

Foi assim que o Ermitão se pôs a fazer mais obras que tornaram aquele local um de entre os mais célebres santuários marianos de todo o norte do país.

São concordes todos os cronistas do Santuário ao dizerem que João da Cruz, depois de construída a Capela da Senhora do Bom Despacho, na gruta, «foi minando o monte e por debaixo daqueles penhascos foi fazendo capelas onde pôs os passos da Paixão do Senhor até o monte Calvário» (40).

Tais capelas, cujo número e titular não sabemos se coincide com o das oito actualmente existentes, foram construídas, mediante adaptações feitas, em torno da Capela da lapa. É agora Frei Agostinho de Santa Maria quem nos informa: «Ficam estas Capelas cercadas [fechadas], mas com janelas para fora, para por elas serem vistas as santas imagens que nelas colocou; porque na cerca não entram mulheres; e só se permite que possam lá entrar homens devotos e pessoas nobres» (41).

O P. Carvalho da Costa, depois de ter declarado

(39) Bacelar, *op. cit.*, p. 18.

(40) *Santuário Mariano*, IV, p. 44.

(41) *Ibid.*, pp. 44-45.

que João da Cruz meteu a Senhora do Bom Despacho entre dois penedos, acrescenta, por seu lado, que «nos recôncavos deles [penedos], com serventia oculta, [meteu] os passos da Paixão de Cristo, de modo que, vendo-se de fora, a todos se vai por dentro» (42).

22. *Os 17 últimos anos do Ermitão.* Quando o Ermitão viu o seu santuariozinho acabado, tratou logo de obter para ele do Sumo Pontífice «muitas graças e jubileus» (43).

A festa da Senhora do Bom Despacho começou a celebrar-se todos os anos com muita solenidade no dia 25 de Março, dia da Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por esta ocasião, e embora nela ainda não houvesse sacrário, ficava o Santíssimo exposto durante três dias nessa pequena Capela (44).

As graças e jubileus, por um lado, o renome das virtudes do Ermitão, por outro, a curiosidade de ver e a devoção de recorrer ou de festejar a Senhora, ainda por outro, tudo isso contribuiu para que os fiéis afluíssem numerosos aos penedos da Penaliveira.

As capelas-grutas, embora de tosca feitura, eram cheias de originalidade, constituindo só de per si uma forte atracção para a piedade e a curiosidade populares. Poder-se-ia até ver nelas como que uma pré-edição do que viriam a ser no século seguinte os complexos do Bom Jesus do Monte, em Braga, ou, em data que não conseguimos apurar, da Senhora da Peneda, em Gavieira (Arcos de Valdevez).

O Autor da *Corografia Portuguesa* escreveu da Senhora do Bom Despacho que ela «é muito frequentada de romagem de muitas partes e lhe cantam várias

(42) *Corografia Portuguesa*, (2.ª ed.), I, p. 222.

(43) *Santuário Mariano*, IV, p. 44.

(44) *Ib.*

cantigas ⁽⁴⁵⁾ cada uma a seu intento» ⁽⁴⁶⁾. Por sua vez, o *Santuário Mariano*, impresso três anos depois daquela obra, a que aliás se refere, afirma: «Tem por ali [junto às capelas do Bom Despacho] muita quantidade de casas de romagem e todas são necessárias à multidão da gente que concorre de várias partes a fazer novenas à Senhora» ⁽⁴⁷⁾.

Ignoramos todavia se essas casas, de que hoje praticamente pouco resta, bem como a afluência que as justificou, remontam ainda à vida do ermitão João da Cruz ou se terão já sido construídas no tempo do P. Manuel da Cruz, seu sucessor. Nenhum dos dois cronistas tantas vezes citados, nem sequer o autor anónimo do manuscrito do Santuário, nos elucida sobre o assunto.

Nem tampouco são unânimes no registo da data exacta do falecimento do Ermitão. A este respeito, os informadores de Frei Agostinho de Santa Maria garantem que «assistiu o servo de Deus João da Cruz até o ano de 1670 pouco mais ou menos» ⁽⁴⁸⁾. Por seu lado, o antigo manuscrito do Santuário apresenta-se-nos como mais preciso e categórico, quando nos certifica de que João da Cruz «administrou o Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho dezassete anos», até que «no ano de mil e seiscentos e sessenta e um, com grandes mostras de predestinado deu a alma ao Criador, cantando até expirar: *Ecce crucem Domini, fugite partes adversae*, o que significa: Eis a cruz do Senhor; fugi, hostes inimigas ⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁵⁾ De algumas dessas cantigas, daremos algumas amostras noutra lugar.

⁽⁴⁶⁾ *Corografia Portuguesa*, (2.ª ed.), I, p. 222.

⁽⁴⁷⁾ *Santuário Mariano*, IV, p. 45.

⁽⁴⁸⁾ *Ib.*

⁽⁴⁹⁾ Bacelar, *op. cit.*, p. 18; cf. Gil Afonso, *Senhora do Bomdespacho*, p. 34.

23. *O P. Manuel da Cruz, sucessor do Ermitão.* Por morte de João da Cruz, fundador do Bom Despacho, ficou em seu lugar o Padre Manuel da Cruz, seu afilhado, e que desde os seus dez anos fora criado em sua companhia, até à idade em que andou nos estudos para se poder ordenar sacerdote ⁽⁵⁰⁾.

Qual a família do P. Manuel da Cruz, não o sabemos, por falta de informações. Que era de Cervães, já não temos receio de o afirmar, pois documentos há que o afirmam ⁽⁵¹⁾. Acerca do seu zelo pelo Santuário do Bom Despacho bastará transcrever a seguinte passagem do antigo manuscrito, constantemente seguido: «Tem feito um sumptuoso templo que hoje existe, [tem] reedificado as capelas e feito outras casas de residência, cerca, olivais que dão azeite de sobejo para a lâmpada e gastos da casa» ⁽⁵²⁾. Lamentando que o autor destas palavras não tenha registado o ano em que as escreveu, somos inclinados a pensar que foram escritas sendo ainda vivo o P. Manuel da Cruz. Mais ainda teriam sido escritas por alguém muito ligado ao Santuário, a par das despesas e receitas no que respeita ao azeite.

Se Manuel da Cruz já era padre quando o Ermitão faleceu, não o sabemos negar nem afirmar. O mais que nos seria permitido era conjecturar. Contudo, temos a certeza de que fora ordenado alguns anos antes de 1665.

Num velho livro quase a desfazer-se em consequência do desprezo a que andara votado, descobrimos que o P. Manuel da Cruz exercia no ano de 1665 o cargo de promotor da *Irmandade Eclesiástica dos Fiéis*

⁽⁵⁰⁾ *Santuário Mariano*, IV, p. 45 e Bacelar, *op. cit.*, p. 18 são absolutamente concordes quanto a este ponto.

⁽⁵¹⁾ *Título das Faltas e Condenações desta nossa Confraria. Ano de 1665*, em diversas passagens.

⁽⁵²⁾ J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 18.

de Deus, ao tempo instalada na igreja paroquial de Parada de Gatim, onde no fim do séc. XV ou princípios do séc. XVI havia sido fundada. Pudemos ver algumas actas por ele redigidas e assinadas.

Além do cargo de *promotor*, por ele próprio assim referido ⁽⁵³⁾, aparece-nos também referido, em 1667, como *deputado* na mesma Irmandade ⁽⁵⁴⁾.

No ano de 1674 e porque entretanto entraram na mesma Irmandade Eclesiástica outros padres com igual nome, o Padre Manuel da Cruz passou a ser sistematicamente designado por *P. Manuel da Cruz do Bom Despacho* ou ainda por *P. Manuel da Cruz de Cervães*. A última vez que no velho *Título das Faltas e Condenações* se regista, sem perigo de confusão o nome do sucessor do Ermitão do Bom Despacho foi em 1685 ⁽⁵⁵⁾. Consta, todavia, pelos informadores de Frei Agostinho de Santa Maria que em 1690 ainda continuava ao serviço da Senhora o mesmo P. Manuel da Cruz, tendo então em sua companhia mais três ermitães ⁽⁵⁶⁾.

Quando morreu, não o podemos assegurar. Se não tivessem desaparecido ou sido destruídos os livros das Confrarias da Capela de S. Pedro de Montório, talvez não tivéssemos de enfrentar em vão este problema. Temos, no entanto sérios motivos para supor que ele não terá morrido antes de 2 de Junho de 1694 ⁽⁵⁷⁾.

24. *As Ordens Religiosas e o Bom Despacho*. Dissemos atrás que o Bom Despacho se havia tornado um centro de atracção da piedade popular. Mas não só. Até as próprias ordens religiosas teriam sido aler-

⁽⁵³⁾ *Título das Faltas*, fl. 21.

⁽⁵⁴⁾ *Tit. das Faltas*, fl. 37 v.º.

⁽⁵⁵⁾ *Tit. das Faltas*, fl. 70.

⁽⁵⁶⁾ *Sant. Mariano*, IV, p. 45.

⁽⁵⁷⁾ Termina com esta data o livro *Título das Faltas e Condenações*, que encontrámos muito incompleto.

tadas pelos cheiros de espiritualidade que rescendiam das penedias da região. O autor do *Santuário Mariano*, cremos que com fundamentos dignos de crédito, diz que os Padres da Ordem da Santíssima Trindade, aí pelos anos de mil seiscentos e cinquenta e tal haviam requisitado as capelas e dependências da Penalveira para aí fundarem um convento. E o mesmo teria acontecido aliás com outras ordens que, por sinal, não enumera ⁽⁵⁸⁾.

Rebuscámos na *História Cronológica da Ordem da Santíssima Trindade* elementos para confirmar ou desmentir a notícia de Frei Agostinho de Santa Maria. Nada aí encontrámos expressamente registado sobre o assunto. Ficou-nos porém a impressão de que teria sido bem possível haverem os superiores da Ordem posto o problema, nomeadamente em tempos do P. Mestre Doutor Fr. Diogo de Sousa, filho do III Conde de Prado, D. Luís de Sousa. Aquele ilustre membro da Ordem, embora nascido em Olinda, no Brasil, professou em 1633 e na Ordem exerceu os cargos de Reitor, em 1654, de Definidor Apostólico, em 1658 e de Visitador geral, em 1661 ⁽⁵⁹⁾.

Sabemos, além disso, que em 20 de Abril de 1653 foi assinado um documento que assegurava a fundação do Convento das Trinas, na cidade de Guimarães ⁽⁶⁰⁾.

Sendo assim, não nos repugna admitir que o problema da fundação dum mosteiro no Bom Despacho haja sido posto, quer por sugestão daquele venerando religioso, quer por indicação da sua família ou de qualquer outra pessoa influente e conhecedora daquele centro mariano.

⁽⁵⁸⁾ *Santuário Mariano*, IV, p. 43.

⁽⁵⁹⁾ Frei Jerónimo de S. José, *História Cronológica da Ordem da Santíssima Trindade*, II, Lisboa, 1794, p. 203.

⁽⁶⁰⁾ Frei Jerónimo de S. José, *op. cit.*, II, pp. 183-186.

25. *Os Detractores da Obra do Ermitão*. Não faltou também quem viesse deturpar e tentar emporcalhar as intenções e a obra de João da Cruz.

Baseados talvez na tradição de que alguns religiosos pensaram fundar no Bom Despacho casa para a sua Ordem, os detractores aparecem-nos personificados, se não nos autores do *Portugal Antigo e Moderno* e de *O Minho Pitoresco*, pelo menos naqueles em que se baseou Pinho Leal e que José Augusto Vieira angelical e burguesmente copiou. Pinho Leal não foi visitar a terra de que fala e imagina pura e simplesmente com os olhos do mata-frades o que teria feito o povo de Cervães, dois séculos antes.

Mais grave é contudo o despalante de J. Augusto Vieira. Por se limitar a informar-nos sobre o Minho, tinha por obrigação estar mais bem documentado.

Em relação a Cervães e ao Santuário do Bom Despacho, o autor de *O Minho Pitoresco*, também por lá não passou. Como principal, se não única, fonte de informação, tomou a obra de Pinho Leal. Mas foi tanto mais infeliz quanto não só copiou escrupulosamente alguns dos erros do *Portugal Antigo e Moderno*, como até incompreensível e injustificadamente lhos aumentou.

Vejamos como o autor de *O Minho Pitoresco* nos informa, ou melhor, nos mente, acerca do Bom Despacho:

«Além da igreja matriz, (...), existem na freguesia a capela de Nossa Senhora da Estrela, edificada entre duas fragas, tendo no recôncavo os passos da Paixão; e a de Nossa Senhora do Bom Despacho, um pouco mais acima desta, a que deu princípio em 1640 o eremita João da Cruz, natural de Monção. Mais levantados intentos tinha o eremita, segundo reza a tradição, porque aí pretendia fazer um mosteiro *duplex* ⁽⁶¹⁾; o povo

(61) Os mosteiros dúplices existiram na Idade Média,

opôs-se, porém, à realização de tal ideia, sendo preciso até que o general das armas da Província, D. Diogo de Lima, viesse com tropa sossegar esse fermento de revolta jacobina contra as santas intenções do anacoreta, que afinal não desejava senão que as beatas auxiliassem os bons frades... no cultivo da vinha do Senhor?

Um terrível povo este de Cervães! Exactamente como o de Prado, seu vizinho, com o qual em tudo se parece, até mesmo na indústria das olarias, sendo aí que se fabrica muita da louça de barro ordinário» (62).

Se J. Augusto Vieira tivesse rebuscado a *Corografia Portuguesa* e o *Santuário Mariano* já não teria produzido tamanha monstruosidade. Mais. Se tivesse indagado, «in loco» até talvez tivesse podido ver ainda o manuscrito antigo do Santuário. Em todo o caso, teria encontrado quem lhe referisse a recente publicação desse interessante manuscrito no jornal *Comércio do Minho*, de 1883 por iniciativa do Dr. J. B. da Silva Ramos.

O leitor daquele trecho de *O Minho Pitoresco* poderá saborear-lhe a prosa. Mas não deixará de lhe fustigar o anticlericalismo, o sectarismo e o que é pior ainda a mentira, ao confrontar as suas afirmações com o que pessoalmente conhece e com as afirmações documentadas, que continuará a encontrar ao longo das presentes páginas.

havendo duas comunidades (homens para um lado, mulheres para outro) e completamente separados.

(62) *O Minho Pitoresco*, I, Lisboa, 1886, p. 411; cf. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário*, II, Lisboa, p. 255.

II

O santuário, sua história e seu estilo

1. *Para bem conhecer o Santuário.* Quem do exterior contemplar o santuário do Bom Despacho, está longe de imaginar o que de história, de riqueza e de beleza podem esconder aquelas paredes, sem interesse de maior, por demasiado singelas e pobres.

Não obstante, não é de todo desgraciosa a fachada principal. Graças à relativa harmonia das suas linhas e ao acabado dos seus contornos, e abstraindo de outros motivos de embelezamento, a fachada, em si, não se ficará nada aquém da de tantas outras igrejas do norte do país e que se tornaram célebres centros de romagem: S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras do Bouro), Senhora da Aparecida (Balugães, Barcelos), Senhora da Peneda (Gavieira, Arcos de Valdevez), para apenas citarmos alguns dos nomes mais conhecidos. E, mais agradável se tornaria a fachada do Bom Despacho se, em toda a extensão da sua frontaria, se eliminasse aquele ultrapassado resguardo, que mais não serve senão para lhe tolher as vistas. Substituído por uma simples escadaria estendida de lés-a-lés teríamos um excelente conjunto, que logo nos empurraria para maiores alturas e melhores ressaibos de beleza.

2. *Celebridade do Bom Despacho.* Foi um célebre santuário, este de Nossa Senhora do Bom Despacho,

de Cervães! A demonstrá-lo, nada melhor do que as referências que a ele tiveram de fazer, não só um Frei Agostinho de Santa Maria ⁽¹⁾, um Carvalho da Costa ⁽²⁾, (nos princípios do séc. XVIII), e ainda um Pinho Leal ⁽³⁾ e um J. Augusto Vieira ⁽⁴⁾, (no séc. XIX), mas também um João Baptista de Castro ⁽⁵⁾ e um Agostinho Rebelo da Costa ⁽⁶⁾, além de certamente vários outros, cujos nomes omitimos, por impossibilidade de a todos encontrar e conhecer.

E isto, para não falarmos já dos *Livros de Usos e Costumes* de tantas freguesias minhotas (cujo inventário não tentámos elaborar) e nos quais estavam previstos, ora os clamores, ora outras peregrinações e romagens, a este santuário, quer em dias certos, quer em alturas de aflicção colectiva, como acontecia quando se tornavam exageradamente prolongadas as estia-gens ⁽⁷⁾.

O Cónego M. de Aguiar Barreiros também não se esqueceu de Nossa Senhora do Bom Despacho, nem na sua monografia sobre as imagens e o culto de Nossa Senhora na Arquidiocese de Braga ⁽⁸⁾, nem nos *Ensaio*s

(1) *Santuário Mariano*, IV, Lisboa, 1712.

(2) *Corografia Portuguesa*, I, 1706; 2.^a ed. em 1868.

(3) *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário*, II.

(4) *O Minho Pitoresco*, I, Lisboa, 1886.

(5) *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, III, 3.^a ed. Lisboa, 1870, p. 165.

(6) *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto*, 1789.

(7) Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, (1899), p. 468; cf. J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos históricos do Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho*, Braga, 1898.

(8) *Nossa Senhora nas suas Imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*, Braga, 1931. De não esquecer é igualmente a obra de Jacinto dos Reis, *Invocações de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, 1967.

Iconográficos, aquando da Exposição Mariana de Braga, em 1954.

O *Guia de Portugal*, relativo ao Minho, embora escasso em maiores referências, alude também ao Bom Despacho, quando afirma acerca de Cervães: «Aí se encontram as ruínas da velha Casa-Torre de Gomariz e o templo-santuário do Bom Despacho edificado nos meados do séc. XVII (de cujas torres campanárias se abrange um amplo horizonte sobre o vale do Cávado)» (9).

3. *Retalhos de uma História. A Capela primitiva.* A história deste santuário seria, contudo, incompreensível, se desligada da vida do ermitão, seu fundador. Foi por este motivo que fomos levados a apresentar, primeiramente, tudo aquilo que da sua vida se conhece.

Tal como hoje o vemos, não nos permite o Templo, só de per si, descortinar facilmente as diversas etapas por que passou a sua construção. O observador menos atento ou esclarecido poderia cuidar que esta igreja fora toda construída duma única assentada. Sabemos, porém, que assim não foi.

Sem falarmos já da adaptação inicial feita toscamente pelo próprio ermitão João da Cruz e que lhe fora derrubada, o Bom Despacho começou a resultar do aproveitamento do abrigo de entre dois enormes penedos, que felizmente sempre se conservaram até aos nossos dias, para arranjo de uma moradia e duma singela capelinha ou oratório. As obras dessa adaptação fizeram-se em muito menos de dez dias. Tiveram início a 1 de Agosto de 1644. A 10 do mesmo mês, já nela se celebrou a primeira missa, em presença da imagem da titular e de bastante povo, refere o cronista (10). A

(9) *Guia de Portugal*, IV. *Entre Douro e Minho. II Minho* (Lisboa, 1965), p. 908).

(10) J. J. da Silva Bacelar, *op. cit.*, p. 18.

imagem primitiva era de vestidos e media os seus quatro palmos de altura ⁽¹¹⁾.

4. *A segunda Capela da Senhora do Bom Despacho.* A esta primitiva capela, necessariamente acañhada, sucedeu uma segunda, certamente bastante mais ampla e aperfeiçoada, também ela encostada ao Penedo dito da Penaliveira e cujo acesso se encontraria do lado nascente. Só este facto poderá explicar a existência de uma parede, que ainda hoje se pode ver, encimada por duas sineiras e que já na opinião do Padre J. J. da Silva Bacelar deveriam pertencer a uma capela provisória. Em 1897, escreve este conhecedor das coisas do Bom Despacho: «Encostado ao outão do altar-mór e fazendo cruz com o santuário existe ainda uma fachada de igreja, ultimada com duas sineiras, que não é fácil averiguar se serão restos da primitiva igreja, se de capela provisória durante o tempo das obras da actual; o que parece mais provável» ⁽¹²⁾.

Pessoalmente, somos de opinião que se tratará de resto da Capela que antecedeu o actual santuário e que foi desaparecendo à medida que se foram concluindo as obras do mesmo. Como as sineiras não estorvavam fosse o que fosse, ali as deixaram intactas. As capelas dos Passos do Senhor, feitas de redor do penedo, já estariam prontas, e isso desde os tempos do Ermitão, não tendo certamente sido necessário de novo abrir qualquer porta na parede da mesma capela para o acesso ao seu interior.

Seria esta a Capela existente, em 1667, aquando da reunião que, a 2 de Junho, aí efectuaram os mesários velhos e novos da Confraria Eclesiástica dos Fiéis de Deus, de Parada de Gatim, a fim de prestarem as

⁽¹¹⁾ *Santuário Mariano*, IV, p. 43.

⁽¹²⁾ Bacelar, *op. cit.*, p. 24, nota 2.

suas contas anuais ⁽¹³⁾. É esta a Capela que os fundadores da Irmandade e Capela de S. Pedro de Montório tomam como ponto de referência, quando, em 26 de Junho de 1681, redigiram os Estatutos da dita Irmandade, posteriormente conhecida como Leiga ⁽¹⁴⁾.

5. *Tempo, factor indispensável para a construção.* Porque exclusivamente mantidas com os donativos dos devotos, as obras do Bom Despacho prolongaram-se por quase um século.

Nada há, contudo, a estranhar nesse facto. É a sorte normal de todas as grandes obras erguidas pela piedade dos fiéis, nomeadamente em regiões com uma população pouco endinheirada. Pensemos, por exemplo, no que está a acontecer com o santuário de traçado neo-gótico de Nossa Senhora do Alívio (Soutelo - - Vila Verde), cujas obras, apesar de iniciadas em 1872, ainda não conseguiram atingir totalmente o seu termo, não obstante a campanha nesse sentido lançada por ocasião do seu primeiro centenário ⁽¹⁵⁾. Recordemos igualmente que o Santuário da Senhora do Sameiro se iniciou em 31 de Agosto de 1873 ⁽¹⁶⁾ e estamos longe de poder afirmar que as obras hajam terminado.

O próprio conjunto do Bom Jesus do Monte andou em obras desde 1629 até 1832. O santuário propriamente dito, apesar de iniciado em 1784, viu a sua

⁽¹³⁾ *Título das Faltas e Condenações desta nossa Confraria*, 1665, fl. 4.

⁽¹⁴⁾ *Documentos da Irmandade Leiga*, fl. 2 v.º.

⁽¹⁵⁾ *O Vilaverdense*, n.º 406, de 13 de Agosto de 1972.

⁽¹⁶⁾ *Guia de Braga — Arte e Turismo*, 1959, p. 153; B. Xavier Coutinho, *Como nasceu o Santuário do Sameiro*, in *O Distrito de Braga*, IV (1968). Por este estudo (p. 264) sabemos que fizera parte da Comissão central encarregada dos meios para levar a efeito esta construção o P. José Luciano Gomes da Costa, natural da Ucha, confrade da Irmandade Eclesiástica de S. Pedro de Montório, referido nestas páginas.

última pedra colocada em 1811 e só em 1857 foi sagrado (17).

6. *A construção do Santuário do Bom Despacho.* Ignoramos a data em que se terá iniciado a construção do actual templo-santuário do Bom Despacho. Um documento que nos poderia informar a esse respeito seria o manuscrito que no Santuário existira e que em 1859 se conseguiu evitar de ficar perdido. Mas infelizmente, o autor dele, talvez por pouco entendido em questões de história, esqueceu-se de datar aquilo que, mesmo assim, constitui um testemunho valioso.

Somos inclinados a crer que o Santuário propriamente dito terá sido iniciado no último quartel do séc. XVII e provavelmente depois de 1680-1681, data em que foi construída a Capela de S. Pedro de Montório e até talvez em resultado dos entusiasmos despertados por causa desta construção.

Dado que não dispomos de documentos, qualquer tentativa de enumeração das diversas fases de construção do Santuário será por isso arbitrária e discutível. Contudo, o que é certo, e isso ninguém o nega, é que umas coisas foram construídas antes e outras em seguida. Por isso, quer-nos parecer que no período de 1704 a 1728, que coincide com a presença do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles à frente dos destinos da Arquidiocese de Braga, poderia ter ficado concluído todo o corpo do Templo, com a obra de talha igualmente incluída.

O historiador bracarense, que foi Mons. José Augusto Ferreira, afirma que o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles contribuiu com donativos para as obras

(17) Diogo de Sampaio Pimentel, *Memórias do Bom Jesus do Monte*, Coimbra, 1876, pp. 56 e 63; *Guia de Braga — Arte e Turismo*, 1959, p. 128.

do Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho. É o que quererá significar o seu brasão prelatício que o púlpito do Bom Despacho ostentou em tempos.

É certo que esta obra não figura nas listas normalmente publicadas, mas também se sabe que tais listas estão longe de ser completas ⁽¹⁸⁾.

As torres foram as últimas construções que se levaram a efeito no santuário do Bom Despacho. A do lado nascente contém uma lápide com a seguinte legenda:

Torre que mandou fazer o capitão-mor João de Oliveira e seu irmão António de Oliveira, naturais desta freguesia e assistentes nas partes do Brasil. 1740.

Se estes beneméritos tivessem tido demasiada modéstia e nos houvessem ocultado o seu contributo, hoje, nem uma ideia teríamos acerca da data das torres. Mesmo assim continuaremos sem saber se eles mandaram construir esta torre imediatamente a seguir à outra (do lado poente) ou se apenas uns anos depois.

Uma outra data que aqui se deve registar, embora pouco valor demonstre ter à primeira vista, é a de 1717 e que chamará porventura a atenção do visitante do Santuário quando entre na porta principal pelo lado esquerdo. Tal data está aposta a uma redoma de vidro que resguarda umas ossadas humanas achadas no interior do templo e junto à porta principal em duas sepulturas, vendo-se igualmente dentro duma delas umas esporas de cavaleiro.

Ninguém sabe de quem são as ossadas nem tampouco a quem pertenceram as esporas. Pessoalmente, suspeitamos que parte das ossadas serão, se não do fundador do Bom Despacho, o ermitão João da Cruz, pelo menos do seu sucessor, o P. Manuel da Cruz.

⁽¹⁸⁾ J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, III, Braga, 1932, p. 268.

Quanto às esporas, essas fazem-nos lembrar os fidalgos da Casa de Azevedo, algum dos quais terá sido certamente benfeitor insigne do Santuário, como o fora, por exemplo Pedro Lopes de Azevedo em relação a S. Pedro de Montório. Serão até porventura deste mesmo fidalgo? Nada sabemos.

O que é certo, é que foi pena haverem raspado as letras que se viam escritas nas lousas que tapavam as sepulturas da entrada do Santuário, sem ao menos ter havido o cuidado de as copiar. Ficou a data de 1717, mas tal informação é deveras insuficiente.

Sabe-se que fora sepultado no Santuário o Capelão *P. Manuel Domingues Martins*. Mas este vivia ainda, no período que vai pelo menos, de 1797 até 1823.

7. *Autores das obras e suas dimensões.* É desconhecido o nome do Mestre que concebeu e executou o traçado do Santuário do Bom Despacho, no que respeita à obra de pedreiro. Quem quer que tivesse sido, concebeu-o grandioso e resistente.

Mede, no interior, 29 metros de comprimento, 9 de largura e 10 de altura de parede, até às cornijas. Tem tecto de abóbada construído em tijolo entre fortes arcos de pedra. Tudo isto assente em paredes que medem nada menos do que dois metros e quarenta centímetros de espessura! ⁽¹⁹⁾.

Este tipo de construção tem sido duma solidez inexcelável. Afirmo J. J. da Silva Bacelar que «se assim não fosse, abalada como tem sido, com descargas eléctricas, que por vezes as torres têm apanhado e

⁽¹⁹⁾ Dada a espectacular espessura de tais paredes, gostam os antigos de contar que a pedra para a construção que se estava a realizar era levada nos carros de bois por cima das mesmas paredes. Mesmo que tal afirmação não passe dum graço, é útil referir aqui que o rodeiro dum carro de bois tem entre 1,40 m. e 1,50 m. de largura!

comunicado, teria desabado» (20). Efectivamente, escreve ainda o mesmo cronista: «só neste século [refere-se ao séc. XIX] por duas vezes descargas eléctricas derrubaram a cúpula, cornija e escadas interiores da torre do nascente, com cujos reparos se gastaram centos de mil réis. A última descarga foi em 1871» (21).

Estes acidentes só foram definitivamente afastados com a colocação de pára-raios nas duas torres, em 1887, benefício de que se encarregou o Rev. Cónego Manuel José da Silva Bacelar, com a colaboração dos seus amigos do Porto e de Guimarães, cidades onde, por vários anos, se distinguiu como professor.

Em 1897, e para substituir um velho relógio de pouco valor que, aquando do desabamento da torre, se havia também destruído, deu João de Oliveira e Silva Bacelar, da casa da Custariça, um novo relógio, de sistema alemão, com corda para oito dias e batendo todas as horas e meias horas. De sua construção e montagem encarregou-se um relojoeiro de Vila Verde: Francisco Fontes, trabalho em que foi verdadeiramente feliz (22).

8. *A talha do Santuário e o seu estilo.* Além dos dois monumentais penedos de granito, sob os quais se abrigam o nicho da Senhora do Bom Despacho, o Sacrário e o altar-mor (23) (recentemente aí foi colocado um outro moderno para se celebrar virado para o povo e que felizmente condiz com o conjunto), contém este Santuário um retábulo verdadeiramente monumental de estilo renascença, como que a rematar todo o conjunto da Capela-mor.

(20) *Apontamentos Históricos do Santuário...*, p. 18.

(21) *Op. cit.*, p. 26.

(22) *Op. cit.*, pp. 26 e 27.

(23) A imagem da Senhora do Bom Despacho que ocupa o lugar de honra, dentro da lapa, é aquela cuja gravura se poderá ver na capa desta monografia.

Os altares colaterais e os laterais (com excepção do de Santo António) são da mão do mesmo mestre que delineou o Retábulo e tudo indica terem sido também as mesmas mãos que o executaram.

O ilustre historiador da arte que foi o americano Prof. Robert C. Smith ⁽²⁴⁾, no decorrer dos seus estudos sobre a arte em Portugal, pôde verificar que «no último quartel do séc. XVII a talha portuguesa sofreu uma profunda transformação» ⁽²⁵⁾, mercê da introdução duma quantidade de elementos que acabaram por produzir «a primeira manifestação inteiramente barroca na história da arte portuguesa» que ele gosta de designar por *estilo nacional*, cuja cronologia «é ainda obscura por falta de exemplares datáveis» ⁽²⁶⁾.

Entre outros elementos típicos deste estilo, tais como a coluna de fuste espiral, por exemplo, contam-se os relevos de pássaros, anjinhos ou meninos, folhas de acanto, além da presença nos retábulos das capelas-mores da tão original tribuna, dentro da qual se vê ainda por vezes um trono ⁽²⁷⁾, ou então, em seu lugar, um pequeno altar, como acontece nos retábulos de *Nossa Senhora do Bom Despacho, em Cervães*, do Convento de Cós (Nazaré) e da Sé Nova de Coimbra ⁽²⁸⁾.

A referência de tão ilustre mestre ao retábulo do Santuário do Bom Despacho, incluindo-o dentro do ciclo das chamadas «igrejas forradas de ouro» dispensa-nos de tentar fazer outras descabidas considerações.

⁽²⁴⁾ Professor da Universidade da Pensilvânia (Filadélfia). Faleceu em 1975, tendo deixado importantes estudos sobre a arte e vários escultores e entalhadores de Portugal, nomeadamente dos do séc. XVIII.

⁽²⁵⁾ Robert C. Smith, *A Talha em Portugal*, Lisboa, 1962, p. 69.

⁽²⁶⁾ Smith, *op. cit.*, *ib.*

⁽²⁷⁾ *Ib.*, pp. 70 e 71.

⁽²⁸⁾ *Ib.*, p. 74. É nosso o sublinhado.

Portanto, e para concluir este apontamento de referência ao retábulo da Capela-mor do Bom Despacho, diremos que se trata dum belo exemplar de talha dourada daquele barroco a que se pode chamar «estilo nacional» e cuja expressão «atingiu o seu auge de esplendor no período desde 1690 até 1730», na afirmação ainda do mesmo falecido Prof. Robert Smith ⁽²⁹⁾.

Trata-se precisamente do período dentro do qual foram executadas todas as obras de talha, pintura e muitas das de escultura do Santuário do Bom Despacho, já que as obras de arquitectura (umas anteriores a 1690 e outras posteriores a essa data e anteriores a 1740) nem sequer merecem ser consideradas sob o ponto de vista de arte.

Do mesmo estilo do retábulo monumental são os retábulos dos altares colaterais, cujas telas são do mesmo período e igualmente de autor desconhecido ⁽³⁰⁾. O altar dos esponsais de S. José e N. Senhora é o do lado esquerdo (de quem entra). É também conhecido modernamente por altar de N. Senhora de Fátima, por aí ter sido colocada a sua imagem. O colateral do lado direito é o da apresentação de N. Senhora no Templo, quando menina. Por aí haver sido colocada a sua imagem (por sugestão certamente dos Dominicanos ligados ao Patronato, à roda de 1930), é este altar também conhecido como altar de S. Domingos.

Quanto ao altar de S. António, também do lado esquerdo, o seu retábulo, embora de estilo semelhante é muito mais reduzido e menos valioso e tudo indica tratar-se dum acréscimo um pouco mais tardio.

⁽²⁹⁾ O «Bronze Dourado» em Braga e no Porto 1600-1800, in *Bracara Augusta*, XXIX (1975), p. 7, nota 1.

⁽³⁰⁾ O Sr. Dr. Cónego Luciano dos Santos, que procedeu a um estudo destas telas, indo para o efeito examiná-las no local, concluiu serem do séc. XVIII e de autor não identificável.

Do retábulo monumental propriamente dito, além de duas telas bastante maltratadas e situadas num segundo plano, de cada lado da tribuna, pode ver-se um altar com uma preciosa escultura policromada de N. Senhora da Assunção, que datará também dos fins do séc. XVII ou primeiro quartel do séc. XVIII. Da mesma época poderão ser ainda as esculturas dos nichos do retábulo, representando uma Cristo Ressuscitado (lado esquerdo) e a outra S. João Baptista (lado direito).

Uma imagem muito apreciada, por se tratar duma elegante escultura em barro policromado, é a de N. Senhora da Conceição e que em tempos conseguimos ver na Sacristia do Santuário, local onde aliás se guardava, como coisa preciosa, um crucifixo luso-indiano do séc. XVII, em que se vê um belo Cristo em marfim com resplendor, que atrás reproduzimos.

9. *As esculturas das Capelas.* Imagens ou esculturas de muita devoção são todas as que estão dispostas através das Capelas que circundam o Santuário pelo norte e poente. Para melhor acompanhamento desta descrição seria conveniente utilizar aqui a planta do Santuário e sua respectiva legenda.

No átrio de acesso ao interior das Capelas ou à Sacristia deparamos com duas belas esculturas de madeira pintadas. São imagens de S. José e de N. Senhora do Leite respectivamente.

A capela dita do *Boi Bento* ou Nascimento de Jesus é um magnífico presépio, constituído apenas pelas figuras principais: S. José, N. Senhora, o Menino, o Boi Bento e o Burro, sendo cada uma destas peças de tamanho grande e esculpidas em barro policromado. Pendente do rochedo vê-se o dístico *Gloria in excelsis*, num conjunto de madeira.

A esta, seguem-se as Capelas dos Passos ou da

Paixão, por evocarem sete dos grandes passos da Paixão do Senhor, considerados aliás os principais, nos princípios do séc. XVII. Começam no Horto e terminam na Casa de Herodes ⁽³¹⁾.

A primeira capela representa a *Agonia de Jesus no Horto*, ou jardim das oliveiras. Aí se vê Jesus, de joelhos a orar e em sua frente, ao alto, o anjo com o cálice da amargura.

A segunda capela mostra *Jesus, de pé, preso à coluna* e com as mãos atadas uma na outra. Também se designa este passo como o da *Flagelação*.

A terceira capela é a de *Jesus coroado de espinhos*, aqui, no sítio, conhecido por *Senhor da pedra fria*, devido à sua posição. Está sentado no rochedo, coberto com um manto vermelho e de mãos atadas.

A quarta capela é a do *Ecce Homo*, mais conhecido por *Senhor da Cana Verde*. Jesus está de pé, sustentando uma cana na mão direita.

A quinta capela é a da *queda de Jesus* quando levava a cruz aos ombros. É vulgarmente conhecido por *Senhor dos Passos*. Dizem que esta imagem tem ido num andor nas Endoenças. Terá sido esta a imagem que existira na Capela de Penoucos, nos tempos do Ermitão João da Cruz? Ou será antes a que fora levada e ainda existe na igreja paroquial? Eis duas perguntas para as quais não vemos qualquer resposta.

A sexta capela é a do *desnudamento de Jesus*. Todas estas imagens são de boa escultura de madeira do séc. XVII (segunda metade) ou do primeiro quartel do séc. XVIII. São imagens de tamanho grande, quase natural, de boa pintura, que foram devidamente restauradas, sempre que se impôs, pelo que é excelente o seu estado de conservação.

⁽³¹⁾ Fr. Rodrigo de Deus, *Tratado dos Passos*, Lisboa, 1618, fl. 12.

A todas estas capelas se pode ir por dentro, passando-se dumas às outras.

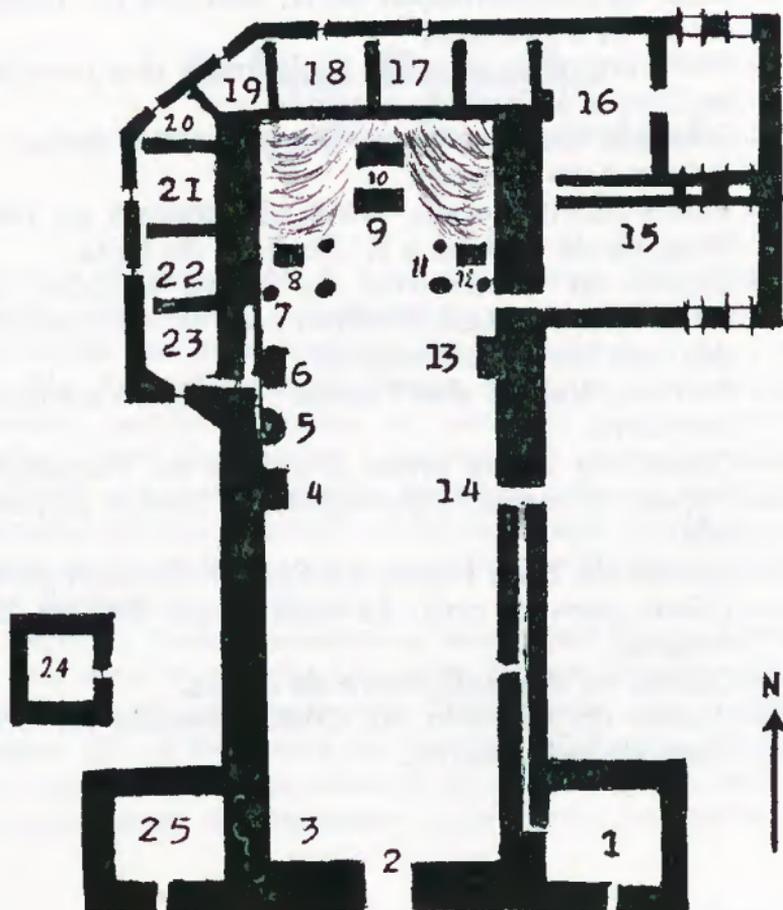
A sétima capela, essa ficou isolada daquelas e do Santuário, certamente para melhor se aproveitar os efeitos do rochedo de granito, criando assim um cenário mais ao vivo do passo da *morte de Jesus no Calvário*. Aí se vê Jesus, morto, suspenso da Cruz. De cada lado encontram-se duas cruzes, sem ladrões e que não foram levantadas. Cinco personagens modificam totalmente o ambiente deste Calvário. Devem ser dois homens e três mulheres. Nossa Senhora figura ao pé da Cruz e um dos homens deve ser S. João, o discípulo amado.

Parece ser indiscutível que estas capelas e estas imagens terão tido sempre grande influência na vida e piedade do povo de Cervães. A conservação do uso de celebrar, ainda hoje, as Endoenças ou até, já duas vezes, os Passos, parece-nos ser disso uma demonstração. Mas é já tempo de concluir de vez as nossas considerações.

10. *Legenda da Planta do Santuário.*

- 1 — Torre do relógio e do carrilhão.
- 2 — Porta principal e anteparo que foi do Convento de Montariol, Braga.
- 3 — Ossadas encontradas junto da porta principal. São de 1717, mas não se sabe de quem. Serão do P. Manuel da Cruz?
- 4 — Altar de Santo António.
- 5 — Local do púlpito.
- 6 — Altar dos Esponsais ou Senhora de Fátima.
- 7 — Oratório de N. Senhora do Bom Despacho (séc. XIX).
- 8 — Pequeno altar de Cristo Ressuscitado.

- 9 — Altar-mor recentemente colocado.
 10 — Altar-mor antigo, com banqueta, sacrário e nicho na Lapa para a imagem antiga da titular do Santuário.



ESQUEMA DO SANTUÁRIO DO BOM DESPACHO

CERVÃES

- 11 — Local, onde, apoiado nos rochedos, se ergue o retábulo monumental, verdadeira jóia artística do Templo.
- 12 — Pequeno altar de S. João Baptista.
- 13 — Altar da Apresentação de N. Senhora no Templo ou de S. Domingos.
- 14 — Porta lateral e acessos (pelo meio das paredes) ao Coro e à Torre do carrilhão.
- 15 — Sacristia e acessos ao Templo, às Capelas da Paixão e ao exterior.
- 16 — Vasto recinto-capela onde se veneram as belas imagens de S. José e N. Senhora do Leite.
- 17 — Capela do Nascimento de Jesus, também dita do *Boi Bento*. Belo presépio com esculturas grandes, em barro policromado.
- 18 — Primeira Capela dos Passos — *Agonia de Jesus* no Horto.
- 19 — Capela de *Jesus preso à coluna* ou Flagelação.
- 20 — Capela da coroação de espinhos (*Senhor da pedra fria*).
- 21 — Capela do *Ecce Homo* ou *Senhor da cana verde*.
- 22 — Cristo com a cruz às costas ou *Senhor dos Passos*.
- 23 — Capela do *desnudamento* de Jesus.
- 24 — Capela do *Calvário* ou Cristo pregado na Cruz.
- 25 — Torre do lado poente.

III

O Bom Despacho e sua irradiação espiritual

1. *A invocação e sua expansão.* São relativamente raros, tanto os templos, como as imagens da invocação de Nossa Senhora do *Bom Despacho*.

Na Arquidiocese de Braga, além do Santuário de *Cervães*, existem capelas em *Abadim* (Cabeceiras de Basto) e em *Gominhães* (Guimarães) a ela dedicadas. Imagens, além das desses templos com os seus respectivos altares, existem na Sé de Braga, na Matriz de Viana do Castelo, na igreja de Bárrio (Ponte de Lima) e na de Barbeita (Monção) ⁽¹⁾.

Outras terras veneram ou veneraram Nossa Senhora, sob esta invocação. De entre outras, convém referir ainda o antigo convento franciscano de Castelo Branco ⁽²⁾, a freguesia de Sendim (Tabuaço, diocese de Lamego) ⁽³⁾, que também lhe chamava Senhora da *Livração*, sem se esquecer igualmente as terras de

(1) Cf. P. Manuel de Oliveira Veloso, *Nossa Senhora na Arquidiocese de Braga, seu culto e suas principais invocações*, in *Actas do II Congresso Mariano Nacional* (1954), Braga, 1956, p. 874-875.

(2) Fr. Francisco de Santiago, *Crónica da Província da Soledade*, II volume (manuscrito), p. 189-190.

(3) Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, VII, Lisboa, 1721, p. 374.

além-mar, como Tararipe, no Brasil (4), Ponta Delgada, nos Açores (5) e Pangim (Nova Goa), na Índia (6).

2. *Antiguidade desta invocação.* Desde quando se venera Nossa Senhora sob a invocação do Bom Despacho, não será talvez fácil determiná-lo. O que por ora mais nos interessa saber é que, também sob este aspecto, não fora original a escolha do ermitão João da Cruz.

Quando, em 5 de Janeiro de 1542, o primeiro grupo de jesuítas, por cedência que el-Rei D. João III lhes fizera, tomou conta do antigo colégio ou mosteiro de Santo Antão, na Mouraria (Lisboa) e que foi a primeira casa que a Companhia possuiu como própria, em todo o mundo (7), já na igreja desse mosteiro existia uma imagem de Nossa Senhora com o título do Bom Despacho, a qual «era muito venerada, e servida de uma grande e devota Irmandade e se lhe faziam festas (8). E conta-se que S. Francisco Xavier alimentou por esta imagem particular devoção, não sendo até de estranhar que haja sido ele ou outros membros da Companhia de Jesus quem divulgou o seu culto e devoção em terras da Índia, nomeadamente em Pangim.

A capela de Gominhães, situada em território do antigo couto de S. Torcato, era uma capela de três altares, coro e com torre de dois sinos, sendo a torre construída nos fins do séc. XIX. Administrada por uma Irmandade que remontaria, pelo menos, ao séc. XVIII,

(4) Id., *Santuário Mariano*, IX, Lisboa, 1722, p. 203-204.

(5) Id., *Santuário Mariano*, X, Lisboa, 1723, p. 323.

(6) Jacinto dos Reis, *Invocações de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, 1967, p. 108, onde enumera diversas terras.

(7) Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, 1958, p. 246-247.

(8) Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, I, Lisboa, 1707, p. 299.

a capela aparece referida em livros paroquiais de 1669 e em livros da Colegiada de Guimarães, em 1644, nos quais se diz que era antiga. As datas posteriores, que no edifício se vêem, indicam tratar-se de restauros ou reconstruções (º).

3. *Significado da invocação Senhora do Bom Despacho.* A devoção mariana é um verdadeiro culto e não apenas uma devoção como a que se pode ter a Santo António, a S. Bento ou a Santa Luzia. Ela baseia-se no dogma que nos ensina que Maria é a Mãe de Deus, na pessoa de Cristo, salvador dos homens.

As devoções particulares à pessoa de Maria não têm valor absoluto, pelo que não se deverá exagerar o seu alcance. Numa família grande, todos os filhos veneram a mãe, cada qual à sua maneira, mas nenhum poderá jamais monopolizá-la para si ou pretender que ela só a um atenda.

Por Maria, Cristo tornou-se um de entre nós e estabeleceu-se em único mediador entre o Pai e nós. A salvação vem de Cristo, mas ele no-la oferece como já sublimemente realizada em Maria, que, com o seu *Fiat* (faça-se), de modo sublime a aceitou. Com Nossa Senhora e por sua influência de Mãe, podemos encontrar-nos com Cristo feito homem, o qual nos introduz na Casa do Pai.

Não é Maria que nos dá Jesus. É Jesus que nos dá Maria por Mãe, escolhendo para si e para nós uma mesma Mãe. Unidos a ela, também nós encontraremos graça junto de Deus.

Maria é o seio que gera todos os irmãos de Cristo. O encontro com Cristo faz-se nela.

(º) J. G. de Oliveira Guimarães; *Guimarães e Santa Maria — História do culto de Nossa Senhora no Concelho de Guimarães*, Porto, 1904, p. 74.

Se apoiarmos as nossas preces a Cristo no *Fiat* (faça-se) de Maria, esse *faça-se* torna-se poderosíssimo *peso* para que as nossas preces, feitas com amor, com esperança e com fé, sejam efectivamente atendidas ⁽¹⁰⁾.

Eis-nos em face do que se poderá chamar o autêntico caminho para um *bom despacho*. Eis a razão pela qual poderemos continuar a invocar Nossa Senhora sob o antigo e ainda actual título do *Bom Despacho*.

Recorde-se, a este propósito, este desabafo-prece de S. Bernardo:

«Lembraí-vos, ó piíssima Virgem Maria, que nunca se ouviu dizer que algum daqueles que têm recorrido à vossa protecção, implorado a vossa assistência e reclamado o vosso socorro, fosse por Vós desamparado».

4. *Feição das imagens da Senhora do Bom Despacho*. Vejamos agora como interpretaram os escultores que esculpíram imagens de Nossa Senhora do Bom Despacho estas ideias atrás referidas.

A mais antiga imagem desta invocação a que se refere Frei Agostinho de Santa Maria é a do Colégio de Santo Antão, da Mouraria (Lisboa). É toda em madeira, com os seus sete palmos de altura e apresentava-se de *mãos postas* ⁽¹¹⁾.

Já as imagens do convento franciscano de Castelo Branco (o título desta foi tirado à sorte!) ⁽¹²⁾, e a de Tararipe (Brasil) eram esculturas em madeira com o Menino Jesus no braço esquerdo. A de Tararipe era estofada e tinha três palmos de altura ⁽¹³⁾.

⁽¹⁰⁾ Cf. E.-H. Schillebeeckx, O. P., *Maria Mãe de Redenção*, Petrópolis, R. J., 1966, pp. 95-99.

⁽¹¹⁾ *Santuário Mariano*, I, p. 299.

⁽¹²⁾ *Crónica da Província da Soledade*, II (manuscrito), p. 189.

⁽¹³⁾ *Santuário Mariano*, IX, p. 203-204.

Quanto às imagens de Sandim (Tabuaço) e à de Ponta Delgada, eram ambas imagens de roca e vestidos, tendo a primeira três palmos de altura e suportando o Menino Jesus no braço esquerdo ⁽¹⁴⁾, e a segunda, quatro palmos e suportava Jesus em ambos os braços. Esta última deve datar de à roda de 1660, por ter sido então fundada a sua Capela por devoção do Capitão Jerónimo da Câmara ⁽¹⁵⁾.

A primitiva imagem de Nossa Senhora do Bom Despacho de Cervães, que havia sido encomendada ainda pelo ermitão João da Cruz, fora também uma imagem de vestidos e de quatro palmos de altura, nada mais referindo a seu respeito o Autor do Santuário Mariano ⁽¹⁶⁾. Ignoramos por quanto tempo foi venerada esta imagem ou quando foi substituída. Só uma datação rigorosa da actual nos poderia elucidar um pouco, sem todavia nos dizer qual o destino da primeira.

Aguardando embora melhor e mais autorizada opinião, quer-nos parecer que a imagem que actualmente ocupa o seu lugar na gruta dos penedos do Santuário pode datar dos fins do séc. XVII, na pior das hipóteses, do primeiro quartel do séc. XVIII, dando-nos até a impressão de que poderia ter sido esculpida por um artista da mesma oficina em que foram feitas imagens como as da Senhora da Conceição de Entre-Rios (Ponte da Barca) e da igreja de Santo António (Ponte de Lima).

Segundo gravura recolhida pelo Cónego Manuel de Aguiar Barreiros, era diferente da que tem hoje a posição do Menino Jesus. Via-se deitado sobre ambas as mãos da Senhora, ao passo que hoje aparece como

⁽¹⁴⁾ *Santuário Mariano*, VII, p. 374.

⁽¹⁵⁾ *Santuário Mariano*, X, p. 323.

⁽¹⁶⁾ *Idem*, IV, p. 43.

que aconchegado ao seu peito e sustentado levantado com ambas as mãos da Senhora (17).

Uma segunda imagem existe ainda no Santuário de Cervães da invocação da Senhora do Bom Despacho. É também como a anterior uma imagem de madeira de mais reduzidas dimensões e que apenas remonta ao séc. XIX, como se pode ver nos *Ensaio Iconográficos* do já citado Cónego Aguiar Barreiros (18). Tem esta escultura a particularidade de se ver o Menino Jesus segurando com a mãozinha esquerda um tinteiro, e com a direita está rubricando num livro que sua mãe sustenta aberto, qualquer despacho que lhe havia sido apresentado. Como obra de arte, é esta imagem de menos valor do que a anterior, como se poderá até avaliar das gravuras reproduzidas (19).

5. *A afluência de devotos. As festividades em Cervães.* Surgido pouco depois do acto que assinalou a restauração de Portugal e tendo sido aumentado e enriquecido ao longo de quase cem anos, durante os quais se ia cimentando, tanto nas chancelarias, como até nas próprias praças militares, a independência pátria, foi este centro mariano motivo de atracção de ilustres fidalgos e militares, empenhados na vitória política. E quando não eram eles, eram as suas mulheres e familiares que aí acorriam a recomendar a Nossa Senhora do Bom Despacho o êxito das campanhas em que ainda todos andavam envolvidos.

São unânimes os testemunhos dos cronistas do Bom Despacho a respeito da afluência dos povos a este santuário. Frei Agostinho de Santa Maria, o mais com-

(17) *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*, Braga, 1931, p. 109.

(18) *Ensaio Iconográficos — Exposição Mariana*, Braga, 1954, lâmina XX, n.º 391.

(19) Ver secção das gravuras e capa.

pleto de todos, depois de isso mesmo referir, acrescenta: «*A esta casa e a esta Senhora buscavam os Generais, e nela faziam suas mulheres novenas pelos bons sucessos de seus maridos, nas armas que governavam naquela Província*» (20).

Efectivamente, no Bom Despacho, além das novenas que individualmente algumas pessoas vinham fazer e durante as quais ocorreram autênticos factos tidos por miraculosos, celebravam-se diversos outros actos devotos. Assim acontecia, quer por ocasião da vinda de romeiros, quer, e sobretudo, por ocasião da festa anual. Esta, o ermitão começou a celebrá-la em 25 de Março dia da comemoração do *Fiat* de Nossa Senhora, mediante o qual se verificou a Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por essa ocasião tinha o Santíssimo exposto durante três dias, e apesar de na Capela ainda não dispor de sacrário (21).

Com o decorrer dos anos e visto que outras celebrações se começaram a fazer grandiosas, perdeu-se totalmente o uso e até a memória da festividade de 25 de Março. Era exactamente isto que acontecia em 1758. Nesta data, os dias de grande romagem ou afluência de devotos ao Bom Despacho eram a *Ascensão* do Senhor, a *primeira oitava do Espírito Santo*; o dia de *S. Tiago* (22 de Julho), o dia 8 de *Setembro* (Natividade de Nossa Senhora), o dia de *Todos os Santos* (1 de Novembro) e o dia de *S. Silvestre* (31 de Dezembro) (22). Recorde-se que segundo o determinado nas antigas *Constituições Sinodais de Braga, de 1639*, todos estes dias eram dia santos de guarda (23).

(20) *Santuário Mariano*, IV, p. 45.

(21) *Ib.*, p. 44.

(22) *Dicionário Geográfico de Portugal*, X, p. 1894 (manuscrito, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa).

(23) *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, Lisboa, 1697, p. 170-171.

O P. J. J. da Silva Bacelar, que escreve em 1897, deixa-nos entrever que houvera entretanto grandes alterações no que respeita à celebração das festividades do Bom Despacho. Estas encontravam-se já então reduzidas a duas apenas: «*uma no dia da Ascensão, outra na segunda feira do Espírito Santo, aquela em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho, esta de Nossa Senhora das Dores*» (24).

Pelo mesmo cronista, sabemos que estariam estas festividades longe da sua antiga projecção e esplendor, realidades ainda fixadas nas lembranças dos mais antigos. De outra sorte, não teria escrito as seguintes palavras: «*Estas festividades foram outrora muito frequentadas de romeiros; hoje, com a erecção de novos santuários em honra da Virgem e melhores vias de comunicação, hão diminuído muito, ressentindo-se disso o santuário na escassês de esmolos para a sua conservação*» (25). Entre esses santuários recentes destacavam-se naturalmente os do *Alívio* e do *Sameiro*, já que os da *Aparecida de Balugães*, da *Franqueira*, do *Bouro*, da *Abadia* e da *Peneda* já antes existiam ou eram suficientemente distantes para affectarem o santuário do Bom Despacho, que, não obstante, tinha contra si, quase como ainda hoje, as relativamente fracas vias de acesso e a falta de propaganda.

Deixemos, contudo, a palavra ao mesmo cronista: «*Ainda assim, vêm romeiros de longe no dia da festa, e até muitas paróquias incorporadas em romaria, a que chamaram clamores, e que fazem parte dos usos da freguesia; e algumas mesmo fora da festividade, em dias certos do ano*» (26).

Peregrinações do tipo dos clamores, havia-as a

(24) *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho*, Braga, 1898, p. 25.

(25) *Ib.*, p. 25.

(26) *Ib.*

cada passo de diversas freguesias e de diferentes distâncias. Por exemplo, o *Livro de Usos e Costumes* de Alvarães (Viana do Castelo) de 1718, incluía entre as obrigações do pároco a de acompanhar o clamor à Senhora do Bom Despacho. Semelhante obrigação recaía, em 1752, sobre o pároco de Parada de Gatim, o qual era obrigado a acompanhar os seus fregueses ao Bom Despacho no dia primeiro de Dezembro ⁽²⁷⁾.

6. *Registo de Milagres.* Todo este movimento em volta do Santuário do Bom Despacho tinha uma justificação ou uma razão de ser que ultrapassava muito o facto da originalidade da sua construção ou dos temas das suas Capelas. É que as pessoas estavam não só possuídas de profunda devoção, mas também animadas dum verdadeira fé, a fé dos humildes que pedem e confiam. Neste estado de espírito diversas foram as pessoas que viram atendidos os seus desejos e sanadas as suas enfermidades. Casos houve que foram tidos como autênticos milagres. Alguns deles foram registados por acaso, já que não havia qualquer necessidade de o fazer. Tinha razão o Ermitão João da Cruz quando respondia àqueles que lhe sugeriam que mandasse registar todos os factos milagrosos. Dizia ele que da Mãe de Deus não se escreviam milagres, uma vez que só para a canonização dos Santos é que era essa uma diligência necessária ⁽²⁸⁾.

No entanto, fosse como fosse, alguns sempre tiveram as honras do registo no atingo manuscrito outrora existente no Santuário. Porque andam divulgados em publicações de difícil acesso ou em cópias manuscritas

⁽²⁷⁾ Cf. o nosso estudo *Génese dum «Livro de usos e costumes» do séc. XVIII — seu conteúdo e alcance pastoral*, in *Itinerarium*, XVIII (1972), p. 393; Separata, p. 50.

⁽²⁸⁾ J. J. da Silva Bacelar, *Apontamentos Históricos*, p. 22; Cópia manuscrita, fl. 8.

que hoje serão uma raridade, achamos dever aqui registá-los para a posteridade. Na transcrição que fazemos seguiremos de perto não só o texto impresso no jornal *Comércio do Minho*, de 1883, ou nos *Apontamentos Históricos do Santuário de N. Senhora do Bom Despacho*, mas também os textos manuscritos de cópias provavelmente feitas sobre o antigo manuscrito ou sobre versão que tem indícios de toda a fidelidade. Começa assim o texto do referido manuscrito: *Direi alguns milagres que Nossa Senhora obrou em os devotos que com viva fé se valem da intercessão da Mãe de Deus com a invocação do Bom Despacho* ⁽²⁹⁾.

Primeiro Milagre que Nossa Senhora fez para mais devoção dos devotos de Nossa Senhora do Bom Despacho.

Foi que estando o Vigário Manuel Cerqueira para dizer Missa a muitos devotos ⁽³⁰⁾ e romeiros que tinham vindo à Senhora na sua lapa, descendo a lâmpada, se afogou ⁽³¹⁾ a griseta no azeite e se apagou; e como não havia ainda casas naquele sítio ⁽³²⁾ nem quem

⁽²⁹⁾ O texto publicado no *Comércio do Minho* e reproduzido nos *Apontamentos Históricos* continua ainda com estas palavras: «*que com propriedade tem esta invocação desde que deu o seu consentimento para a Incarnação do Verbo divino, porque desde aquele instante ficou Mãe de Deus, com a invocação do Bom Despacho, que todos o querem para suas pretensões, assim espirituais como temporais*» (p. 19). Como é evidente, são estas palavras uma adição ao relato primitivo de que a cópia que transcrevemos deve ser testemunho fiel. A terminologia e o conteúdo teológico não condizem de forma alguma com a singeleza ou mesmo ingenuidade do redactor primitivo.

⁽³⁰⁾ *Devotos e*, palavras omitidas na cópia manuscrita.

⁽³¹⁾ O texto manuscrito diz: *se apagou*.

⁽³²⁾ Recorde-se que o relator está a falar ainda de factos ocorridos depois de 1644 e antes de 1661, portanto, em vida do Ermitão João da Cruz, uma vez que ainda era Vigário de Cervães o P. Manuel Cerqueira.

obtivesse lume ⁽³³⁾, porque o Ermitão vivia na lapa, sem ter casa, gritando os romeiros que não havia lume, e o Padre revestido, se ⁽³⁴⁾ foi correndo à aldeia buscá-lo. Sucedeu que depois de ido, ateou-se o lume na lâmpada com tal fogo que o azeite começou a desbordar ⁽³⁵⁾ e a cair por fora, que os romeiros aproveitaram em lenços e panos para os ensopar no óleo milagroso, de que ficou aos romeiros a fé do óleo da alâmpada ⁽³⁶⁾, para vários achaques, de que muitos alcançavam a saúde ⁽³⁷⁾ conforme a fé com que era aplicado; e correndo a fama deste milagre abalou muita gente a devoção da Mãe de Deus do Bom Despacho.

Segundo Milagre

Foi uma mulher tolhida de todos os membros. Veio estar ⁽³⁸⁾ uma novena, e por não haver recolhimentos de casas, dormia, com os outros romeiros, debaixo da lapa; e na última noite dos nove dias, foram tão grandes as dores que padeceu, que não deixou dormir os circunstantes, e lhe estalavam os ossos de sorte que se podia ouvir muito longe; e na quebrada da manhã adormeceu e em menos de uma hora se levantou louvando a Mãe de Deus por se ver sem lesão alguma, atribuindo-se este milagre à virtude que Nosso Senhor ⁽³⁹⁾ punha no óleo da alâmpada que alumia a imagem de sua Santíssima Mãe.

⁽³³⁾ No texto impresso lê-se: *que tivessem lume.*

⁽³⁴⁾ O texto manuscrito omite o *se.*

⁽³⁵⁾ O texto impresso registou *bordar.*

⁽³⁶⁾ A cópia manuscrita omite aqui *para os ensopar.*

⁽³⁷⁾ O texto manuscrito contém *muito.*

⁽³⁸⁾ O manuscrito tem *detestar*, o que deve ser erro, por *de estar.*

⁽³⁹⁾ O texto manuscrito diz *Nossa Senhora*, mas vê-se que foi erro, como o denuncia o contexto.

Terceiro Milagre

Uma preta, chamada Maria, que por ser cega, sem ver nada, a mandaram seus senhores mendigar. Ouvindo os milagres de Nossa Senhora do Bom Despacho se ofereceu com viva fé à dita Senhora com uma novena, e todos os dias se untou com o óleo da alâmpada e no fim ⁽⁴⁰⁾ da novena, dando volta ao redor da lapa ficou vendo com vista clara ⁽⁴¹⁾ e cantando e louvando a Mãe de Deus ⁽⁴²⁾ por se ver restituída da sua vista; e os romeiros, que presentes estavam, deram graças a Deus por tão grande milagre.

Quarto Milagre

Félix Pereira, cavalheiro da Vila de Monção, tendo-lhe já tangido ⁽⁴³⁾ os sinos a defunto ⁽⁴⁴⁾, uma religiosa de virtudes, sua irmã, chamando com grande ⁽⁴⁵⁾ fé por Nossa Senhora do Bom Despacho, para que desse vida a seu irmão, foi tal a sua deprecação que tornou à vida ⁽⁴⁶⁾; e seu irmão que presente estava, João Gomes, Abade, em gratificação do milagre, trouxe o hábito ⁽⁴⁷⁾ com mil reis ⁽⁴⁸⁾ de oferta ⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁰⁾ O manuscrito diz *na última*.

⁽⁴¹⁾ O texto impresso omite: *ficou vendo com vista clara*.

⁽⁴²⁾ O texto publicado dizia: *veio cantando e bailando, louvando*.

⁽⁴³⁾ Na cópia manuscrita está *tocado*.

⁽⁴⁴⁾ No texto impresso *de defunto*.

⁽⁴⁵⁾ A cópia manuscrita omite *grande*.

⁽⁴⁶⁾ No texto manuscrito, depois de *irmão*, lê-se apenas: *logo vem a si*.

⁽⁴⁷⁾ Isto é, a mortalha, tão usada em tempos passados.

⁽⁴⁸⁾ O texto da cópia manuscrita diz: *vinte mil reis*.

⁽⁴⁹⁾ Um pouco diferente é o texto da cópia manuscrita, mas, exceptuada a quantia referida na nota anterior, é uma questão de colocação das palavras.

Quinto Milagre

Um ourives da cidade do Porto havia anos que era casado. Desgostoso de não ter sucessão, veio de romaria à Senhora do Bom Despacho com sua mulher, e lhe pediram com devoção, que lhes desse fruto daquele matrimónio e fosse para serviço de Deus. Sucedeu ouvir a Mãe de Deus a sua petição e daí a um ano ⁽⁵⁰⁾ vieram com um menino dar graças à Senhora com a oferta de um cálix de prata aparelhado.

Sexto Milagre

Pedro Correia, natural da cidade de Brága, sendo furriel duma tropa na praça de Salvaterra, na Galiza ⁽⁵¹⁾, tendo um choque com os inimigos, foi passado com uma bala pelo umbigo que lhe saiu às costas, ficando guardada na camisa; e chamando pela Senhora do Bom Despacho com fé e [intenção] de a servir todos os anos com uma Missa Solene ⁽⁵²⁾ e sua oferta, sarou ⁽⁵³⁾; já carregado de anos, foi capitão de infantaria, casado em Ponte de Lima.

Sétimo Milagre

Um estudante chamado Fulano Monteiro, da freguesia do Couto de Manhente, sendo vexado terrivelmente do inimigo comum, trouxeram-no seus pais com viva fé nove dias à Senhora do Bom Despacho, por ser meia légua [de distância] aonde moravam e foi livre do

[50] O texto manuscrito acrescenta *vir*.

[51] O manuscrito não contém *sendo furriel*, etc.

[52] A versão utilizada no texto impresso diz *cantada*.

[53] O manuscrito diz *o curou em pouco tempo*.

inimigo que o não deixava entrar na igreja. Foi depois sacerdote e Vigário da mesma freguesia.

Oitavo Milagre

João de Araújo, da freguesia de Santa Cruz, termo de Ponte de Lima, estando de novena em Nossa Senhora do Bom Despacho, saindo da igreja, de cantar o terço, com umas contas na mão, a aplacar uma grande desordem (54), deu-se um tiro dos contendores e acertou nele uma bala (55). Chamando por Nossa Senhora do Bom Despacho que lhe valesse e retirando-se ao seu quartel (56), sucedeu que ao quinto dia vomitou a bala pela boca, havendo-lhe entrado por uma pá; e dentro de quinze dias se foi para sua casa a pé com grande admiração de todos os que estavam presentes (57). Em gratificação deste milagre vem todos os anos servir a Senhora com uma novena.

Depois de haver posto ponto final à narrativa destes oito milagres ou factos de alguma maneira maravilhosos, lêem-se ainda estas seguintes palavras no texto manuscrito a que tantas vezes nos cingimos: «Não se põem aqui todos os milagres que a Senhora está fazendo todos os dias porque o menos que a Senhora pode fazer são milagres por via do seu Santíssimo Filho de Deus (58).

A fama dos milagres atribuídos a N. Senhora do

(54) O texto impresso diz *uma briga*.

(55) No texto impresso acrescenta-se *por uma pá*.

(56) Quererá certamente designar com isto o seu abrigo na casa dos romeiros!

(57) O texto impresso diz ainda: *atribuindo todos a milagre da Senhora*.

(58) A versão utilizada no texto impresso diz apenas: *... pode fazer são milagres, tendo tal filho*.

Bom Despacho não ficou apenas registada nos papéis. Ela encontra-se igualmente firmada noutros documentos denominados *ex-votos*. Não sabemos se existem muitos referentes ao Bom Despacho. Sabemos que um pelo menos figurou na Exposição Mariana de Braga, em 1954, como consta do respectivo catálogo ⁽⁵⁹⁾ e que se intitulava *Milagre de Nossa Senhora do Bom Despacho*, sendo uma engraçada pintura em tábua, datada de 1783 e que felizmente ainda hoje se conserva na sacristia do Santuário. Diz assim o texto desse *ex-voto*, cujas abreviaturas aqui desdobrámos: «*Milagre que fez N. Senhora do Bom Despacho a António dos Santos, da Póvoa de Varzim, que vindo com três pessoas em um batel para entrar na Barra, se levantou o mar e o submergiu, de sorte que dois saíram a nado, e um desapareceu. E o sobredito andou quatro horas em água amarrado ao batel, até que sua mãe Maria Francisca se apeçou com a dita Senhora, que foi servida dar-lhe tempo a uma lancha o fosse buscar, pois não sabia nadar. Em Janeiro de 1783 anos*».

7. *Cânticos à Senhora do Bom Despacho*. Não ficava o povo insensível às graças ou mercês recebidas por intercessão da Senhora do Bom Despacho. Uma das formas mais vulgarizadas de agradecimento consistia em fazer a *romaria* ou em levar uns *romeiros*, isto é, um grupo de moças ou criancinhas a cantar músicas religiosas desde a casa do vovente até ao Santuário da Senhora. Esta pequena peregrinação podia, além dos cânticos, levar também velas, flores ou outras ofertas para depositar aos pés de Senhora.

Os dizeres utilizados nos cânticos dos romeirinhos constavam geralmente das seguintes palavras:

⁽⁵⁹⁾ Cónego Manuel de Aguiar Barreiros, *Ensaio Iconográfico*, Braga, 1954, p. 81.

*Senhora do Bom Despacho,
Aqui vos trazemos
Estes romeirinhos,
Que vos prometemos.*

*Inda mais também:
No céu e na terra,
Para sempre. Amém!*

*Senhora do Bom Despacho,
Aqui vos levamos
Estes romeirinhos
De velas e ramos.*

*Inda mais também:
Na vida e na morte,
Para sempre. Amém!*

Mas isto é apenas uma ligeira amostra dum texto muito usado por esse Minho fora. Efectivamente outras cantigas se usavam com dizeres como estes:

*Senhora do Bom Despacho,
Ó minha Salvé Rainha,
Dai-me grão par'o moleiro,
Qu'ele me dará farinha.*

*Senhora do Bom Despacho,
Entre pedras, noite e dia!
Ao acenderem as luzes,
Ai! Jesus, que alegria!*

São estas letras composições espontâneas que brotam do fundo do coração popular. Muitas outras surgiriam, como as que aqui registaremos em seguida, e que se destinavam a ser cantadas com melodias ini-

cialmente pertencentes a outras cantigas, como o cântico *Virgem Pura*:

*Senhora do Bom Despacho
Com um tinteiro na mão!
Todas as penas da terra
Vão bater-lhe ao coração.*

*Senhora do Bom Despacho,
Manda o Menino escrever.
Só espera as suas ordens
Para logo me atender.*

*Senhora do Bom Despacho,
Branquinha como o luar,
Tem nos olhos a brancura
Do linho do nosso lar!*

*Senhora do Bom Despacho!
Capelinhas ao redor;
Hei-de corrê-las a todas,
Senhora, quando lá for.*

*Senhora do Bom Despacho
Entre rochas a rezar;
Não há altar como o vosso,
Em toda a roda do mar.*

*Senhora do Bom Despacho,
Sobre os montes a velar!
Donde quer que os olhos se abram
Sempre aqui vêm parar.*

*Senhora do Bom Despacho,
Candeia das nossas casas!
Sobre nós caia o teu manto,
Que abriga melhor do que asas.*

*Senhora do Bom Despacho!
Sinos novos a tocar!
Até parece que os anjos
Vieram do Céu a cantar.*

*Senhora do Bom Despacho,
Que lindo é o vosso véu!
Quando se acabar a vida,
Abri-me a porta do Céu.*

8. *O Bom Despacho no final do séc. XIX* Não obstante o ter beneficiado de grandes melhoramentos efectuados no Santuário entre 1887-1897, cujo custo ultrapassou os quinhentos mil reis, as necessidades nem por isso ficaram todas satisfeitas.

Sabemos terem sido incansáveis os membros da Comissão que então levou as obras a bom termo. Convém recordar aqui os seus nomes: P. António Joaquim Fernandes de Barros, Abade da freguesia ⁽⁶⁰⁾; António Joaquim de Oliveira Quintela, Capelão do Santuário; P. José de Oliveira; P. José Joaquim da Silva Bacelar; P. José Joaquim da Silva Bacelar Júnior; P. Manuel José da Silva Bacelar; Bento José da Silva

⁽⁶⁰⁾ Faleceu a 25 de Outubro de 1907 e por disposição testamentária deixou 100:000 reis às Confrarias do Santíssimo Sacramento e N. Senhora do Rosário, para fundos e a cada uma e a N. Senhora do Bom Despacho deixou 30:000 reis para obras, além de muitas ofertas a várias associações católicas (*Livro de Cópia dos Testamentos dos Defuntos desta Freguesia de Cervães*, fl. 125).

Bacelar, João de Oliveira e Silva Bacelar, Joaquim Gomes da Costa, Manuel Soares de Macedo, José Maria da Silva Couto, António Fernandes Gomes, Manuel Francisco Ribeiro, João Ribeiro de Macedo, José da Costa, João Valentim Cerqueira Esteves e Francisco da Silva Queira ⁽⁶¹⁾.

O dia 13 de Novembro de 1903 foi data de rara solenidade para a Santuário do Bom Despacho, que sob o seu tecto acolheu a autoridade máxima da Igreja de Braga, o Arcebispo de então, D. Manuel Baptista da Cunha. Mas sobre este assunto deixemos a palavra ao próprio visitante: *Juntamente com esta igreja [paróquia] visitámos a capela pública de Santo António da Custariça e o Santuário de N. Sr.ª do Bom Despacho, onde no dia 13 do corrente crismámos oitocentas pessoas*» ⁽⁶²⁾.

Como consta ainda da acta da respectiva visita pastoral indulgenciou o Arcebispo com 40 dias algumas imagens da freguesia, entre as quais «a de N. Sr.ª do Bom Despacho veneranda em seu Real Santuário», podendo lucrar estas indulgências, uma vez por dia, quem diante dela rezasse três Avé-Marias ⁽⁶³⁾.

Nenhum reparo fez o Arcebispo acerca do estado do Santuário. E quanto à vida cristã dos cervanenses, não teve receio de deixar registadas as seguintes palavras: «*Quanto ao espiritual pareceu-nos florescente a piedade cristã deste povo e por isso esperamos que continuará assíduo em frequentar as catequeses e homilias do seu R. Pároco, que procurará manter o fervor religioso pela frequência dos Sacramentos e devoção do SS. Coração de Jesus e Maria*» ⁽⁶⁴⁾.

⁽⁶¹⁾ J. J. da S. Bacelar, *Apontamentos Históricas...*, p. 27.

⁽⁶²⁾ *Livro de Capítulos da Visita*, fl. 116.

⁽⁶³⁾ *Ib.*, fl. 116 v.º.

⁽⁶⁴⁾ *Ib.*, fl. 116-116 v.º.

9. *Recente revitalização. O Culto e as peregrinações ao Bom Despacho.* Para lhe dar o devido realce, deixamos para capítulo próprio a referência às obras mais recentes ou até mais antigas, mas efectuadas no decorrer deste séc. XX. Corresponderam elas a um reavivar da chama da devoção e do culto em honra de N. Senhora do Bom Despacho. E não há dúvida que não é uma questão de falta de fé ou piedade das populações, a principal causa da aparente indiferença que por vezes se nota. É antes uma questão de falta de iniciativa e de esclarecimento por parte dos responsáveis religiosos pelo povo cristão. As iniciativas do actual pároco de Cervães demonstram-no cabalmente. E não tenhamos dúvidas de que o Santuário do Bom Despacho terá uma inexplorada missão a cumprir dentro da pastoral e da evangelização deste conjunto de paróquias da margem direita do Cávado desde Prado até Galegos ou desde Alheira até S. Martinho de Escariz ou até mesmo Freiriz.

O culto no Santuário vem aumentando e vai-se actualizando, a pontos de atrair, não apenas as crianças ou as pessoas de mais idade, como ainda a própria juventude. A este propósito é de assinalar a preferência dada por muitos noivos a este Santuário, que, cada vez mais, o buscam para nele celebrarem o grande sacramento que os unirá por toda a sua vida.

A cada passo são requisitadas missas de promessa, cantadas umas, solenizadas outras; o terço, os sermões, os romeiros, etc., são outras tantas manifestações de que está verdadeiramente encaminhado para a vida este Santuário.

E desde há uns anos a esta parte tem sido de grande projecção a celebração duma peregrinação, partindo, ora duma, ora doutra paróquia, de entre as que rodeiam ou são mais vizinhas da de Cervães. Todas, se têm associado ao movimento de revitalização

espiritual e renovação do culto mariano neste belo Templo tricentenário.

Estas peregrinações têm aumentado em entusiasmo de ano para ano e no passado ano de 1975 foram já doze as paróquias que quiseram tomar parte nesta peregrinação com as suas confrarias e respectivos párocos tendo sido enorme a população nesse dia reunida nas imediações do grandioso Santuário.

10. *A instituição duma Confraria.* A maior parte das capelas ou santuários antigos chegaram até aos nossos dias, graças à dedicação e às sucessivas iniciativas de Irmandades ou Confrarias que, melhor ou pior, velaram pela sua conservação.

A Senhora da Abadia, da Peneda, do Sameiro, do Alívio, todas têm a sua Confraria. O próprio Bom Jesus do Monte também tem a sua, e bem antiga.

A Senhora do Bom Despacho, de Cervães, nunca teve Confraria. Porquê? Não terá sido necessária? Ninguém se terá lembrado antigamente de a instituir? Eis algumas perguntas a que será de todo desnecessário responder.

Segundo nos revelou o actual pároco e grande restaurador do Bom Despacho, «a constituição duma Confraria não está fora dos planos para o futuro». E, como que antecipando-se àquilo que deverão ser os requisitos básicos ou estatutários para a sua legítima constituição, acrescentava o seguinte: «Para isso, é necessário que as esmolas continuem, que os membros dessa Confraria sejam bons católicos, praticantes e que só tenham em vista o aumento do culto à Santíssima Virgem sendo obedientes à legítima autoridade eclesiástica, e que não pretendam simplesmente criar dificuldades ao pároco da freguesia, atraídos talvez pela falsa miragem de ter na mão as reduzidas esmolas que o Santuário recolhe e que, para já, poderão perfeita-

mente ser administradas pela Comissão Fabriqueira». É natural que o ressurgimento da vida espiritual, que se prevê para um futuro muito próximo neste santuário, possa vir a aconselhar a criação duma Irmandade que se preocupe com lhe aumentar a projecção. Mas antes disso haverá que consultar evidentemente todo o povo cristão de Cervães, bem assim como o seu Pastor, o Arcebispo que dele tem todo o cuidado e solicitude pastorais.

IV

Alguns capelães do Bom Despacho

Seria relativamente interessante registrar aqui o nome de todos os capelães do Santuário do Bom Despacho. Todavia isso não é possível por nos faltarem elementos. Os que conseguimos recolher, foram encontrados aqui e acolá, a esmo, e como que por acaso. Outros haverá até que nos serão conhecidos. Porém como neles não vimos sequer a designação de «capelão do Bom Despacho», também lha não iríamos pôr.

Trata-se, pois, dum elenco incompleto. Poderá acontecer que alguém possa vir a contribuir para o seu aperfeiçoamento. Oxalá que muitos possam ter essa satisfação! Eis os nomes dos padres capelães:

Manuel da Cruz (1662-1690) ⁽¹⁾

Filipe de Sousa (1743-1754) ⁽²⁾

Manuel Domingues Martins (1797-1823) ⁽³⁾

(1) Desde, pelo menos 1665 até 1690, temos referências dignas de toda a confiança acerca da sua presença no Bom Despacho.

(2) Diz-se que era do Bom Despacho, sem se afirmar que era o capelão. Mas também ao anterior nunca o designam os documentos por capelão.

(3) Foi capelão do Santuário desde 1813 até 1823, onde ficou sepultado, com as devidas licenças. As datas propostas são as que encontrámos em restos de documentos que ainda conseguimos decifrar e que pertenceram à Irmandade Leiga de S. Pedro.

José Francisco Ribeiro (...-1836-?) (4)

João Luís da Silva Couto (...-1843) (5)

António Joaquim de Oliveira Quintela (1855-1903) (6)

Avelino Lopes Pojeira (...-1915) (7)

Joaquim de Oliveira (1915-1918) (8)

António Augusto Gomes da Costa (1919-1935) (9)

Manuel da Costa Fontoura (1923-1948) (10)

(4) Vimos o seu nome num documento em que consultou a Cúria Bracarense a fim de saber se estava ou não obrigado a dar contas dos rendimentos do Santuário à Junta da Paróquia da mesma freguesia, a qual lhas pretendia exigir. Foi este o teor da resposta: «*Não deve o Suplicante dar contas à Junta de Paróquia, por não ser este Santuário sujeito à mesma Junta, mas sim a esta jurisdição. Braga, 4 de Novembro de 1836. Rebelo.*»

(5) Assistiu, aos 25 de Junho de 1843, com delegação para o efeito, ao casamento de João de Oliveira da Silva Bacelar com Josefa Domingues de Oliveira, que foram donos da Custariça.

(6) Faleceu a 20 de Setembro de 1903, já velhinho, com 88 anos, mas desempenhando ainda o cargo de capelão. Era natural da freguesia de *Alheira* (Barcelos), onde nascera em 1815. Em 21/5/1855, com 40 anos, entrou na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro, pagando 10\$500. Deve ter vindo nesse ano para o Bom Despacho, embora só o tenhamos visto expressamente referido como capelão em documento de 15 de Agosto de 1863. Seguiu-se a este Capelão um sacerdote natural de S. Martinho de Escariz, P. Estrada, cujo nome não foi possível apurar correctamente.

(7) Natural de Cabanelas. Com 35 anos, entrou na Irmandade Eclesiástica de S. Pedro, aos 28 de Maio de 1900. Faleceu em 1915, tendo sido sufragado com o ofício, em S. Pedro de Montório, a 10 de Dezembro desse ano.

(8) Nasceu em Cervães. Em 5/6/1916, contava 29 anos. Era capelão quando faleceu vitimado pela epidemia da pneumónica que grassou feroz por esta região, entre Agosto e Dezembro de 1918, desmantelando muitas famílias ou dizimando até famílias inteiras. Foi sufragado, em S. Pedro a 2 de Dezembro desse ano. Mais notícias no capítulo sobre o clero de Cervães.

(9) Ver informações sobre o clero de Cervães.

(10) Ver também o capítulo sobre o clero de Cervães. Esteve muito ligado ao Bom Despacho, onde celebrava, embora sem ser oficialmente capelão.

Obras recentes. Benfeitores insignes da paróquia e do santuário. Outras coisas a não esquecer

1. *Nos primeiros 40 anos do séc. XX.* Longos anos passou sem o benefício das reparações, que a tempo se impunham, o Santuário da Senhora do Bom Despacho.

Datavam da década de 1887-1897 as últimas grandes obras de restauração e de melhoramento. Entretanto, meteu-se pelo meio a igreja paroquial a reclamar arranjos de vulto, que, pelo menos, o foram no que diz respeito às verbas dispendidas. Estávamos quase em 1923, quando a essas obras deitaram mãos todos os mais generosos e entusiastas da freguesia. Já mencionámos a sua acção ao tratar da história da igreja de Cervães. E o certo é que em face da enorme quantia de dinheiro que então foi necessário mobilizar e despender, o povo da freguesia não se sentiria com grandes fôlegos para se abalançar a novas obras tão cedo. Sobretudo, o pároco tinha para isso razões de sobra! E assim se compreenderá facilmente que o Santuário do Bom Despacho tenha sido relegado para ficar à espera de melhores dias.

Foram contudo terrivelmente prejudiciais esses longos dias, de mais de meio século, sem conveniente

assistência material, também esta resultante, até certo ponto, da pobreza de vida espiritual, que aí não existia ou quase de todo se extinguiu.

Procurámos indagar quando e de que modo terá ficado o Santuário do Bom Despacho privado da quinta que desde os seus inícios lhe pertencera. Consta que foi à praça! Mas ninguém foi capaz de o saber explicar convenientemente.

Neste caso, porém, é verdade que o que à Igreja pertencia, à Igreja tornou, uma vez que a dita quinta veio parar às mãos dos religiosos da Ordem Dominicana, a qual na pessoa dum seu ilustre membro, o Rev. P. Frei Gil Afonso, aí instituiu o *Patronato da Senhora do Bom Despacho*, em 1930.

Fazia este Patronato parte dum benemérito Serviço da Igreja denominado *Obra da Criança Abandonada*, a que de alma e coração se dedicara o bondoso Frei Gil. No Bom Despacho, chegou a albergar uns quarenta rapazinhos desprotegidos da sorte, por serem órfãos, abandonados, ou filhos de pais desavindos ou doentes, etc.

Apesar de o Patronato do Bom Despacho ter sido suspenso, por motivos que desconhecemos, sabemos todavia que a *Obra da Criança Abandonada* continua a existir no Porto e noutras localidades, que não vem a propósito enumerar.

Se não fora muita, alguma influência decerto tivera a presença de semelhante obra social, na vida do Santuário do Bom Despacho. Se mais não fosse, teria contribuído, pelo menos, através da gritaria da sua rapaziada, para que aquele sítio deixasse de ser uma aparente tumba de abandono e morte.

2. *A celebração do tricentenário do Bom Despacho.* Entretanto, com a aproximação de 1944, avizinhava-se a lembrança do terceiro centenário da funda-

ção ou nascimento da obra que culminou na existência desse grandioso templo.

O Frei Gil, que bem pôde presenciar com os seus olhos o estado desse mosteiro ou santuário, não teve receio de dizer que se tratava dum *mosteiro em ruínas* e que Nossa Senhora aí estava a ser, não só *muito esquecida*, mas ainda *muito maltratada* (1).

Foi por essa altura que surgiu, e não sem tempo, um *movimento de restauração*, chefiado pelo Dr. Cândido Bacelar, médico da terra, pelo P. José Bacelar, também da terra e então pároco da Ucha, e pelo industrial Amaro de Macedo, igualmente da freguesia, sem esquecer, naturalmente, o Pároco.

Até as galinhas de Cervães acabaram por tomar parte nesse movimento! Como? Dando à Senhora do Bom Despacho todos os ovos que conseguissem pôr aos Sábados! Estes ovos eram recolhidos por zeladoras que percorriam para o efeito toda a freguesia, se não semanalmente, pelo menos de quinze em quinze dias.

O telhado ameaçava ruir, e nesta emergência, foi o industrial Amaro de Macedo quem não hesitou em oferecer toda a telha indispensável a uma nova e total cobertura. Desde a sua fábrica de Cruto até ao Bom Despacho foi realizado o mais belo acarretamento que jamais na freguesia se vira. Eram mais de cinquenta carros de bois, todos eles ricamente enfeitados e garbosos como se fossem conscientemente oferecer o seu trabalho a Nossa Senhora.

E não se esqueça de registar também aqui, que ao terminar esse magnífico cortejo, foi celebrada Missa Campal com Sermão de circunstância (2).

De 1944 data, além desse conjunto de obras de restauro, o enriquecimento do Santuário com um carri-

(1) Gil Afonso, *Senhora do Bomdespacho*, Porto, 1944, p. 17.

(2) *Ibid.*, p. 18.

lhão capaz de nele se executar qualquer música para ser tocada mediante utilização de sinos. Dada a excelente cor do seu som, bem mereceria ser divulgada, através de discos e cassetes! Será esta uma perspectiva que certamente não deixará, a seu tempo, de ser encarada, disso não temos dúvida!

Como remate da obra de restauro efectuada em 1944 e solenização do ano do III Centenário do Bom Despacho foi organizada uma grandiosa peregrinação ao Santuário, num dos domingos de Agosto, e à qual viera pessoalmente presidir o Arcebispo D. António Bento Bartins Júnior, que também, segundo me informaram, celebrou Missa Campal para os peregrinos.

3. *Os últimos restauros e melhoramentos.* As obras de 1944 ficaram muito longe de esgotar ou satisfazer inteiramente as necessidades de melhoramentos que comportava um conjunto de edifícios como os do Bom Despacho.

E é assim que se pode dizer que as obras também nunca lá se acabaram. Pelo menos, desde 1960 até ao presente sempre lá tem havido que fazer. Não será exagero nenhum afirmar-se que o verdadeiro restauro, aquele que se conseguiu fazer com profundidade e persistência, foi precisamente o que ultimamente se conseguiu levar a cabo. Que o digam os pavimentos, as paredes, os telhados, as imagens, os altares e o vitral do frontespício, ou o novo altar artístico destinado à celebração da missa voltada para o povo! E sem se esquecer a electrificação, as instalações sonoras, o relógio eléctrico e o órgão electrónico! Todo um conjunto de obras avaliado em mais de dois mil contos.

Onde se foi buscar todo esse dinheiro?

Além dum as escassas participações do Estado, poder-se-á acrescentar que todo ele foi dado pelos fiéis e pelos benfeitores, tanto da própria freguesia

como das freguesias vizinhas, nomeadamente daquelas que, de há uns anos a esta parte, se têm incorporado nas peregrinações de apoio às obras de restauração do Santuário.

Julgamos que não será motivo de melindre para ninguém ou de envaidecimento doentio para os próprios, registar aqui os nomes de *alguns benfeitores* que acharam por bem pôr ao dispor das obras da comunidade cristã de Cervães algum do dinheiro resultante das suas economias ou dos seus lucros, certamente conseguido após longo e porfiado trabalho.

Amaro de Macedo, industrial. Foi o grande entusiasta da aquisição do terreno para a construção da nova igreja paroquial e novo salão, para cuja compra emprestou parte do dinheiro, dando ainda a quantia de dez mil escudos. E como atrás se disse, foi um dos grandes obreiros da restauração do Santuário do Bom Despacho, em 1944. Faleceu em 24 de Junho de 1964, no Hospital de S. Marcos (Braga), depois de ter sido vítima dum brutal acidente, ocorrido no Gerês.

Benedito de Oliveira, a residir na Venezuela. Concorreu com o donativo de setenta e cinco mil escudos para um candelabro e outras reparações no Santuário.

João de Oliveira. Concorreu com cinquenta mil escudos para a restauração do pombal anexo ao Santuário, bem assim como para os muros de suporte e caminhos de acesso para a quinta de cima, do mesmo Santuário.

António Abreu e esposa. Contribuíram com trinta mil escudos para as portas do Santuário. Recorde-se que o antigo guarda-vento ou anteparo havia sido para ali trazido da igreja do convento de Montariol. Fora

nesta altura modificado, fazendo-se mais pequeno e mais ao moderno, mas aproveitando-se as boas madeiras do anterior.

José Bento da Costa Correia. Concorreu com trinta mil escudos para a restauração de todos os altares do Santuário.

Netos de João Carlos Oliveira. A trabalhar nos Estados Unidos da América do Norte. Contribuíram com quinze mil escudos para a nova Residência paroquial e para o Santuário.

Silvina Alves. Contribuiu com 70 mil escudos para a compra dum relógio electrónico na igreja paroquial e obras do Bom Despacho.

Por intermédio de Leonardo da Costa. Foram obtidos dezanove mil escudos para a aquisição dum órgão electrónico para o Santuário.

Casimiro Ribeiro. Ofereceu todos os tacos da residência paroquial no valor de 10 contos.

António de Oliveira Macedo, de Soutelinho. Ofereceu toda a telha para a Residência nova, no valor de dez mil escudos.

Eng.º Macedo e seu saudoso irmão, Olindo, † em Outubro de 1974. Ofereceram todo o tijolo da Residência nova, no valor de quinze mil escudos.

P. António Augusto Gomes da Costa. Em madeira e dinheiro, ofereceu a quantia de dez mil escudos.

Manuel de Oliveira Gertrudes. Ofereceu a placa do tecto da nova Residência, no valor de dez mil escudos.

António Ferraz, de Cruto. Ofereceu parte da telha para a igreja paroquial, no valor de dez mil escudos.

Rúben Gomes da Costa e esposa. Presidente do Clube Português de Niteroi, no Brasil. Prontificou-se a custear metade das despesas a efectuar com a construção do novo salão paroquial e que atingirá milhares de contos. Com essa finalidade entregou-nos já 100 contos e o projecto no valor total de 140 contos.

Embora não fosse nossa intenção registar aqui os nomes de todos os benfeitores, o que se tornaria inviável, tomámos a liberdade de arquivar as duas listas públicas que colhemos na Sacristia do Santuário do Bom Despacho.

Contém a primeira as quantias e os nomes dos que em 1/12/1970 ofereceram o *relógio eléctrico* para o Santuário:

Manuel S. Fortes, 6.000\$00; João S. Pereira, 3.000\$00; João Carlos de Oliveira, José S. Alves Portela, José Vaz, Júlia F. Oliveira, José Caetano, D. Amélia, Adonias Costa, Alberto S. Alves Portela, António R. Macedo, Manuel Pereira, Manuel Alves Portela, Manuel R. Macedo, Manuel Gonçalves, Vitalino Pereira, Vítor C. Oliveira, Herculano S. Maciel, Francisco Pereira, Adelino Pereira, todos com 1.000\$00; David C. Pereira e João Fernandes, com 500\$00.

A segunda lista refere os que ofereceram as *instalações sonoras* do Santuário, em 1/1/1971:

D. Amélia G. Silva, José Caetano da Silva, Vitalino Francisco Pereira, Manuel Alves Portela, José A. Portela, João Almeida, Manuel da Silva Fortes, António da Costa Fontoura, João de Oliveira (B. Despacho) Augusto X. de Oliveira, Domingos X. de Oliveira, João da Silva Macedo, todos com 1.000\$00; David Martins (Bouça), 600\$00; José de Lima, António

Vilaverde, António Araújo, António Gomes (B. Despacho), João Martins, Bernardo (B. Despacho), Augusto de Faria, Armando Gomes, João da S. Grilo, José Ferraz, António Leça, Manuel R. Mendes, Laurindo Lopes, Alcides Couto de Azevedo, José Carlos A. Portela, Cândido de Lima Azevedo, Claudino Ribeiro, Leonardo da C. Fontoura, João Saramago e Manuel Pereira (I. Nova), todos com 500\$00, cada.

4. *Outras coisas a não esquecer.* São igualmente de arquivar aqui os seguintes factos relacionados com a vida da Paróquia de Cervães, por dizerem respeito à sua igreja paroquial ou ao Santuário do Bom Despacho:

- Em 20 de Maio de 1944, uma Comissão de vinte elementos, presidida pelo Sr. Dr. Aurélio da Silva Macedo e Cunha, adquiriu, para o Santuário, a chamada *Quinta da Rosalina*, que num futuro mais ou menos longo poderá vir a constituir o *Parque do Santuário*.

- Por escritura de 24 de Outubro de 1963 foi adquirida uma *bouça* de mato e pinheiros para o Bom Despacho.

- A *Quinta do Rebelo*, destinada à construção da nova igreja paroquial, foi adquirida por escritura de 7 de Maio de 1964.

- Também já se encontra feito e aprovado o *projecto* para a construção *duma nova estrada para o Santuário* e o lugar de Leiroinha, com prolongamento até à Capela de S. Pedro de Montório.

- O terreno da *Quinta do Rebelo* virá a comportar, além da nova igreja, o novo salão paroquial e o

parque infantil, com rinqe de patinagem, estando tudo orçado em milhares de contos.

- A construção da *Residência nova* para o pároco foi levada a cabo em 1974-1975. Apesar de simples, será edifício para valer os seus setecentos contos.

- Foram restauradas a residência velha e a igreja paroquial, bem assim como as capelas da Senhora de Lurdes, de S. Pedro de Montório, S. Bento, sem se esquecer os paramentos, bandeiras, opas, carreta fune-rária, sinos e telhados, tudo no valor de mil contos.

Embora a vida litúrgica duma paróquia se possa praticamente confinar aos limites dos seus templos ou recintos sagrados, a vida dos cristãos, que são também cidadãos, não se pode de forma nenhuma fechar nesses locais. Pelo contrário, eles têm de participar na política, na educação, no trabalho e em todas as formas de cultura e de melhoria das condições de vida individual e social. Não ficará por isso mal registar aqui duas pala-vras acerca da *Banda Musical*, da *Telescola* e da *Casa do Povo*, três iniciativas que grandemente beneficiaram não só a população de Cervães, como ainda as popu-lações de outras freguesias.

A Banda de Música

Teve esta freguesia uma banda de música que durante muitos anos levou a arte dos belos sons a muitas terras, onde em festas modestas ou imponentes conquistou aplausos e louvores. Embora se não saiba já ao certo a data da sua fundação, calcula-se que ela terá surgido à roda de 1850, por iniciativa de José Rebelo, seu primeiro regente.

Nos últimos anos conheceu momentos de triunfo

e designadamente sob a regência de João Carlos de Oliveira, do lugar do Bom Despacho. A partir de 1968 e devido a vários factores, sobressaindo de entre eles a emigração e a prestação de serviço militar de muitos jovens, teve de passar à inactividade. Sem nos conformarmos com a sua extinção, resta-nos aguardar que possa um dia regressar à vida.

A Telescola

Sob a inspiração do pároco e de duas professoras naturais da freguesia, foi criada há cinco anos este moderno processo de ensino. Graças a ela, tem sido possível a diversas crianças prosseguir os seus estudos mais para além do que constituía a antiga 4.^a classe. Espera-se que o *Ciclo* também em breve possa ser uma realidade nesta freguesia. Um pedido já fora feito a quem de direito e nesse sentido.

A Casa do Povo

A Casa do Povo do núcleo de Cervães, destinada às populações rurais desta e das freguesias de Cabanelas e Parada de Gatim, foi fundada em 1948. O seu alvará data de 21/2/1944 e o seu timbre ostenta o Santuário do Bom Despacho ⁽³⁾.

Foi formada por uma Comissão Administrativa constituída por Luís Gonzaga Bacelar e Oliveira, Aires Martins Duarte e Manuel Antunes de Oliveira.

Em 1950 esta Comissão foi substituída por uma Direcção e Assembleia Geral, cujos membros eram: Luís Gonzaga Bacelar e Oliveira, Presidente; Manuel da Silva Pojeira, Secretário e João Cândido Pereira Cor-

⁽³⁾ Reproduzimos o teor desse timbre no frontespício da presente monografia.

reia, Tesoureiro. Da Assembleia Geral faziam parte: Dr. Aurélio da Silva Macedo e Cunha, Presidente; José Domingos Forte e João Baptista de Lima, 1.º e 2.º vogais, respectivamente.

A actual *Direcção* é formada por Orides Aires da Silva Braga, Presidente; Manuel da Silva Pojeira, Secretário; João Cândido Pereira Correia, Tesoureiro; José Domingos da Santa, Vice-Presidente; Arlindo Gomes, 1.º Vogal e Aires Martins Duarte, 2.º Vogal.

A actual *Assembleia Geral* comporta os seguintes indivíduos: Dr. Aurélio da Silva Macedo e Cunha, Presidente; Engenheiro Avelino de Macedo, 1.º Vogal e Vitorino Gomes Pinto, 2.º Vogal.

A título de curiosidade registe-se que o actual número de sócios é o seguinte:

| | |
|--|-------|
| <i>Sócios contribuintes</i> | 1.092 |
| <i>Sócios efectivos</i> | 417 |
| <i>Beneficiários por conta própria</i> | 48 |
| <i>Sócios reformados por velhice e invalidez</i> | 330 |

A Casa do Povo paga mensalmente entre 500 a 600 contos e o principal projecto que em ordem ao futuro acalenta consiste na construção duma nova sede, capaz de poder satisfazer a todos os requisitos duma moderna assistência social.

As Juntas de Freguesia

Para finalizar este capítulo acrescentaremos algumas informações relativas às actividades desenvolvidas pelas Juntas da freguesia dos últimos 28 anos.

A Junta que em 1948 se encontrava em exercício era presidida por Hilário António da Silva Oliveira, coadjuvado por Maciel de Azevedo e Sousa e Augusto de Macedo. Fez face a muitas das dificuldades decorrentes

da guerra e empenhou-se sobretudo em obter melhoramentos em caminhos.

Em 1950 entrou em exercício a Junta presidida por António de Oliveira Macedo. Como secretário, trabalhou José Afonso Pereira e como tesoureiro, José Bento Pereira. Conservou-se esta Junta durante dois mandatos ou seja até 1958 e promoveu diversas obras de beneficiação da freguesia, nomeadamente:

1 — De colaboração com o pároco, obtendo (após levantamento do respectivo projecto) uma comparticipação de duzentos contos para a restauração do Bom Despacho; além da colaboração prestada nos arranjos que foi necessário promover na residência e na igreja paroquial.

2 — Concedendo terrenos a umas vinte famílias pobres a fim de construírem as suas moradias, o que de outra sorte nunca conseguiriam.

3 — Dando início ao trabalho de delimitação da freguesia, obra que infelizmente não teve seguimento com as Juntas posteriores, o que tem acarretado prejuízos, sobretudo, para a paróquia.

4 — Defendendo, mesmo em Tribunal, direitos públicos, designadamente respeitantes a caminhos.

5 — Construindo os principais passeios do Cemitério e numerando as respectivas campos ou sepulturas.

6 — Conseguindo o registo do correio e requerendo o posto de telefone público e a distribuição domiciliária da correspondência.

7 — Empenhando-se a sério na electrificação da freguesia, embora sem êxito algum, por falta de apoio da parte de quem devia secundar a iniciativa.

8 — Dando largo contributo para a manutenção da Banda Musical da freguesia, conseguindo até fixar alguns elementos desse agrupamento.

A Junta seguinte foi constituída por Orides Aires

Braga (presidente), João Cândido Pereira Correia (tesoureiro) e Adelino Ribeiro (secretário). Deu valioso patrocínio às obras do Bom Despacho, cujos acessos foram imensamente beneficiados com a carreira de camionagem que diariamente atravessa a freguesia, ligando-a a Braga e Viana. Construiu quatro fontenários desde Ilhô ao Sobral, reparou o Cemitério e facilitou a construção de casas a diversos pobres.

Seguiu-se a Junta presidida por João Carlos de Oliveira e formada por João Cândido Pereira Correia (tesoureiro) e Adelino Ribeiro (secretário), a qual promoveu:

1 — O levantamento do projecto da estrada de Oliveira até à capela de S. Pedro de Montório, passando pelo Bom Despacho.

2 — O pedido da construção duma estação do Correio no lugar do Sobral, bem assim como da colocação de telefones públicos em Ilhô e em Soutelinho.

3 — O pedido de electrificação do resto da freguesia e a montagem de uma rede de iluminação pública.

4 — O pedido de ampliação das escolas do Sobral e a distribuição domiciliária do correio extensiva a toda a freguesia.

5 — O prosseguimento da obra social de construção de casas para famílias pobres, a exploração de águas e a obtenção dum carimbo ou selo novo.

Após o movimento patriótico do 25 de Abril de 1974, tomou conta da Junta uma Comissão Administrativa, constituída por Antero Pinto da Silva (presidente), João Ferreira (secretário) e José Bento de Sousa Alves (tesoureiro). Diversas obras levou já a cabo, como a da ampliação do Cemitério, a montagem de escolas pré-fabricadas, a compra de terreno para novas escolas, o alargamento de caminhos e calcetamento de outros, a construção de mais fontenários, a

electrificação do Cemitério, as reparações das escolas, a oferta dum carrinho a um inválido pobre, tudo na importância de muitas centenas de contos. Entre as obras projectadas, contam-se os arranjos de mais caminhos, a construção de novos fontenários e escolas, da sede da Junta, a compra de terreno anexo ao Cemitério e o alargamento do mesmo, etc. (*).

(*) Em 12 de Dezembro de 1976 efectuar-se-iam eleições democráticas para as autarquias locais. Em Cervães concorreram listas propostas pelo PPD/PSD (Partido Social Democrata), CDS (Centro Democrático Social) e PS (Partido Socialista). Saiu assim constituída a equipa que orientará o progresso da freguesia nos próximos tempos:

JUNTA DE FREGUESIA: *Presidente* — Manuel Gonçalves; *Secretário* — José de Oliveira; *Tesoureiro* — José de Oliveira.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: *Presidente* — Arcélio da Silva Miranda; *1.º Secretário* — Manuel de Azevedo; *2.º Secretário* — Carlos de Sousa Afonso da Cunha; *Vogais* — Paulo Barbosa da Cunha, António Guerra Fontes, José Correia Gonçalves, Alberto Barbosa de Faria, Américo Martins Duarte e Antero Pinto da Silva.

VI

Cronologia do Bom Despacho

- 1610-1625 — Período em que terá nascido João da Cruz.
- 1633 — Em S. Fins de Tamel, estabelece-se o Ermitão Belchior da Encarnação, latinista.
- 1634-1640 — Período em que nasceu o P. Manuel de Cruz.
- 1644 — Lançamento da 1.ª pedra da primitiva capela da Senhora do Bom Despacho, no 1.º de Agosto.
- 1644 — Celebra-se a 1.ª Missa na Lapa, com licença ordinária, no dia 10 de Agosto.
- 1650 e tantos — Os Padres da Ordem da Santíssima Trindade pretendem estabelecer no Bom Despacho Casa para a sua Ordem.
- 1652 — Faz-se a 1.ª *Reforma dos Estatutos da Irmandade Eclesiástica dos Fiéis de Deus*, ainda em Parada de Gatim.
- 1653 — É aprovada a dita Reforma.
- 1661 — Falecimento do Ermitão João da Cruz.
- 1662 — Data provável da Ordenação do P. Manuel da Cruz, sucessor do Ermitão.
- 1665 — Como membro da Irmandade dos Fiéis de Deus, o P. Manuel da Cruz exerce o cargo de «Promotor».
- 1667 — A 2 de Junho reuniram-se no lugar da Senhora do Bom Despacho, para fazerem as contas os

- mesários novos e velhos da Irmandade dos Fiéis de Deus. É «Deputado» o P. Manuel da Cruz.
- 1670 — Segundo o *Santuário Mariano*, o Ermitão João da Cruz teria morrido à volta deste ano.
- 1679 — Falece o Reitor de Cervães, P. Filipe Rebelo Pereira.
- 1680 — A 28 de Janeiro, celebra-se o 1.º dos quatro ofícios pelo P. Pedro Martins, Capelão da Casa de Azevedo (Lama).
- 1680 — Aos 28 de Agosto, é lançada por Pedro Lopes de Azevedo, Morgado de Azevedo, a 1.ª pedra da *Capela de S. Pedro de Montório*, no então chamado lugar do Calvário.
- 1681 — Redigidos, a 26 de Junho, na Capela já concluída, os primeiros *Estatutos da Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório*, recentemente instituída.
- 1683 — Passada, a 21 de Janeiro, a Provisão de aprovação dos Estatutos da Irmandade Leiga.
- 1686 — São referidas, pela última vez, as faltas do P. Manuel da Cruz, do Bom Despacho, aos ofícios da Irmandade dos Fiéis de Deus.
- 1687 — Por escritura pública de 28 de Abril, a Irmandade Leiga de S. Pedro de Montório autoriza a Irmandade dos Fiéis de Deus a trasladar-se para a Capela de S. Pedro, onde ambas ficam coexistindo.
- 1690 — Consta pelo *Santuário Mariano* que ainda estava ao serviço, no Santuário, o P. Manuel da Cruz.
- 1704-1728 — O Arcebispo, D. Rodrigo de Moura Teles, terá contribuído com donativos para as obras do Santuário do Bom Despacho, em cujo púlpito figurou o seu brasão prelatício, talvez por esse motivo.
- 1740 — O Capitão-Mor João de Oliveira e seu irmão

- António de Oliveira, naturais da freguesia e a viver no Brasil, mandaram construir a Torre do lado nascente.
- 1741 — Faz-se a 2.ª Reforma dos Estatutos da Irmandade dos Fiéis de Deus. S. Pedro é-lhe dado como patrono e passa a designar-se *Irmandade dos Clérigos ou Eclesiástica de S. Pedro do Montório*.
- 1753 — Por Decreto de Bento XV, de 28 de Março, a Irmandade Eclesiástica obtem a graça de altar privilegiado para todas as missas, que, em conformidade com os Estatutos, fossem celebradas pelos seus confrades.
- 1753 — O Bispo de Mauricastro, D. José de Oliveira Calado, Provisor, publica, a 6 de Julho, o Edital com a anterior concessão pontifícia.
- 1754 — Bento XV, em 7 de Dezembro, permitiu que as missas pelos confrades da Irmandade Leiga ficassem equiparadas às de altar privilegiado, desde que celebradas na Capela de S. Pedro de Montório ou na Igreja Paroquial de Cervães.
- 1755 — Edital, de 17 de Março, do Dr. José da Silva Chaves, Provisor: torna pública a concessão da graça anterior.
- 1774 — Redigida em 20 de Março a Reforma dos primeiros Estatutos da Confraria de N. Senhora do Rosário de Cervães, é aprovada a 17 de Abril seguinte.
- 1808 — Aos 19 de Novembro, visita a Paróquia o P. António José Pereira, Abade de Lomar e Visitador do Arcediagado do Neiva. Urgiu o Pároco de então para que mandasse promover o *restauro das Capelas das Quintas de Gomariz e da Estrela*.
- 1825 — O P. José Joaquim Ferreira Guedes, Reitor da Veiga de Lila (Chaves) e Visitador de Nóbrega

- e Neiva, encarrega o Pároco de Cervães e o Capelão do Bom Despacho de avisarem o *Administrador das esmolas, fábrica e fundos do Santuário* (ao tempo residente em Braga), para dali em diante apresentar contas ao visitador, a fim de serem aprovadas.
- 1859 — A 17 de Setembro, o P. João Carlos de Macedo copiou «com toda a verdade e escrúpulo» dum antigo manuscrito de data e autor desconhecidos, existente no Santuário, a *Vida e morte do ermitão João da Cruz, e princípio que teve a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, situada nas fraldas do Monte do Busto, na Lapa dos penedos, chamados Penaliveira, da freguesia e Couto de Cervães, da Mitra Primacial; e princípio que teve a dita Senhora e milagres.*
- 1871 — Janeiro: descargas eléctricas causaram sérios estragos no Santuário. O relógio antigo ficou esmagado. Era de pouco valor.
- 1881 — O P. Manuel Emílio Gomes da Costa, a 22 de Outubro, tirou uma cópia da do P. João Carlos de Macedo, a qual viria a oferecer ao seu irmão, P. José Luciano Gomes da Costa, secretário que foi da Câmara Eclesiástica de Braga.
- 1882 — A 7 de Setembro, o Doutor J. B. da Silva Ramos obteve a sua cópia da *Vida e morte do ermitão...* a partir da cópia do P. José Luciano G. da Costa.
- 1883 — Pela 1.ª vez, é editado, sob a forma de folhetim, o texto fiel e integral do antigo manuscrito do Bom Despacho. Editou-o o Dr. J. B. da Silva Ramos no jornal *O Comércio do Minho*, de 1883 (ano XI), nos seguintes números: 1568 (6.ª-feira, 30 Agosto), 1569 (sábado, 1 Setembro); 1570 (3.ª-feira, 4 Setembro); 1571

(5.ª-feira, 6 Setembro); 1572 (sábado, 8 de Setembro).

1884 — A pedido do P. J. J. da Silva Bacelar, através do Arcebispo D. António José de Freitas Honorato, Leão XIII, por Breves de 15 e 19 de Julho, concedeu *cem dias de Indulgência* para quem, em qualquer dia do ano, visitasse o Santuário do Bom Despacho.

A quem o visitasse nos dias da Imaculada Conceição, Natividade, Anunciação, Purificação e Assunção da Santíssima Virgem; nos Domingos da Quinquagésima, Pentecostes ou nas festas da Ascensão e Natal do Senhor, concedeu *Indulgência Plenária*.

1887 — Uma Comissão, chefiada pelo Pároco e pelo Capelão do Santuário e constituída por outros sacerdotes e homens da freguesia, conseguiu angariar fundos para reparação do Santuário, cujas obras orçaram em mais de quinhentos mil réis.

1891 — Por Breve de 18 de Agosto e a pedido do P. António Augusto Gomes da Costa, obteve-se a renovação das Indulgências para o Santuário.

1894 — Na Pascoela, foi inaugurada a gruta e a imagem de Nossa Senhora de Lurdes, esta na antiga Capela até então dedicada a S. Miguel e que dera o nome a este lugar. Aquela imagem foi adquirida em Lurdes pelo Cónego Manuel José da Silva Bacelar, cuja saúde recuperou milagrosamente graças à Senhora de Lurdes, e que em acção de graças a ofereceu à Capela, que agora tem o seu nome.

1897 — É colocado na Torre do Santuário do lado nascente um relógio novo de sistema alemão, feito pelo relojoeiro de Vila Verde, Francisco Fontes, com corda para oito dias e batendo as

- horas e as meias horas. Ofereceu-o João de Oliveira e Silva Bacelar, da Casa da Custariça.
- 1898 — A Tipografia Lusitana de Braga, publica o opúsculo de 32 páginas intitulado *Apontamentos Históricos do Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho em Cervães concelho de Vila Verde coordenados pelo P. J. J. da Silva Bacelar em 1897*. Esta reedição integral do texto do antigo manuscrito do Santuário vem enriquecida com fotografuras, bem assim como com notas e outros apontamentos.
- 1903 — Em 13 de Novembro (6.^a-feira), o Arcebispo D. Manuel Baptista da Cunha, visitou o Santuário do Bom Despacho, onde crismou, só nesse dia, 800 pessoas.
- Indulgenciou diversas imagens, entre as quais a da Senhora do Bom Despacho, com 40 dias de Indulgências lucráveis em seu real Santuário, uma vez por dia, por quem, diante da sua imagem rezasse três Avé-Marias.
- 1931 — O Cónego Manuel de Aguiar Barreiros publica *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*. Da Senhora do Bom Despacho trata a páginas 109-111. A gravura mostra-nos que a imagem da Senhora, que se encontrava sob os penedos, sustentava, então, o Menino Jesus deitado sobre ambas as mãos.
- 1943 — Um Movimento de Restauração, cuja iniciativa se deve ao médico da freguesia, Dr. Cândido Bacelar, pugna pela salvação e recuperação do Santuário do Bom Despacho. Até as galinhas de Cervães colaboraram! Todos os ovos por elas postos, aos Sábados, se destinaram a Nossa Senhora.
- 1944 — Da pena de Gil Afonso e editado na Tipografia

- Porto Médico, L.da, sai a público a brochura de 60 páginas, *Senhora do Bom Despacho*. Aí a narrativa do Autor incide em considerações intimamente ligadas à família de Lopo Seabra, seu amigo pessoal e futuro governador civil de Aveiro. Além dum breve resumo da vida do Ermitão, encontram-se ocasionalmente algumas notícias de interesse para a moderna história do Santuário.
- 1948 — Aos 5 de Setembro, entra como novo Pároco da freguesia o R. P. Domingos Correia Neiva Pinheiro, natural de S. Pedro de Alvito.
- 1952 — Falece em Cervães, em sua residência particular, o P. António Maria de Araújo Santana, natural de Parada de Gatim, e pároco que foi desta freguesia, desde 1909 até 1948.
- 1960-1970 — Novo período de Restauro, cuja iniciativa se deve ao actual pároco, P. Domingos Pinheiro.
- 1968 — Após a reconstrução da E. M. 541 em paralelepípedos e a sua ligação por Igreja Nova à E. N. 306, é inaugurada, a 17 de Abril, a carreira entre Braga e Viana com passagem por esta freguesia assegurando melhores condições de acesso até perto do Santuário do Bom Despacho.
- 1970 — A 23 de Outubro e depois de deferida pela C. M. de Vila Verde, começou-se a realizar no Largo de Souto da Bouça (perto do Bom Despacho) e quinzenalmente (às sextas-feiras), uma feira franca de produtos agro-pecuários e outros de tipo popular.
- 1971 — Domingo, 11 de Julho, à tarde. A Senhora do Bom Despacho sai do seu Mosteiro para a Igreja Paroquial de Parada de Gatim.
- 1971 — Domingo, 18 de Julho, de manhã. Acompanhada pela população de Parada de Gatim, que

na sua igreja a venerara, e pela de Cervães que a viera receber, a imagem da Senhora regressa em peregrinação ao seu Santuário do Bom Despacho. À chegada é celebrada Missa Campal.

Nesta ocasião são homenageados os maiores benfeitores das obras do Santuário.

Homenageado igualmente o Prof. Doutor P. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, S. J., natural da freguesia, por celebrar as suas Bodas de Prata Sacerdotais. Nascido na Casa do Talho a 18 de Outubro de 1916, ordenou-se em Granada (Espanha) em Julho de 1946 e é desde 1968 Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa, com Sede em Lisboa.

1971 — Domingo, 10 de Outubro. Escuteiros dos concelhos de Braga, Barcelos, Famalicão, Vila Verde, Ponte de Lima e Santo Tirso vêm ao Bom Despacho associar-se à apresentação oficial do Grupo de Escuteiros de Cervães, criado por iniciativa do R. Pároco. Presidiu à Eucaristia e às cerimónias da Promessa dos novos Escutas o Assistente Regional, P. Américo Ferreira Alves. Todos deram óptima impressão, tendo-se contudo salientado, pela sua simpatia, as Guias do CNE de Prado.

1971 — A 24 de Outubro, falece, com 87 anos, o Dr. João Cândido da Silva Bacelar, médico ginecologista. Católico exemplar, lutou pelo bem público, pelas obras católicas e foi grande amigo do Bom Despacho. Publicou, em 1913, um *Manual de Higiene e Terapêutica perante a obstetrícia e a pediatria*.

Í N D I C E

| | |
|------------------------------|----|
| Dedicatória | 5 |
| Duas palavras | 7 |
| A servir de introdução | 11 |

I PARTE — CERVÃES: ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA CIVIL E RELIGIOSA

I — Cervães, seu nome, sua terra e suas gentes

| | |
|---|----|
| 1. Sua localização geográfica | 19 |
| 2. Cervães — O seu nome | 21 |
| 3. Cervães — O seu solo | 26 |
| 4. Cervães — A sua gente | 32 |
| 5. Cervães e a Coroa | 34 |
| 6. Cervães e as Casas fidalgas | 37 |
| 7. Cervães e o seu Couto | 39 |
| 8. Cervães e o Concelho de Prado | 43 |
| 9. Cervães: uma ou duas freguesias? | 45 |
| 10. Cervães e o seu movimento demográfico | 47 |
| 11. Cervães e a emigração | 50 |
| 12. Cervães e a promoção intelectual | 51 |

II — Cervães. Manifestações da sua fé: templos, alminhas e cruzeiros

| | |
|--|----|
| 1. Sinais da fé | 53 |
| 2. Para a história do culto cristão | 54 |
| 3. A capela de S. Miguel | 55 |
| 4. O Mosteiro. A igreja paroquial | 59 |
| 5. A Comenda da Ordem de Cristo | 64 |
| 6. A igreja que até nós chegou | 67 |
| 7. A igreja nos tempos do Abade Carvalho | 71 |
| 8. Nos tempos do Abade Barros | 72 |
| 9. As Filhas de Maria e a Associação do Coração de Jesus | 75 |
| 10. Nos tempos do Abade Santana | 78 |
| 11. A capela da Estrela ou Santa Maria de Penoucos | 80 |
| 12. Santa Maria de Penoucos, antiga paróquia | 82 |
| 13. A capela de S. Bento | 88 |
| 14. A capela de S. Pedro de Montório | 90 |
| 15. A capela da Senhora do Carmo | 92 |
| 16. A capela de Santo António | 93 |
| 17. A capela de Santo Afonso de Ligório | 94 |
| 18. A capela de S. João Baptista | 94 |
| 19. Os nichos de Alminhas | 94 |
| 20. Os Cruzeiros | 95 |

III — Cervães e suas Confrarias

| | |
|---|-----|
| I — As antigas irmandades | 99 |
| 1. Irmandades da igreja paroquial | 99 |
| 2. Irmandades da Capela de S. Pedro | 100 |
| A Irmandade Leiga | 101 |
| A Irmandade Eclesiástica | 115 |
| II — As modernas Irmandades | 129 |
| IV — <i>Párocos de Cervães</i> | 141 |
| V — <i>Cervães e o seu Clero</i> | 145 |
| Poema | 164 |

II PARTE — CERVÃES E O SANTUÁRIO DO BOM DESPACHO

I — João da Cruz, fundador do Bom Despacho

| | |
|--|-----|
| 1. Uma palavra sobre Bela | 167 |
| 2. Quando e como nasceu João da Cruz | 169 |
| 3. De como seus pais o puseram a estudar | 169 |
| 4. De como estudante apenas o foi alguns meses | 170 |
| 5. Como João da Cruz passou por ladrão | 171 |
| 6. De como se ia afogando e se salvou | 172 |
| 7. Desgosto dos seus familiares | 172 |
| 8. Aos dezasseis anos ia falecendo | 174 |
| 9. Melhoras e o que fez em seguida | 175 |
| 10. Ermitães na região | 176 |
| 11. João da Cruz e os franciscanos | 179 |
| 12. Da sua caridade para com os Fiéis de Deus | 180 |
| 13. Ermitão amigo das ermidas | 182 |
| 14. Reencontro dum velho companheiro | 183 |
| 15. Busca refúgio na Penaliveira | 185 |
| 16. Ruindade de Mateus Bravo | 187 |
| 17. No Bom Jesus, encontro de Ermitães | 189 |
| 18. João da Cruz e o Solar dos Azevedos | 190 |
| 19. O morgado de Azevedo e sua mulher | 193 |
| 20. O capelão de Azevedo e o ermitão | 193 |
| 21. Início das obras e culto no Bom Despacho | 195 |
| 22. Os 17 últimos anos do Ermitão | 197 |
| 23. O P. Manuel da Cruz, sucessor do Ermitão | 199 |
| 24. As Ordens religiosas e o Bom Despacho | 200 |
| 25. Os detractores da obra do Ermitão | 202 |

II — O Santuário, sua história e seu estilo

| | |
|---|-----|
| 1. Para bem conhecer o Santuário | 205 |
| 2. Celebidade do Bom Despacho | 205 |
| 3. Retalhos de uma história. A capela primitiva | 207 |
| 4. A segunda capela da Senhora | 208 |

| | |
|--|-----|
| 5. Tempo, factor indispensável | 209 |
| 6. A construção do Santuário do Bom Despacho | 210 |
| 7. Autores das obras e suas dimensões | 212 |
| 8. A talha do santuário e seu estilo | 213 |
| 9. Esculturas das capelas | 216 |
| 10. Legenda da planta do Santuário | 218 |

III — *O Bom Despacho e sua irradiação espiritual*

| | |
|---|-----|
| 1. A invocação e sua expansão | 221 |
| 2. Antiguidade desta invocação | 222 |
| 3. Significado da invocação «Senhora do Bom Despacho» | 223 |
| 4. Feição das imagens da Senhora do Bom Despacho | 224 |
| 5. Afluência de devotos. Festividades em Cervães | 226 |
| 6. Registo de milagres | 229 |
| 7. Cânticos à Senhora do Bom Despacho | 235 |
| 8. O Bom Despacho no final do séc. XIX | 238 |
| 9. Recente revitalização. Culto e peregrinações | 240 |
| 10. A instituição duma Confraria | 241 |

IV — *Alguns Capelães do Bom Despacho*

243

V — *Obras recentes. Benfeitores insignes da Paróquia e do Santuário. Outras coisas a não esquecer*

| | |
|--|-----|
| 1. Nos primeiros 40 anos do séc. XX | 245 |
| 2. A celebração do tricentenário do Bom Despacho | 246 |
| 3. Os últimos restauros e melhoramentos | 248 |
| 4. Outras coisas a não esquecer | 252 |
| A Banda de Música | 253 |
| A Telescola | 254 |
| A Casa do Povo | 254 |
| As Juntas de Freguesia | 255 |

VI — *Cronologia do Bom Despacho*

259

Índice

267

Acabou de se imprimir na
Tip. Editorial Franciscana - Braga
a 15 de Junho de 1977
3.000 exemplares

